

BARTHON FAVATTO SUZANO JUNIOR

**MILTON SANTOS, O ESPAÇO E AS RUGOSIDADES:
contribuições da Geografia Renovada à História**

**ASSIS
2022**

BARTHON FAVATTO SUZANO JUNIOR

**MILTON SANTOS, O ESPAÇO E AS RUGOSIDADES:
contribuições da Geografia Renovada à História**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Júnior (UNESP/Assis)

Co-Orientador: Prof. Dr. Carlos Antonio Aguirre Rojas (UNAM/México)

ASSIS
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

S968m Suzano Junior, Barthom Favatto
Milton Santos, o espaço e as rugosidades: contribuições
da Geografia Renovada à História / Barthom Favatto Suzano
Junior. Assis, 2022.
238 p.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Junior
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Antonio Aguirre Rojas

1. Santos, Milton, 1926-2001. 2. Espaço. 3. Rugosidades.
4. História. 5. Geografia. I. Título.

CDD 114



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: MILTON SANTOS, O ESPAÇO E AS RUGOSIDADES: contribuições da Geografia
Renovada à História

AUTOR: BARTHON FAVATTO SUZANO JUNIOR

ORIENTADOR: HELIO REBELLO CARDOSO JÚNIOR

COORDENADOR: CARLOS ANTONIO AGUIRRE ROJAS

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em HISTÓRIA, área: História
e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. HELIO REBELLO CARDOSO JÚNIOR (Participação Virtual)
Departamento de História / UNESP/FCL-Assis

Prof. Dr. JOSÉ COSTA D'ASSUNÇÃO BARROS (Participação Virtual)
UFRRJ/Rio de Janeiro

Prof. Dr. GUILHERME DOS SANTOS CLAUDINO (Participação Virtual)
UFMS

Prof. Dr. ROGERIO IVANO (Participação Virtual)
UEL/Londrina

Profa. Dra. KARINA ANHEZINI DE ARAUJO (Participação Virtual)
Departamento de História / UNESP/FCHS-Franca

Assis, 29 de outubro de 2021

Ao meu menino, sob proteção e graça de pai Xangô.
A Milton Santos, no 20º aniversário de morte do “cidadão do mundo”.

AGRADECIMENTOS

Alguns homens escreveram suas obras em tempos obscuros, de crise, no desterro, confinados, na enfermidade. Com o autor e este trabalho não foi diferente. Às vezes, é preciso o confronto e a superação do absurdo para o reencontro com a vida. São nesses momentos que o indivíduo reconhece a própria fortaleza. E, sobretudo, encontra incentivo em verdadeiros orientadores, além de refrigério e encorajamento no apoio de legítimos amigos e de pessoas queridas. Sem o apoio deles, esta original tese, triunfo da justiça e da vida sobre toda espécie de canalhice, obscurantismo, barbárie, bestialidade e ímpeto de morte, jamais teria sido concluída. Meus agradecimentos:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Júnior (UNESP), pela generosidade, humanidade e gentileza habituais e pela dedicação e rigor intelectual com os quais orientou esta tese. A este carioca da gema e vascaíno empedernido agradeço toda *philia* antes e durante a jornada. Ideal de docente e ser humano para seus alunos desde minha graduação.

Ao Prof. Dr. Carlos Antonio Aguirre Rojas (UNAM), coorientador deste trabalho, que me recebeu de portas abertas em seu escritório na Cidade do México. Nossas sessões de orientação, bem como suas leituras rigorosas e seus apontamentos críticos enriqueceram sobremaneira minha experiência investigativa e trajetória acadêmica.

Aos professores Dr. Guilherme dos Santos Claudino (UFMS), Dr. José D'Assunção Barros (UFRRJ), Dr. Rogério Ivano (UEL) e Dra. Karina Anhezini de Araújo (UNESP), por gentilmente terem aceito participarem da banca como titulares. E aos professores Dr. José Carlos Vildardaga (UNIFESP), Dr. Roger Domenech Colacios (UEM) e Dra. Tania Regina de Luca (UNESP), na qualidade de suplentes. Uma honra tê-los como primeiros leitores desta obra!

À Profa. Karina Anhezini e ao Prof. Dr. Milton Carlos Costa (UNESP), por participarem do Exame de Qualificação, agraciando-me com leituras atentas e comentários valiosos.

Em tempo, ao Prof. Barros, por ter sido, mesmo sem saber, um grande incentivador e interlocutor deste trabalho. E ao Prof. Claudino, pelo apoio incondicional por meio de leituras atentas e indicações bibliográficas em minhas incursões pelo campo da Geografia.

Ao Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS), pela generosidade com que acolheu e apoiou minha solicitação de estabelecimento de contato institucional no México.

Aos professores Dr. Gilmar Arruda (UEL), Zeca Vildardaga e Roger Colacios, pelas recomendações acerca de debates e obras fundamentais sobre historiografia e espaço. E à Profa. Dra. Paula Vermeersch (UNESP), pelo apoio e préstimos bibliográficos.

No México, no estado de Nuevo León, reconheço o acolhimento do Prof. Dr. Mário Cerutti (UANL). E presto minha homenagem e mais profunda gratidão à memória da poetisa nacional e diretora da *Capilla Alfonsina Biblioteca Universitaria* (UANL), Profa. Dra. Minerva Margarita Villarreal. O apoio de Minerva foi fundamental para a continuidade desta pesquisa em terras *norteñas*, ao disponibilizar-me sala de trabalho e acesso irrestrito ao acervo.

Aos colegas do *Projeto Temático Tempo e Temporalidades*, do *Laboratório de Estudos Históricos do Contemporâneo* (LABEHCON), do *Laboratório de Estudos de História Ambiental* (LEHA) e do *Grupo de Estudos sobre Marxismo* (GEMARX), pelos empréstimos bibliográficos e profícuas discussões.

Aos funcionários da Seção de Pós-graduação e da Biblioteca “Acácio José Santa Rosa”, da UNESP/Assis. Em especial, ao Lino, à Ana Cláudia e à Laura.

À competente Eleonora Smits, pelo esmero no labor de revisão e formatação da versão final desta tese.

À saudosa Madalena, minha professora do Ensino Fundamental, que me encantava com suas magistrais aulas. A ela devo meu apreço pela Geografia e pela História.

À competente junta médica mexicana que cuidou para que eu pudesse continuar por esse mundo contando histórias. Especialmente, aos médicos Cuilty Siller e Escamilla Islas.

A Márcia Sel, por sempre me recordar que “a verdade” é o caminho e que ele se faz ao caminhar.

Aos queridos Cristiano Gustavo Biazzo Simon e Mateus, pela inestimável amizade cultivada dia a dia, mesmo nas saudades e à distância.

À estimada Elis, pela fé, presença e palavras de conforto nos momentos difíceis.

Aos meus irmãos Janayna e Rogério, que moram no meu coração, ainda que à distância.

Enfim, à Alessandra e ao Guillermo, minha família, por estarem incondicionalmente ao meu lado nos percalços e delícias dessa aventura chamada vida.

O que não está em nenhum lugar não existe.

(Aristóteles, Física)

RESUMO

Concepções e conceitos de espaço têm sido importados da Geografia e utilizados pela História desde a institucionalização dessas disciplinas no século XIX. No entanto, a redefinição conceitual de um espaço geográfico uno e universal no interior da disciplina Geografia é uma realização mais ou menos recente, operacionalizada na segunda metade do século XX, especialmente, a partir da década de 1970 pela Geografia Nova. Esta tese tem por fundamental objetivo apresentar um estudo sistemático, desde a área de Teoria da História, da ontologia e do conceito de espaço geográfico advindos da epistemologia da Geografia Nova (ou Renovada) do geógrafo brasileiro, Milton Santos, demonstrando a potencialidade de suas aplicabilidades à História. Concomitantemente, revela-se como o conceito de espaço miltoniano se encontra estruturado em outro, no de *rugosidades*, e, como este último, impinge-lhe densidade e sentido temporo-espacial. Isso corrobora não somente a força do conceito de espaço miltoniano para o ofício do historiador, como também sustenta que, para além de uma Geografia Renovada, a obra teórica do geógrafo brasileiro fomentou, introduziu e legou, desde o Sul global, uma mui original modalidade de Geohistória. Por fim, porém não menos importante, a tese se concentra na apresentação, no detalhamento e na adequação à *dérmarche* da História de categorias e conceitos outros que estruturam a concepção de espaço geográfico de Milton Santos.

Palavras-chave: Milton Santos. Espaço. Rugosidades. História. Geografia.

ABSTRACT

Conceptions and concepts of space have been imported from Geography and used by History since the institutionalization of both disciplines in the nineteenth century. The conceptual redefinition of a unified and universal geographic space within the discipline of Geography, however, is a more or less recent achievement, operationalized in the second half of the twentieth century, especially by the New Geography from the 1970s on. The main purpose of this thesis is to present a systematic study, from the field of History Theory, of the ontology and the concept of geographic space stemming from the epistemology of the New (or Renewed) Geography of the Brazilian geographer Milton Santos, demonstrating the potential of its applicability to History. At the same time, we reveal how the concept of Miltonian space is structured on another, that of rugosities, and how the latter imbues it with density and temporal-spatial meaning. It corroborates not only the strength of the Miltonian concept of space for the historian's craft but also sustains that, beyond a Renewed Geography, the theoretical work of the Brazilian geographer has fostered, introduced, and delivered, from the global South, a very original modality of Geohistory. Last but not least, the thesis focuses on the presentation, detailing, and adequacy to the démarche of History of other categories and concepts that structure Milton Santos' conception of geographic space.

Keywords: Milton Santos. Space. Rugosities. History. Geography.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNG – Conselho Nacional de Geografia

CPE – Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia

FES – Formação econômica e social

FSE – Formação socioespacial

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

IBE – Instituto Bahiano de Ensino

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

IEDES – *Institut d'Étude du Développement Économique et Social*

FFPE – Forma, função, processo e estrutura

MIT – *Massachusetts Institute of Technology*

OEА – Organização dos Estados Americanos

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PIB – Produto Interno Bruto

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UCS – Universidade Católica de Salvador

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 MILTON SANTOS: ITINERÁRIO BIOGRÁFICO E TRAJETÓRIA EPISTEMOLÓGICA	31
1.1 O itinerário biográfico de Milton Santos: do homem regional ao “cidadão do mundo”	34
1.2 A trajetória epistemológica de Milton Santos: da geografia regional à geografia renovada.....	47
2 O ESPAÇO, A GEOGRAFIA E A HISTÓRIA	67
2.1 A Geografia moderna e o espaço geográfico.	71
2.2 Os <i>Annales</i> e a instrumentalização do espaço geográfico na História	90
3 O ESPAÇO, AS RUGOSIDADES E A GEOHISTÓRIA NA ONTOLOGIA DO ESPAÇO DE MILTON SANTOS.....	113
3.1 O espaço geográfico de Milton Santos: leitura desde a perspectiva da História.....	116
3.2 As <i>rugosidades</i> do espaço e a Geohistória de Milton Santos	139
4 A GEOHISTÓRIA DE MILTON SANTOS: CATEGORIAS, CONCEITOS, TEMPORALIDADES	160
4.1 Tempo e temporalidades do espaço geográfico na Geohistória miltoniana.....	166
4.2 Categorias analíticas e repertório conceitual da Geohistória miltoniana:	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	227
ANEXO 1 - <i>Desenvolvimento e trajetória epistemológica de Milton Santos.</i>	238

INTRODUÇÃO

O que é espaço? Pergunta nada simplória apesar da economia de palavras. Mas cuja resposta comporta inúmeras interpretações e definições dependendo do lugar, da época e de quem as produz. Na quase totalidade dos idiomas, a palavra espaço é de uso tão corrente que pode dizer de um sem número de significados quanto de significantes. Como sugeriu o geógrafo brasileiro Roberto Lobato Corrêa (2000, p. 15), pode-se falar em “espaço interno”, em “espaço econômico”, em “espaço topológico”, em “espaço vital”, em “espaço sideral” etc. Ou então, referir-se a uma gama infindável de objetos: “utensílios comuns à vida doméstica, como um cinzeiro, um bule, são espaço; uma estátua ou uma escultura, qualquer que seja a sua dimensão, são espaço”, e até mesmo “uma casa é espaço, como uma cidade também o é” (SANTOS, 2012 [1978], p. 150).¹ O foco de observação muda, amplia-se, e poder-se-á verificar que, assim como “o espaço de uma nação”, coexiste o “o espaço terrestre, da velha definição da geografia, como crosta do nosso planeta”, como também há “o espaço extraterrestre [...] parcialmente um mistério” (SANTOS, 2012 [1978], p. 150).

Considera-se ainda o fato de que o *espaço*, independente de nomenclaturas, é uma condição. Um fenômeno – qualquer que seja – de reconhecimento social imemorial. Impondo-se, tal qual o *tempo* e a *memória*, como realização cognitiva, expressão inerente das relações tecidas no cotidiano do ser humano com as forças do sublunar. Um bebê aprendendo a engatinhar logo apreende que o fará em vista de uma distância a ser percorrida, da dimensão dada, e, por fim, dos objetos disponibilizados, que, no local, podem se apresentar como possíveis obstáculos ou pontos de apoio. Ou seja, que o fará em vista das condições do espaço determinado, ainda que a ele incompreensível a palavra e as concepções de espaço. A lógica também é válida para um jovem caçador tribal. A realização da atividade de caça circunscreve-se a um determinado perímetro, a tipos específicos de espécies de fauna, ao constructo de ferramentas em conformidade com os materiais disponíveis e viáveis ao enfrentamento das intempéries e desafios da caçada. Ou, então, para o velho cidadão que, desde o arauto das lembranças da infância, retumba imagens da rua em que brincou, da casa em que morou, da escola em que estudou e dos aromas e paladares únicos das comidas que somente aquele lugar e aquele tempo, o da sua infância, puderam-lhe um dia proporcionar.

Nas atividades que mesmo aparentemente alheias a qualquer condicionamento ou imperativo espacial, ele lá está: o espaço. Toma-se como exemplo o consciencioso e recluso

¹ Nesta tese, todos os livros de Milton Santos aparecem com a data da edição utilizada pelo autor, e, em seguida, entre colchetes, a data da publicação original. O critério adotado é justificado ainda nesta introdução.

labor dos escritores. Quantos deles não reclamam da angústia que lhes arrebatava o postar-se diante da folha em branco? Não seria o papel – ou, hoje, a tela do computador – em branco o espaço de escrita? Repositório da criatividade? O hiato a ser povoado pela mente em polvorosa de escritor? Que o digam também os pares historiadores. É possível História sem espaço? Pois, para além da consabida questão da criação narrativa, em que os marcos temporais determinam sobre qual época se está historiando, as balizas espaciais também endossam sobre a sociedade, cultura ou homem sobre os quais se está narrando. E de qual lugar o historiador está partindo para a sua análise. Sobre quais tempo e espaço. E a partir de qual tempo e espaço. Decorre daí a assertiva proposição do teórico e historiador brasileiro José D’Assunção Barros, a partir de reconhecida máxima de Marc Bloch:

Definir a História como estudo do *homem no tempo* foi, em vista de tudo isso, um passo realmente decisivo para a expansão dos domínios historiográficos. Contudo, é hora de reconhecermos que a definição de História, no seu aspecto mais irredutível, deve incluir nos dias de hoje uma outra coordenada para além do “homem” e do “tempo”. De fato, a História é o estudo do Homem no *Tempo* e no *Espaço* (BARROS, 2017, p. 15 – grifos do autor).

Desde as planícies e planaltos da Filosofia e da Ciência, desde os antigos gregos, passando pelos filósofos modernos, os positivistas do século XIX, os marxistas clássicos, e, por fim, pelos cientistas pós-einsteinianos, as definições de espaço – assim como as de tempo – têm sido objeto de acalorados debates. Querela possivelmente sem fim, longe de consenso, já que não há uma única e dominante acepção, seja na Filosofia ou nas Ciências Humanas, ou, ainda, nas chamadas Ciências duras. Obstáculo aquém de superado e de superação nesses tempos de *convergências*, em que as conexões e interditos entre áreas e saberes, os encontros ou divergências de métodos, as correlações ou disparidades entre padrões de análises e definições de objetos que, entrelaçando-se conceitualmente (Cf. WATSON, 2017, p. 22), e, por que não, paradoxal e dialeticamente com uma velocidade nunca antes imaginável, formam a teia e ditam as regras de produção no domínio do científico.² Do *Automatic Binding Bricks* da *épistème*,

² A ideia de *convergência* em Peter Watson (2017a) – em contraposição à difusa, mas amplamente difundida categoria de interdisciplinaridade e suas múltiplas variáveis: a *trans*, a *multi* e a *pluri* disciplinaridade – não prescinde de fundamentações acerca de possíveis e bem arquitetadas convenções entre disciplinas, de sofisticados mecanismos logísticos e de convivências diretas entre campos do saber-fazer. Tampouco, da preexistência de articuladas forças-tarefa entre pesquisadores alocados em áreas consabidamente engessadas por rígidas estruturas departamentais, entremeadas pelas “lutas regionais” e entoadas pelo reinado de *nomos*, conforme determinou Pierre Bourdieu (1989). Trata-se de um esforço de simplificação, porquanto de aplicabilidade bem mais flexível. Mas que traduz com enorme precisão os fenômenos de contatos que quase sempre espontânea e naturalmente ocorrem entre disciplinas e áreas de conhecimento. E que representa o padrão imperativo de constituição da cientificidade e do conhecimento. Por sua vez, a interdisciplinaridade, e suas inúmeras manifestações, variações e definições, é ainda hoje objeto de controvérsia no campo acadêmico. Autores como Immanuel Wallerstein e Carlos Antonio Aguirre Rojas lançam questionamentos sobre a validade

cujos milimétricos encaixes possibilitam e concebem mútua e continuamente novas estruturas, conteúdos, funções e formas de saber.³ Do contumaz movimento de contribuição que uma disciplina faz a outra por meio de empréstimos, de realocações, de ressignificações, e, sobretudo, da universalização de algumas categorias e conceitos.⁴

Superlativo então compreender que também hoje, assim como no passado, as noções e definições filosóficas e científicas de espaço não são unânimes. Pierre Moran (apud SANTOS, 2013 [1978], p. 70) recorda-nos que, “quando uma noção como a de espaço é utilizada por disciplinas tão diferentes quanto a matemática, a sociologia, a geografia ou a economia, há motivo para recear uma confrontação brutal de seus pontos de vista na representação de fenômenos reais.” E acrescenta ainda que essa simples constatação “[...] explica por que as diferentes acepções da palavra espaço continuam a alimentar uma polêmica acerca das noções tornadas particularistas.” (MORAN apud SANTOS, 2013 [1978], p. 70). As noções da Física podem se aproximar às da Astronomia. Mas, em certa medida, se distanciam daquelas preconizadas desde o campo da Biologia, as quais, por sua vez, algumas arraigadas na Geografia, na História e nas demais Ciências Sociais.

Em consequência, é sempre válido frisar que, mesmo no âmago de uma mesma grande área, prevalecem notáveis diferenças, sensíveis divergências e patamares de importância dadas a algumas categorias, recortes e objetos. Ações coordenadas por escolhas objetivas ou regidas por critérios nomotéticos em que, até prescindidos de certa áurea e gozando de um suposto estatuto de universalidade numa mesma grande área, os conceitos também não são incólumes. O consenso, pois, nem sempre é a viga mestra de sustentação do *métier* científico, concedendo-lhe à falta o sempre necessário impulso para constantes mobilizações e atualizações. É o que

do que se convencionou chamar de projeto interdisciplinar. Enquanto Wallerstein (1996) denuncia a impossibilidade de correta aplicabilidade da interdisciplinaridade num horizonte científico engessado por particulares barreiras departamentais e disciplinares, Aguirre Rojas (2010) assevera que, estranhamente, esses projetos deixam intocados o fundamento estrutural das Ciências na modernidade.

³ A palavra *épistème* e sua derivada, *epistemologia*, aparecem ao largo deste trabalho sempre em referência ao conjunto e à estrutura de conhecimentos e procedimentos de um determinado campo científico, pensados desde ou para uma determinada área das Ciências. Segundo o dicionário de termos filosóficos de Nicola Abbagnano (2007, p. 140), por epistemologia compreende-se “a disciplina que considera as formas ou os procedimentos do conhecimento científico”, desde suas fundamentações teóricas até suas realizações metodológicas.

⁴ *Conceito* diz respeito ao único que é universal. Ou seja, uma nomenclatura de força abstrativa que diz de um fenômeno expressando sua universalidade. Para Abbagnano (2007, p. 164), em sentido lato, o conceito é todo processo que possibilita a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis”. *Categoria*, por sua vez, refere-se, também em seu sentido lato, “a qualquer noção que sirva como regra para a investigação ou para a sua expressão linguística em qualquer campo” do conhecimento (ABBAGNANO, 2007, p. 121). No entanto, em seu sentido stricto, condizente à sua acepção no interior deste trabalho, compreende-se categoria como as categorias de análise imprescindíveis para determinado campo científico. Por exemplo, a categoria “economia” é imprescindível aos campos das Ciências Econômicas, das Ciências Sociais, da Geografia e da História. Por categoria, Milton Santos (2014 [1985], p. 16) compreende uma “[...] verdade eterna, presente em todos os tempos, em todos os lugares, e da qual se parte para a compreensão das coisas num dado momento, desde que se tenha o cuidado de levar em conta as mudanças históricas.”

ocorre no caso das Ciências Humanas, em que tal gravidade é ainda mais evidente, dado certo grau de subjetividade que as alimenta e conforma. Nessas disciplinas, cada teórico ou investigador toma objetos tangentes a partir de um ponto de vista (Cf. BAILLY; BEGUIN, 1992), dando-lhe maior ou menor destaque, colocando-o como protagonista ou coadjuvante do saber-fazer daquele campo de conhecimento e daquela determinada produção de conhecimento.

Nas áreas da História e Geografia, essa evidência faz-se ainda mais notória. Isso porque, nessas “disciplinas irmãs” que, a partir do século XIX, buscaram percorrer veredas próprias, constituindo campos autônomos e especializados do conhecimento (Cf. BARROS, 2017, p. 13-19), o objeto continua sendo o homem – ou melhor, as ações humanas. E seus objetos tangentes, evidentemente, o tempo e o espaço, porque, a fim e a cabo, é inconcebível qualquer ação humana fora do tempo e alheia ao espaço. Porém, em decorrência da cisão pragmática, verticalizada até, instaurou-se, entre, em e sobre essas “disciplinas irmãs”, duradoura miopia. Tal fato é referente ao equívoco reconhecimento da História como disciplina que detém o monopólio de pesquisa sobre ações humanas no tempo e da Geografia como ciência que estuda as ações humanas no espaço (Cf. BARROS, 2017, p. 19).⁵ Problemas de *di-visão*, de *lutas regionais* e disputas simbólicas pela *região* (Ver BOURDIEU, 1989) que, ao longo do século XX, assistiu felizes tentativas de implosão do lado de lá e do lado de cá das trincheiras disciplinares. A Geohistória de Fernand Braudel é um exemplo dessas excepcionais iniciativas. Outra advém do geógrafo brasileiro Milton Almeida dos Santos (1926-2001), autor cuja produção geográfica é o tema de discussão desta tese, e que dedicou boa parte de sua vida e obra a pensar o espaço.

Antes de qualquer apresentação sobre o geógrafo brasileiro, no entanto, é necessário o retorno à questão inicial: *que é espaço?*, cuja resposta o leitor inquieto, porque atento, e mobilizado por algum grau de ansiedade, aguarda receber com honestidade. Em vista dos crepitantes porque polêmicos temas até aqui levantados, deixemos a resposta nada mais, nada menos, que ao próprio especialista. Milton Santos (2012 [1978], p. 150), em “um esforço de definição” sobre que é espaço – lê-se: o espaço genérico –, revela com certo teor de derrisão que, estudando a história da disciplina geográfica, “compreende-se porque os geógrafos se dedicaram muito mais à definição de geografia do que à definição de espaço.” Daí, o leitor mesmo pode dimensionar o teor do imbróglio. E, em complemento, valendo-se de célebre frase

⁵ É possível afirmar que, ainda hoje, no século XXI, conforma-se no imaginário social a bipartição da História como disciplina do tempo, das temporalidades e do abstrato, e da Geografia como área dedicada aos estudos do espaço, das espacialidades e do concreto. Ideia comumente reforçada desde os bancos escolares como se as análises sobre os fenômenos sublunares nessas disciplinas não prescindissem de uma e outra dessas categorias ou objetos.

de Santo Agostinho sobre outro conceito de intrincada definição, o tempo, acrescenta: “Se me perguntam se sei o que é, respondo que sim; mas, se me pedem para defini-lo, respondo que não sei.” (SANTO AGOSTINHO apud SANTOS, 2012 [1978], p. 150).

De tal maneira, pode-se afirmar que não há uma única e universal acepção sobre o que é espaço. Tampouco, e disso decorrente, que exista uma só unidade ou modalidade espaço. A depender da referência e do referente, do lugar disciplinar de onde e para quem disciplinarmente se fala, compreende-se a existência de múltiplos e plurais espaços. Em nosso caso, a presente tese ocupa-se de uma dessas infinitas possibilidades de espaço, o espaço geográfico: aquele pensado, seja como categoria, conceito ou fenômeno pelos geógrafos desde o campo de conhecimento da Geografia para a Geografia. Esse espaço geográfico também pode ser vário. Afinal, e a título explicativo, o espaço geográfico para a Geografia Física pode não ser – e, em geral, não é – o mesmo que o da Geografia Humana. E mesmo dentro dessa ramificação do saber geográfico também não existe uma definição consensual. Logo, a definição de espaço geográfico em revelo ao largo desta obra – e, portanto, da qual ela se ocupa porque é sua razão de ser – é uma entre as constelações de acepções de espaço geográfico possíveis à chamada Geografia Humana. Trata-se, a fim e a cabo, da concepção de espaço geográfico pensada, elaborada, defendida e propalada a partir da obra geográfica de Milton Santos.

Negro, primogênito de um casal de professores de classe média soteropolitanos, nascido em Brotas de Macaúbas, Chapada Diamantina, interior do estado da Bahia, Brasil, Milton Santos notabilizou-se tanto como idealizador de uma nova epistemologia da Geografia Nova – conhecida como Geografia Crítica ou Geografia Renovada – quanto pela concepção, organização e instrumentalização metodológica de uma refinada teoria sobre o espaço geográfico, de sensível viés analítico-social, com enfoque nos estudos sobre a formação e conformação geográfica do espaço, da urbanidade e do território.⁶ Tais eixos são sempre

⁶ Geografia Nova é a nomenclatura utilizada pelos geógrafos a fim de designar o movimento que, a partir dos anos 1970, se instaurou no interior da Geografia Crítica. Por sua vez, a Geografia Renovada designa o impulso que, operado desde o interior da Geografia Nova, buscou demarcar uma ruptura com alguns dos postulados epistemológicos daquela vertente geográfica. Esse movimento, tal como se verá nesta obra, buscou a proposição de uma renovação do horizonte teórico da disciplina, sendo o próprio Milton Santos, desde o sul global, o seu principal expoente e porta-voz. Contudo, ainda na atualidade, não há consenso no campo da Geografia quanto ao entendimento de que a Geografia Renovada se realizou ou não como uma vertente independente da Geografia Nova, logo, como uma corrente da Geografia Crítica. Ou mesmo, como uma escola. No entanto, ainda que objeto de polêmicas, privilegiou-se nesta tese – inclusive, desde o título – a chancela Geografia Renovada para designar a obra e o conjunto de proposições teóricas de Milton Santos. Essa escolha respalda-se no ensejo pragmático de distinção, de não esvaziar o caráter político e a força epistemológica da obra do geógrafo brasileiro, sublinhando seus aspectos distintivos e inovadores no quadro da Geografia Nova. E, principalmente, do impulso sempre presente na Geografia de Milton de renovação da disciplina a partir da apreensão do espaço como totalidade e como instância social que é, além de reforçar o forte vínculo e o compromisso do brasileiro com e em pensar o sul global. O que distingue a sua Geografia Nova de outras proposições teóricas que, dentro da corrente, advindas do norte global. Quanto às inclinações e defesas nominais, se Geografia Nova ou Renovada, que podem ferir

cadenciados em sua ontologia do espaço geográfico pela “centralidade da técnica”, pelos diálogos com a “economia política” e por pensar a “cidadania como práxis”, conforme evidenciou a tese da geógrafa brasileira Flávia Christina Andrade Grimm (2011).⁷ *Pari passu*, tornou-se estimado por seu engajamento acadêmico e social como um dos principais expoentes intelectuais críticos da globalização. Além disso, Santos reconhecido como “um dos firmes combatentes na luta contra o racismo no Brasil”, assim declarado pela Câmara dos Deputados (BRASIL, 2014, p. 21).

O profícuo legado de seu gênio e obra, contributivo não somente às fronteiras do campo em que atuou e se notabilizou, rendeu-lhe inúmeros títulos e prêmios no Brasil e no Mundo. Entre eles, destacam-se diversos títulos de *Doutor Honoris Causa* em universidades brasileiras, das Américas e da Europa, além dos prêmios *Jabuti* (1997), *Anísio Teixeira* (2006) e *Vautrin Lud* (1994). Este último é considerado o maior prêmio internacional da Geografia e Milton Santos é, até a atualidade, o único geógrafo latino-americano ganhador do prêmio e, até 2017, o único negro e cidadão terceiro mundista contemplado, antecedendo mesmo à premiação de renomados nomes da Geografia, como os franceses Paul Claval e Yves Lacoste e os anglófonos David Harvey e Edward Soja.⁸

Ex-professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), Milton Santos é considerado um dos expoentes da *intelligentsia* brasileira do século XX. Envergadura que, segundo o geógrafo brasileiro Fábio Betioli Contel (2014, p. 409), permite-nos inserir seu nome no rol das grandes personalidades do pensamento social e crítico nacional, ao lado de Caio Prado Júnior, Paulo Freyre, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, entre outros. E, porque não, também do pensamento latino-americano, uma vez que, desde o campo da

suscetibilidades de alguns colegas geógrafos, mas que muito pouco têm a dizer aos historiadores e demais cientistas sociais, recorda-se a advertência: “Insiste-se: a discussão precisa ser sobre o objeto da disciplina e não sobre a sua denominação, que somente gera fragmentação e fragilidade metodológica.” (SOUZA, 2021, p. 43).

⁷ O termo *ontologia* aparece diversas vezes ao longo desta tese, quase sempre em referência à contribuição teórica de Milton Santos. Por *ontologia*, o dicionário de termos filosóficos de Nicola Abbagnano (2007, p. 662) define “doutrina que estuda os caracteres fundamentais do ser: os que todo ser tem e não pode deixar de ter.” Logo, quando, ao longo do texto, se faz alusão aos estudos encampados por Milton Santos sobre a natureza e razão de ser do espaço geográfico, ou então, ao interesse teórico do geógrafo em relação a ele, inclusive, mas não somente em relação aos fenômenos e conformações espaciais, atribui-se o emprego do termo *ontologia*. Ele jamais deve ser confundido com o termo epistemologia, antes apresentado. No entanto, é precisa a afirmação de que uma *epistemologia* da Geografia, como no caso de Santos, comporta a reflexão sobre o espaço geográfico e seus fenômenos, uma *ontologia*.

⁸ O *Vautrin Lud Prize* é considerado o *Nobel* da Geografia e foi instituído no ano de 1991, tendo a cidade de Saint-Dié-des-Vosges (França) como sede da premiação. O nome do prêmio é uma homenagem a Vautrin Lud, responsável por nomear o continente americano em homenagem ao navegador italiano Américo Vespúcio. Desde a instituição do prêmio, foram laureados 32 geógrafos. O nigeriano Akin Mabogunje compartilha desde 2017 com o brasileiro o posto de únicos geógrafos negros e cidadãos exclusivamente representantes de países subdesenvolvidos a receber o *Lud*. O caso do sino-estadunidense Yi-Fu Tuan é excepcional, porque, embora também não seja caucasiano e tenha nascido em Tianjin, China, desenvolveu toda a sua carreira nos Estados Unidos. Pesa ainda o fato de a China não mais figurar como um país subdesenvolvido.

Geografia, como bem alvitrou o geógrafo e sociólogo francês radicado no México, Daniel Hiernaux (2008, p. 19): “¿Habrá reparado el lector que en los medios geográficos latinoamericanos (inclusive entre el alumnado) no hablamos ‘Santos’ (o sólo a veces y en ocasiones formales) sino de ‘Milton’?”.⁹ Estima que, ainda segundo Hiernaux (2008, p. 19), é representativa tanto da valoração desde aquela disciplina da obra intelectual de Milton Santos, como e de igual maneira transluz como “signo inequívoco” de reconhecimento da personalidade humana do geógrafo baiano, verdadeiro humanista que era. Aclamação que transcende os limítrofes disciplinares do campo da Geografia, abraçando com semelhante força a opinião de intelectuais e acadêmicos das mais diversas áreas da ciência na América Latina, e, quiçá, de todo o Mundo.

À medida que duas décadas se passaram desde o passamento de Milton – o geógrafo sucumbiu em 24 de junho de 2001 à longa e dura batalha contra o câncer – o seu legado intelectual e a original ontologia do espaço pelo brasileiro desenvolvida têm marcado cada vez mais presença em estudos provenientes de uma gama variada de áreas do conhecimento, repercutindo desde as Ciências Sociais às Ciências da Informação. Principalmente, no que diz respeito à apropriação e usos do rico – e igualmente potente – repertório conceitual legado pelo geógrafo, que concede dinamismo, concisão e acabamento – enfim, metodologia – à sua ontologia do espaço. Isso porque o intelectual e docente brasileiro edificou uma teoria e um método em que a Geografia – e, conseqüentemente, o espaço geográfico – não se encontra isolada das convergências com a Filosofia e as demais Ciências Sociais. Buscando, como detentor de uma erudição e de um rigor intelectual insuperáveis, abraçar no constructo de suas reflexões sobre o espaço geográfico uma soma considerável de enfoques disciplinares, articulando-os, sistematizando-os e compaginando-os em sua Geografia Renovada.

No conjunto das Ciências Sociais, contudo, ainda que notório o reconhecimento do homem e intelectual Milton Santos, subleva-se um hiato. Nessa grande-área de conhecimento, como bem salientou a geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza (In BRANDÃO, 2004, p. 76), a obra teórica miltoniana “ainda pouco lida e compreendida, mas fundamental e complexa, ainda está por ser assimilada e discutida pela maioria dos geógrafos e outros cientistas sociais brasileiros.”. No campo da disciplina História, a situação é ainda mais grave, acentuando-se

⁹ Também neste trabalho, por diversas vezes e em inúmeras passagens, preferiu-se o tratamento menos formal geralmente outorgado em deferência a um autor numa obra acadêmica. Logo, e não raras vezes, o leitor se deparará, ao longo dessas páginas, apenas com o uso do primeiro nome, Milton, em vez do sobrenome Santos. Isso em nada diminui nosso reconhecimento e deferência pelo intelectual e geógrafo. Pelo contrário. Também se privilegiou o emprego do nominativo miltoniano(a) em referência ao pensamento ou obra do geógrafo em vez do termo santosiano(a).

uma ausência incômoda e um silêncio ensurdecedor. O geógrafo e um dos intelectuais nacionais de maior envergadura é ainda hoje reconhecido nos círculos dos discípulos de Clio mais por sua projeção intelectual pública do que propriamente por suas contribuições teóricas.¹⁰ E, salvo algumas ilustres iniciativas, como a do historiador e teórico brasileiro José D’Assunção Barros, no recente *História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares* (Vozes, 2017, 122 páginas), livro do qual se voltará a tratar nesta introdução, reconhece-se em grande medida desde a História mais o valor do pensamento de Milton Santos – mormente, as ideias pelo geógrafo chanceladas nos anos oitenta e noventa em séries de artigos de imprensa, entrevistas, e pelo sucesso editorial de *Por uma outra globalização* (Record, 2000, 174 páginas) – do que propriamente a densidade e profundidade de sua contribuição teórica à Geografia e às demais Ciências Sociais. Principalmente, no que diz respeito às profícuas reflexões e inovações do geógrafo baiano acerca do espaço geográfico, por ele elevado ao nível de objeto, categoria e conceito da Geografia Humana, e do vigoroso repertório conceitual que edificou a fim de viabilizar os estudos sobre as espacialidades e seus fenômenos.

Nesse repertório, encontra-se o conceito de *rugosidades*. Conceito esse elaborado a partir de uma preocupação de Milton com a historicidade do espaço e seus processos histórico-formativos e que fundamentado a partir de sua dedicação em explicar a realidade do subdesenvolvimento e as excepcionalidades das formações socioespaciais complexas, porque heterogêneas, dos chamados países periféricos da Ásia, África e América Latina.¹¹ Isso torna tal conceito – como ver-se-á – igualmente central à ontologia e epistemologia do espaço de Milton Santos, bem como à sua compreensão, potencialidade e aplicação, dorsais aos historiadores às voltas com o estudo do espaço e das espacialidades.

Duas hipóteses serviram como porto de partida e nortearam a empreitada desta investigação em Teoria da História. A primeira se baseia numa constatação empírica, porque amplamente consabida, mas quase sempre ocultada – quando não, negligenciada –, pelos historiadores: a de que as concepções de espaço de que ainda nos valem são antiquadas, defasadas e de uma simplificação conceitual que beira a ingenuidade teórico-metodológica.

¹⁰ Em consulta realizada em 2017 ao Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, não foram localizadas produções no campo da História que relacionam a contribuição da teoria da Geografia de Milton Santos à Teoria da História. Algumas poucas dissertações em História & Patrimônio, em História Local, ou ainda em História Ambiental abraçam alguns conceitos miltonianos, mas resguardando-se a apresentá-los sem quaisquer detalhamentos. À data de redação desta tese essa lacuna ainda permanece.

¹¹ Privilegiou-se, ao largo desta obra, a adoção do termo subdesenvolvimento em detrimento de “países em desenvolvimento”, por entender o aspecto disfuncional e ideológico desta última acepção, que, a fim e a cabo, emerge no sentido de projetar uma falaciosa ideia de inevitável progresso econômico de todos os países. Um fim naturalmente atingível. Como se não houvesse fatores externos e verticais determinantes que historicamente barram a autonomia e autodeterminação dos povos e dos estados, mesmo dos países pobres industrializados. O termo “países em desenvolvimento” reforça a atual distopia.

Concepções de espaço essas que, gestadas na passagem do século XIX para o XX, foram tomadas de empréstimo da Geografia. Contudo, de uma Geografia que, em grande medida, viu-se impossibilitada de ler e ressignificar o mundo após o fim da Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, a complexidade e variedade de fenômenos instaurados por essa novíssima configuração do espacial. Trata-se da Geografia legada por Paul Vidal de La Blache e Friderich Ratzel, em que o espaço sequer reluz como um conceito propriamente dito e assim apresentado: unidade que diz de uma universalidade. Os colegas geógrafos, ainda que, na atualidade, a essas correntes manifestem reconhecimento e deferência, souberam de algum modo de alguns dos ensinamentos se desvencilhar, reconhecendo seus contextos históricos de emergência e suas limitações teóricas. Mas nós, historiadores, salvo algumas iniciativas isoladas, arraigados que somos à manutenção de certa reverência aos cânones, ainda a eles nos afeiçoamos, apregoando os ensinamentos de uma Geografia moderna, nacionalista, deveras eurocêntrica, cujas contribuições teóricas – e, daí também conceituais –, mesmo que importantes, foram pensadas de e para um determinado horizonte e realidade: os da Europa de *fin-de-siècle* XIX. Portanto, tais concepções espaciais pouco nos têm a oferecer em termos explicativos sobre a conjuntura pós-Segunda Guerra. E, ainda menos, sobre outras realidades espaciais plurais que transbordam para além dos limítrofes do Velho Continente. Conformações espaço-temporais sobre as quais nossos pares e, especialmente, os jovens historiadores têm, cada vez mais, se debruçado.

A outra hipótese se ancora numa inquietação de fundamentação teórica que é nutrida pela imersão nas leituras da obra de Milton Santos. Na ontologia do espaço edificada pelo geógrafo brasileiro, é patente que a compreensão miltoniana de espaço não obliterou uma ideia há muito tácita e cara, mas jamais epistemologicamente detalhada pelos historiadores. Uma constatação quase que empírica em nosso meio e entre nossos pares, mas que certamente, pelo imperativo de dominância daquele legado das escolas geográficas modernas, ceifou à nossa disciplina a oportunidade de abstração. Faltando-lhe fazer a teoria. Tal hipótese é a de que o espaço é muito mais do que o simples meio físico: as montanhas, o mar, os rios, a cidade, o campo, etc. Tampouco pode ser tomado unilateralmente como palco de possibilidades das ações humanas, como dispôs o pensamento vidaliano, noção que ainda hoje pesa sobre os historiadores. O espaço geográfico é, sobretudo, determinado pela história e determinante da história. Determinado pela geografia e determinante da geografia. É determinado-determinante do homem e das sociedades, pelo homem e pelas sociedades: *fator social* que é. Uma realização geohistórica e uma condição geohistórica. Esse reconhecimento ao caráter histórico inerente ao espaço geográfico foi ainda introduzido nos anos 1970 por Milton: “Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a História [...] pode servir

como fundamento à compreensão da realidade espacial [...]” (SANTOS, 1979, p. 9-10). Ademais de endossado generosamente pelo geógrafo por meio do reconhecimento em suas obras aos trabalhos historiográficos de autores – entre outros – como Karl Marx, Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, mas, sobretudo, reconhecido e materializado em sua obra, em sua ontologia do espaço, em sua Geografia Renovada e, finalmente, em sua Geohistória, por meio das *rugosidades*.

A tese que o leitor tem em mãos tem por fundamental objetivo apresentar um estudo sistemático, desde a área de Teoria da História, da ontologia e do conceito de espaço geográfico de Milton Santos, com especial ênfase na apresentação, no detalhamento, e ressaltando a potencialidade do conceito de *rugosidades* para a estruturação dessa ontologia. O estudo também procura demonstrar como a elaboração por Milton Santos de uma teoria do espaço geográfico de viés analítico-social, estruturada na centralidade da técnica, no diálogo com a economia política, na ênfase do exercício da cidadania como práxis, mas, sobretudo, com base nas *rugosidades*, permitiu-lhe o desenvolvimento de uma original e refinada proposta de Geohistória. Nesta, tanto a concepção miltoniana de espaço – e, de *paisagem*, por conseguinte – como conceito e categoria geográficos, bem como as *rugosidades* como ideia-estrutura, apresentam-se tal-qualmente contributivos aos estudos em História. Especialmente, mas não somente, como ver-se-á, no que concerne às investigações acerca das sociedades e culturas dos países subdesenvolvidos no período pós-Segunda Guerra Mundial, uma vez que não somente reconhece a historicidade no e do espaço, mas as singularidades e as heterogeneidades da espacialidade na História.

Na esteira e a fim de reforçar a vitalidade de empréstimo e a potencialidade operacional das noções miltonianas de espaço geográfico, de *paisagem* e de *rugosidades* à História, a presente tese também se ocupa da apresentação e do detalhamento das particulares periodizações – ou proposta de temporalidades geohistóricas – desenvolvidas pelo geógrafo brasileiro e enunciadas pelas concepções de período ou *meio natural*, *meio técnico-científico* e *meio técnico-científico-informacional*. De igual maneira, debruça-se sobre outras categorias e conceitos que, a fim e a cabo, e em grau de semelhança à importância de tais periodizações, desde o interior da arquitetura da epistemologia da Geografia Renovada de Milton Santos, sustentam a categoria e conceitos de espaço, de *paisagem* e de *rugosidades*. Trata-se de um repertório conceitual conformado pela releitura miltoniana de termos já consagrados na disciplina Geografia, como os de *território* e *região*, ou mesmo de inovadores conceitos compostos – por vezes aqui chamados de duplos conceituais –, tais como os de *verticalidades* e *horizontalidades*, *circuito superior* e *circuito inferior* e *fixos* e *fluxos*, além das categorias

analíticas de *Forma, Função, Processo e Estrutura*. Há outros conceitos de menor destaque neste trabalho, porém não menos importantes, que se encontram diluídos ao longo da composição textual a fim de explicar e contextualizar os conceitos e categorias considerados centrais¹² porque, no conjunto e em equivalência de força, suscetíveis de importação, aplicabilidade, adaptação, enriquecimento e respaldo à pesquisa em História.

A pesquisa empreendida e ora apresentada em formato de tese se debruçou na leitura crítica e sistemática das principais obras de Milton Santos, desde aqui consideradas fontes, contabilizando ao todo 10 volumes da vasta produção estritamente teórica do geógrafo. A maioria foi publicada ou republicada na *Coleção Milton Santos*, sob chancela da *Editora da Universidade de São Paulo* (EDUSP). Ainda há publicações outras: *curriculum vitae*, livros em coautoria ou que versam sobre temas diversos, entrevistas e artigos, totalizando 19 produções assinadas pelo autor e listadas nas referências bibliográficas, ao final deste trabalho. A elevação de tais produções ao estatuto de fontes da pesquisa levou em consideração dois critérios: o de relevância teórica e o de consubstanciação de informações, principalmente, no que diz respeito às informações de caráter epistemológico ou sobre a vida e obra do intelectual. Nos capítulos que conformam a tese, tais produções aparecem sempre datadas com o ano da edição utilizada pelo pesquisador e, logo em seguida, entre colchetes, a data de publicação do original. Essa orientação, em conformidade com o recomendado pela *Associação Brasileira de Normas Técnicas* (ABNT), justifica-se em decorrência da necessidade de permitir ao leitor uma visualização cronológica do desenvolvimento epistemológico e do pensamento de Milton Santos. Ou seja, quando determinada ideia ou conceito aparece – ou, ainda, é citado ou reelaborado – no horizonte da vasta produção do geógrafo.

Entre os dez livros estritamente mais teóricos de Milton Santos utilizados como fontes ao largo da pesquisa, destacam-se por sua relevância à trajetória epistemológica do geógrafo, portanto, à edificação da concepção miltoniana de espaço, os seguintes: *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, de 1978, *Espaço e Sociedade – Ensaio*, de 1979, *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, de 1979, *Espaço e Método*, de 1985, *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*, de 1988, e *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, de 1996.¹³ O primeiro e o último, respectivamente, *Por uma*

¹² Entre esses conceitos menores, mas imprescindíveis à inteligibilidade da ontologia do espaço desenvolvida por Milton Santos, destacam-se: os de *formação socioespacial* e de *totalidade*, advindos de Karl Marx, o de *espaço híbrido*, o de *territorialidades*, o de *meio*, o de *segunda natureza* etc.

¹³ Na leitura desta tese, o leitor poderá sentir a ausência de citações à obra *Espaço e Sociedade – Ensaio*. Isso se deve não por omissão, mas em razão de que os principais capítulos que compõem o livro foram posteriormente

Geografia Nova e *A Natureza do Espaço*, são leituras imprescindíveis à compreensão da Geografia Renovada e, conseqüentemente, à ontologia do espaço desenvolvida por Milton Santos.

Por uma Geografia Nova pode ser considerada a primeira grande obra teoricamente mais densa escrita pelo intelectual brasileiro. Nela, Milton fundamenta os postulados de sua Geografia Renovada e, conseqüentemente, de sua original concepção do espaço geográfico. Trata-se, como ver-se-á, da produção que demarca o amadurecimento do geógrafo e, de fato, a busca por uma autonomia intelectual em relação a alguns postulados teóricos da Geografia, expressando certo rompimento com os cânones europeus. E, não obstante, reluz como uma crítica contundente do autor a certo modelo de Geografia Crítica até então praticado. Por seu turno, e, em nosso entendimento, *A Natureza do Espaço* deve ser tomada como a última grande obra teórica do brasileiro. Nela apresenta, de maneira organizada, esquematizada, sucinta e, por que não, pedagógica até, ideias e conceitos fermentados e amadurecidos ao largo de sua trajetória acadêmica. Conforma-se, de certo modo e em alguma medida, a síntese de um pensamento - e até mesmo de uma trajetória epistemológica -, dispondo um conjunto de ideias e conceitos já burilados e matizados. É obra de grosso calibre!

Outros autores e obras foram decisivos ao compósito da pesquisa. E, portanto, serviram de apoio e suporte ao deslumbramento e desvendamento da vida e obra de Milton Santos e, mais além, quando o caso, de decodificação de termos, conceitos, categorias e debates imanentes da Geografia. E, por que não, também da, e, pertinentes à História. Sem o auxílio desses referenciais, desses suportes, a conscienciosa e árdua tarefa de pesquisa teórica e, em especial, de investigação de uma vasta e densa obra teórica como a de Milton Santos, tornar-se-ia um desafio quase que intransponível. Como se isso não bastasse, recorda-se ainda o repto de realização de uma pesquisa que toca não somente convergências disciplinares, mas, decorrente disso, zonas de atrito e interditos entre campos do saber-fazer: as paralaxes, os propósitos divergentes, as tradições candentes e, sobremaneira, os debates, os embates e as polêmicas suscitados do lado de lá e do lado de cá das trincheiras do campo de batalha das Ciências Sociais.

Desde o campo disciplinar da Geografia, a tese de doutorado intitulada “Trajetória epistemológica de Milton Santos: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis”, da geógrafa Flávia Grimm, representou

compilados e reproduzidos pela EDUSP no volume *Da totalidade ao lugar*, de 2005. Durante a pesquisa, ambas as obras foram consultadas e o seu conteúdo, comparado. Contudo, devido à atualidade desta última e raridade da primeira, privilegiou-se a referência desta em detrimento daquela.

um aporte consistente à compreensão da trajetória epistemológica de Milton Santos, bem como ao entendimento de conceitos e categorias várias.¹⁴ Quanto à trajetória formativa do geógrafo baiano, mas referente ao período que antecede à sua projeção internacional e ao seu amadurecimento intelectual propriamente dito, a tese de Paulo Henrique Ferreira Costa, sob o título “O Jovem Milton Santos: personagem do protótipo metodológico revelar [matrizes clássicas originárias] para definir [vanguarda, universalidade e viés geográfico]” também foi de grande valia.¹⁵ Na esteira da compreensão da vida e sobre aspectos da produção teórica de Milton Santos, igualmente foram valiosos os aportes das coletâneas *Encontro com Milton Santos* (respectivamente: Empresa Gráfica da Bahia, 2005; e Editora da Universidade Federal da Bahia, 2009), organizadas por Maria Auxiliadora da Silva e Rubens Toledo Junior, entre outros, e *Milton Santos e o Brasil* (Perseu Abramo, 2004), coordenada por Maria A. Brandão. Essas antologias contaram com as contribuições especializadas de geógrafos e outros estudiosos da vida e obra de Santos.

Quanto aos temas e discussões sobre espaço e espacialidades, ou, provenientes da Geografia, a presente pesquisa respaldou-se em uma gama de obras e autores, entre os quais alguns considerados basilares. O capítulo “Espaço, um conceito-chave da Geografia”, de Roberto Lobato Corrêa, presente no livro *Geografia: conceitos e temas* (Bertrand, 2000), revelou-se um suporte considerável ao apresentar uma variedade de concepções de espaço emergentes desde aquele campo disciplinar. Em complemento, o clássico *Geografias pós-modernas: a reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica* (Zahar, 1993), de Edward Soja, e *Geografia e Filosofia* (Editora da UNESP, 2004), de Eliseu Sposito, possibilitaram, cada qual a seu modo e teor de aprofundamento, o reconhecimento das discussões mais teóricas que envolvem as diversas acepções do conceito de espaço, de categorias e conceitos geográficos e em relação ao próprio objeto da Geografia. Por sua vez, o título *História da Geografia* (Edições 70, 2006), de Paul Claval, permitiu um panorama do desenvolvimento histórico e epistemológico daquele campo das Ciências Sociais desde uma abordagem cara à nossa proposta, a da evolução do conceito de espaço geográfico. Demais autores e obras igualmente contributivos a esta pesquisa constam referenciadas nos capítulos e nas referências bibliográficas ao final desta tese.

¹⁴ A tese de Grimm foi defendida em 2011 pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo. USP.

¹⁵ Tese de doutorado defendida em 2013 pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Rio Claro.

No campo disciplinar da História, as releituras das obras de Braudel foram aportes indubitáveis ao apercebimento de um variado número de temáticas – inclusive referentes à convergência entre Geografia e História –, nas quais a investigação inerentemente resvalou. Partindo da releitura, entre outros, de clássicos como *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* (FCE, 1976) e *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII* (WMF Martins Fontes, 2009) foi possível a identificação do movimento braudeliano de apropriação da ideia de espaço geográfico. Movimento este encampado por Braudel desde a corrente historiográfica francesa dos *Annales* e até a atualidade tido como o principal, porque mais ousado e bem-sucedido intento de importação e readaptação do ente à *démarche* da História. Em decorrência, por meio dos referidos títulos, foi possível a visualização dos meandros de edificação, pelo renomado historiador francês, de uma área convergente de estudos: a Geohistória. As referidas publicações de Braudel também serviram, ao longo deste trabalho, quando o caso, para a concatenação de aproximações e distanciamentos entre os modelos de Geohistória braudeliano e miltoniano.

Outros títulos sob chancela dos *Annales* foram imprescindíveis para a assimilação dos itinerários e debates que, antes mesmo de Braudel, propiciaram a aproximação da corrente historiográfica francesa com as demais Ciências Sociais, especialmente com a Geografia. Entre essas obras, encontram-se *Combates por la Historia* (Editorial Planeta, 2014), de Lucien Febvre, e *Apologia à História, ou O Ofício do Historiador* (Zahar, 2001) e *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII* (EDUSC, 2001), de Marc Bloch.¹⁶ Os livros do historiador mexicano Carlos Antonio Aguirre Rojas também foram indispensáveis nesse sentido, abrindo as portas de erudição tanto em relação às operações de convergência colocadas em marcha pelos chamados pais fundadores dos *Annales* quanto ao entendimento da magnitude da genialidade e obra de Braudel. De Aguirre Rojas destacam-se, entre outros títulos: *Uma História dos Annales: 1921-2001* (Eduem, 2004) e *Fernand Braudel e as Ciências Humanas* (Eduel, 2003). Condizentes com a temática, igualmente contribuíram as publicações de François Dosse, a saber: *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História* (Editora da Unicamp, 1992) e o segundo tomo de *Historia del Estructuralismo: el canto del cisne, 1967 hasta nuestros días* (Ediciones Akal, 2004). Outros autores e obras essenciais, muitos dos quais

¹⁶ Por vezes, foi utilizada a edição mexicana de *Apologia à História, ou O Ofício do Historiador*, intitulada *Introducción a la Historia* (FCE, 2000). Ambas constadas nas referências bibliográficas. Isso se deveu a uma questão de ordem logística, uma vez que, em dados momentos da escrita da tese, somente foi possível o acesso à edição da *Fondo de Cultura Económica*.

familiares aos historiadores brasileiros, encontram-se igualmente referenciados ao longo da tese e nas referências bibliográficas.

É consabido que a epistemologia da Geografia Renovada de Milton Santos foi estruturada tendo como sólida base histórico-filosófica o pensamento crítico imanente do Materialismo Histórico Dialético. Essa herança transparece de maneira tácita nas obras teóricas do geógrafo brasileiro através de proposições e empréstimo de alguns conceitos, categorias e ideias. Dessa maneira, a revisitação de clássicos do pensamento marxista foi inevitável durante a realização da pesquisa. De Karl Marx, valeu-se a revisitação aos clássicos *O Capital*, *Contribuição à Crítica da Economia Política* e *Escritos Econômicos Filosóficos*.¹⁷ De igual maneira, e devido à reverberação do estruturalismo marxista de Louis Althusser na obra geográfica de Milton Santos, também foram de meritória apreciação os títulos *La Revolución Teórica de Marx* (Siglo XXI, 1967) e *Sobre a Reprodução* (Vozes, 1999). Outro pensador marxista cuja leitura e diálogo impactaram derradeiramente a produção do geógrafo baiano foi Henri Lefebvre. Desse autor, tornou-se imprescindível a leitura de *La producción del Espacio* (Capitán Swing, 2013). Por fim, porém não menos importante, o robusto e completo *Dicionário do Pensamento Marxista* (Zahar, 2012) do sociólogo Thomas Bottomore consolidou-se um quantioso instrumento de consulta durante a realização da pesquisa e redação da tese.

Do oceano bibliográfico até aqui arrolado e dentre tantos outros títulos contributivos ao compósito deste trabalho, mas cuja citação ingratamente não convém ao espaço diminuto deste antelóquio, dois autores e suas respectivas produções colocam-se como interlocutores diretos da presente pesquisa. São, portanto, de algum modo responsáveis pelas questões nessas páginas levantadas. O artigo “Geohistoria” (2010) do historiador basco José Luis Orella Unzué abriu veredas ao vislumbamento de que, para além de uma Geografia Renovada e uma ontologia do espaço, Milton Santos concebeu uma mui original proposta de Geohistória. E que essa Geohistória estritamente conectada à própria concepção de espaço do geógrafo brasileiro carrega eixos de aproximações e de distanciamentos em relação à modalidade de Geohistória concebida por Fernand Braudel.

O livro do historiador e teórico da História brasileiro José D’Assunção Barros, intitulado *História, Espaço e Geografia: diálogos interdisciplinares* (Vozes, 2017), consolidou-se para

¹⁷ A fim de evitar o estranhamento do leitor brasileiro, no caso da última obra, foi utilizada a edição em Língua Castelhana publicada pela mexicana Editorial Grijalbo e organizada por Wenceslao Roces. A referida edição foi publicada sob o título *Escritos Económicos Varios* em 1966. É considerada uma das melhores edições lançadas no país. Já a versão de *O Capital* foi consultada a única edição completa disponibilizada pelo Kindle, de duvidosa qualidade editorial ainda que mantendo a integralidade do original. Isso se deveu ao abrupto fechamento das bibliotecas universitárias mediante o contingenciamento pandêmico no México.

além de uma referência de primeira ordem à compreensão da potência da ontologia do espaço de Milton Santos à História – especialmente no que diz respeito aos empréstimos conceituais – um robusto incentivo a inúmeras e antigas inquietações teóricas do pesquisador. Encorajou-nos à aventura – ou desventura, dada a profundidade e abrangência do objeto e das polêmicas e debates por ele suscitados – de encampar a pesquisa, cujos resultados aqui apresentados. A tese não deixa de dialogar diretamente com a publicação de Barros. Por vezes, realçando as fortalezas da leitura do autor sobre a obra de Milton Santos, mas também, de maneira integralmente honesta e intelectualmente crítica apontando possíveis debilidades. Esta tese não deixa de ser um labor de aprofundamento do pioneiro trabalho de Barros.

Vale ainda esclarecer que, à diferença da proposta nessas páginas encaminhada, debruçada sobre a compreensão e operacionalidade da concepção de espaço e do repertório conceitual miltonianos para a História e o ofício do historiador, o livro de Barros mostra-se imbuído de outra missão: a de apresentação dos principais conceitos da Geografia e a demonstração de seus benefícios e aplicabilidades aos estudos em História. Isso significa abraçar um leque de perspectivas e correntes geográficas, bem como um extenso repertório de conceitos não raras vezes dispostos no interior daquela disciplina de maneira conflitiva. Qualquer ímpeto de abrangência sempre desguarda flancos, abrindo caminhos à ocorrência de algumas imprecisões ou generalizações. Dito isso, resta-nos alertar ao leitor que, no tocante aos conceitos, replica-se na tese proposta quase que a totalidade do repertório miltoniano apresentado pela obra de Barros, excetuando-se um ou outro. No entanto, o que muda é a abordagem, a disposição como apresentados e, em alguns casos, sensíveis divergências de entendimentos. Sobretudo, o teor de aprofundamento teórico, caráter último que somente vem a contribuir, enriquecendo o debate e abrindo caminhos ao alargamento de estudos sobre a obra do geógrafo brasileiro desde o campo da História.

Pelo volume e valor teórico das fontes analisadas e pela quantidade e abrangência da literatura especializada utilizada, a pesquisa respaldou-se metodologicamente na análise isotópica das obras. Segundo Barros (2013a, p. 74), o método de análise isotópica aplicado em História consiste no exame de conteúdo, de discursos ou narrativas produzidas por determinado campo de conhecimento no sentido de avaliar consistências e inconsistências, aproximações e distanciamentos em relação à determinada temática ou abordagem. O método apresenta-se ainda mais válido quando, como em nosso caso, buscou-se o exame de conteúdo teórico desde uma perspectiva de convergência entre campos do conhecimento com objetos-fim distintos, avalizando os ditos e interditos entre Geografia e História, e a viabilidade ou inviabilidade do empréstimo de noções e conceitos desde aquela área das Ciências Sociais. Possibilita-se, desse

modo: a) antever as possíveis contribuições teóricas e conceituais da Geografia Renovada de Milton Santos aos estudos encampados pela História; b) reconhecer as limitações de empréstimo e de aplicabilidade de tais pressupostos teóricos e conceituais; e c) buscar correlativos e exemplos desde a historiografia que justificassem a importação e aplicabilidade desses instrumentais.

A abordagem metodológica também se respaldou em importante consideração do historiador Jorge Grespan sobre os estudos teóricos em História que abarcam ou perpassam a convergência entre disciplinas. Para Grespan (2011, p. 296), ao cruzar as fronteiras epistemológicas em busca do objeto, o pesquisador não deve e não pode se preocupar em manter incólumes as fronteiras disciplinares. “O decisivo, porém, é questionar a integridade do sujeito e do objeto”, o seu valor de pertinência, uma vez que o estudo desde uma perspectiva convergente impõe “a redefinição completa e profunda dos campos de saber” e conclama o reconhecimento e a “redistribuição do trabalho intelectual” (GRESPLAN, 2011, p. 296). Eis uma valoração de ordem tautológica. E que, desde uma genuína preocupação em repensar o campo da Geografia, reconhecida pelo próprio Milton Santos, quando este defende que os conceitos de espaço advindos de outras “disciplinas [como a Física, por exemplo] podem [até] passar, automaticamente, para a disciplina geográfica”, mas que “necessitam de adequação, para se tornarem operacionais em geografia.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 87). Ensino também válido quando da importação e de operações de empréstimos realizados entre disciplinas consanguíneas, como no caso da Geografia e da História, como almejado neste trabalho.

Este volume encontra-se estruturado em quatro capítulos que buscam introduzir paulatinamente o leitor na vida e na obra de Milton Santos. E, conseqüentemente, nas discussões e plausíveis aportes da Geografia Renovada e da ontologia do espaço miltonianas à História. Intitulado “Milton Santos: itinerário biográfico e trajetória epistemológica”, o capítulo de abertura propõe o reconhecimento, num primeiro momento, do itinerário biográfico do geógrafo brasileiro, delongando-se nas conjunturas política e social do Brasil e do Mundo que matizaram a constituição do Milton geógrafo, acadêmico e intelectual. O reconhecimento do leitor, principalmente, mas não somente especializado em História, da biografia de Milton Santos é crucial ao entendimento de suas intenções e proposições teóricas. Isso porque, para além de sujeito histórico, *scholar* e intelectual, quando se trata de Milton, impossível dissociar o homem da obra. O geógrafo edificou uma epistemologia com o intuito não somente de repensar e renovar a Geografia como disciplina, pautando-se pelos debates e embates disciplinares e pelas convergências então em curso, mas, sobretudo, erigiu uma epistemologia

e uma ontologia do espaço geográfico capazes de dialogar, pensar, compreender e responder às candentes mudanças então em curso no Brasil e no Mundo.

Outro caminho, em paralelo ao anterior e abraçado num segundo momento do mesmo capítulo, diz respeito à própria trajetória epistemológica do intelectual no campo disciplinar da Geografia. Percorre-se as etapas fundamentais de amadurecimento teórico do geógrafo, o fomento e maturação de ideias a partir das balizas dadas pelos debates então efervescentes na Geografia, os caminhos por ele trilhados em diferentes variantes geográficas, o reconhecimento do débito à Geografia francesa, especialmente à marxista, e, as fissuras e ruptura operadas por Milton em relação ao legado dos mestres franceses ao buscar autonomia intelectual e epistemológica, entre outras. Fios condutores que possibilitaram a Santos, desde aquele campo científico, o desenvolvimento de sua Geografia Renovada e de uma original ontologia do espaço. O mapeamento da trajetória de constituição de um saber – e das redes que o constituem – revela-se recurso indispensável a qualquer estudo debruçado sobre um dado objeto epistemológico.

Em *O Espaço, a Geografia e a História*, segundo capítulo, apresenta-se de maneira sintética o desenvolvimento da ideia de espaço no interior da disciplina Geografia e o processo de incorporação e adequação de concepções de espaço geográfico à disciplina História. Naquele caso, tematiza-se como as duas principais escolas da Geografia moderna, a alemã de Ratzel e a francesa de La Blache, introduziram noções, mas não propriamente desenvolveram conceitos puros de espaço geográfico, e, como essas noções – em especial, a ratzeliana – se valeram em maior ou menor grau de uma perspectiva naturalista, biológica até, a fim de fundamentar suas proposições sobre as espacialidades. Na esteira, demonstra-se como, a partir da segunda metade do século XX – mormente, nos anos 1970 –, os geógrafos começaram a colocar em xeque essas antigas noções de espaço, passando ao desenvolvimento de um conceito propriamente dito de espaço geográfico, e a repensar o lugar ocupado pelo espaço na disciplina Geografia.

A seção também demonstra como aquelas concepções anteriores de espaço, advindas das escolas nacionais modernas da Geografia, foram incorporadas à História especialmente pelos historiadores da corrente francesa do *Annales*. Ela é responsável, mais do que qualquer outra corrente historiográfica do século XX, pela operacionalização e adequação metodológica dessas concepções de espaço à *démarche* da História, resguardadas as sensíveis diferenças entre os movimentos metodológicos de apropriação dessas concepções de espaço geográfico operados desde o âmago da corrente entre a Geografia Histórica praticada pelos pais fundadores dos *Annales* e a Geohistória de Fernand Braudel. O capítulo versa ainda sobre a conjuntura e os meandros dessa incorporação, os debates e embates a partir delas suscitados entre

historiadores e geógrafos, o impacto à historiografia e, por conseguinte, levanta questionamentos sobre a viabilidade – ou contribuições – da manutenção dessas noções de espaço pela disciplina História.

No terceiro capítulo, denominado “O Espaço, as Rugosidades e a Geohistória na ontologia do espaço de Milton Santos”, apresentam-se as definições dos conceitos centrais de espaço geográfico e de *paisagem* na ontologia do espaço de Milton Santos. E, como este, decorrente daquele, representa um conceito operacional porque abstrativo de espaço não somente ao trabalho dos geógrafos, mas também aos historiadores. O capítulo igualmente detalha o edifício teórico em que assenta a concepção de espaço geográfico miltoniana, sublinhando a relevância do conceito de *formação socioespacial* – releitura geográfica do conceito marxista de formação socioeconômica – e a centralidade ocupada pela *técnica*. Sobretudo, a seção coloca em evidência a proeminência do conceito de *rugosidades* à estruturação teórica da concepção de espaço geográfico de Milton Santos e como as *rugosidades*, entendidas desde o âmago daquela ontologia como superposição desigual de tempos, acabam por reconhecer a historicidade imanente do espaço. Trata-se, portanto, de uma conceituação que, à revelia das concepções anteriormente aventadas pelas escolas geográficas nacionais modernas, conclama e chancela o estatuto histórico do espaço geográfico. A Geografia Renovada de Milton Santos, ao reconhecer que o espaço não é unilateralmente espaço, mas igualmente é tempo, História, revela-se nesta tese também como Geohistória.

O quarto e último capítulo, “A Geohistória de Milton Santos: categorias, conceitos, temporalidades”, reproduz, de certa maneira, ao passo que aprofunda e dilata, a iniciativa de José D’Assunção Barros em *História, Espaço, Geografia* da apresentação aos pares historiadores do repertório conceitual de Milton Santos e, em decorrência, enfatiza a versatilidade, a potencialidade e a aplicabilidade desse repertório ao labor historiográfico. Sobretudo, aos estudos que versam sobre objetos e recortes contemporâneos. No capítulo, portanto, são apresentados os fundamentos e os principais conceitos, categorias e instâncias da Geohistória de Milton Santos, tais como: os compostos conceituais de *verticalidades* e *horizontalidades*, *circuito superior* e *circuito inferior*, *fixos* e *fluxos*, as categorias analíticas de *Forma*, *Função*, *Processo* e *Estrutura* e os reformulados conceitos clássicos de *território* e *região*. De igual maneira, esquadrinha-se a original proposta de temporalidades – ou periodizações – do espaço geográfico desenvolvida por Santos. A realização de uma periodização sumamente de caráter geográfico assegurou à epistemologia desenvolvida pelo geógrafo brasileiro certa desenvoltura de definição e redefinição de conceitos, bem como autorizou epistemologicamente a empiricização em conjunto do tempo e do espaço em sua

proposta de Geohistória. O incremento da ideia de um período – ou meio – *técnico-científico-informacional* pelo geógrafo apresenta-se vigorosamente potente aos estudos acerca das sociedades contemporâneas a partir do marco do término da Segunda Grande Guerra.

Esboça-se, por fim, nos dois últimos capítulos duas preocupações. Por um lado, a de apresentar as categorias, as instâncias e os conceitos miltonianos em itálico, a fim de que o leitor possa reconhecê-los e diferenciá-los daqueles provenientes de outros pensadores e matrizes epistemológicas. Por outro, a de materializar, por meio de exemplos ou correlatos historiográficos, as possíveis inserções e aplicabilidades de tais conceitos à História. Recomenda-se, no entanto, que cada historiador, munido com certa dose de sensibilidade cara ao ofício, possa reconhecer, a partir desses rascunhos ilustrativos, a aplicabilidade e potência desses instrumentais teóricos a seus respectivos objetos de estudo ou recortes temáticos. Em alguns casos, reforça-se, no corpo de cada capítulo, quando necessário, certa dose de parcimônia quanto à flexibilidade de aplicação de determinados conceitos em História, uma vez que, pese a necessidade de adequação à *démarche* disciplinar, pode-se incorrer no esvaziamento do conteúdo teórico. Assim, o esvaziamento torna o conceito inoperável, sem significado e que nada mais diz do significante. É isso! Que faça o leitor a boa leitura!

1 MILTON SANTOS: ITINERÁRIO BIOGRÁFICO E TRAJETÓRIA EPISTEMOLÓGICA

Somos contemporâneos do verdadeiro milagre pelo qual cada geração entende – ou, ao menos, é capaz de entender – o universo como um todo e percebe cada uma de suas partes como parte do mundo. E – outra novidade – a consciência de ser mundo é dada, concomitantemente, ao lugar e ao indivíduo.

Milton Santos, *O novo Século das Luzes*

Milton Santos sagrou-se como um dos expoentes da *intelligentsia* brasileira e da Geografia no século XX. Notoriedade que se desdobrou em duas indissociáveis frentes, a do geógrafo-acadêmico e a do geógrafo-cidadão, evidenciando grande capacidade de conjugar, na sempre complexa dinâmica do cotidiano, teoria e prática, saberes e engajamento. Intelectual de estrela-maior, lançou-se com desenvoltura ao voo de pensar as questões próprias do campo disciplinar ao qual se dedicou, o Brasil, a América Latina e o Mundo. E com equivalente força sua obra transpassou e dilatou rígidas fronteiras disciplinares, atingindo tanto o grande público como os leitores especialistas das mais variadas áreas.

Notório esse reconhecimento do intelectual e do cidadão Milton Santos, mas sob as sombras dessa projeção subleva-se um hiato. Um dos geógrafos nacionais de maior envergadura é ainda hoje mais reconhecido entre os historiadores pela atuação intelectual pública do que propriamente por suas vigorosas contribuições teóricas. Reconhece-se, entre os discípulos de Clio, a grandeza da projeção intelectual e do pensamento de Milton Santos, mas, na mesma proporção, pouco se conhece sobre sua trajetória e oblitera-se à medida de sistematização teórica a potencialidade de sua herança epistemológica, principalmente no que diz respeito às tão profícuas quanto inovadoras considerações do autor acerca do espaço – por ele elevado ao patamar de conceito, categoria e um dos principais objetos da Geografia. Ademais, subestima-se o vigoroso repertório conceitual que edificou a fim de viabilizar os estudos sobre a espacialidade e seus fenômenos, como é o caso do conceito de *rugosidades*.

Neste primeiro capítulo, apresenta-se ao leitor – principalmente, mas não somente da área da História – o itinerário biográfico e a trajetória epistemológica de Milton Santos. Caminhos igualmente indissociáveis por ele percorridos à edificação, desde o hemisfério Sul, de uma ontologia do espaço geográfico. Considera-se que a concepção miltoniana de espaço não deixou de ser assim plausível e, com igual força, uma reverberação da origem, da condição

e dos passos biográficos e epistemológicos trilhados por Milton Santos. Como bem salientou o geógrafo Fabio Betioli Contel (2014, p. 393), por si só reconstituir essa trajetória não é tarefa das mais fáceis, dada a “extraordinária riqueza” da vida e da obra de Santos. Tanto nos recônditos da esfera pessoal quanto na projeção pública de sua passagem terrena, a de sua produção e persona intelectual, Milton Santos deixou ademais de um vasto, denso, diverso, intenso e vívido legado acadêmico, a composição de um itinerário de vida ímpar, marcado em inúmeros aspectos pela demolição de paradigmas arraigados na sociedade e universidade brasileiras.

Ainda que a arquitetura deste capítulo não se ocupa senão do resgate desses caminhos a título de apresentação, o desafio se acentua à medida que resvala em questões de natureza teórica. Em História e nas demais Ciências Sociais, reconhecem-se as implicações labirínticas dessa sempre difícil tarefa de conciliação entre o sublunar e o lunar, entre o homem como teórico e a teoria como expressão do homem, de sua realidade concreta. Pierre Bourdieu (1996), de maneira enfática, alertou para as armadilhas da ilusão biográfica. E, antes dele, Immanuel Kant, em sua *Crítica da Razão Prática*, para as correlações nem sempre diametrais entre razão, vontade e o mundano.¹⁸ Mas, em contrapartida, há também quem considera o contrário. Alain Croix (In RIOUX; SIRINELLI, 1996, p. 51), sem maiores reticências, menciona a indissociabilidade entre essas duas expressões ao abordar o ofício de historiar e o sujeito-historiador. Já os geógrafos Antoine Bailly e Hubert Beguin acentuam que:

La lógica formal de las teorías no puede, por lo tanto, enmascarar el carácter cognitivo (proceso que implica la interacción entre un individuo y su medio de vida, y que recubre el conjunto de fenómenos que van desde la percepción a la actitud) de toda investigación científica. No se puede concebir la ciencia como una actividad que se basta con su lógica interna, ya que el movimiento

¹⁸ Refere-se Kant: “Duas coisas enchem o ânimo de crescente admiração e respeito, veneração sempre renovada quanto com mais frequência e aplicação delas se ocupa a reflexão: *por sobre mim o céu estrelado; em mim a lei moral*. Ambas essas coisas não tenho necessidade de buscá-las e simplesmente supô-las como se fossem envoltas de obscuridade ou se encontrassem no domínio do transcendente, fora do meu horizonte; vejo-as diante de mim, coadunando-as de imediato com a consciência da minha existência. A primeira começa no lugar que eu ocupo no mundo exterior sensível e congloba a conexão em que me encontro com incalculável magnificência de mundos sobre mundos e de sistemas, nos tempos ilimitados do seu movimento periódico, do seu começo e da sua duração. A segunda começa em meu invisível eu, na minha personalidade, expondo-me em um mundo que tem verdadeira infinidade, porém que só resulta penetrável pelo entendimento e com o qual eu me reconheço (e, portanto, também com todos aqueles mundos visíveis) em uma conexão universal e necessária, não apenas contingente, como em relação àquele outro. O primeiro espetáculo de uma inumerável multidão de mundos aniquila, por assim dizer, a minha importância como *criatura animal* que tem que devolver ao planeta (um mero ponto no universo) a matéria de que foi feito depois de ter sido dotado (não se sabe como) por um curto tempo, de força vital. O segundo, por outro lado, realça infinitamente o meu valor como inteligência por meio de minha personalidade, na qual a lei moral me revela uma vida independente da animalidade e também de todo o mundo sensível, pelo menos enquanto se possa inferir da determinação consonante a um fim que recebe a minha existência por meio dessa lei que não está limitada a condições e limites desta vida, mas, pelo contrário, vai ao infinito.” (KANT, 2004, p. 307-308 – grifos nossos).

científico es un movimiento histórico que produce (a través de la percepción del investigador) explicaciones consideradas valiosas en un momento dado. Las relaciones teorizadas son la expresión de nuestra reflexión dentro del marco de nuestras prácticas históricas y sociales. Lo que nunca dirá la ciencia es la razón de nuestra investigación; lo que sí podría decir, si definiésemos claramente su problemática, es aquello que investigamos y cómo lo hacemos (BAILLY; BEGUIN, 1992, p. 24).

No tocante a Milton Santos e embalado em torno da discussão do reconhecimento do intelectual a partir da problemática racial em nosso país, o professor, comunicólogo e biógrafo do geógrafo, Fernando Conceição, considera o que segue:

[...] deduz-se que, numa análise acadêmica sobre Milton Santos, o que importa não é exatamente quem ele é ou foi, mas o que ele diz ou criou. Aqui se opera um movimento de distanciamento exigido pela razão prática propugnada por Kant. É o sistema resultante do seu método de criação – ou seja, a sua obra intelectual – que deve ser considerado. Não o seu criador. De certo modo, o racionalismo termina por desumanizar os sujeitos, rejeitando qualquer interferência extra-cognitiva no processo de criação científica. O que se deixa contaminar de humanidade não é exatamente ciência. [...] Isso é mais verdadeiro no Brasil de escassez de pensadores. Os raros que surgem ou surgiram não são apropriados pelos círculos de especialistas – de Machado de Assis a Milton Santos – por critérios anulatórios de sua condição sociomaterial de existência. Tenta-se apagar todo e qualquer vestígio considerado constrangedor ao *establishment*. Quando se estuda o histórico das lutas anti-coloniais ocorridas no mundo nos último século e meio, verifica-se que uma das primeiras tarefas dos emancipacionistas é resgatar os seus filósofos, artistas e profetas das mãos daqueles círculos (CONCEIÇÃO In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p. 63-64).

Pertinentes considerações à parte, fiável que, em se tratando de Milton Santos, impossível furtar-se às fluídas correlações autor-obra, sujeito-saberes, itinerário biográfico-trajetória epistemológica. O que demonstra de maneira evidente, em uníssono, o conjunto da literatura especializada sobre o geógrafo consultada. Daí Contel (2014, p. 394) sugerir que “se há um fio condutor que permita sintetizar a biografia deste brasileiro universal é a ideia de ‘projeto’ de Jean-Paul Sartre.” Isto é, a superação das condições e dos obstáculos da realidade concreta que impedem ou dificultam o projetar-se existencial do ser. Oriundo da periferia do mundo periférico, da negra Bahia do país com a maior população negra fora da África, Milton Santos compreendeu desde tenra idade que não somente a cor de sua pele, mas também a origem brasileira, a ascendência africana e a condição latino-americana o tornavam ao mesmo tempo homem periférico e detentor de uma leitura de mundo ímpar. A origem e as condições materiais e existenciais que naturalmente o alijavam do epicentro da divisão internacional do trabalho e da produção científica tornaram-se em Santos fortaleza e diferencial teóricos. Esse

reconhecimento impeliu-lhe ousadias raramente encontradas entre os pares acadêmicos do hemisfério Sul: a autenticidade e a coragem em assumi-la.

A Geografia Renovada de Santos consolidou-se, assim, mais do que motriz de projeção intelectual ou mera proposta de renovação epistemológica. Sobressaiu-se, a fim e a cabo, como uma Geografia engajada, como “um projeto voltado para o futuro” (CONTEL, 2014, p. 408). Porque, quando pensava o espaço como categoria e como objeto dorsal da Geografia, o fazia, sobretudo, a partir de nossas origens, da condição histórica da classe trabalhadora, da diversidade e multiculturalidade dos povos e dos continentes, dos homens e mulheres ordinários em sua luta diária pela sobrevivência, de resistência e em emancipação à perversa dominação do Capital. E, sobremaneira, da ótica dos “cidadãos” amputados de cidadania na América Latina. Com Milton Santos, o espaço tornou-se definitivamente mais humano.

1.1 O itinerário biográfico de Milton Santos: do homem regional ao “cidadão do mundo”

Milton Almeida dos Santos nasceu a 3 de maio de 1926 na pequena Brotas de Macaúbas, estado da Bahia, Brasil (Cf. SILVA, 2002; CONTEL, 2014). Município localizado na microrregião da Chapada Diamantina e a cerca de 580 km de distância da capital do Estado, Salvador. Filho do casal de professores primários Adalgisa Umbelina de Almeida Santos e Francisco Irineu dos Santos, ambos formados pelo então Instituto Central de Educação Isaías Alves. Ademais dos pais, os avôs maternos foram também professores (Cf. SANTOS, 2004, p. 45). O pequeno Milton cresceu num berço familiar de classe média e tradição letrada, ambiente deveras diletante daquele vivenciado pela grossa maioria dos meninos negros da época. A educação primária e humanística realizada em casa rendeu-lhe o aprendizado de conhecimentos em álgebra e a aquisição do latim e do francês. O domínio deste último idioma lhe permitiria, anos mais tarde, o acesso aos clássicos das literaturas filosófica e social francesas, bem como a possibilidade de realização do doutorado em Estrasburgo (Cf. SANTOS, 2004, p. 44-45). De igual maneira, o contato e leitura de *La Terre et l'évolution humaine*, de Lucien Febvre¹⁹, obra

¹⁹ Necessário aclarar que, ainda que a história da Geografia no Brasil remeta a uma tradição advinda desde a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, a moderna Geografia brasileira é deveras devedora à Missão Francesa partícipe da fundação da Universidade de São Paulo (USP), ocorrida quase um século depois, em 1934. Nessa missão, ademais de proeminentes nomes da Filosofia, Letras, Sociologia e História, participaram os geógrafos Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Fernand Braudel. Assim, observa-se que nossa tradição geográfica moderna é fundamentada sobre influência francesa. Além disso, deve-se considerar que, no país europeu, durante décadas a fio, a História e a Geografia integravam um mesmo tronco curricular, em que, durante a graduação, geógrafos e historiadores frequentavam disciplinas comuns, definindo-se por uma ou outra área nos anos finais de curso. Georges Duby e Pierre Vilar, por exemplo, formaram-se geógrafos de profissão ainda que suas respectivas obras – e o reconhecimento delas – sejam de orientação historiográfica. Aclaram-se dois pontos resvalados ao longo desta tese: a) a influência de historiadores franceses

que, ao lado dos clássicos do médico e geógrafo brasileiro Josué de Castro, o impactou profundamente em sua inclinação a tornar-se geógrafo, conforme declarou:²⁰

O resultado é que um livro como o de Lucien Febvre [...] que assume a defesa da geografia, é feito por um historiador. Quando comecei a ler e comprava tudo o que imaginava que podia interessar, porque não tinha muita ideia do que eram essas separações disciplinares [...] esse livro me impactou possivelmente mais do que os dos geógrafos, tanto que eu imaginava que Febvre era geógrafo (SANTOS, 2004, p. 22).

À idade de dez anos, é matriculado no Instituto Bahiano de Ensino (IBE) em Salvador, internato privado de classe média, “onde havia judeus, filhos de espanhóis, gente de variada extração social.” (SANTOS, 2004, p. 46). Nesse período, entre 1937 e 1941, teve seus primeiros contatos com a docência e com a Geografia, lecionando ocasionalmente a disciplina para turmas de níveis inferiores (Cf. SANTOS, 2004, p. 47). Segundo Contel (2014, p. 394), no IBE, o jovem também “toma contato sistemático com autores clássicos da literatura e da filosofia, como Aristóteles, Platão, Leibniz, Alfred Whitehead, Charles Gide”. Ao lado da Geografia, a literatura torna-se grande paixão para o imberbe. Quando adulto e geógrafo, a literatura se torna cada vez mais presente em sua produção.

Egresso do IBE, não foi a Geografia a primeira opção de Milton. Em 1944, matricula-se no curso de Direito da Faculdade de Direito da Bahia, em grande medida graças à influência do tio Agenor, que, conforme relatou: “era um advogado importante em São Francisco e que me puxava para o estudo do jurídico.” (SANTOS, 2004, p. 48). Não obstante, Grimm (2011, p. 37) avança que, ainda que a Geografia já lumiasse como desejo profissional para Milton, a escolha por essa carreira também não despontava no horizonte prático como opção, já que o curso não era oferecido na Bahia. Com o término do bacharelado em Direito, área que lhe proporcionava uma formação humanística, resolveu finalmente enveredar para o ensino da

na geografia brasileira até os anos 1960 e, principalmente, na obra de Milton Santos; b) a inter-relação de proximidade entre historiadores e geógrafos franceses durante boa parte do século XX, melhor compreensível na segunda parte deste capítulo e no seguinte.

²⁰ Josué de Castro notabilizou-se, entre outros, pelo combate e por seus estudos sobre o problema da fome no Brasil. Sua obra maestra, *Geografia da Fome* (1946), durante muito tempo se destacou na grande área das Ciências Sociais como o estudo mais completo, porquanto abrangente, sobre a problemática no país. Além disso, Castro chegou a ocupar a Presidência do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), além de atuar como representante do país junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Impedido de voltar ao Brasil pelo Regime Militar, faleceu em Paris a 24 de setembro de 1973, aos 65 anos, quando cumpria exílio na França. A geógrafa Maria Auxiliadora da Silva recorda que Milton Santos descobriu a obra de Josué de Castro por intermédio do professor Oswaldo Imbassay e, “Bem mais tarde, os dois, Milton e Josué, exilados na França, reencontram-se, infelizmente pouco tempo, pois Josué veio a falecer, sem receber as homenagens que o Brasil lhe devia.” (SILVA, 2002). Ademais de *Geografia da Fome*, outra obra de Castro que impactou a formação de Santos foi *Geografia Humana: estudo da paisagem cultural do mundo* (1939).

Geografia, sendo admitido em concurso como professor de Geografia Humana do Ginásio Municipal de Ilhéus (Cf. CONTEL, 2014, p. 395; SILVA, 2002). A título de cumprimento do certame, apresentou a tese *O povoamento da Bahia: suas causas econômicas* (1948), estudo em Geografia Regional. Concomitante à docência, passou a atuar como correspondente local do jornal *A Tarde*, de Ernesto Simões Filho.

Durante a residência na zona cacauzeira e em pleno exercício da docência, é ampliado o horizonte de participação e de contatos de Santos no campo da Geografia. Nessa época, vale lembrar, final dos anos 1940 e início da década de 1950, o Brasil passava por um crepitante momento de transição. O fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a derrocada do Estado Novo e os lumes de modernização da Era Vargas engendraram mudanças consubstanciais que levaram o brasilianista Thomas Skidmore (2010, p. 116-117) a afirmar que, quando Getúlio reassumiu a presidência em janeiro de 1951, “encontrou um Brasil bem diferente do país que governara como presidente autoritário de 1937 a 1945”. Essa nova configuração nacional e, portanto, territorial, foi definida por um notável crescimento demográfico, impulsionado por intensas ondas migratórias, além dos processos de industrialização e urbanização, centrados sobretudo no eixo Rio-São Paulo (Cf. GRIMM, 2011, p. 38-39). Esse cenário mobilizou nas entranhas do campo da Geografia nacional a necessidade e um profundo ímpeto de compreensão dos impactos sociais, políticos e geográficos dessas mudanças no território, traduzindo-se no labor de organização de associações e de encontros que possibilitassem, entre os geógrafos, maior intercâmbio de ideias e um canal de divulgação e disseminação de estudos. Nesse ínterim é que Milton Santos “passa a frequentar os cursos de férias do Conselho Nacional de Geografia (CNG) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e participa das reuniões anuais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)” (CONTEL, 2014, p. 395).

Em 1956, durante o Congresso Internacional de Geografia realizado no Rio de Janeiro, Milton Santos – já ocupando a cátedra do então recém-criado curso de Geografia Humana da Universidade Católica de Salvador (UCS) – encontra-se pela primeira vez com grandes nomes da Geografia internacional. Entre eles, o português Orlando Ribeiro e os franceses Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines e Jean Tricart (Cf. SILVA, 2002). Este último o convida para a realização de um doutorado na *Université de Strasbourg*, na França (Cf. SILVA, 2002), instituição que, à época, ainda mantinha, aos olhos do governo francês, certo prestígio estratégico, galgado desde o término da Primeira Guerra Mundial, com a incorporação àquele país da região da Alsácia-Lorena. Isso refletia em âmbito institucional, investimentos vultosos em infraestrutura acadêmica e na incorporação de docentes de reconhecido gabarito. E, na esfera do cultural, na manutenção de um ambiente acadêmico plural e uma atmosfera de

favorecimento de convergências, em especial, entre os geógrafos e os historiadores. A fronteira Estrasburgo epicentro do encontro nem sempre amistoso de duas nacionalidades, a germânica e a francesa, de dois matizes culturais, o mediterrânico e o anglo-saxão, e, sobretudo, das duas principais correntes geográficas europeias modernas: a ratzeliana e a vidaliana.²¹

Silva (2002) relata que “Milton costumava dizer que essa primeira longa viagem foi a ‘grande mudança da sua visão de mundo em sua concepção política’”. Isso porque, por um lado, graças também ao encorajamento de Tricart, Milton empreendeu a criação do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Bahia, revelando “a intenção de torná-lo um centro de estudos interdisciplinares que traduzisse o próprio conceito da Geografia como ciência a serviço da sociedade [...]” (SILVA; TOLEDO JUNIOR; DIAS, 2005, p. 27).²² Por outro, como declarou o próprio:

O fato de eu ter ido fazer meu doutorado na França foi muito importante por várias razões. Primeiro, pude ler jornais menos enfeudados às agências internacionais. Lendo o *Le Monde*, descobri que o mundo não era aquilo que eu tinha lido nos jornais brasileiros e que eu escrevia no jornal [*A Tarde*] no qual eu era redator. [...] Depois, o meu mestre Tricard [*sic*], embora não fosse mais praticante da geografia humana, fez, como todo mundo sabe, o melhor livro de geografia humana jamais escrito. Era marxista, mas não de sair recitando Marx, porque isso não é ser bom marxista. Ele sabia trabalhar dialeticamente. Eu tinha acesso à sua casa, onde ia em alguns domingos e, antes do almoço, havia uma conversa daquelas que os grandes professores franceses sabem fazer [...]. Quando falei com Pierre George, o que ele me disse, conhecendo mal o Brasil, permitiu-me trabalhar durante meses. [...] Acho que o primeiro choque foi quando tentei aplicar à Bahia o modelo proposto por Michel Rochefort e que vínhamos usando havia dez anos. Vi que não funcionava e escrevi um texto sobre o Recôncavo Baiano no qual mostro que não é possível aplicar inteiramente a teoria. Essa foi minha primeira tentativa de deformação do que me sugeriam fazer (SANTOS, 2004, p. 19).

A estada de Milton Santos em Estrasburgo configurou-se um divisor de águas na trajetória do geógrafo baiano, tanto do ponto de vista da ampliação do horizonte político-cultural, compreendendo que o mundo era muito mais do que mostravam os periódicos brasileiros, como de aprofundamento intelectual-teórico, entendendo que igualmente distorcida e enfeudada era a visão da Geografia francesa sobre as espacialidades dos países periféricos. E, conseqüentemente, o questionamento da aplicabilidade ao Brasil de teorias concebidas e pensadas à realidade europeia. Inquietação indiciária que, anos mais tarde, durante o

²¹ Em razão de necessário aprofundamento, essas considerações serão abarcadas no próximo capítulo, em que se detalha a importância das escolas geográficas modernas e a questão dos matizes culturais mediterrânico e germânico. Por ora, temas aqui apenas apresentados a título e caráter introdutórios.

²² O laboratório desenvolvido e alocado nas dependências da então *Universidade da Bahia*, hoje *Universidade Federal da Bahia*.

cumprimento do exílio na França, o levaria paulatinamente a um distanciamento epistemológico dos mestres franceses, constituindo uma proposta teórica capaz de pensar e explicar as realidades histórica e geograficamente menos homogêneas do então chamado Terceiro Mundo.

No retorno ao Brasil, em 1958, após obter o título de doutor em Geografia Humana com a tese *Le centre de la ville de Salvador: étude de géographie urbaine*, paralelamente à docência na UCS e como Professor Catedrático na Universidade da Bahia, o geógrafo exerceu inúmeras atividades em organismos estatais estratégicos. Entre elas, a direção da Imprensa Oficial do Estado, a subchefia da Casa Civil da Bahia e as presidências da Comissão Planejamento Econômico do Estado da Bahia (CPE) e da seção estadual da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), recém-criada pelo economista Celso Furtado (Cf. GRIMM, 2011, p. 74; CONTEL, 2014, p. 395-396). Além do mais, continuou contribuindo para o Jornal A Tarde, sendo que, em 1961, fora indicado pelo então diretor em exercício do periódico, Jorge Calmon, para compor a comitiva do então presidente Jânio Quadros a Cuba. Esse episódio, mais tarde, confabularia no endosso da trama que selou o destino de permanência de Milton Santos no país baixo o golpe de 1964.

Nesse ponto, é importante frisar que o aceite dessas atribuições e cargos pelo geógrafo baiano ligavam-se a um anseio pessoal e acadêmico de exercício de uma Geografia Aplicada.²³ Enfoque que, como ver-se-á, o baiano paulatinamente abandonaria em detrimento de realização de uma Geografia Teórica.²⁴ A pesquisadora Flávia Grimm (2011, p. 66) sugere que, para além das profundas transformações vivenciadas pelo Brasil no período, o giro de Milton Santos à Geografia Aplicada – conformada nos cargos e funções que assumiu – apresentou-se como um anseio do geógrafo baiano no enfoque do planejamento como meio de melhoria da vida das pessoas e da aplicabilidade de soluções concretas a problemas concretos. Este último dado, à revelia da migração de Milton Santos à Geografia Teórica, continuaria a exercer grande impacto em toda sua obra. A possibilidade de realizar uma leitura geográfica da totalidade e dos problemas concretos nos países periféricos colocá-lo-ia num outro patamar de engajamento intelectual: o de teórico – e não mais de planejador – comprometido com a realidade imediata. Mas, ainda assim, jamais de um mero mediador social – conforme categorização de Jean-

²³ A apresentação e as definições das vertentes geográficas mencionadas ao longo desta parte serão mais bem exploradas no subcapítulo seguinte, quando se tratará da trajetória epistemológica de Milton Santos.

²⁴ Por Geografia Teórica compreende-se, nessas páginas, a *démarche* de realização de uma geografia mais inclinada aos debates teóricos, circunscrita ao campo das ideias, e de repensar os fundamentos conceituais e próprios da disciplina. Segue-se a nomenclatura apresentada pelo trabalho de Grimm (2011).

François Sirinelli (1996).²⁵ Milton Santos consolidaria, nas décadas seguintes, uma Geografia Renovada que se consagraria entre os geógrafos também como um modelo de Geografia engajada (Cf. CONTEL, 2014, p. 408-409).

Em contrapartida, a realização de um doutorado internacional, a dianteira em importantes cargos públicos e as consequentes projeções sociais e intelectuais que essas conquistas outorgavam ao geógrafo passaram a incomodar os setores mais conservadores – e brancos, diga-se de passagem – da sociedade da então provinciana Bahia. Nesse sentido, pese a massiva incorporação malê no horizonte da Bahia do século XIX tenha produzido precocemente naquele Estado a formação de “elites de cor”, conforme realçou Armen Mamigonian (In BRANDÃO, 2004, p. 122), os pelourinhos da segregação racial ainda estremeciam em Salvador e no Brasil em meados do século XX.²⁶ Nessa toada, provavelmente “tendo sido o primeiro negro doutor da Bahia – doutor no sentido de ter doutorado [...]” e, por si só o “[...] o fato de um negro e neto de escravos ser doutor causou um tremendo impacto na pequena província”, justificou Conceição (In BRASIL, 2014, p. 40).²⁷ Soma-se a isso, o feito do exercício do engajamento intelectual de Milton Santos numa sociedade conservadora, patrimonialista e patriarcal, herdeira dos senhores do cacau e da outrora escravocrata elite do Recôncavo, operado fosse pelo exercício da escrita jornalística, fosse por suas ligações à época

²⁵ Para Sirinelli (1996, p. 232), a intelectualidade divide-se em dois grandes grupos. O primeiro é constituído pelos mediadores sociais, representados pelos escritores, jornalistas e eruditos. Entre eles, os professores acadêmicos. E o segundo, por aqueles profissionais que, por suas modalidades e formas de atuação, encontram-se engajados na vida social, política e cultural. É claro que, como adverte o próprio Sirinelli, apesar de aparentemente distintas, essas duas categorizações ou qualidades do intelectual podem ser, com maior ou menor proporção, encontradas em um grupo ou indivíduo. No caso de Milton Santos, ainda que em alguns momentos voltava-se mais para o campo acadêmico do que para o público, jamais deixou de pensar a teoria como item deslocado da realidade imediata e do exercício da cidadania.

²⁶ O geógrafo Armen Mamigonian (In BRANDÃO, 2004, p. 122) reitera ainda que “A formação das ‘elites de cor’ em Salvador, para usar a expressão de Thales de Azevedo, além da gênese do campesinato de negros e mulatos no Recôncavo e arredores, tem relação com a presença dos negros islamizados que se instalaram na Bahia em grandes proporções e com suas lutas constantes.” Produziu-se, assim, na capital daquele estado e arredores, uma elite negra letrada, cuja aceitação social era existente, mas acintosamente limitada. Por sua vez, *pelourinho* (ou *picota*) refere-se à coluna de pedra disposta em praças, largos ou terreiros de cidades, vilas e fazendas em que escravos ou criminosos eram amarrados e açoitados como forma de punição pública no Brasil Colonial e Imperial. Em Salvador, trata-se de bairro homônimo – também conhecido como *Pelô* – localizado no centro histórico da cidade, e, ainda hoje, berço de importantes movimentos da cultura baiana e negra.

²⁷ Episódio ainda pouco esclarecido, mas emblemático, traduziu-se no famigerado concurso de livre-docência da Faculdade de Filosofia da então *Universidade da Bahia*, realizado em 1959. Sobre o caso, a Profa. Maria Auxiliadora da Silva (2002) recorda que Milton Santos, uma vez inscrito no certame, inexplicavelmente o concurso não se realiza. Coube ao geógrafo impetrar mandado de segurança para realização dele (Cf. MAMIGONIAN In BRANDÃO, 2004, p. 128). Demanda “ganha por seu advogado, Nelson Carneiro (também negro) nos tribunais locais e superiores” (CONCEIÇÃO In SILVA, 2009, p. 68). A efetivação, no entanto, jamais ocorreu, ainda que Santos (2001) reconhecesse, em seu *currículum vitae*, a posição de professor catedrático da instituição, certamente, em reconhecimento ao trabalho realizado à frente do *Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais*.

com membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Cf. CONTEL, 2014, p. 396).²⁸ Ou, então, como visto anteriormente, à frente de cargos e funções em importantes órgãos estatais.

Os anos 60 apresentaram-se conturbados não somente no Brasil, mas em toda a América Latina, impactando também o cidadão Milton Santos. O triunfo da Revolução Cubana, em 1º de janeiro de 1959, e o alinhamento de Havana com Moscou colocou em polvorosa a esquerda no continente. Eric Hobsbawn (1993, p. 427) considerou que nenhuma outra revolução foi tão bem-sucedida no sentido de atrair e levantar o ânimo da esquerda no Ocidente do que a revolução capitaneada por Fidel Castro e o *Movimiento 26 de Julio*. Emir Sader (1991), também considerou que o impacto do *huracán* cubano em terras americanas foi de longe mais amplo e profundo do que o anteriormente alcançado pela Revolução Russa de 1917. Ou mesmo pela Revolução Mexicana (1910-1920) – a primeira revolução contemporânea das Américas. Os temores em torno do fortalecimento do ideário socialista e da erupção em múltiplas latitudes do vulcão revolucionário mobilizou a contrarreação dos estratos sociais mais reacionários em *nuestra América*. No México, o presidente priista Gustavo Díaz Ordaz impôs dura repressão ao movimento estudantil, culminando no Massacre de Tlatelolco em outubro de 1968. Mas foi no Cone Sul que a contrarreação fez sentir seu maior peso. Apoiadas pelos Estados Unidos, forças civis e militares conservadoras articulam golpes de Estado em países como Argentina, Chile, Uruguai e Brasil.

Em 1º de abril de 1964, e com as escusas de afastar o perigo comunista e estabelecer a ordem no país, o então presidente João Goulart é deposto por um golpe civil-militar, que se tornou um “divisor de águas na história do Brasil do pós-guerra” (SKIDMORE, 2010, p. 31). Uma das primeiras ações da Junta Militar que assumiu o poder foi a suspensão, pelo prazo de dez anos, dos direitos políticos dos cidadãos considerados opositores ou potenciais ameaças ao regime através do Ato Institucional nº 1 (AI-1). Isso abriu as portas para a violação de direitos constitucionais, bem como para justificar as perseguições e prisões arbitrárias de detratores e potenciais opositores que, desde a madrugada em que ocorreu o golpe de Estado, já aconteciam em âmbito regional de norte a sul do país. Milton Santos encontrou-se então na primeira leva de docentes e intelectuais presos no país (Cf. CONCEIÇÃO In BRASIL, 2014).

Na Bahia, a repressão aos opositores e desafetos políticos foi “implacável” (LIMA, 2018). Englobando a 6ª Região Militar junto com o vizinho Sergipe, no estado, a chefia do Estado Maior do Exército encontrava-se sob comando do Coronel Humberto de Souza Mello, e a Polícia Militar estava nas mãos do Coronel Lourildo Barreto (Cf. LIMA, 2018). A estrutura

²⁸ O geógrafo jamais declarou filiação partidária, mas inúmeras pessoas próximas a ele, reconhecidos militantes do PCB, inclusive seu irmão Nailton Santos, foram perseguidos pelo Regime Militar.

de repressão e principais centros de detenção localizavam-se na capital, Salvador: o quartel do Barbalho, o Mont Serrat, o quartel da Amaralina, a embarcação Cachoeira e o 19º Batalhão de Caçadores (19º BC), no bairro da Cabula (Cf. LIMA, 2018, p. 8).²⁹ Foi para este último que o geógrafo foi encaminhado e também onde cumpriu parte da insólita e injustificável pena.

As reais motivações e a justificativa oficial que levaram à prisão de Milton Santos são até os dias atuais desconhecidas. E o foram, à época e por toda a vida do geógrafo, motivo de especulações, dado que era de conhecimento público que não militasse e que não era filiado a nenhum partido ou organização laboral. “Procure saber de que sou acusado.”, requereu quando visitado pela amiga Tereza Cardoso da Silva (In SILVA; TOLEDO JUNIOR; DIAS; 2005, p. 28). E, anos mais tarde, em 1989, realçou em entrevista desconhecimento do real motivo da prisão, defendendo a hipótese de que ele e o amigo, o professor Nestor Duarte, tornaram-se bodes expiatórios do então governador Lomanto Júnior: “éramos as pessoas que tinham que ser entregues ao poder novamente constituído, como forma de liberar o Lomanto, para que ele pudesse se manter governador.” (SANTOS, 1992, p. 184). Versão que, em consonância com outros elementos, plausíveis justificatórios, corroborou em outra circunstância:

No governo do Lomanto, quando tinha que fazer um discurso mais para a esquerda, era eu que redigia. Havia, na nossa secretaria, projetos como imposto sobre fortunas, coisa desse tipo e outras coisas meio bobas, como essa visita minha a Cuba, os artigos que eu escrevi sobre Cuba. Aí, fui advertido pelo Exército de que a minha atividade era um pouco preocupante para eles. Daí acabei sendo preso junto com uma boa parte dos meus colegas e colaboradores (SANTOS, 2004, p. 58).

Nem mesmo a imprensa, que ainda não se encontrava sob censura, ou mesmo o próprio Exército souberam justificar a prisão arbitrária de Santos. No tocante à repercussão midiática da prisão arbitrária do geógrafo, e em conformidade com Lima (2018, p. 8), ao que tudo indica, ela recebeu projeção nacional tardia por meio de nota intitulada “Detenção suscita surpresa na Bahia”, veiculada no carioca *Correio da Manhã* em 8 de maio de 1964. Ou seja, pouco mais de um mês após a prisão do geógrafo em Salvador. Em referida nota, o correspondente declarava a prisão como incongruente, destacando que o detido era supostamente “apolítico”, que jamais havia viajado para um país da “cortina de ferro”, que nunca fora “candidato a qualquer cargo eletivo” e, sobretudo, que, quando estudante, atuou como “líder estudantil contra a infiltração comunista na UNE” (DETENÇÃO, 1964). Quanto à análise do teor de documento expedido pelo Ministério da Guerra, 6ª Região Militar, do banco de dados *Brasil Nunca Mais*, Lima

²⁹ Navio prostado na orla marítima de Salvador que serviu como prisão, sobretudo, para os membros das organizações sindicais.

(2018, p. 13) considerou que “O motivo da prisão parecia ser a atuação de Milton Santos” frente a CPE, “só que nenhuma prova foi apresentada”, tratando-se “de acusá-lo de ‘inocente útil’, por permitir a subversão nos trabalhos [...]”, considerando-o igualmente “‘subversivo’ e consequentemente um perigo para a segurança nacional”.

Nos relatos produzidos por amigos e conhecidos do geógrafo, tanto por intermédio das declarações do próprio Milton Santos quanto pelas considerações de Lima (2018), Grimm (2011) e Contel (2014), corrobora-se em uniformidade que o principal detonador da prisão do geógrafo foi a atuação republicana e progressista em cargos públicos. Especialmente na CPE, órgão em que se destacou pelo “enfrentamento das desigualdades sociais” e pelos prováveis agravos e embates em torno de propostas polêmicas e que desinteressavam à elite local, como a “criação de impostos sobre fortunas” (GRIMM, 2011, p. 75). Situação essa que restou agravada pelo histórico de opiniões progressistas emitidas pelo geógrafo nos artigos publicados em *A Tarde*, além de relações interpessoais com quadros do PCB e pela viagem à Cuba (Cf. SILVA, 2002; GRIMM, 2011, p. 76; CONTEL, 2014, p. 396).

Outro relevante ingrediente se interpôs nessa intrincada e nefasta trama arquitetada desde as casernas e salas de jantar da ditadura brasileira: Milton Santos era negro. E, ademais de classista, “O golpe também era racista e não teve nenhuma condescendência com a comunidade negra brasileira”, como bem recordou e asseverou Lima (2018, p. 13). Tais questões de classe e raça foram enfatizadas por Tricart (apud LIMA, 2018, p. 14): “Não fosse ele negro e todo mundo fingiria ignorar suas ideias liberais [...]”, mas como ele “tinha galgado todos os postos da hierarquia administrativa e política”, tornou-se, em última instância, “uma ameaça tanto para a estabilidade social da oligarquia quanto para o profundo racismo que esta se fundava”. Mazelas descobertas de uma “oligárquica e segregacionista sociedade baiana [e brasileira] de belas gravatas e verdades encobertas”, como definiu Délio Pinheiro (apud SILVA, 2002).

Na Cabula, o geógrafo permaneceu encarcerado por cerca de cem dias, de abril a junho de 1964 (Cf. LIMA, 2018, p. 46), sendo liberado para cumprimento de prisão domiciliar somente quando passou a apresentar problemas de saúde em decorrência de complicações cardíacas (Cf. SANTOS, 2004, p. 58-59). A pesquisadora Flávia Grimm (2011, p. 76), que teve acesso à leitura das cartas trocadas no período entre Milton e o irmão Nailton Santos, aventa que, após liberado da Cabula, o geógrafo enfrentou sérias dificuldades de reinserção laboral, apesar de robusto currículo. Diversos órgãos e instituições em que havia trabalhado fecharam-lhe as portas (GRIMM, 2011, p. 76). Inclusive, mas não somente, o *A Tarde* e a *Universidade da Bahia*. Em vista das perseguições, das dificuldades econômicas e da possibilidade de retorno à prisão, não lhe restou outra opção que considerar a saída do Brasil. O exílio.

A operação que possibilitou a saída de Milton Santos do país foi demorada e arriscada, mobilizando docentes e intelectuais franceses que passaram a pressionar o governo de Charles de Gaulle. E este, por sua vez, a acionar as representações consulares e a embaixada no Brasil a fim de fazer avançar os diálogos com o ditador Humberto de Alencar Castelo Branco. O engajamento dessa rede de cooperação institucional e solidariedade intelectual deveu-se, sobretudo, às iniciativas de Tricart e Pierre George – conforme lembrou Santos (2004, p. 59). Mas, certamente, mobilizou outros setores e nomes de peso da intelectualidade francesa, alguns dos quais talvez nunca tenham chegado ao conhecimento de Milton. Especula-se que até mesmo o historiador Fernand Braudel tenha intercedido pelo geógrafo. O jornalista Sebastião Nery (s/d; apud LIMA, 2018, p. 18) recorda o envolvimento de Braudel na liberação do baiano e de Caio Prado Junior por meio de telegramas endereçados ao próprio Castelo Branco. O historiador francês conhecera pessoalmente o general em 1948, quando convidado a realizar “uma conferência na Escola Superior de Guerra, sobre Napoleão.” (NERY, s/d).

A Milton Santos foi finalmente permitido deixar o país em dezembro de 1964, sob direito de permanência na França por até dois anos, situação estritamente condicionada às oportunidades e garantias de trabalho naquele país. O desembarque do geógrafo ocorreu na *Université de Toulouse*, na Occitânia, instituição onde permaneceu até 1967 como *Maître de Conférences Associé de Géographie* (Cf. SANTOS, 2011 [2001], p. 2). Naquele momento, a Geografia francesa passava por acalorado debate em torno da Geografia Ativa, corrente que, por meio da aproximação com o marxismo, naquele período, desferrava duras críticas à Geografia Aplicada. Desde Toulouse, Milton Santos passou a estreitar laços com Bernard Kayser e o *Institut d'Étude du Développement Économique et Social* (IEDES) da Sorbonne, em Paris (Cf. SANTOS, 1992, p. 189; PEDROSA, 2018, p. 435). Lá, passou a desempenhar a função de diretor de Ensino do Planejamento Urbano e Regional e de coordenador do Grupo de Pesquisa em Análise Regional (SANTOS, 1992, p. 189).

Na França, o geógrafo permaneceu ainda dois anos na *Université de Bordeaux* (1967-1968) como *Maître de Conférences Associé de Géographie* e, até 1971, como *Professeur de Géographie* na prestigiada *Université de Paris-Sorbonne*. Nessa altura, o prazo inicial outrora estipulado pelo governo francês havia expirado. No entanto, a rede de sociabilidade intelectual e o interesse dos pares pelo seu trabalho, corroborados pela garantia de empregabilidade, permitiram-lhe estender a permanência no país ao longo de sete anos. O período em que Milton Santos permaneceu na França foi deveras profícuo (Cf. CONTEL, 2014, p. 397). Havia grande interesse das universidades, do governo e dos acadêmicos franceses pelos estudos sobre o Terceiro Mundo e pela manutenção nos quadros das instituições de docentes e pesquisadores

terceiro-mundistas dedicados ao tema de estudo. O geógrafo mesmo reconheceu que, na França, pôde fazer carreira e alcançar, na Sorbonne, “[...] o posto mais alto que era permitido a um estrangeiro alcançar na universidade francesa.” (SANTOS, 1992, p. 188).

Em 1971, porém, a maré mudou. Milton Santos (1992, p. 189) atribuiu à crise econômica do despontar daquela década o principal motivo do término de sua estada exílica na França. Na opinião do professor, sendo em maior ou menor grau a atividade intelectual “subsidiária” da economia, a crise afetou diretamente os programas que mantinham os pesquisadores e docentes estrangeiros no país (SANTOS, 1992, p. 189). Não podendo retornar ao Brasil, Santos buscou emprego onde houvesse. De 1971 a 1977, o geógrafo empreendeu verdadeira jornada transexílica pelas Américas e África, lecionando e desenvolvendo atividades de pesquisa no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e na *Columbia University*, nos Estados Unidos (respectivamente: 1971-1972; 1976-1977), na *University of Toronto* (1972-1973), no Canadá, na *Universidad Nacional de Ingenieria de Lima* (1973), no Peru, passando pelas universidades *Central* (1974) e *del Zulia* (1976), na Venezuela, e, enfim, na *University of Dar es Salam* (1974-1976), na Tanzânia. Nesta última, incumbiu-se da implementação da pós-graduação em Geografia, além de realizar conferências e trabalhos de consultoria técnica para organismos internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nesse passo, viajou para outros países da África (Argélia, Costa do Marfim, Daomei, Gana, Senegal, Togo e Tunísia) e das Américas (Colômbia, Cuba e México). Essa experiência itinerante proporcionou a Milton Santos inigualável enriquecimento, refletindo no refinamento de seu *métier* como geógrafo e em maior capacidade de ler realidades, inclusive a do Brasil (Cf. VASCONCELOS In BRANDÃO, 2004, p. 140). Bagagem e itinerário esses que nas décadas seguintes endossaram o reconhecimento público do geógrafo com a alcunha de “Cidadão do Mundo”.

O retorno definitivo de Milton Santos ao Brasil consumou-se em junho de 1977. Tratou-se de decisão um tanto quanto corajosa. Primeiro, porque mesmo retumbantes o processo de distensão do Regime Militar e o movimento pró-anistia no país, a Lei nº 6.683 ainda não havia sido sancionada.³⁰ Situação essa que, apesar do crescente movimento de retorno de exilados ao país, não garantia a eles qualquer prerrogativa legal de segurança. Segundo, porque, apesar de todo o prestígio internacional que o geógrafo havia conquistado, no horizonte pátrio, a

³⁰ Conhecida como Lei de Anistia, foi aprovada em 1979 durante o governo do ditador João Batista Figueiredo. Tal lei isentava tanto as vítimas quanto os algozes do regime de quaisquer sanções e responsabilidade criminal. Assim, aprofundou uma injustiça histórica, ainda hoje não cauterizada na sociedade brasileira, dado que ao passo que possibilitou o retorno dos exilados ao país sem pena de retaliação, forçosamente impossibilitou o julgamento e a penalização de militares, políticos e torturadores por crimes contra a honra, a dignidade e a vida humana.

possibilidade de reinserção laboral apresentava-se remota. E Milton reconhecia essa dificuldade porque, desde algum tempo, se empenhara junto a amigos e contatos em garantir recolocação no país, embora sem sucesso.

Quase nenhuma universidade – seja em represália ou por temor de retaliação– ousava incorporar ao funcionalismo nomes listados no Index do regime. O próprio Milton (apud CONTEL, 2014, p. 399) chegou ironicamente a declarar que “os professores das universidades, mesmo aqueles que se fingiam de esquerda, corriam dos professores chamados exilados como o diabo corre da cruz.” Sofrendo ele, inclusive, “a decepção de não ser convidado a assumir seu antigo posto de professor catedrático na Universidade da Bahia”, como bem lembrou Teresa Cardoso da Silva (In SILVA, TOLEDO JUNIOR, DIAS, 2005, p. 28). Alguns poucos amigos tentaram ajudá-lo. O geógrafo Armen Mamigonian batalhou pela incorporação de Milton Santos ao quadro de docentes da então recém-criada Universidade Estadual Paulista (UNESP). Todavia, o processo acabou indeferido e arquivado pela reitoria da jovem instituição (Cf. PEDROSA, 2018, p. 438). O peso do estigma do exílio recaía sobre Milton. A esposa Marie-Hélène estava grávida. Mesmo assim, recusou convite de trabalho na Nigéria e seguiu em retorno ao Brasil. Era de seu desejo que o filho nascesse na Bahia (Cf. CONTEL, 2014, p. 400).

Na capital baiana permaneceu o semestre desempregado e passando agudas dificuldades financeiras. Com a esposa e o filho Rafael, recém-nascido, “Teve que peregrinar, receber apoio, ajuda das pessoas [...] ex-alunos pagaram as contas dele, o aluguel dele”, reiterou Conceição (In BRASIL, 2014, p. 39). Em fins de 1977 seguiu para São Paulo para realizar serviços de consultoria na *Secretaria de Planejamento* e na *Empresa Metropolitana de Planejamento* (Emplasa) e, no ano de 1979, mudou-se para o Rio de Janeiro (Cf. GRIMM, 2011, p. 145-146). Em ambas as cidades chegou a lecionar. Primeiro, como professor convidado na *Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo* (FAU-USP), de 1978 a 1982. Depois, como professor-visitante na *Universidade Federal do Rio de Janeiro* (UFRJ), entre 1979-1983.

Nesse meio tempo, publicou o livro *Por uma Geografia Nova* (Hucitec, 1978), que, como ver-se-á no subcapítulo seguinte, representou um divisor de águas na carreira do geógrafo e no campo da Geografia desde a formação do Brasil como nação. Na obra, Milton Santos propõe um aprofundado diálogo com a Filosofia, estabelece as principais diretrizes de sua Geografia Crítica e aguça as críticas ao modelo colonizado de saber-fazer Geografia na América Latina. Não obstante, assenta as bases de sua concepção autônoma de espaço. Trata-se, a fim e a cabo, de obra que, se não inaugura, institui as colunas teóricas do movimento de renovação no âmago da Geografia Humana desde a América Latina, representando a maturação do autor e de trajetória epistemológica de longa data.

O ingresso definitivo de Milton Santos na academia brasileira ocorreu somente em 1983, quando de sua aprovação em concurso para Professor Titular de Geografia Humana do Departamento de Geografia da USP. Nessa instituição permaneceu e consolidou carreira até 1997, quando se aposentou com o título de Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) (SANTOS, 2011 [2001]). A partir de então, a notoriedade do geógrafo entre o grande público decolou. Nos anos 1980 e 1990, publicou inúmeros artigos e realizou entrevistas em importantes veículos de comunicação nacionais, tais como os diários Folha de S. Paulo e Correio Brasiliense. Os artigos veiculados na Folha foram posteriormente compilados no livro *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania* (Publifolha, 2002, 223 páginas). Por sua vez, a publicação de *Por uma outra globalização* (Record, 2000) revelou a enorme receptividade do livro pelo público leitor brasileiro. Destaca-se ainda a entrevista concedida ao cineasta e diretor Sílvio Tendler meses antes do falecimento do geógrafo. Posteriormente, o material foi compilado pelo diretor no documentário *Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá* (2006, cor, 89 min.).

Nas aparições ao grande público, Santos versava sobre inúmeros assuntos de relevância nacional e internacional, que giravam em torno de temáticas como a globalização, o território, a questão racial, a redemocratização e a cidadania, problemáticas que traduziam o desconforto do intelectual frente aos rumos da reconfiguração e dos projetos políticos levados a cabo naquele momento no Brasil e no mundo. O geógrafo transformou-se num dos principais porta-vozes de denúncia da globalização como projeto neoliberal. Com semelhante força, anos antes havia defendido vigorosamente a importância do exercício pleno da cidadania no Brasil e na América Latina. No caso pátrio, reconheceu o salto histórico da Constituição de 1988, mas advertiu sobre a conformação, no país, de uma cidadania mutilada (Cf. GRIMM, 2011, p. 182), uma vez que, ainda que democrática e inovadora, a nova Constituição foi insuficiente em reparar injustiças históricas maculadas no país. Em referência à América Latina como um todo, salientou: nossas democracias “mantiveram o processo eleitoral, mas não o resto. [...] A garantia de cidadania plena para todos se reduziu junto com os direitos sociais.” (SANTOS, 2002a, p. 104). Por esse profundo senso de cidadania, ocupando-se em reflexionar e discutir publicamente as questões de seu tempo e lugar, bem como pelo itinerário plural de sua trajetória exílica, Milton Santos ganhou o qualitativo de “cidadão do mundo”.

Das inúmeras conferências e entrevistas que o geógrafo concedeu no período, talvez a mais emblemática, e que tenha alcançado vultuosa projeção em variados estratos sociais, foi a realizada no programa televisivo *Roda Viva* do canal estatal paulista Cultura, transmitida em 31 de março de 1997. Deve-se recordar que, nesse mesmo dia e mês de 1964, ocorrera o golpe

de Estado que instaurou a Ditadura Militar, encontrando-se Milton na primeira leva de vitimados, desatino que repercutiu em traumática fratura não somente na sociedade brasileira, mas na vida de Milton Santos. Talvez, Croix (1998, p. 51) esteja em certa medida com a razão: os historiadores – e os demais trabalhadores das humanidades – encontram-se não raras vezes à mercê do caminhar intransigente e incessante da própria História, de suas sensibilidades, seja porque, em essência, humanos, terrenos, seja porque, em consequência, também um pouco divinos. Jorges da Capadócia matando dragões na crosta lunar. De maneira invariável, ao mesmo tempo atores e produtos da História. E do lugar.

O itinerário biográfico de Milton Santos reverbera a conjuntura histórica do século XX. E semelhante simetria refletiu na trajetória epistemológica do geógrafo. Pois, assim como o itinerário de vida do homem produto e espelho daquele século, a trajetória de sua obra, mormente guiada pelas orientações conjunturais dadas, seguiu os rastros de uma periodização que coincide com alguma exatidão com os marcos temporais que, no período, balizaram as histórias latino-americana, europeia e mundial. Se o ano de 1968, convulsionado pelas lutas estudantis no Ocidente – na França, no México e no Brasil –, indicador de um corte que foi o da revolução cultural, a partir dele se mobiliza uma profunda renovação das Ciências Sociais. Efeito sentido na Geografia com o impulso dado pela Geografia Crítica com a qual Santos intensamente se envolveu. O final da década de 1980 e início dos anos 1990 foram igualmente intensos: a promulgação da Constituição “Cidadã”, no Brasil, em 1988, a queda do muro de Berlim, em 1989, a insurreição neozapatista de 1994 no México etc. Inegável, então, que a maturação intelectual de Milton Santos acompanhou esses marcos e, entre eles e a partir deles, produziu seus rebentos teóricos. Trajetória epistemológica que, por meio desses indicadores conjunturais, deve ser lida e revisitada.

1.2 A trajetória epistemológica de Milton Santos: da geografia regional à geografia renovada

A construção de uma Geografia Renovada e, consequentemente, de uma ontologia do espaço, por Milton Santos percorreu longo caminho, confundindo-se com o próprio itinerário biográfico do geógrafo e com os marcos conjunturais do século XX. Do início da carreira como acadêmico, ocupando a cátedra de Geografia Humana na UCS (1956), à consagração como Professor Emérito da USP, em 1997, transcorreram-se quatro décadas. Decurso marcado por um constante exercício de rigor intelectual que, pelo menos nos últimos trinta anos de vida, levou-o à crítica senão ao rompimento com determinados postulados e cânones da Geografia. Mas, sobretudo, à constante revisão e laborioso questionamento do próprio *métier*,

colocando-o à prova. E, não raras vezes, à contraprova, estabelecendo um exercício de “constante revisão e aprimoramento de categorias e conceitos internos à Geografia” (GRIMM, 2011, p. 19).

Por essa razão, partindo da leitura da obra de Milton Santos, muitas vezes, um trabalho hercúleo, quando não impossível, é o de precisar quando surge determinada formulação teórica ou conceito (Cf. GRIMM, 2011, p. 115), apresentando-se como um processo contínuo, por parte do geógrafo, de fermentação, formulação e burilamento de ideias. Igualmente, de marcantes renúncias e abandonos temporários, a fim de, sempre que possível, retomá-las ou repensá-las a partir de uma perspectiva mais concreta ou roupagem mais refinada, buscando, às vezes, alocações ou redefinições terminológicas e contextuais apropriadas, precisas. Ou, então, irrompendo, em derribada parcial ou completa, de um conceito ou fundamentação. Esse rigor revela tanto uma permanente insatisfação do geógrafo em relação à disciplina quanto a acuidade em atualizá-la para não perder de vista o vigor analítico (Cf. GRIMM, 2011, p. 19). Possibilitando-a à manutenção de uma capacidade explicativa das mudanças que de modo cada vez mais fremente ocorriam no mundo (Cf. GRIMM, 2011, p. 19).

Em passo simétrico, lançar um olhar sobre a trajetória epistemológica de Milton Santos é reconhecer que ela cumpriu estágios. Etapas mais ou menos duradouras, mas que, em maior ou menor, grau foram fundamentais para o amadurecimento tanto do intelectual quanto da obra. O reconhecimento ainda que breve de cada um desses estágios é sobremaneira um exercício menos lúdico do que lúcido, pois é possível aperceber com algum sucesso a maturação de ideias, as continuidades e intersecções, os debates e embates do campo disciplinar e, mormente, os fios condutores que possibilitaram a Milton Santos o desenvolvimento de uma ontologia do espaço.

Tarefa de revisitação igualmente nada fácil, vez que latente outro descompasso. O autor é demasiado referenciado e estudado dentro e fora do campo da Geografia no Brasil e alhures, mas o estudo da sua trajetória epistemológica é ainda objeto merecedor de poucos estudos e volumes. No entanto, os geógrafos nacionais exaltam – e com razão – a grandeza de Milton Santos. De maneira natural, legítima e munidos com semelhante fundamentação, utilizam seus conceitos e ideias. Alguns declaram-se ou até mesmo reivindicam para si suposta herança de tradição. Mas, verdade seja dita, aquém e acima de tudo isso, na Geografia nacional prevalece a raridade dos estudos sobre a trajetória epistemológica de Milton Santos. Descompasso que não condiz com a grandeza de sua estrela. É dado que muito revela do estágio atual da disciplina e do saber-fazer acadêmico em nosso país, conforme elucidou o geógrafo Paulo Henrique Costa:

Há um desconhecimento geral entre os geógrafos no que fundamenta as matrizes clássicas originárias do pensamento de ‘seus’ personagens [...] Consequência do fato de que muitos pesquisadores em vez de se aprofundarem em certas questões somente as tangenciam, ou seja, não buscam penetrar e sim abordar o pensamento de forma rápida e crua. Não há entre eles o conhecimento sobre de onde cada personagem partiu [...] para apresentar o processo e o resultado da construção de sua visão de mundo (COSTA, 2013, p. 15).

O mapeamento da trajetória de constituição de um saber se revela recurso indispensável de instrumentalização teórica, seja qual for a área de conhecimento. As ideias, as referências, as categorias e os conceitos nem sempre são cimentados de maneira peremptória aos ladrilhos que constituem uma obra, à constituição de um conhecimento ou pensamento. Mas são fundamentais à compreensão dos caminhos plausíveis de descortiná-los. No caso do saber em proposição, o geográfico, a tese de Guilherme dos Santos Claudino (2019, p. 132) ilumina a relevância dessa necessária fundamentação, estabelecendo que o saber geográfico é resultante, sobretudo, de uma coletividade e condicionado tanto por circunstâncias objetivas e práticas quanto por determinações subjetivas e teóricas (CLAUDINO, 2019).³¹ Valendo-se da metáfora da árvore, sugere:

O saber, grosso modo, constitui-se como um conjunto de conhecimentos, modificado e mediado pelo pensamento. Utilizando de uma metáfora como exemplo, poderíamos dizer que as raízes de uma árvore são os pensamentos; os galhos e as folhas, os conhecimentos; a árvore em seu todo, o saber. Em uma floresta, essa árvore seria um saber entre outras árvores – outros saberes, portanto. Nessa floresta, que é a vida, existem os saberes, uns de perfil científico, outros populares ou do senso comum, religiosos, árvores de toda sorte. É como se o pensar e o conhecer estivessem dentro do saber. (CLAUDINO, 2019, p. 132).

Estabelecido o parâmetro, é possível conjecturar que o pensamento e os conhecimentos produzidos por Milton Santos – ou seja, sua obra –, de maneira inegável, compõem atualmente o horizonte do saber geográfico. E, sobretudo, a constituição de suas produções são frutos com igual força e intensidade de saberes anteriores. Nem sempre advindos do campo da Geografia porque semeados por árvores de toda sorte. No caso daqueles, a trajetória epistemológica do geógrafo brasileiro cumpriu itinerário conformado tanto pelo giro de fases quanto pela aproximação a diversificadas variantes (subáreas ou correntes) geográficas e matrizes analíticas, proporcionalmente a uma gama de ênfases temáticas e influências bibliográficas

³¹ Para o autor, diferente do saber, o conhecimento geográfico é produzido quando incorre uma mediação entre o sujeito e o objeto de estudo, dada por um processo de ordem cognitiva e científica. Desse modo, pode-se afirmar que todo conhecimento é produto, em maior ou menor intensidade, de um saber, mas que nem todo saber é determinado diretamente pela produção unilateral de um conhecimento.

solidificadas nos livros e artigos que o autor publicou em cada período. Portanto, qualquer esforço de sistematização da trajetória epistemológica miltoniana nunca deixará de percorrer um caminho árduo e arriscado, pois complexo sintetizar e esquematizar os sendeiros percorridos, a ampla gama de diálogos estabelecidos e as variabilidades da vida no plano objetivo.

A trajetória epistemológica de Milton Santos pode ser dividida e organizada de maneira pragmática em duas fases. Uma inicial, que atravessou toda a década de 1950 e o início dos anos 1960, findando em 1964 quando o geógrafo teve que deixar o Brasil. E outra, inaugurada pela experiência *in exilium*, mais duradoura, abrangeu da segunda metade dos anos 1960 à década de 1990, perpassada, então, pelo seu retorno ao país, pela consolidação docente e pela larga projeção intelectual em âmbitos nacional e internacional. Essa divisão cumpre tanto um critério epistemológico quanto biográfico, uma vez que, tomando como base este último, pode-se afirmar que aquela fase inicial corresponde à do “jovem” geógrafo Milton Santos, enquanto a posterior concerne ao processo de maturação e à maturidade propriamente dita do intelectual, tal como atribuiu Costa (2013). Como ressaltado, cada uma dessas fases englobou inclinações a variantes geográficas, matrizes analíticas e ênfases temáticas específicas. O mapeamento diacrônico dessa trajetória epistemológica apresenta-se condensado no quadro do *Anexo I – Desenvolvimento e trajetória epistemológica de Milton Santos*, no final desta tese.

A fase inicial dessa trajetória epistemológica teve início exatamente em 1948, antes mesmo de o geógrafo assumir cátedra universitária, quando, já concluído o bacharelado em Direito, o então jovem Milton Santos aventura os primeiros passos no campo da Geografia como professor no Colégio Municipal de Ilhéus. Data também do referido ano, e resultante de monografia apresentada e defendida pelo geógrafo no concurso para ingresso em dito colégio, a publicação pela Imprensa Oficial da Bahia de sua primeira obra *O povoamento da Bahia: suas causas econômicas*. O livro – do qual, em entrevista, o autor confessou espirituosamente “que ninguém conhece, porque eu o escondo” (SANTOS, 2004, p. 49) – corresponde a um esforço de Milton Santos em explicar a formação da Bahia por meio de seus elementos étnicos e da distribuição da população pelo território. Distribuição essa que, condicionada tanto por fatores históricos quanto por ciclos econômicos, destaca a relevância dada pelo autor à cultura açucareira, à pecuária e à mineração (COSTA, 2013, p. 133). A tese de Santos, claramente, tem forte apelo à História. Ou melhor, à Geografia Histórica, fato explícito no corpo da obra pelas referências aos trabalhos tanto de geógrafos quanto de intérpretes-historiadores. Entre os últimos, à Caio Prado Junior (*História Econômica do Brasil; Formação do Brasil Contemporâneo*), Capistrano de Abreu (*Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil; Diálogos*

das Grandezas do Brasil), Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala; Nordeste; Sobrados e Mucambos*) e Sérgio Buarque de Hollanda (*Monções; Raízes do Brasil*) (Cf. COSTA, 2013, p. 133 – nota de rodapé).

Essa primeira fase da trajetória epistemológica de Milton Santos, que perdurou até o ano de 1964, deve ser compreendida como etapa voltada à realização de uma Geografia mais empírica, em que a técnica é apreendida como principal instrumento de análise e de transformação do meio. Em Geografia, a técnica pode ser entendida tanto como arsenal metodológico, instrumento descritivo do meio geográfico, uma Geografia da Técnica, quanto como objeto de estudo. No último caso, diz como, em cada período histórico, o respectivo progresso técnico vinculou-se direta e indiretamente com os modos com que cada sociedade passou a racionalizar, organizar e se relacionar com o espaço.³² Nesse sentido, para Grimm (2011, p. 59), no caso de Milton Santos, essa ênfase na técnica provavelmente adveio da influência de Paul Vidal de La Blache e de Lucien Febvre, porque considerados “pioneiros na produção de uma geografia vinculada às técnicas.” Ou seja, reverberação da influência da Escola Clássica Francesa da Geografia, ainda em voga na época.

A técnica como instrumento de análise do meio se estabeleceu como tônica na obra miltoniana naquele período. Todavia, ainda que elemento central de análise, como enaltece a tese de Grimm (2011), a técnica na produção miltoniana das décadas de 1950 e 1960 conformou-se em relevos teóricos e por variantes geográficas mais ou menos antagônicas. Num primeiro, mais inclinada ao *métier* de uma Geografia Regional (Local) e que, na obra do geógrafo brasileiro, buscava desnudar as conformações geográfica e histórica da Bahia. Já, num segundo momento, especialmente no final da década de 1950, volta-se à realização de uma Geografia Aplicada, que se respaldava dentro de uma visão geográfica mais “utilitarista” do saber geográfico (COSTA, 2013, p. 78), sem, contudo, abandonar por completo os preceitos teóricos e práticos da escola labachiana.³³ Essa guinada coincide – mas não se apresenta como mera coincidência – com o retorno de Milton Santos de Estrasburgo em 1958 e com os trabalhos por ele desempenhados tanto à frente do *Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais* quanto em importantes órgãos públicos do Estado da Bahia.

³² Esse entendimento é generalista. Na tradição geográfica moderna há um amplo e histórico debate sobre o significado e abrangência do termo. O terceiro capítulo deste trabalho dedica um aparte à concepção miltoniana do que é técnica.

³³ Na tese, utiliza-se com frequência duas denominações a fim de referenciar a escola geográfica fundada no pensamento e a obra de Vidal de La Blache: *vidaliana* e *lablachiana*. Ambas aceitas, porquanto presentes na literatura especializada, sendo o último termo mais corriqueiro em literatura mais datada e o primeiro, em obras mais contemporâneas. A escolha por apresentar ambas as acepções respeitam uma ordem puramente estilística, evitando repetições que podem incorrer à consolidação de uma narrativa monótona.

No entendimento de Costa (2013, p. 155), a Geografia Aplicada atribui um sentido mais pragmático à Geografia. Nesse, em linhas gerais, o prático e a aplicação concreta dos saberes geográficos confluem como instrumentos de uma “racionalidade instrumental no agir para a sociedade e confrontar-se com a ação abstrata, especulativa e de ordem não objetiva.” (COSTA, 2013, p. 155). Em outras palavras, traduz-se como uma Geografia capaz de compreender e transformar o meio, alijada de maiores especulações de ordem teórica e caracterizada pela compreensão da técnica como ferramenta de intervenção da realidade objetiva. Sapiência que, como luva, cairia sobre as funções públicas que passaram a ser atribuídas a Milton em seu retorno ao Brasil, como a de chefe da Casa Civil da Presidência da República no Estado da Bahia (1961) e à frente do CPE (1962-1964).

O giro de filiação de Milton Santos à Geografia Aplicada foi determinado por três conjunturas: a externa, a nacional e a individual. Segundo Grimm (2011, p. 63), o período posterior ao término da Segunda Guerra Mundial concedeu relevância, dentro do campo da Geografia europeia, aos trabalhos de planejamento territorial, reflexo em grande medida ancorado na perspectiva de recuperação econômica da Europa ditada pelo Plano Marshall.³⁴ Nesse contexto, a Geografia Aplicada expandiu-se e adquiriu relevância nas duas décadas seguintes ao término do conflito bélico em países como Inglaterra, França e Bélgica (Cf. GRIMM, 2011, p. 63). Enquanto isso, no Brasil, o programa desenvolvimentista inaugurado pelo governo Juscelino Kubitschek concedeu impulso à recepção e expansão da variante geográfica por meio de “uma maior interiorização da técnica no território” com grandes projetos, como a construção de Brasília, o incremento da rede rodoviária e a criação da SUDENE (Cf. GRIMM, 2011, p. 71). No plano individual, Grimm (2011, p. 63 – nota de rodapé) recorda ainda que Tricart – orientador de Milton Santos – foi um entusiasta da Geografia Aplicada e que Estrasburgo, junto a Bordeaux, eram centros de referência e irradiação da variante geográfica na França (GRIMM, 2011, p. 63 – nota de rodapé).

De qualquer maneira, tanto mais afeito a uma Geografia Local ou à realização de uma Geografia Aplicada, “à exemplo dos vidalianos, Milton Santos, nessa fase, recorria às visitas técnicas para realizar seus trabalhos e reconhecia a abundância de informações que se podia coletar *in loco*.” (COSTA, 2013, p. 145). Isso o fez percorrer os rincões da Bahia, especificamente a zona cacaueteira ao sudoeste do estado, a cidade de Nazaré, a região de Jequié,

³⁴ O Plano Marshall (ou Programa de Recuperação Europeia) consolidou-se como um programa de aprofundamento da Doutrina Truman, estabelecendo a cooperação e investimento econômico dos Estados Unidos na reconstrução dos países aliados no Velho Continente. Estima-se que 14 bilhões de dólares foram investidos pelo governo dos Estados Unidos na recuperação econômica da Europa, sendo os maiores beneficiários o Reino Unido, a França, a Itália e a Alemanha Ocidental.

o município de Ubaitaba e, por fim, a zona rural do Ipiaú, a fim de encampar seus estudos (COSTA, 2013, p. 145). Outrossim, o conjunto temático de sua produção enfocava tanto os processos de urbanização e planejamento quanto as zonas econômicas que determinaram a racionalidade e organização territorial daquele estado.

À luz dessas variantes geográficas, da Geografia Local e da Geografia Aplicada, bem como das visitas técnicas realizadas por Milton Santos mencionadas anteriormente, ademais de *O povoamento da Bahia* (1948) e inúmeros relatórios financiados pelo CPE e pela *Fundação Joaquim Nabuco*, o geógrafo publicou no período, entre outros:³⁵ *Os estudos regionais e o futuro da geografia* (Imprensa Oficial da Bahia, 1953), *Zona do Cacau: introdução ao estudo geográfico* (Imprensa Oficial da Bahia, 1955), *A cidade como centro de região* (Imprensa Oficial da Bahia, 1959), *A rede urbana do Recôncavo* (Imprensa Oficial da Bahia, 1959), *O centro da cidade do Salvador* (Progresso Editora, 1959) e *Marianne em Preto e Branco* (Progresso Editora, 1960) (Cf. SANTOS, 2011 [2001], p. 9-10). O primeiro é uma tese, como o próprio título alude, sobre Geografia Regional que, com singularidade, concorreu como primordial intento do autor em questionar os caminhos epistemológicos da Geografia, mormente, a brasileira (Cf. COSTA, 2013, p. 134-135).

Nessa primeira fase, portanto, o espaço como conceito uno-universal não aparece na obra do geógrafo como um objeto de estudo teórico propriamente dito. E, menos ainda, como conceito que diz de uma totalidade. Isso porque, tal como se verá no próximo capítulo, ainda inconcebível como tal à própria Geografia no período. A noção de espaço – ou melhor, de espacialidade – predominante na produção miltoniana é então aquela dada por uma orientação lablachiana, vinculando-se à matriz teórica da Escola Clássica Francesa da Geografia. Trata-se de um espaço fragmentado, balizado pela tônica na noção de região e respaldado num certo dualismo entre a Geografia Física e a Geografia Humana, quando não, alicerçado no uso da concepção de regionalização, mais cara à Geografia Aplicada dada a maior adequação como ferramenta na área de planejamento. Todavia, Costa (2013, p. 139) considera que essa vinculação epistemológica inicial de Milton Santos com a corrente vidaliana o salvou “da crença num determinismo irrecorrível”, inclinando-o a abertura a um entendimento sólido do

³⁵ O estudo realizado por Costa (2013, p. 169) cita, entre outros, os seguintes relatórios: *Zona de Influência Comercial do Estado da Bahia* (1956 [1958]), *Localização Industrial no Estado da Bahia* (1958), *Localização Industrial na Cidade de Salvador* (1958), *A propriedade rural no Vale Médio do Paraguaçu* (1959), *A região Amargorosa* (1963) e *A Cultura do Cacau no Estado da Bahia* (1964).

espaço como um ente em grande medida social, como lugar do possível e das possibilidades. Herança e visão possibilistas futuramente por ele revisitadas e repensadas.³⁶

A segunda, mais duradoura e, porventura, teoricamente mais profícua – e, portanto, mais estimulante ao objeto desta tese – fase da trajetória epistemológica de Milton Santos consiste na concretização de uma Geografia Teórica. Nela, a técnica deixa de ser, na produção do geógrafo brasileiro, mero instrumento de análise do meio para adquirir, junto ao espaço, o estatuto de objeto e categoria maior da Geografia. Essa fase, iniciada em 1965 com a chegada de Santos à *Université de Toulouse*, prolongou-se até o fim da vida do autor e condiz, como outrora mencionado, tanto com o processo de maturação quanto com a própria maturidade profissional de Milton Santos. Apresenta-se, sem sombra de dúvida, como a etapa teoricamente mais crepitante e produtiva do geógrafo e respalda sua notoriedade dentro e fora do campo da Geografia.

Ao longo das quase quatro décadas que conformam a fase, Milton Santos travou contato mais estreito com três variantes geográficas, na ordem apresentada: a Geografia Ativa, a Geografia Radical e a Geografia Renovada.³⁷ A esta última se dedicou e dela se consagrou como um dos principais ideólogos. Nesse percurso, estabeleceu maior estreitamento com a corrente geográfica marxista, especialmente, mas não somente, francesa. À priori, vincula-se a um marxismo, diga-se, mais clássico. O marxismo então institucionalizado e amplamente difundido no campo disciplinar da Geografia e na academia na França, de mestres como Pierre George, Jean Dresch e o próprio Jean Tricart. Posteriormente, inclina-se à vertente do revisionismo marxista, quando opera, consonante e paulatinamente, o distanciamento dos cânones e pressupostos teóricos da geografia francesa e, concomitante, o constructo de sua Geografia Renovada e de sua ontologia do espaço.

O revisionismo marxista pode ser entendido tanto em sua forma mais ampla, como movimento político e de renovação crítica dos partidos socialistas no pós-Segunda Guerra Mundial, quanto em seu sentido mais estreito (Cf. BOTTOMORE, 2012). Aqui, interessa-nos mais a última expressão. Justamente por se referir ao espectro das diversas correntes epistemológicas que, herdeiras do pensamento e obra de Karl Marx e Friedrich Engels, assim como de um sem número de outros teóricos do marxismo, buscaram, ao longo do século XX, a

³⁶ As designações possibilismo e determinismos são escorregadias porquanto questionáveis para alguns setores da Geografia. Privilegiou-se, nesta tese, a manutenção dos termos porque ainda usuais entre os historiadores. O segundo capítulo dedica algum esforço a essa problematização e ao porquê o possibilismo também comporta algum grau de determinismo.

³⁷ Milton Santos é igualmente conhecido e associado à Geografia Crítica por motivos que este texto ainda explanará.

releitura, a renovação e a readequação dos postulados marxistas às conjunturas, dilemas e fenômenos em curso. No caso das Ciências Sociais, particularmente na História e na Geografia, o revisionismo se manifestou, sobretudo, articulando a crítica ao rígido esquema ditado pela cartilha do marxismo clássico, que preconizava a prevalência e a determinação da *infraestrutura* sobre a *superestrutura* (Cf. EAGLETON, 1999; BARROS, 2013b).³⁸ Na prerrogativa dos revisionistas, a última passa a ter maior importância como objeto de análise e como instância de determinação do social que a primeira.

A filiação de Milton Santos ao marxismo como aporte e norte teóricos deveu-se, principalmente, e mais uma vez, à influência e rede de sociabilidades de Tricart. O geógrafo Ruy Moreira (2003, p. 133) considera o geomorfologista francês como “o grande introdutor do pensamento dialético na Geografia Física, vendo a ação das forças contrárias, internas e externas da Terra, como o processo que responde pela evolução do modelado do relevo terrestre.”. Leitura geomorfológica dialética essa que, aqui tecendo um arriscado, porém necessário exercício, em certa medida, a própria concepção de *rugosidades* de Milton Santos é devedora. Muito provavelmente junto a contribuições oriundas de outros ilustres geógrafos franco-marxistas, tal como a de Pierre George, que, na obra *Le métier de géographe* (1973), introduz a concepção de *rugosidade* do território a fim de demonstrar a vitalidade da análise dialética, ao passo que estabelece a crítica ao modelo matemático então em voga na Geografia britânica:³⁹

³⁸ Cf. Bottomore (2012, p. 38-41): *Infraestrutura* corresponde à base ou estrutura econômica. E a *superestrutura* à consciência social. Os termos foram introduzidos por Karl Marx em *Die deutsche Ideologie* (1845-1846), a fim de explicar o funcionamento das sociedades, da realidade concreta, tornando-se depois um paradigma no pensamento marxista. O caráter da relação entre *infraestrutura* e *superestrutura* no interior da produção marxista é complexo, havendo sensíveis divergências quanto à dinâmica de equilíbrio entre esses entes. Contudo, prevalece o consenso de que a *infraestrutura* é determinante à conformação da *superestrutura*, ainda que uma gama de autores reconheça na *superestrutura* algum grau de influência na *infraestrutura*. Essas categorias serão retomadas em diversos momentos ao longo desta tese, especialmente no Capítulo III. Daí a importância de prévio reconhecimento.

³⁹ O estudo realizado por Flávia Grimm (2011, p. 84) aponta que a noção de *rugosidades* em Milton Santos foi apresentada no livro *Le métier de géographe en pays sous-développé*, de 1971. Ou seja, dois anos antes da referida obra de Pierre George. Considera-se, no entanto, um falso problema determinar nesta tese qualquer protagonismo autoral, uma vez que: a) o termo em si é anterior à apresentação e usos por ambos geógrafos, dado que muito provavelmente herdado e amplamente difundido pela geomorfologia; b) Santos e George travaram no final dos anos sessenta estreita relação e diálogo intelectuais, sendo o primeiro de algum modo discípulo deste, e notório, que antecede a supracitada publicação do francês – e o fato da semelhança nada fortuita dos títulos –, esta síntese resultante de ideias e teses apresentadas por George em seus cursos universitários; c) mesmo que, em ambos os casos e autores, a noção esteja imbuída de grandiloquioso sentido dialético, trata-se de entendimentos e aplicações sensivelmente distintos; mais além, Milton Santos empenhou-se no desenvolvimento do termo, aprofundando-o e tornando-o de fato um conceito operacional e alicerce de sua leitura de espaço. Em última análise, como visto, ideias e saberes – inclusive, mas não somente geográficos – são constituídos por incessantes movimentos de leitura e releitura, de tomar um objeto e devolvê-lo ao mundo não tal qual o original, mas de maneira e com roupagens singulares; flexionando-o a partir de leituras outras e concedendo-lhe novas abordagens e funcionalidades.

O modelo se apresenta como um instrumento natural para a criação de espaços organizados, como um esquema de organização do território. Mas a geografia tem outras preocupações: em primeiro lugar, a de integrar em toda visão teórica e elaborada que leve a uma utilização *optima* de um espaço reduzido a um número determinado de componentes (ainda que este número seja elevado) todas as “rugosidades” susceptíveis de comprometer o modelo, assim como a variedade do meio natural tanto no espaço como no tempo (problema dos ritmos de variações) em escala inter-regional, e todo efeito estático e dinâmico, de qualquer sentido, proveniente do legado de gerações precedentes, tanto na área do equipamento concreto como na das ações irreversíveis e na das mentalidades (GEORGE, 1972, p. 110).

Em semelhante impulso, na opinião de Moreira (2003, p. 133), foi no marxismo de Tricart que Milton Santos buscou inspiração e modelo de intelectual. Procurou, tal como o mestre, romper com quaisquer vínculos político-partidários, de militância institucional, “para desempenhar um papel de intelectual empenhado em mudar o mundo com as armas da ciência” (MOREIRA, 2003, p. 113), reverberação inegável na postura pública e nas obras do geógrafo brasileiro. E, sobremaneira, determinante à inclinação cada vez mais robusta, nos anos então vindouros de Milton Santos, ao materialismo histórico-dialético e à Geografia Teórica. Ao explicar a contribuição da geração marxista tricartiana à Geografia francesa, e, por conseguinte, à revitalização do materialismo histórico-dialético na França nas décadas de 1960 e 1970, Milton Santos não deixou de justificar essa filiação teórica:

Os geógrafos marxistas, membros ou não do partido, foram mais que modestos em citar suas maiores fontes – Marx, Engels, Lênin ou Rosa Luxemburgo. Provavelmente, esta foi uma forma de evitar serem denominados “tipos políticos”, durante o período em que tal denominação era evitada pelos acadêmicos. Esta atitude prevaleceu na França após a Segunda Guerra Mundial. [...] [Contudo, nas décadas seguintes] As contradições existentes nas extremas concentrações de poder dos gigantes Estados-corporações renovaram o interesse por Marx e seus discípulos (ortodoxos ou não), como fontes de explicação geográfica [...]. As desigualdades econômicas e sociais, a decrescente participação do povo na tomada de decisões geram uma alienação social e econômica, com importantes efeitos na organização do espaço. Isto é uma realidade em todas as escalas de observação geográfica. (SANTOS, 2015, p. 166-167).

A entrada de Milton Santos nessa fase mais teórica e deliberadamente marxista ocorreu por intermédio da Geografia Ativa quando de sua estada na França. Essa vertente surgiu quase concomitantemente ao desembarque do geógrafo brasileiro na Europa e buscou apreender as grandes mudanças operadas no mundo na conjuntura pós-Segunda Guerra Mundial. Em especial, a complexa reorganização territorial inaugurada pelo rápido processo de reestruturação do capitalismo naquele continente. A exigência de uma renovação epistemológica impeliu então geógrafos como Pierre George, Raymond Guglielmo, Yves

Lacoste e Bernard Kayser à publicação de *La géographie active* (1964), obra em que denunciavam a ineficácia da *démarche* da Geografia Clássica em dar conta da leitura do mundo reorganizado a partir dos escombros da guerra e em que, sobretudo, propunham a alocação da Geografia como inquestionável ciência do espaço. Também creditavam às ações de planejamento institucional, tal qual a Geografia Aplicada atribuía, mas num sentido social bem mais amplo, de organização e harmonização do espaço (Cf. LENCIONI, 1999, p. 140-141). Essa “ilusão tecnocrática”, como definiu Sandra Lencioni (1999, p. 141), abria aos geógrafos marxistas a possibilidade concreta de intervenção ativa no espaço.

Não obstante, vale sublinhar que à Geografia Ativa deve-se a distensão da noção lablachiana de região, que passou a ser encarada como qualquer “área sob o raio de ação de uma cidade” (LENCIONI, 1999, p. 141). E da ressignificação da ideia de espaço. Que, na Europa cada vez mais urbana, metropolitana, passou a ser entendida “como um campo de ação de fluxos” (LENCIONI, 1999, p. 141). Ou seja, de toda e quaisquer estruturas que concedem mobilidade e dinâmica às sociedades e economias: o setor e as redes de transporte, as comunicações, as trocas comerciais e financeiras, o intercâmbio de ideias etc. O urbano e o espaço privilegiados na análise da Geografia Ativa em contraposição à ênfase dada pelos vidalianos ao rural e ao meio. Primeiro, porque predominantes no horizonte dessa reconfiguração geográfica pós-guerra. Segundo, porque, historicamente, *loci* vívidos e notórios dos fluxos. Aliás, conceito último e ênfase temática (o urbano) assíduos na obra do Milton Santos maduro. E, como ver-se-á, igualmente caros à arquitetura da noção miltoniana de *rugosidades*.

Como outrora enfatizado, o contato formal de Milton Santos com a Geografia Ativa ocorreu com a chegada do geógrafo na França. Nessa ocasião, acolhido e lecionando na *Université de Toulouse*, entre 1964 e 1967, o geógrafo baiano estabelece contato com Bernard Kayser e passa a desenvolver atividades junto ao IEDES da *Université Paris I, Sorbonne*, então liderada pelo economista François Perroux. O instituto, à época, congregava um grupo diverso de acadêmicos às voltas com as temáticas do desenvolvimento e subdesenvolvimento e sobremaneira interessados em alavancar estudos sobre o chamado Terceiro Mundo (Cf. PEDROSA, 2018, p. 435). Do instituto, e munidos com tais interesses, surgiu a revista *Tiers Monde*, para a qual Santos chegou a colaborar. Foi no período e a partir dos trabalhos desenvolvidos junto ao IEDES que o brasileiro passou a se debruçar com mais afinco sobre as especificidades geográficas do Terceiro Mundo e a estabelecer os primeiros lumes de questionamento em relação à Geografia francesa (Cf. PEDROSA, 2018, p. 435). Concomitante, foi no período que travou intenso diálogo com a Teoria da Dependência, preconizada por

economistas como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Maria da Conceição Tavares e André Gunder Frank (Cf. GRIMM, 2011, p. 98).⁴⁰

Resultante dessa imersão nos *páramos* da Geografia Ativa, da leitura crítica do Terceiro Mundo e das correntes geográficas francesas, Milton Santos publica *Le métier de géographe en pays sous-développé*, ou *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*, em português, em 1971.⁴¹ A obra não somente refletiu o amadurecimento e ensejo de autonomia por parte do geógrafo, mas, espelhada por essas mesmas razões, apresentou-se de maneira subversivamente crítica à Geografia dominante. Nela, Santos coloca em xeque a concepção e usos da noção clássica de região, considerando-a – tal qual os colegas da Geografia Ativa – impossibilitada de dar conta das “novas condições técnicas e políticas que se instalavam em diferentes partes do mundo, tais como os progressos realizados no domínio dos transportes e das comunicações”, além do impacto do avanço predatório da internacionalização econômica no chamado Terceiro Mundo (GRIMM, 2011, p. 82).

A tese de Grimm (2011, p. 82-84) reforça ainda que, em *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*, Milton Santos opera mudanças substanciais e passa a ter como enfoques epistemológicos a Geografia do espaço, em detrimento de uma Geografia Regional, e, mormente, eleva o debate em torno da técnica e de seus impactos nos países subdesenvolvidos a outro nível, direcionando-os ao relevante papel processual das *modernizações*. Para Santos, a “modernização” é a generalização de uma inovação vinda de um período anterior”, e que, portanto, “deveria ser pensada no ‘plural’ visto que, num mundo que se se tornava cada vez mais complexo [...] uma modernização dificilmente se instalava nos territórios de forma isolada”, apresentando-se “sempre acompanhada de outras” (GRIMM, 2011, p. 83-84). Isso explica as sensíveis divergências entre os espaços mais homogêneos do mundo desenvolvido e os espaços mais heterogêneos, acintosamente mais rugosos dos países subdesenvolvidos. As *rugosidades* se estabelecem, assim, como “heranças históricas” que coadunam e acentuam “limitações geográficas” (Cf. GRIMM, 2011, p. 84).

Não por acaso, os temas mais regulares na produção miltoniana, pelo menos no primeiro decênio dessa segunda fase epistemológica, correlacionam diretamente os processos de modernização (a técnica), a urbanização e o subdesenvolvimento. Destacam, no repertório de

⁴⁰ A Teoria da Dependência realiza-se nas décadas de 1960 e 1970 no campo das Ciências Econômicas e Sociais a partir de uma perspectiva marxista não dogmática que correlaciona diretamente seus principais objetos de estudos, a dependência e o subdesenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo, à leitura histórica, portanto, crítica, dos efeitos e das estruturas legadas pelos processos de colonização nessas nações. Entre seus principais precursores encontram-se: Vânia Bambirra, Perseu Abramo, Roberto Pizarro Hofer e outros.

⁴¹ A edição em Língua Portuguesa fora publicada no Brasil somente em 1978.

publicações, estudos temáticos voltados principalmente às cidades no Terceiro Mundo, à teoria dos circuitos da economia urbana e o papel desempenhado pela Geografia e pelos geógrafos nos países periféricos. Em Milton, o desenvolvimento técnico desigual – ou seja, a modernização – implementado nas ex-colônias das Américas e da África por fatores históricos diversos (“forças de inércia”) e, não raras vezes, antagônicos, paradoxais, acelerados e desuniformes, condicionou estruturas e organizações urbanas ímpares, impressas no e pelo subdesenvolvimento desses países (Cf. GRIMM, 2011, p. 105). Esses tópicos adquirem contornos e merecem aprofundamentos ainda mais teóricos à medida que, ao largo daquela década, o geógrafo baiano se aproxima da chamada Geografia Radical.

O término da estadia de Milton Santos na França e o princípio de sua jornada transexilica coincidem com a aproximação pública do intelectual com a Geografia Crítica. E, mormente, com os debates suscitados por essa variante da Geografia Humana. A corrente da Geografia Radical – como também ficou conhecida – surgiu nos idos da década de 1970 e rapidamente ganhou adeptos para além das fronteiras do mundo francófono, encontrando ressonância em outras nações europeias mediterrâneas, como Espanha e Itália. Ademais, do mundo anglo-saxão: Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Na América Latina, galgou projeção a partir dos dois principais impulsionadores de produção científica e polos econômicos: Brasil e México, especialmente, a partir da publicação e tradução, nesses países, de *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* (1976), de Yves Lacoste.

Essa corrente desenvolveu-se na calda do cometa da rasante da Nova Geografia justamente num período coroado pela estagnação do modelo de bem-estar social que norteou as economias da Europa Ocidental desde o encerre da última Grande Guerra. E ganhou terreno no campo disciplinar daquele continente à medida que se estabeleceu no seio das Ciências Sociais o bastião de resistência, jogo de forças, ao recrudescimento da ressonância *thatcherista* nas Ciências Econômicas.⁴² Segundo Claval (2006, p. 114), na transição das décadas de 1960

⁴² O *Thatcherism* correspondeu ao programa ideológico e econômico defendido pelo Partido Conservador na Grã-Bretanha sob a liderança de Margaret Thatcher, iniciado em 1975. Respaldada nos neoliberais da Escola de Chicago (*Chicago's boys*) e sob a insígnia do discurso de modernização da economia britânica, Thatcher defendia o Estado-mínimo e o livre-mercado. Durante sua gestão como primeira-ministra, na década de 1980, tornou-se responsável pelo enxugamento da máquina pública, pela desestatização parcial dos serviços e flexibilização de direitos sociais, inclusive aqueles conquistados por históricas e emblemáticas lutas trabalhistas. Embora o *thatcherismo* seja até a atualidade louvado – servindo mesmo de exemplo e endosso discursivo – em determinados segmentos do neoliberalismo mundo afora, a implementação do programa é considerada, tanto em alguns círculos liberais quanto pelos críticos ao liberalismo, desproporcional ao estardalhaço midiático à época causado em torno da *Iron Lady* e de seu trágico pacote de medidas. Para esses, ainda que o *thatcherismo* tenha impactado a produção industrial britânica, dilacerado direitos e recrudescido o desemprego no país, tratou-se de um programa deveras conservador quando comparado ao implementado, no mesmo período, pelo regime ditatorial de Augusto Pinochet no Chile. Este último cenário, considerado, nos círculos marxistas contemporâneos, o verdadeiro gabinete do *Dr. Caligari* do neoliberalismo no mundo.

e 1970, a Geografia voltada à “ênfase no crescimento econômico desaparece rapidamente.” Tal brecha permitiu o surgimento de uma Geografia mais voltada à crítica ao capitalismo e à sociedade de consumo frente ao paradoxo das desigualdades sociais e econômicas que separavam os países industrializados dos periféricos (Cf. CLAVAL, 2006, p. 114). Consonante a isso, a corrente encontra, nos eixos temáticos do urbano, das comunicações e do espaço, terrenos férteis de análise, multiplicando-se e alargando, sobretudo, a percepção e a conceitualização do que é o espaço. Projeta nomes como o de Henri Lefebvre, Manuel Castells e David Harvey, autores com os quais a produção autoral miltoniana passou a travar profícuo diálogo.

A Geografia Crítica propulsou valiosa contribuição ao modo como as outras disciplinas das Ciências Sociais passaram a entender o espaço. Edward Soja (1993) e Efraín León Hernández (2016), entre outros autores, parecem concordar com o veredicto e atribuir principalmente à Henri Lefebvre essa conquista. Destacam-se aqui, e nesse sentido, os papéis cumpridos pelas publicações *Espace et Politique: le droit à la ville* (Anthropos, 1972) e *La Production de l'espace* (Anthropos, 1974). Para Soja (1993, p. 36 e 42), Lefebvre foi o impulsionador da teoria espacial no século XX, pois foi capaz de promover a guinada referencial dos cientistas sociais ao espacial, atribuindo ao último igual peso, portanto, equivalência. Na mesma linha, León Hernández (2016, p. 23) apresentou que o distanciamento operado entre as demais Ciências Sociais da Geografia calcificou nelas a ideia de um “*espacio social sólo como condición material de soporte de existencia humana, normalmente en su vertiente física y biológica*.”, tema abordado no próximo capítulo e superação inegável da obra lefebvriana.

À medida que estabeleceu a aproximação com essas correntes filosóficas da Geografia, a obra miltoniana refletiu o aprofundamento de análises e adquiriu um repertório conceitual e corpo teórico, transluzindo um impulso cada vez mais fremente de transição de uma geografia descritivo-analítica para a concepção de uma teoria da Geografia própria. Desse modo, além de paulatinamente estabelecer uma ruptura com os cânones franceses – sem, contudo, rechaçar a relevância da contribuição deles em sua obra – e de voltar o olhar para as questões geográficas interpostas aos países subdesenvolvidos, como anunciado, Santos realiza outros movimentos sensíveis. Entre eles, o da crítica cada vez mais embasada no enfoque regional e suas variantes, bem como nas ciências do planejamento, fosse na Geografia ou em campos disciplinares alhures (Cf. GRIMM, 2011, p. 126). Essas ciências, pensadas e engendradas desde o centro, nos países dominantes, apenas acentuavam, na perspectiva do geógrafo, aqueles modelos central e ideal de sociedade e de espaço (Cf. GRIMM, 2011, p. 126), quando não, acambetados, uma vez

aplicados às realidades periféricas sem nenhum crivo teórico-metodológico - ou seja, verdadeiramente crítico -, acabando por reforçar e aprofundar as desigualdades propugnadas pelo Capital.

Na primeira metade dos anos 1970, além do já citado *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*, sob a assinatura de Milton Santos são publicados os seguintes livros: *Les villes du Tiers Monde* (Ed. Génin, 1971), *Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados* (Oikos-Tau, 1973) e *L'espace partagé* (Génin, 1975) (*O Espaço Dividido*, em português) (Cf. SANTOS, 2011 [2001], p. 11-12). Este último é um estudo sobre a questão da evolução da urbanização e do espaço no Terceiro Mundo, resvalando na querela do impacto da aplicação das teorias de planificação importadas no horizonte de desenvolvimento desses países. O livro apresenta ainda, a partir dos postulados da Economia Política, a Teoria dos Circuitos da Economia Urbana, principal sustentáculo de justificativa das latentes diferenças e respectivas distâncias entre a acomodação e organização do espaço e do urbano no centro e na periferia. Deve-se recordar que, no período, o périplo exílico realizado por Milton Santos o possibilita o contato com diversas realidades socioculturais e geográficas que, direta ou indiretamente, estão impressas e problematizadas na obra.

O retorno definitivo de Milton Santos ao Brasil, em 1977, abriu caminho para um novo e último estágio de sua trajetória epistemológica, consolidado pela plena maturidade e autonomia intelectuais. Esse estágio fecha e coroa o ciclo de mergulho do intelectual nas águas da Geografia Teórica e diz respeito ao desenvolvimento, fundamentação e constante atualização de uma Geografia Renovada notoriamente, e como não poderia deixar de ser, inclinada, sobretudo, aos estudos e teorização sobre o espaço, coluna jônica do legado de Milton Santos, ao lado de rigorosa diligência de fomento de um arsenal conceitual e de categorias a fim de dar conta da complexidade inerente ao objeto burilado. O espaço passa, na produção miltoniana, a ser categoria, conceito e objeto da própria Geografia como disciplina.

No período, a produção miltoniana se avoluma. No conjunto e em ordem cronológica, se destacam, entre outras: *Por uma Geografia Nova* (HUCITEC, 1978), *Pensando o espaço do homem* (HUCITEC, 1982), *Espaço e Método* (Nobel, 1985), *O Espaço do Cidadão* (Nobel, 1987), *Metamorfoses do Espaço Habitado* (HUCITEC, 1988), *A Natureza do Espaço* (HUCITEC, 1996) e *Por uma outra Globalização* (Record, 2000). Ressalta-se, mais uma vez, que a publicação primeira é um marco da renovação epistemológica da disciplina desde o Brasil e do hemisfério sul, já que, segundo Ruy Moreira (2000), no decênio subsequente à publicação da obra e da realização no mesmo ano do 3º Encontro Nacional de Geógrafos da AGB, em

Fortaleza, a Geografia nacional viveu um crepitante momento de renovação epistemológica.⁴³ O livro de Santos não deixa de ser a própria “base de sistematização de ideias” (MOREIRA, 2000, p. 32). Isso porque:

Ao longo das páginas desse livro, descobre-se que a sociedade é o seu espaço geográfico e o espaço geográfico é a sua sociedade. Ora, se o espaço tem essa natureza, seu modo de entender muda de todo. Mais que isto: se é ele o objeto da geografia, então na geografia tudo muda de todo. [...] Milton Santos muda a geografia com este livro. Não se limitando a apresentar a historicidade do espaço como uma pura tese, antes tomando-a como uma noção de base, submete o discurso geográfico à mais completa releitura teórica. E numa extensão que vai da crítica epistemológica a uma nova teoria do objeto. [...] A crítica da morte da história, embutida na crítica do formalismo geometrizar da *New Geography*, é então o salto para a noção do espaço como história. Por isso mesmo, o livro de Milton Santos e os protagonistas da ebulição se reconhecem um no outro de modo imediato. Ocorre a assimilação e a identidade recíproca que fazem do livro a referência proclamada da renovação. Há um processo de crítica que antecede a 1978, cresce e se auto-alimenta no seu próprio movimento. Mas o movimento é vago e o protesto genérico. Falta-lhe o conteúdo que o explique. É isso o que traz o livro de Milton Santos. É o que no geral aparece como evidente, na particularidade depende do toque certo que o esclareça. E foi este o papel do livro de Milton Santos (MOREIRA, 2000, p. 32-33).

A Geografia Renovada surge e se fortalece na esteira e à ribalta dos hiatos epistemológicos também outorgados pela Geografia Radical. Aliás, parêntesis: ponto não consensual, de inflexão, a literatura consultada interpõe o dúbio entendimento que durante muitos anos paira no campo da Geografia em relação ao preciso enquadramento – ou, exata alocação – da vertente Renovada no quadro geral de evolução da disciplina. Enquanto Antonio Carlos Robert Moraes (2003) apresenta esse movimento de renovação como um importante componente de evolução da Geografia Radical, sugerindo até que a concepção de espaço miltoniana “é uma das mais amplas e substantivas empreendidas *pela Geografia Crítica*” (MORAES, 2003, p. 46 – grifo nosso), Ruy Moreira sinaliza caminho contrário. Este autor, para além de análogo reconhecimento do salto epistemológico dado pela leitura miltoniana do espaço, como visto no fragmento anterior, no mesmo artigo também situa a obra de Santos num quadro mais amplo, de tentativa real de superação e autonomia epistemológicas. Colocando-o, ao lado de Lacoste e do italiano Massimo Quaini, como percussores de uma ruptura, de uma renovação, de engendramento de uma corrente independente, que chegou a postular-se, mas que, a fim e a cabo, não foi:

⁴³ O geógrafo Ruy Moreira (2000, p. 32) nos recorda ainda que foi no referido encontro de Fortaleza que ocorreu o lançamento de *Por uma Geografia Nova*.

Creio que podemos finalizar esse balanço observando que é absolutamente impossível mudar o campo de uma ciência, sem envolvê-la com um todo quando é o todo que está em época de mudança. A hipótese que aqui seguimos é que a própria crise reuniu nos livros *A Geografia/A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*, de Yves Lacoste, *Por uma Geografia Nova*, de Milton Santos, e *Marxismo e Geografia*, de Massimo Quaini, a base e o roteiro de uma mudança possível. Espontaneamente, três livros que aparecem fornecendo os termos intelectuais de ruptura. E não por acaso. Todavia, uma certa inarticulação entre eles aconteceu no decorrer do movimento concreto das reconceitualizações. [...] A progressão no conceito novo do espaço, que constituiu-se [sic] no vetor da geografia renovada, na medida que foi proclamado seu objeto, foi por força disso limitada. Avançou até o limite que estabeleceu seu próprio estatuto epistêmico [...] Sem dúvida, a reformulação teórica avançou enormemente nos dez primeiros anos da renovação. Uma mudança rica, mas inconclusa. Pergunte-se a cinco geógrafos o que é espaço, e nas cinco respostas que derem ter-se-á a medida do que se andou. Peça-se-lhes que dêem uma formulação operacional a uma pesquisa de uma dada organização espacial pertinente ao seu conceito, e ter-se-á uma dificuldade de ordem prática. Um quadro revelador de uma mudança incompleta. (MOREIRA, 2000, p. 45-46 – grifos do autor).

Por esse motivo, considera-se, na presente tese, em conformidade com o quadro apresentado pelo *Anexo 1*, a Geografia Renovada postulada por Milton Santos como uma vertente independente na trajetória epistemológica do geógrafo brasileiro. Pois, ainda que “uma mudança incompleta” no quadro geral da Geografia, o intento de dissociação – de ruptura, propriamente dita – ensejada por Santos, direta ou indiretamente alinhavada ou não com Lacoste e Quaini, fala tanto de um marco operacionalizado pela e a partir da Geografia brasileira e, por conseguinte, latino-americana no referido período quanto de um notável e audacioso giro do itinerário epistemológico percorrido pelo geógrafo brasileiro, que não pode ser olvidado ou obliterado em detrimento de sua realização concreta ou não.

O próprio título da obra de Santos, aliás, ainda que emblematicamente proposital e provocativo, prediz o exposto. O dúbio subtítulo “da crítica da geografia a uma Geografia Crítica” concede asas à imaginação. De verdadeiramente crítica? Ou, então, de continuidade de dada tradição? Poder-se-á questionar o leitor. Interpõem-se à última certa leitura ingênua ou suposta desatenção. Trata-se de uma cartada estratégica. Pois, num ângulo obtuso, recorda-se que, por seu conteúdo, *Por uma Geografia Nova* permeia e tateia sendas epistemológicas não preenchidas ou superadas pelo próprio campo disciplinar, inclusive, mas não somente, pelos radicais. E que, em grau de equivalência, sua simples existência inegavelmente abriu caminho para a ramificação de todo um pensamento dentro do campo do saber-fazer da Geografia, com séquitos, vida, questões, leituras, metodologias e realizações próprias.

Duas dessas sendas ganham relevos claros no livro. A primeira diz respeito à relação centro-periferia. Apesar de notória a inclinação dos radicais aos temas centrados na questão do

subdesenvolvimento e nas querelas históricas e socioeconômicas que afligiam o Terceiro Mundo e da receptividade e da capilaridade dessa vertente de leitura nos países periféricos, em especial, na América Latina, o arsenal teórico dos radicais não deixava de expressar e aprofundar, no campo da Geografia, também uma racionalização imperativa, projetada desde o mundo setentrional para o meridional. O continuísmo, ainda que ingenuamente despercebido ou racionalmente comedido, de certa tradição de colonização e dependência intelectuais. *Por uma Geografia Nova* não deixa de expressar – quase no formato de um verdadeiro manifesto – essa inquietação (ou, então, urgentes necessidades de denúncia e distanciamento) aos paradigmas importados. Enfatizado já no primeiro capítulo, intitulado “A Crítica da Geografia”, o fio condutor liga a institucionalidade acadêmica da disciplina e sua estreita relação com certo ímpeto colonialista:

A utilização da geografia como instrumento de conquista colonial não foi uma orientação isolada, particular a um país. Em todos os países colonizadores, houve geógrafos empenhados nessa tarefa, readaptada segundo as condições e renovada sob novos artifícios cada vez que a marcha da História conhecia uma inflexão. [...] O ímpeto dado à colonização e o papel nela representado por nossa disciplina teria sido um fator de seu desenvolvimento. A. Mabogunje, reputado geógrafo nigeriano, insiste nesse fato, forçando a mão na apreciação do papel dos geógrafos franceses e se mostrando um tanto distraído quando menciona o trabalho dos ingleses. [...] A lista dos geógrafos com o mesmo ponto de vista deveria incluir um número de geógrafos holandeses e belgas, entre outros (SANTOS, 2012 [1978], p. 31-32).

No capítulo, salta aos olhos que Milton Santos não volta a atenção para esta ou aquela corrente geográfica, que não afunila e direciona a crítica, mesmo que enumere e nomeie vertentes e geógrafos de uma mesma geração, um atrás outro: Halford J. Mackinder, La Blache, A. Demangeon, Ellsworth Huntington etc. No conjunto, trata-se de epígrafe a uma crítica muito mais ampla, porque voltada à perpetuação de uma tradição instaurada no âmago da disciplina: a continuidade e perpetração, em todos os âmbitos e variadas latitudes da Geografia, desse pensamento guiado pelo espírito colonizatório, civilizador. E, por conseguinte, de seus impactos nocivos ao próprio campo disciplinar. E ao então chamado Terceiro Mundo. O que ressuma no oitavo capítulo do livro, “Balanço da Crise: a Geografia viúva do espaço”, quando o brasileiro denuncia:

Tais tendências se agravaram exponencialmente depois de 1945, quando a geografia passou, de maneira ainda mais clara, a estar ao serviço da realização de um projeto imperial. O centro de dispersão das ideias geográficas então começava a transferir-se da Europa para os Estados Unidos. [...] O pós-guerra marca o começo da supremacia americana na economia, a hegemonia da língua americana na difusão das ideias cuja produção também se concentrava

nos Estados Unidos. Tal produção de ideias era, em grande parte, a produção de ideias de encomenda, destinadas a facilitar desígnios comerciais e políticos. Isto, por si só, era já uma garantia da parcialidade. [...] É muito difícil conciliar uma atitude discriminatória, sistemática, com o florescimento do espírito científico. Quanto à geografia, essas tendências se manifestaram de maneira bastante forte, pelo fato de essa disciplina abrangente tornar-se um auxiliar precioso do processo de planificação por meio do qual a dominação dos países ricos podia exercer-se mais facilmente sobre os demais. [...] Em matéria de geografia, a América Latina constituiu um bom exemplo, mas não um exemplo isolado. De fato, falar de ‘pensamento norte-americano’ dos problemas do Terceiro Mundo é generalizar demais, porque alguns geógrafos e cientistas sociais norte-americanos se preocupam com sinceridade e/ou competência. Mas há um pensamento geográfico oficial, que controla os meios de difusão do saber (editoras de revistas e livros, associações internacionais e nacionais, congressos etc.) e os meios de produção do saber (bolsas de estudos, recursos para pesquisa etc.) (SANTOS, 2012 [1978], p. 112-113).

A preocupação de Milton Santos com esse estado de dependência intelectual, com o continuísmo de certa tradição dominante na Geografia e para com a falta de uma epistemologia capaz de pensar e responder às inquietações de leitura dessas realidades equidistantes no tempo e no espaço às do mundo desenvolvido, enseja na obra uma notória motilidade inicial de ruptura, que perpassará e mobilizará as produções seguintes. Contudo, ela não foi a única. Deriva-se desse anseio o mister de superação epistemológica por meio do fomento de uma ontologia do espaço. E, principalmente, tal como destacado por Moreira (2000, p. 45), de esforço de sistematização teórica, tornando-se uma busca incessante – quase uma fixação – no labor intelectual do geógrafo. Tal como antevê a conclusão de *Por uma Geografia Nova*:

E a geografia “viúva do espaço” não é a ciência espacial que deveria ser. A geografia, tal como ela é hoje, ajuda a desenvolver e a manter um “saber ideológico”, enquanto as demais disciplinas espaciais fornecem os instrumentos, métodos e técnicas utilizados para tornar realidade concreta as ideologias a serviço do grande capital. O novo saber dos espaços deve ter a tarefa essencial de denunciar todas as mistificações que as ciências do espaço puderam criar e difundir. [...] Os geógrafos, ao lado de outros cientistas sociais, devem se preparar para colocar os fundamentos de um espaço verdadeiramente humano, um espaço que una os homens por e para seu trabalho, mas não para em seguida os separar entre classes, entre exploradores e explorados; um espaço matéria inerte trabalhado pelo homem, mas não para se voltar contra ele; um espaço, natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um artifício; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por uma outra mercadoria, o homem artificializado (SANTOS, 2012 [1978], p. 262-267).

O espaço, sem sombra de dúvida, torna-se assim o segundo – e, certamente, o principal – eixo de autonomia e superação epistemológicas na obra de Milton Santos. Pois, à certa diferença de Lefebvre e dos demais radicais, na Geografia miltoniana, o espaço ressurgiu mais

além de um repositório do tempo e da História. Ele emerge, como a *Vênus* de Botticelli, ao desejo imperioso de *Cronos* através das escumas do tempo, assentado na sólida e rugosa fertilidade da concha da historicidade. Mas é, sobretudo, por sua estrutura sinusoidal, ao véu dos sopros de vento e flores de *Céfiro* e *Cloris*, que o levam sempre em direção ao porto – quase nunca seguro, no caso – das invariáveis vicissitudes sazonais de *Horas*. A aparente naturalidade de sua nudez, contudo, contrasta com uma áurea pudica que o mobiliza ao singelo intento de tapar com as mãos e o decair da longa madeixa suas vergonhas. Impede-nos, meros mortais que somos, ao repouso tranquilo de olhares sobre suas intimidades, desviando-nos sempre ao seu exo-exotismo – redundante neologismo: ao corpo e aos elementos à sua volta. Nos fascina; nos apreende. À medida que, de maneira proporcional, singelamente nos afasta, faz-nos sentir de certo *voyeurs* intransigentes quando de fato somos dele fiéis interlocutores. Determinados e determinantes, assim como ele próprio o é, de nós e do tempo: resultado e fator resultante.

Em Milton Santos, ao largo desse último crescente epistemológico, o espaço não se traduz somente como mero produto, ou repositório. Antes, como objeto, categoria e conceito da Geografia e como fator de realidades, de sentidos, de interconexões, de inter-realizações etc. Um ente (ou, ontoente do tempo) *in-*, *inter-* e dependente capaz de apresentar-se sob a aparente forma camaleônica de um barroquismo sem precedentes. Principalmente, mas não somente, nos rincões desse mundo em que o barroco foi a estética predominante da histórica crônica conquistador-conquistado, revelando-se, sobre modo, nas e pelas *rugosidades*.

2 O ESPAÇO, A GEOGRAFIA E A HISTÓRIA

*Because I know that time is always time
And place is always and only place
And what is actual is actual only for one time
And only for one place.*

T. S. Eliot, *Ash Wednesday*

Mas a história termina sempre por impor-se e por derrubar os mitos criados para funcionar como uma espécie de véu. No caso do espaço, esse salto qualitativo parece realizar-se agora, como em outros períodos históricos críticos, quando o espaço muda fundamentalmente de natureza e passa a exigir uma mudança igualmente fundamental de definição.

Milton Santos, *Por uma Geografia Nova*.

O capítulo anterior concentrou esforços em sintetizar o itinerário biográfico e a trajetória epistemológica de Milton Santos. É importante ressaltar, pois, que ambos os movimentos não concorreram de maneira isolada e foram alheios ao desenvolvimento da Geografia e da História no século XX. Tampouco estiveram alheios aos debates acerca da ideia e das definições conceituais de espaço (ou de espacialidades) emanadas do interior dessas disciplinas. Consolidaram-se, de tal modo, essas renovações de maneira paralela e, por vezes, transversalmente.

No caso da Geografia, parafraseando metáfora de Heráclito de Éfeso, faz-se plausível a assertiva de que as águas do rio disciplinar que o jovem Milton Santos mergulhou no início de carreira já não eram as mesmas de quando emergiu intelectualmente maduro e consagrado. A Geografia havia se inventado radicalmente no lapso de quarenta anos. E, com ela, a categorização, a conceituação e a relevância epistemológica do espaço no interior da disciplina. Espaço esse, pouco mais de um século, apresentado como ideia, um referente. Objeto até então de atenção mais de tratados filosóficos e estudos propedêuticos do que propriamente de preocupação conceitual dos geógrafos de ofício.⁴⁴ E que, somente no limiar da transição do XIX ao XX, passou a adquirir aos poucos contornos mais consolidados.

⁴⁴ O caso de Immanuel Kant é excepcional. Ademais de filósofo, o prussiano foi responsável pelo reconhecimento da Geografia no currículo acadêmico, antecedendo a criação da primeira cátedra de Geografia por Carl Ritter, e lecionando a disciplina por mais de quarenta anos em Königsberg (Cf. BARROS, 2017, p. 19 – nota de rodapé).

Cumpriram papéis motrizes e importantes, mas ainda não decisivos nesse transcurso, as escolas geográficas nacionais modernas, em especial, a alemã e a francesa. Elas inauguram e impulsionam, no horizonte das Ciências Sociais, a transposição do espaço – ou das espacialidades – de simples ideia ou inerente baliza analítica para um *corpus* conceitual. Esse ainda indicativo e representativo de aguda fragmentação do espacial pela limitada adoção de conceitos como os de paisagem e região. Ou seja, o espaço tomado apenas em suas parcialidades constitutivas, nominais e interpretativas e não em sua totalidade correlata. Tardaria algumas décadas para que o espaço geográfico como conceito contemplasse algum estatuto de universalidade, algum escopo de totalidade e, sobretudo, alguma força de centralidade como categoria e objeto da Geografia Humana. Processo do qual, entre outros, o presente capítulo se ocupa, correspondendo a Milton Santos e outros representantes da Geografia contemporânea papel ativo nesse processo.

O século XX igualmente se revelou pungente à História. E ao encontro do espaço geográfico pelos historiadores. Cruciais foram as cinco primeiras décadas, entrecortadas pelas duas grandes guerras mundiais e pela ascensão de regimes totalitários na Europa. No período, apercebem-se os historiadores da protuberância do espaço geográfico no compósito temático de suas respectivas investigações. Desconstruir os nacionalismos radicais que levaram à eclosão do I e II conflitos mundiais e contribuir para o progresso explicativo e civilizatório compreendia em grande medida voltarem atenção também à história da ocupação do território, das vocações econômicas da região, da porosidade política das fronteiras e da pluralidade das paisagens nacionais. Esse alumbramento foi possível graças à mobilização própria das engrenagens das ciências, que anunciava um novo tempo, o da modernidade, que trouxe consigo as *convergências*, em que as conexões e interditos entre áreas e saberes, os encontros ou divergências de métodos, as correlações ou disparidades entre padrões de análise e definições de objetos, entrelaçando-se, passaram a reger a produção de conhecimento (Cf. WATSON, 2017, p. 22).

No campo da historiografia e na esteira do movimento de convergência, a corrente dos *Annales* (1929 -) impingiu, desde a França, significativo impulso na aproximação entre a História e as demais Ciências Sociais e, de maneira vultuosa, de aproximação epistemológica com a Geografia, consagrando o avizinhamento teórico entre “disciplinas irmãs” que, pelo menos no século XIX, buscaram percorrer veredas próprias, constituindo-se em campos

Demonstrou grande interesse pelo estudo da Geografia Física, pela distinção entre tempo e espaço, e, sobretudo, pela definição do espaço como ideia. Suas considerações acerca das ideias de espaço e de Geografia foram retomadas pelos geógrafos modernos.

autônomos e especializados do conhecimento (Cf. BARROS, 2017, p. 13-19).⁴⁵ Essa cisão conformou por décadas a fio – e, quiçá ainda hoje reforça – o equívoco reconhecimento da História como disciplina que detém o monopólio de manejo do temporal e da Geografia como ciência do especificamente espacial (Cf. BARROS, 2017, p. 19). Problemas de di-visão, de lutas regionais e disputas simbólicas pela *região* (Ver BOURDIEU, 1989). Porventura, não cessaram, mas o século sobre o qual a humanidade acabou de pousar a lápide – o XX – viu surgir felizes tentativas de implodir essas trincheiras disciplinares.

Coube então aos *Annales* a vanguarda de uma empresa até então inédita no campo historiográfico: a de sistematização do espaço geográfico à História, assimilando concepções e conceitos advindos das escolas geográficas nacionais. E, a partir daí, entrega-as como propostas teórico-metodológicas aos historiadores através da Geografia Histórica (ou História de base geográfica) e, principalmente, da Geohistória. Modelos que passaram a servir como bússola – ou, pelo menos, parâmetro – à ampla gama de modalidades e vertentes historiográficas que operavam as balizas do temporal e do espacial, principalmente, mas não se limitando, a *Environmental History*. Ela foi fecundada a partir da iniciativa de Carl Otwin Sauer, tendo como epicentro gestacional a escola geográfica de Berkeley, nos anos 1930 e 1940, embora adquirisse o *status* de verdadeira e autônoma corrente historiográfica apenas na década de 1970 (Cf. MATHEWSON; SEEMANN, 2008, p. 72; WORSTER, 1991, p. 199).⁴⁶

⁴⁵ Barros (2017, p. 19-20) acrescenta ainda que o distanciamento epistemológico e catedrático entre História e Geografia, ocorrido no XIX, deu-se porque, justamente naquele século, “tanto a História como a Geografia são acrescidas ambas de importantes funções ideológicas junto aos Estados-nação que então se fortalecem.”. Nesse interim, para o historiador, História e Geografia passam a cumprir funções políticas distintas. A História, “de cuidar da memória de cada país”, tutelando e organizando a documentação produzida pelos estados nacionais e difundindo entendimentos sobre o passado nacional capazes de forjar a identidade pátria (BARROS, 2017, p. 19). A Geografia, de “incentivar o sentimento de pertença ao lugar nacional” (BARROS, 2017, p. 19-20) pelo estudo e estabelecimento catalográfico de paisagens e pela justificação das fronteiras. À guisa de exemplo, veja-se o caso da Espanha, país em que Geografia e História cumpriram papéis fundamentais a fim de minimizar o impacto das divisões étnico-históricas e na forja de uma identidade nacional. O historiador Juan Sisínio Pérez Garzón (2007, p. 44) atribui que, nesse país, ao largo do século XIX, História e Geografia serviram para “*elaborar un discurso nacional sobre lo español, organizado de modo teleológico, esto es, organizado con un esquema productor de identidad española desde tiempos inmemoriales y apegado a los territorios peninsulares*”. Nessa perspectiva, a História serviu como recurso de constituição de uma narrativa de fundo moral, enquanto a Geografia aportava “*la caracterización de las peculiaridades territoriales que enraizaban la identidad española en formas de ser, modos de organizarse socialmente y lazos afectivos que determinaban el comportamiento político [...]*” (PÉREZ GARZÓN, 2007, p. 45).

⁴⁶ Para Kent Mathewson e Jörn Seemann (2008), a escola de Berkeley começou a galgar seus primeiros passos formativos não na Califórnia dos anos 30 e 40, mas quando da defesa, pela *University of Chicago*, da tese de doutoramento em Geografia de Carl Sauer em 1915. Oriundo de uma família de metodistas alemães radicados no Missouri, o geógrafo foi influenciado tanto pela literatura geográfica da escola nacional francesa quanto pela leitura de expoentes da Geografia alemã. Prevalece, sobretudo, a última, dada à aquisição desde berço da língua teuta. Esse trânsito franco-germanista imprimiu a incorporação crítica dessas perspectivas geográficas à obra saueriana, servindo como referenciais teóricos ao desenvolvimento futuro da *Environmental History* (MATHEWSON; SEEMANN, 2008, p. 74). A emergência tardia da *Environmental History* pode ser explicada tomando como pano de fundo a conjuntura dos anos 1970, marcados pelo indelével legado de 1968, pelos ecos da contracultura e pela urgência das pautas ambientais no Ocidente, recrudescidas pela crise energética que

O capítulo se ocupa em apresentar de maneira panorâmica esse encontro epistêmico do espaço geográfico ocorrido ao largo do século XX. Primeiro, de como a Geografia moderna, científica, efetuou a transmutação do espaço como ideia, ou noção, ao espaço como conceito, categoria e objeto ontológico. Um avanço significativo apresentado a partir da década de 1950, com seu salto qualitativo, revolucionário até, nos anos 1970. Ademais, ocupa-se de suas implicações intrínsecas. Segundo, de como a História e os *Annales*, por intermédio do movimento de convergência com aquela disciplina, tomaram de empréstimo conceitos de espaço geográfico concebidos pelas escolas nacionais alemã e francesa, operacionalizando-os através da Geografia Histórica e da Geohistória, e como esse movimento epistêmico repercutiu tanto em enriquecimento quanto em interditos. Neste último caso, devidos às tendências de fragmentação e naturalização do espacial emanadas do repertório conceitual dessas escolas, condição que a própria corrente tentou superar, mas a qual, ao que tudo sugere, a História e os historiadores ainda se mantêm inclinados, porquanto subordinados.

Trata-se de revisitar, mesmo que à brevidade, a história do espaço geográfico a partir dessas duas perspectivas e históricos disciplinares. Entende-se que, em maior ou menor grau, as discussões levantadas perpassam, em dados momentos, a temática central desta tese. E que, sobremaneira, convergem a uma melhor compreensão das discussões em torno do espaço geográfico envoltas na trajetória epistemológica de Milton Santos, delineando a especificidade da ontologia do espaço pelo brasileiro edificada, temática que será mais bem abordada no próximo capítulo. Não obstante, permite-se aos colegas da História a contemplação de como o espaço geográfico foi assimilado e introduzido na historiografia produzida pelos *Annales*. Lembremos de antemão o signo de certa influência da corrente historiográfica francesa na obra miltônica, pelo menos no que tange ao interesse do geógrafo pelos estudos da técnica, de que o brasileiro creditou o pioneirismo a La Blache e Lucien Febvre (Cf. SANTOS, 2017 [1996], p. 32).

engendrou atmosfera propícia para que também os historiadores voltassem o interesse para os temas de ordem ambiental (Cf. WORSTER, 1991, p. 199; MATHEWSON; SEEMANN, 2008, p. 72). Em síntese, a História Ambiental representou um esforço no campo historiográfico de incorporação dos temas e debates ambientais à perspectiva da História, conformando-se como o intento de desconstrução da “premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e ‘super-natural’” (WORSTER, 1991, p. 199). No que tange às influências historiográficas da corrente, pode-se matizar, por um lado, o débito à própria historiografia nacional estadunidense a partir dos trabalhos desenvolvidos por Roderick Frazier Nash e seus predecessores dedicados aos estudos da expansão e conquista da indômita fronteira oeste, tais como Frederick Jackson Turner, Walter Prescott e James Malin (Cf. WORSTER, 1991, p. 200). De outro, desde França, da corrente dos *Annales*, no legado de Fernand Braudel e na contribuição de Le Roy Ladurie (WORSTER, 1991, p. 200). Este último, destacado entusiasta da *Environmental History* do lado oriental do Atlântico.

Adverte-se que todo voo panorâmico é passível de omissões fortuitas e possui semelhante força de ordem pragmática. Nesse caso, a objetividade prevaleceu a fim de evitar perder o fio da meada, dada a amplitude do tema, que por si mesmo merece tese própria. Afinal, a história do espaço geográfico não se subleva como objeto central deste trabalho, mas transversalmente a ele concorre. Privilegiou-se, no capítulo, autores e literatura que convergem ao entendimento e à proposta de espaço geográfico de Milton Santos, às discussões de onde partiu e nas quais enveredou. Isso justifica a imprescindível recorrência aos clássicos das escolas geográficas nacionais e, sobretudo, referente ao marco do período da Guerra Fria, aos geógrafos alinhados ao marxismo. Fazendo uso desses referenciais, o capítulo contemplou autores e discussões emanadas desde a França, país cujo pensamento crítico – como anteriormente visto – constituiu ao lado da herança cultural mátria a base formativa de Milton Santos, o que, a partir de uma mirada de emergência de uma discussão historiográfica, reforça a ênfase seletiva nos *Annales*.

2.1 A Geografia moderna e o espaço geográfico

O espaço geográfico como ideia é muito anterior ao estabelecimento da Geografia moderna. Mas o espaço como categoria e objeto da Geografia é uma inovação disciplinar recente. Remete-se assim o espaço como ideia a uma longa tradição, reivindicada aos antigos gregos dada a relevância, nos tratados histórico-filosóficos, à natureza e ao lugar. Em *Principes de Géographie Humaine*, Vidal de La Blache (1954, p. 28-29) reconhece essa tendência em Tucídides, Aristóteles, Hipócrates, Erastótenes e Heráclito. Preocupação igualmente esboçada por Claval (2006, p. 23-28), que resgata à lista nomes outros, como os de Homero, Heródoto e Hiparco. Essa tendência alcançou o século XIX, quando a Geografia científica se estabeleceu, constituindo o alicerce sobre o qual se assentou a fundação da Geografia moderna. O espaço como ideia, ainda fortemente presente nos tratados científico-geográficos, revela-se através da descrição laudatória da diversidade de paisagens, ou então, pela busca dos geógrafos de explicações positivas apoiadas nas ciências naturais para os fenômenos de ordem geográfica (Cf. CLAVAL, 2006, p. 61-62). Tais as realizações dos tratados científico-geográficos de Alexander von Humboldt e Carl Ritter.⁴⁷

⁴⁷ A figura de Humboldt tem sido cada vez mais estudada e decodificada em decorrência das questões ambientais atuais. O best-seller *The Invention of Nature: Alexander Von Humboldt's New World* (Knopf, 2015, 498 páginas), da britânica Andrea Wulf, apresenta-se como iniciativa nesse sentido. A densa biografia revela um Humboldt mais potente, associando-o a descobertas até os nossos dias basilares do entendimento científico sobre a natureza e o Planeta Terra. Apesar da animadora recepção da crítica, considerando a escrita fluida, a densidade biográfica e a gama de fontes consultadas por Wulf, a obra é questionada por alguns historiadores por revelar

A conformação da Geografia moderna com a criação das primeiras cátedras universitárias na Europa do XIX coaduna um cenário mais animador, mas ainda não decisivo. Na Alemanha, Ritter é nomeado à primeira cátedra de Geografia na Universidade de Berlim em 1820. E, na França, apesar da existência de uma cátedra na *Université de Paris-Sorbonne* desde 1809, intitulada de “Geografia e História”, o reconhecimento institucional da Geografia como campo de conhecimento autônomo e distinto da História de fato ocorreu somente no final daquele século (Cf. CAPEL, 1977).⁴⁸ Esse cenário não predispôs necessariamente à fecunda discussão do estabelecimento do objeto da Geografia. Antes, instaurou-se na comunidade geográfica europeia a ânsia de superação da corrida em que uma boa parte das Ciências Sociais então envolvidas: a da luta pela definição de fronteiras disciplinares.

Foi somente no último século, o XX, ainda que tardiamente, que o derradeiro salto conceitual foi operado, apoiando-se sobremaneira nas convergências da Geografia com outros campos disciplinares. Não obstante, estabelece-se no interior da disciplina, suscitado por antigo e sempre presente dilema entre *fator físico* e *fator humano*. O espaço surge nesse ritmo como conceito-chave na Geografia moderna somente nos anos de 1950 (SPOSITO, 2004, p. 88). E é colocado em outro nível, como categoria e objeto, a partir da década de 1970, a partir do advento do que Soja (1993) conclamou de “Geografias pós-modernas”. Nesse meio tempo, retomando afirmação de Santos (2012 [1978], p. 150), a Geografia e os geógrafos estiveram às voltas mais com a definição do que é Geografia do que com estabelecer conceitualmente o que é espaço geográfico. Energia em grande medida despendida na busca em superar a corrida pela autonomia e diferenciação da disciplina em relação às outras Ciências Sociais, grande área em que as “[...] querelas da delimitação são mais vivas entre disciplinas, particularmente em França.” – em conformidade ao esclarecido por Claval (2006, p. 80). Uma corrida por autonomia que transcendeu a fronteira temporal do XIX e se arrastou por toda a metade do século XX, apresentando um curto momento de calmaria apenas entre as duas guerras mundiais (Cf. CLAVAL, 2006, p. 80).

A Geografia moderna – ou, mais especificamente, a Geografia Tradicional – que predominou de 1870 a 1950, ao que parece, introduziu conceitos fragmentados de espaço,

algumas imprecisões historiográficas. Vale lembrar que *Kosmos* (1845), de Humboldt, ainda hoje é considerado um dos mais significativos tratados de estudo da natureza e uma das principais contribuições do prussiano.

⁴⁸ François Dosse (2004, p. 351) atribui que a Geografia foi instituída como disciplina na França por volta de 1880, aspirando ser uma “ciência do concreto, do observável”, cujo foco era a análise das permanências na conformação das paisagens em detrimento do acontecimento político (DOSSE, 2004, p. 351). O autor também recorda que, naquela época, a Geografia serviu aos anseios do Estado francês de resposta às necessidades de justificação de reconquista da Alsácia-Lorena, perdida ante a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana de 1870 (Cf. DOSSE, 2004, p. 351).

incapazes, quando tomados isoladamente, de dar conta do espaço como uma entidade total, de multiplicidade fenomênica, complexa e diversa, reduzindo-o a frações analíticas do todo. Entre esses conceitos fracionários introduzidos se encontram – entre outros – os mais notórios: o de paisagem e o de região. Em torno deles a disciplina passou a estabelecer a arquitetura da “discussão sobre o objeto da Geografia e a sua identidade no âmbito das demais ciências.” (CORRÊA, 2000, p. 17). Essa operação conformou consequências diversas dentro e fora do campo disciplinar. De certo, garantiu fôlego e manutenção da relevância da disciplina, uma vez que a Geografia vivenciou seu auge na Europa entre o final do XIX e início do XX (Cf. DOSSE, 2004, p. 351). Em consonância com outras circunstâncias, tal como a da conjuntura político-econômica do pós-Segunda Guerra Mundial favorável aos geógrafos e, principalmente, à Geografia Aplicada, confluuiu para novamente consolidar a Geografia como “disciplina forte e bem representada na maioria dos países industrializados” em meados do século XX (CLAVALL, 2006, p. 101).

No entanto, a ampla irradiação e incorporação desses conceitos fragmentados de espaço pelas demais Ciências Sociais – inclusive, mas não exclusivamente, pela História, como se verá – também trouxe suas consequências. *A priori* para a própria Geografia - em seguida, para as demais Ciências Humanas -, a ponto de François Dosse (2004, p. 352) acrescentar que, mesmo por um breve momento, entre as décadas de 1930 e 1940, os historiadores passaram a ocupar lugar outrora monopolizado pelos geógrafos na produção de estudos sobre os espaços regionais e os fenômenos espaciais na França. Posição de certo modo corroborada por Soja:

Na década de 1920 [...] A história e os historiadores haviam assumido um papel interpretativo crucial na teoria social moderna: uma responsabilidade integradora e transdisciplinar pelo estudo do desenvolvimento e da mudança, da modernidade e da modernização, quer expressos na biografia dos indivíduos, na explicação de eventos (históricos) específicos ou nas transformações tumultuosas dos sistemas sociais. O historiador, como crítico e observador social, e a história, como perspectiva interpretativa privilegiada, tornaram-se conhecidos e aceitos nos círculos acadêmicos e populares. Em contraste, a geografia e os geógrafos foram deixados com pouco mais do que a descrição pormenorizada dos resultados, aquilo que passou a ser chamado pelos cronistas da disciplina de “diferenciação de área dos fenômenos” [...]. (SOJA, 1993, p. 32).

Nessa Geografia moderna que prevaleceu na Europa, e que dali se irradiou para outras latitudes durante toda a primeira metade do século XX, destacaram-se duas grandes vertentes geográficas nacionais: a francesa e alemã. Em certa medida, elas são representativas do que o historiador Carlos Antonio Aguirre Rojas (2004, p. 22-23) considera como as duas principais matrizes culturais da Europa moderna. Trata-se, respectivamente, da sensibilidade cultural

mediterrânea e da sensibilidade cultural nórdica ou norte-europeia, de ascendência germânica (Cf. AGUIRRE ROJAS, 2004, p. 22-23).⁴⁹ Desenvolvidas ao largo dos séculos, essas sensibilidades revelam “[...] dois universos convivendo em permanência constante, dentro de um mesmo solo europeu”, constituindo ambas “estratégias distintas de configuração territorial, tecnológica, econômica, social e cultural, em uma história milenar, de longa duração.” (AGUIRRE ROJAS, 2004, p. 22-23).

Predominante em países como Alemanha, Inglaterra, Áustria, Holanda e em ex-colônias, tais como o Canadá e os Estados Unidos anglófonos, ademais de herdeira de uma forte identidade “carolíngia, protestante [...] flagrantemente teórica, reflexiva e filosófica [...]”, a sensibilidade norte-europeia é caracterizada por um “pensamento teórico-analítico, objetivo, e pela argumentação objetiva e austera” (AGUIRRE ROJAS, 2004, p. 23).⁵⁰ Isso sugere explicar pelo menos em parte, ademais da familiaridade linguística, a maior capilaridade nos países anglo-saxônicos da corrente geográfica alemã; notoriamente, nos Estados Unidos, pelas mãos de Ellen Churchill Semple (Cf. CLAVAL, 2006, p. 75). Por seu turno, a sensibilidade mediterrânea, disseminada a partir de países com forte influência latino-românica e helênica, entre os quais, a própria França, Portugal, Espanha e Itália, caracteriza-se pelo pensamento reflexivo-inventivo, pelo barroquismo discursivo e pelas “representações plásticas e de imagens que encarnam a ideia ou tese que se procura demonstrar” (AGUIRRE ROJAS, 2004, p. 23). Consonante ao histórico esforço da academia francófona de ocupação geopolítica de novos territórios de produção de conhecimento a fim de barrar a expansão da zona de influência dos mundos germânico e anglo-saxão, justifica-se a maior receptividade dos autores e escolas historiográficas e geográficas francesas no Brasil e nos demais países da América Latina.

Essas primeiras escolas da Geografia moderna se tornaram reconhecidas em conformidade aos respectivos nomes de seus precursores. A alemã é fundamentada na obra do geógrafo e etnólogo Friedrich Ratzel, precursor da Geografia Humana (Cf. CLAVAL, 2006, p. 75); a princípio é chamada na Alemanha de Antropogeografia. A francesa assenta na obra de Paul Vidal de La Blache, historiador e geógrafo. Daí as respectivas designações de escola *ratzeliana* e corrente *vidaliana*, ambas fomentadas no contexto da disputa entre França e

⁴⁹ O autor desenvolve a ideia ao explicar as relações entre a corrente historiográfica dos *Annales* e Estrasburgo, cidade da fronteira e disputada Alsácia-Lorena, berço da revista homônima, e, conseqüentemente, eixo do encontro de referidas sensibilidades. Apropria-se aqui então dessa correlação a fim de explicitar o entendimento dual da(s) espacialidade(s) por essas correntes geográficas.

⁵⁰ Excetuando-se os antigos territórios franceses do Québec e da Louisiana e o meio oeste dos Estados Unidos, tomados do México na Guerra Mexicano-texana-americana (1846-1848).

Alemanha pela região da Alsácia-Lorena⁵¹ e cada qual representante, em alguma medida, de sua respectiva sensibilidade: nórdica ou mediterrânea. Nas Ciências Sociais, em geral, e mais comumente na História, designaram-se e propalaram-se outras duas nomenclaturas, definidas a partir da roupagem teórica – e, por conseguinte, de entendimento dissociativo em relação ao espacial – predominante de maneira antagônica e distintiva entre essas correntes geográficas. A vidaliana é normalmente denominada de *possibilismo* e a ratzeliana, de *determinismo*, devendo-se, muito provavelmente, a Lucien Febvre a alcunha última.⁵²

Edificada sobre as bases da sensibilidade cultural germânica e no contexto das crepitantes questões políticas que à época envolviam a Alemanha – então recém unificada (1870) pelas mãos do chanceler de ferro, Otto Von Bismarck –, a escola geográfica alemã se dedicou principalmente ao estudo de como o meio natural molda as sociedades e as atividades humanas. Fundamentado com a publicação de *Antropogeographie* (1909) de Ratzel, esse entendimento demonstra forte apelo *naturalista* e positivista⁵³, evolucionista e com deliberada propensão darwinista, segundo Claval (2006, p. 76). A antropogeografia de Ratzel sugere assim que a combinação de fatores como o clima, o relevo, a cobertura vegetal, a hidrografia etc. determinam as características gerais dos grupos humanos, das sociedades, das culturas e das políticas nacionais. Ou seja, que o fator físico exerce influência determinante – mesmo que não totalmente exclusiva – sobre o fator humano, resultando em inclinações e tendências antropogeográficas. Esse “reducionismo naturalizante” da antropogeografia ratzeliana é acentuado “pelas características próprias da ciência geográfica, que por si mesma já alimentava esta visão associativa entre fenômenos naturais e sociais.” (MORAES In RATZEL, 1990, p. 12-13)⁵⁴ e se apresenta em *Antropogeographie*, sobretudo, no caráter insolúvel de dependência do homem das forças da natureza:

⁵¹ Segundo Dosse (1992, p. 31), foi no contexto da Guerra Franco-Prussiana que “Vidal de La Blache, no início historiador, volta-se a partir de 1872, depois da derrota francesa, para a Geografia, a fim de responder ao desafio da Alemanha, mais voltada do que a França para o estudo do mundo contemporâneo”. Desse modo, tanto Dosse (1992) quanto Barros (2017) sugerem que a acirrada disputa entre as duas correntes não pode ser compreendida fora do contexto de radicalização, enunciada pelos nacionalismos francês e alemão.

⁵² Alcinha essa atualmente ainda contestada e caracterizada como enunciativa de uma “simplificação sem precedentes” por alguns geógrafos.

⁵³ Para o geógrafo Robert de Moraes (In RATZEL, 1990, p. 12), a evidência de filiação de Ratzel ao positivismo se conforma especialmente na crença da “unidade do método científico”. Por sua vez, essa “postura positivista introduz um acentuado ranço naturalista na proposta de antropogeografia de Ratzel, à medida que descaracteriza as qualidades próprias dos fenômenos humanos e impele sua análise para a analogia com os procedimentos das ciências naturais [...]” (MORAES In RATZEL, 1990, p. 12-13).

⁵⁴ Robert de Moraes (In RATZEL, 1990, p. 10) ressalta que Ratzel “foi um crítico do determinismo simplista, o qual em sua opinião prestou um desserviço à geografia ao tentar explicar de imediato – e por uma via especulativa, sem base empírica – a complexa questão das influências das condições naturais sobre a humanidade.” Nesse interim, o autor defende a impossibilidade de colocar o determinismo de Ratzel no mesmo rol de outros deterministas, como Ritter, ou mesmo de alguns de seus discípulos, como Ellen Semple,

O homem pode portanto considerar-se como um ser independente em comparação com o animal, que é muito menos, pelo fato de que graças a seu intelecto o homem está mais livre dos vínculos da sua constituição natural. Contudo, para conquistar esta liberdade é necessário por outro lado que ele utilize habilmente os recursos que a natureza circundante lhe oferece. Portanto esta liberdade no fundo não é senão um dom da natureza; não porém um dom espontâneo, mas tal que deve ser conquistado a duras penas. E na medida em que a essência da história do homem consiste em um esforço contínuo para emancipar cada vez mais completamente o lado intelectual, graças ao qual ele é homem, do lado material, que o coloca a nível dos animais, ele não se elevou apenas ao nível da natureza, mas acima desta, e não sem que a natureza tenha imprimido no seu ser, e da forma mais complexa, a sua marca. A afirmação de que os povos vão se tornando gradativamente cada vez mais independentes da natureza que constitui o seu substrato e o seu ambiente é sem dúvida errônea. Basta verificar que junto com o progresso da civilização e com o crescimento das populações vai crescendo a importância da vida econômica para se convencer de que esta libertação não poderá já mais ser absoluta, na medida em que a atividade econômica dos povos está ligada mais intimamente do que qualquer outra à natureza do país onde se manifesta (RATZEL, 1990, p. 71).

Todavia, na antropogeografia de Ratzel, não somente a ideia mas o conceito de espaço se faz presente, ainda que, neste último caso, não como conceito-chave, mas de maneira fragmentária (Cf. CORRÊA, 2000, p. 17; SPOSITO, 2004, p. 88). Ou seja, como divisão abstrativa da totalidade do espacial. Apresenta-se ora explicitamente, como no conceito de *Lebensraum (Espaço Vital)*, ora de maneira implícita, no uso de termos como o de *Landschaft (Paisagem)*. No caso deste, a antropogeografia de Ratzel, em alguma medida devedora aos debates suscitados à época, naquele país, em torno do trabalho de outro proeminente geógrafo nacional, Otto Schlüter, idealizador do conceito de *paisagem cultural* e entusiasta da promoção do *Landschaft* como objeto de estudo privilegiado (Cf. CLAVAL, 2006, p. 86), e, não obstante, ao darwinismo, então arraigado na Geografia germânica do século XIX (Cf. CLAVAL, 2006, p. 73). Palavra de ampla circulação na cultura alemã, o termo *Landschaft* foi tomado de empréstimo pelos geógrafos desde Humboldt, constituindo-se mesmo como tradicional e duradoura escola da Geografia germânica, que prevaleceu ativa até a década de 1960 (CLAVAL, 2006, p. 86). Palavra que, em alemão, pode dizer tanto daquilo que aos olhos se revelam quanto das características naturais predominantes num determinado território, ou fração de espaço (Cf. CLAVAL, 2006, p. 86).

Por sua vez, o conceito de *Espaço Vital* compete ao equilíbrio entre a densidade populacional e os recursos disponíveis em ou a dado Estado ou território (Cf. MORAES, 1990,

considerando que a visão do alemão em relação “ao condicionamento dos elementos ambientais sobre o homem e a sociedade é bem mais rica e mediatizada.” (MORAES In RATZEL, 1990, p. 10).

p. 23; CORRÊA, 2000, p. 18). Isso se traduz na obra de Ratzel na ênfase na relação entre terra (espaço) e poder (política) e entre essas instâncias e a sobrevivência das populações e dos Estados-nação: a “história nos ensina que o solo é base mais real da atividade política do homem; e a ciência política verdadeiramente positiva tem um importante conteúdo geográfico [...] a aquisição de novas terras exerce sobre o povo uma influência emancipatória [...]” (RATZEL, 1990, p. 81). O espaço, portanto, mesmo se apresentado somente como conceito fragmentário, adquire na obra ratzeliana vigoroso conteúdo: como conceito do geopolítico é elevado ao patamar de vital à *gen* e aos Estados-nação. Todavia, ainda não transparece como objeto da Geografia.

A elevação do estatuto do espaço pela antropogeografia ratzeliana produziu outros efeitos, tanto dentro como fora do território da Geografia. Homem do XIX, falecido em 1904, Ratzel dialogou, como boa parcela de seus contemporâneos pátrios, com entusiasmo sobre o expansionismo bismarckiano (Cf. MORAES In RATZEL, 1990, p. 19). Mas, à mercê do incessante caminhar da História, o conceito de *Lebensraum*, uma vez por terceiros apropriado, serviu de respaldo teórico a outra política expansionista: a do III Reich, levada a cabo nas décadas de 1930 e 1940 pelo Partido Nazista. Paul Claval (2006, p. 86) recorda que o embrião do conservadorismo então presente entre os geógrafos alemães se fortaleceu após o Tratado de Versalhes (1919)⁵⁵, fazendo com que rapidamente buscassem em outro leitor do alemão, no “sueco Rudolf Kjellèn, o termo geopolítica”, que logo se tornaria um campo “de análise e de desenvolvimento sistemático de ideologias territoriais adequadas para assegurar o triunfo das visões alemãs sobre a organização da Europa e do Mundo.” (CLAVAL, 2006, p. 86).

À margem ocidental do Reno, se desenvolvia, capitaneada por Vidal de La Blache, outra importante escola da tradicional Geografia moderna. Permeada pela sensibilidade mediterrânica e orientada por uma lógica reflexivo-inventiva, que não menos rigorosa, a corrente vidaliana inaugurava um antagonismo à escola germânica, embora a partir do mesmo pano de fundo: o da correlação entre *fator físico* e *fator humano*, distinta, ainda que igualmente fragmentária, proposição de espaço. Assim como o surgimento e fortalecimento da corrente determinista não podem ser compreendidos fora de seu contexto - o do expansionismo bismarckiano e, logo depois, da derrota alemã no primeiro grande conflito bélico -, a possibilista tampouco deve ser colocada à distância da conjuntura política que, em certa medida, a impulsionou.

⁵⁵ Punida, a Alemanha perde parte considerável de seu antigo território. Além da Alsácia-Lorena, quase toda a Prússia Oriental, o Sarre, a Klaipéda, a Alta Silésia, entre outros.

A Geografia Humana vinha se expandindo na França desde 1895, gravitando, sobretudo, em torno de La Blache (CLAVALL, 2006, p. 76). Todavia, a retomada do controle da região da Alsácia-Lorena pela França na Primeira Guerra Mundial não somente renovou a disputa nacionalista entre alemães e franceses, como também o fez, no campo da Geografia, entre ratzelianos e vidalianos. De igual modo, a vitoriosa saída dos franceses do conflito bélico impulsionou a renovação da Geografia naquele país, abrindo ainda mais caminho para o fortalecimento da corrente vidaliana, libertando-a, por um lado, das sombras do nacionalismo exacerbado e do peso da missão patriótica que passou a recair com maior responsabilidade sobre os geógrafos a oriente da fronteira (Cf. DOSSE, 2004, p. 351). Por outro, no entanto, impingiu-lhe o mister de auxiliar a edificação da nacionalidade francesa através do apaziguamento das “forças sociais internas”, aproximando a população parisiense – estritamente urbana, moderna e industrial – com os franceses de outras regiões, agricultores vinculados aos costumes e tradições, além de mais conservadores (Cf. LENCIONI, 1999, p. 101), tarefa compartilhada com a História. A Geografia de Vidal de La Blache encontra, assim, nas duas décadas seguintes – anos 1920 e 1930 –, terreno livre, acolhedor e fértil para o trabalho de campo e o estudo das diversidades regionais da França (DOSSE, 2004, p. 351). Ademais, de maior abertura ao diálogo com outras áreas das Ciências Sociais, a História sendo a principal delas.

Mesmo que pela via da negação, a antropogeografia de Ratzel não deixa de exercer influência sobre os franceses, especialmente sobre La Blache, ávido e crítico leitor do alemão (Cf. MORAES In RATZEL, 1990, p. 27; LENCIONI, 1999, p. 102).⁵⁶ Sobre os meandros dos desdobramentos dessa influência, Milton Santos (2012 [1978], p. 111) acrescenta: “Ratzel, cuja obra, elogiada por Vidal de La Blache, foi, todavia, repudiada depois pelos alunos deste, a serviço de preconceitos ligados à pretensa existência de escolas nacionais.” A propensão pragmática germânica – e, conseqüentemente, ratzeliana – de conceber uma ciência mecânica, respaldada na objetividade causa-efeito, sobressai na antropogeografia em sua nítida inclinação positivista, naturalista e darwinista, suscitando reações adversas. Claval (2006, p. 76) novamente esclarece que, se, por um lado, a proposta de estabelecer um programa disciplinar pela antropogeografia dentro de uma perspectiva evolucionista parecia animar a comunidade científica, de outro, a propensão a um darwinismo social incomodava certos setores intelectuais na Europa. Ante todo, na França, país em que a crença na “liberdade humana” propalada pelo idealismo neokantiano estava em voga (CLAVALL, 2006, p. 76). Diante desse cenário, enquanto

⁵⁶ Sandra Lencioni (1999, p. 102) atribui a Vidal de La Blache a sobreposição da nomenclatura Geografia Humana em detrimento de Antropogeografia.

o darwinismo propugnava o estabelecimento de leis deterministas, a História desvelava “a complexidade e variabilidade dos vínculos que os grupos tecem com os meios onde vivem” (CLAVAL, 2006, p. 76). A saída a esse impasse encontrada pelo historiador-geógrafo La Blache foi a de trazer à disciplina (a Geografia), então engessada numa perspectiva naturalista, a História:

As reticências que se manifestam relativamente a uma disciplina demasiado marcada pelo darwinismo compreendem-se então. Trata-se, como para o mestre alemão [Ratzel], de uma história natural das relações entre o homem e o ambiente, mas agora com uma óptica lamarckiana. O peso dado à formação dos costumes leva a valorizar a história e a acção voluntária dos grupos humanos (CLAVAL, 2006, p. 76).⁵⁷

Respalhando-se na História e nos historiadores, Vidal de La Blache concebe e introduz na Geografia sua particular concepção de espaço – ou, de espacialidade. No conjunto, a concepção vidaliana, em contraposição ao determinismo ratzeliano, refutou a ideia de determinação imperativa, última, ainda que reconhecendo certo grau de determinação do mundo natural sobre os homens e as sociedades. Argumenta, por exemplo, que o *meio* seria, para além do componente natural, entidade sócio-histórica, já que resultado, a um só tempo, da dupla e constante materialização da ação natural através dos tempos, quanto das ações humanas na tessitura da História. Em *Principes de Géographie Humaine*, direcionando contrapartida também a crítica à importância então dada à Geografia pela História e na Sociologia, La Blache fundamentou essa correlação:

Pelo contrário, à maioria dos historiadores e sociólogos a Geografia não interessa senão a título consultivo. Parte-se do homem para chegar ao homem; representa-se a Terra como “o palco onde se desenrola a atividade do homem”, sem reflectir que o mesmo palco tem vida. O problema consiste em dosear as influências sofridas pelo homem, em aceitar que uma certa espécie de determinismo actuou no decurso dos acontecimentos da História. Assuntos sem dúvida sérios e interessantes, mas que para serem resolvidos exigem um conhecimento simultaneamente geral e profundo do mundo terrestre, conhecimento que não foi possível obter senão recentemente (LA BLACHE, 1954, p. 29).

O espaço como ideia se concretiza na obra do francês, principalmente mas não somente, como ente de possibilidades. Prevalece até dado ponto a lei de equivalência, mesmo que, a fim

⁵⁷ *Lamarckiana* relativo ao pensamento do naturalista francês, Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet, Cavaleiro de Lamarck. Desenvolveu a teoria dos caracteres adquiridos, de fundamentação evolucionista, que consistia na defesa de duas premissas: a) os seres vivos são predispostos ao melhoramento e desenvolvimento e atuam sempre nesse sentido; b) essa predisposição, contudo, não necessariamente é linear, porque dependente da lei do uso e desuso (darwinismo) e da variável de transmissão ou não dos caracteres adquiridos.

e a cabo, o fator preponderante, enunciativo, seja – em antagonismo a Ratzel – menos a determinante do *fator físico* do que a condicionante do *fator humano*. Partindo de exemplos simples, porém concretos, o geógrafo e geomorfologista lusitano Fernandes Martins aclara esses limítrofes a partir da e na obra vidaliana:

Se pudéssemos formular a lei: todas as ilhas fazem dos seus íncolas navegadores; ou estoura: em todas as estepes os povos são pastores, já o foram no passado e sê-lo-ão sempre no futuro – implicitamente teríamos de reconhecer a imposição tirânica do meio, por outras palavras, aceitar um absoluto e fatal determinismo geográfico. Mas a realidade é outra. Nem todas as ilhas foram berços de navegadores – a Inglaterra só em período adiantado da sua história volveu país de marinheiros; nem todas as estepes foram trilhadas em todos os tempos por povos pastores. Em algumas dessas planuras herbáceas – por exemplo, nas pradarias norte-americanas e nos *downs* australianos – viveram povos predominantemente caçadores até o momento em que, por intervenção dos europeus, foram introduzidas espécies pecuárias [...] Não, nem todos os factos se explicam pelo meio físico, quando isento da intervenção humana; logo, não formulemos uma lei geral – neste caso o determinismo geográfico – que nos forçaria a concluir que nem sempre as mesmas causas produzem os mesmos efeitos. [...] Não nos iludamos, buscando no meio físico a interpretação global dos factos históricos, mas diga-se, com Vidal de La Blache, que se tal pretensão é ilegítima, “também não seria mais razoável prescindir da Geografia na explicação da História”. (MARTINS In LA BLACHE, 1954, p. II-III – grifo do autor).⁵⁸

Na obra de Vidal de La Blache, dois conceitos condizentes a uma percepção ainda – e tal-qualmente à maneira ratzeliana – fragmentária de espaço são introduzidos na Geografia: o de *meio* e o de *região*. Quanto ao primeiro, refere-se ao quadro geral das condições geográficas físicas, tais como o relevo, o clima, o solo, o bioma etc., atuantes sobre os grupos humanos e a que e sobre o qual eles reagem e interagem, adaptam-se, determinam-se, dentro de um leque mais ou menos irrestrito de possibilidades (Cf. MARTINS In LA BLACHE, 1954, p. V). O meio é, ao mesmo tempo, palco, objeto, veículo e instrumento de ação, organização, realização, transformação e distribuição dos grupos humanos. É vida. Daquilo que é naturalmente possível e das possibilidades humanamente abertas através dos usos e desenvolvimento de novas técnicas. Trata-se de um termo igualmente naturalista com evidente entonação ecológica (Cf. LA BLACHE, 1954, p. 30-34)⁵⁹, mas que, na Geografia de La Blache, adquiriu dimensão histórica e contornos sociológicos. Conceito maior, que explicita que no compósito teórico lablachiano não impera o pragmatismo modelado por “uma relação de causa e efeito”, mas as balizas da “excitação e reação, pois não vemos que as mesmas causas geográficas produzam

⁵⁸ Fragmento extraído pelo autor de *Annales de Géographie*, XIV, 1905. p. 196.

⁵⁹ La Blache (1954, p. 30) enfatiza que se deve à Geografia Botânica a introdução do termo. Em especial, aos trabalhos desenvolvidos por Humboldt e Heinrich Berghaus.

sempre iguais efeitos.” (MARTINS In LA BLACHE, 1954, p. V). Necessariamente, ao conceito liga-se o de região.⁶⁰

A região diz respeito a “um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço” (LENCIONI, 1999, p. 100), distinguindo-a de outras regiões. Logo, utilizando palavras do próprio La Blache (1954, p. 34), enquanto a noção de meio “parece ser a própria lei que rege a geografia dos seres vivos”, a região “representa um domínio, onde se reuniram artificialmente seres díspares, que aí se adaptaram a uma vida em comum.”. A região é, portanto e em última análise, na Geografia vidaliana, uma unidade estabelecida no reconhecimento de certa homogeneidade da paisagem. Uma fração espacial conformada na unidade porque integrada por identidades socioculturais (de “gêneros de vida”) e naturais (relevo, clima, bioma etc.) mais ou menos homogêneas. Antes dele, as regiões eram apenas concebidas como meras divisões administrativas esboçadas a partir da distância a um determinado centro (LENCIONI, 1999, p. 105), passando *a posteriori* a ser o principal objeto de estudo na Geografia na França e alhures (Cf. LENCIONI, 1999, p. 100). É, de certo, o conceito lablachiano mais amplamente difundido, para além das fronteiras do domínio do geográfico, nas demais Ciências Sociais e, em particular, na História, apesar de não menos passível de polêmicas, vide a vitalidade da chamada “historiografia do pequeno espaço”, da História Regional e da História Local (BARROS, 2017).⁶¹

As escolas alemã e francesa da Geografia moderna foram em grande medida responsáveis pela apresentação no campo geográfico de concepções mais sólidas da ideia de espaço no Ocidente a partir da introdução de um repertório conceitual. *Pari passu* a elas atribuída a constituição por intermédio de empréstimos e realocações conceituais das noções de espacialidades que dominaram nas Ciências Sociais durante boa parte do século XX e, em certa

⁶⁰ O conceito de região é complexo e plural nas Ciências Sociais (Cf. MOTTA, 2010, p. 391), destacando-se como “o conceito geográfico mais importante para a História.” (BARROS, 2017, p. 27). Por se tratar de um termo produzido intelectualmente a fim de dar conta da análise de determinado fenômeno, a região pode dizer de um sem-número de significados (MOTTA, 2010, p. 392). Pierre Bourdieu (1989, p. 107), por exemplo, concebe região como locais em que são operados o conhecimento e o domínio do saber: regiões de saber. Em Geografia, assim como ocorre em outras áreas e com outros conceitos, a concepção de região tem cada vez mais perdido espaço a outras conceitualizações do espaço vivido, ou é mesmo englobada por tais definições (Cf. MOTTA, 2010, p. 393).

⁶¹ A História Local pode ser entendida como relativa ao lugar, enquanto a História Regional diz respeito à região. Barros (2017, p. 168) estabelece que, ao longo do tempo, os conceitos de lugar e de região tornaram-se tão difundidos quanto próximos, tornando-se essas duas modalidades historiográficas “intercambiáveis” a ponto de a historiografia francesa abster-se de qualquer iniciativa de distinção. Contudo, essa afirmação é passível de controvérsia. Marc Bloch (2001, p. 173-200; 373-416) parece estabelecer um esforço de distinção entre o local (a aldeia) e o regional (Borgonha, Sardenha etc.), bem como busca fugir de uma definição antiga de região como área administrativa. Outrossim, esforço análogo intentado ao largo da trajetória dos *Annales* nos escritos de Febvre, Braudel, Pierre Goubert, Pierre Toubert, Emmanuel Le Roy Ladurie e Georges Duby.

medida, disseminadas e predominantes, arraigadas que estão, na disciplina História. Tratando-se, sobretudo, como indicado, de concepções fragmentárias de espaço, ainda que válidas, de simples assimilação e de fácil instrumentalização pelas demais disciplinas sociais. No campo da Geografia, elas são também matrizes epistêmicas da gama de variedades de Geografia Humana no século findado: a Geografia Ambiental, a Geografia Fenomenológica, a Geografia Econômica, a Geografia Cultural, a Geografia Política, a Geografia Social, a Geografia Comportamental (ou psicológica), a Geografia Regional e a Geografia histórica (Cf. SOJA, 1993, p. 33).

Nos anos 1950, o horizonte do e em relação ao espaço se ampliou no interior da Geografia. A disciplina, até então, vivenciava uma “excepcional submissão teórica” em relação às demais Ciências Sociais e, “aqui e ali, uns poucos geógrafos contribuíram individualmente para debates teóricos”, apoiando-se “nos permanentes pontos fortes da geografia física e nos recursos ocasionais dos historiadores a explicações ambientais limitadas dos eventos históricos” (SOJA, 1993, p. 32). A Geografia – mesmo que notoriamente reconhecida área de aporte – “ensimesmou-se, abstendo-se dos grandes debates teóricos, como se um muro alto se houvesse erguido a seu redor” (SOJA, 1993, p. 32). Crise paradigmática essa, acentuada pela conjuntura social e política do período:

A sociedade já não pede aos geógrafos ensinamentos iguais ao do início do século. A febre nacionalista acalmou-se nos países industriais. Os domínios com maior necessidade de conhecimentos e técnicas passaram a ser a economia e a organização social. [...] Aqueles que participaram na Segunda Guerra Mundial sonham construir uma sociedade mais justa e mais próspera do que a do início do século. [...] Estes homens de acção pedem ferramentas de planificação econômica e espacial: têm necessidade de uma ciência que não se contente em interpretar evoluções complexas depois de terem acontecido, mas mostre em que sentido evoluem os sistemas geográficos. Deve prever todas as incidências das medidas destinadas a fazer frente ou a acelerar, segundo o caso, as transformações (CLAVAL, 2006, p. 104-105).

Estabelece-se dentro do campo disciplinar a oportunidade de renovação que, em larga medida, foi capitaneada pela Geografia Teorético-Quantitativa (ou Geografia Pragmática), mais comumente conhecida como *New Geography*.⁶² Ela teve como principais centros de propagação as “universidades dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e, em menor medida, do Norte da Europa” e da Alemanha (CLAVAL, 2006, p. 103). Mais inclinada àquela sensibilidade germânica, nórdico-europeia, a Nova Geografia se estabeleceu à distância da lógica reflexivo-

⁶² A *Nova Geografia* surgiu no pós-Segunda Guerra Mundial e serviu como instrumento dos Estados modernos de reorganização e dinamização espaciais ao atendimento de necessidades – ou de interesses – públicos ou privados, sociais ou econômicos específicos.

inventiva, amparando-se em dados estatísticos e esquemas lógico-matemáticos, postulando-se em oposição e até mesmo em contradição à Geografia até então praticada pelas escolas nacionais (Cf. SANTOS, 2012 [1978], p. 60). Todavia, à Geografia Teorético-Quantitativa coube o engendramento de uma conceituação mais expressiva de espaço (Cf. CORRÊA, 2000, p. 20). Nela,

[...] o espaço aparece, pela primeira vez na história do pensamento geográfico, como o conceito-chave da disciplina. O conceito de paisagem é deixado de lado, enquanto o de região é reduzido ao resultado de um processo de classificação de unidades espaciais segundo procedimentos de agrupamento e divisão lógica com base em técnicas estatísticas. Lugar e território não são conceitos significativos na Geografia Teorético-Quantitativa (CORRÊA, 2000, p. 20).

Ainda para Corrêa (2000, p. 20), na Nova Geografia o espaço como conceito aparece sob dupla roupagem “que não são mutuamente excludentes”. Por um lado, o espaço como planície isotrópica. Isto é, como conjunto de homogeneidades e uniformidades, constituído a partir de suas características naturais, da ocupação humana e dos usos econômicos da espacialidade (Cf. CORRÊA, 2000, p. 20-21). Noção esta não muito distante da acepção vidaliana de região, com a distinção de que, ao contrário desta, o espaço como planície isotrópica antevê e comporta uma ideia de proto totalidade. O espaço se revelando como sistema: nessa “[...] planície de lugares iguais desenvolvem-se ações e mecanismos econômicos que levam à diferenciação do espaço [...] o ponto de partida é a homogeneidade, enquanto o ponto de chegada é a diferenciação”, enfatiza Corrêa (2000, p. 21). A outra roupagem assume a apreensão do espaço como expressão topológica, em que a diferenciação é o principal ponto de partida a fim do encontro das homogeneidades. Dessa modalidade, de orientação geométrica, advém o conhecido esquema centro-periferia tanto na análise em escala intraurbana como nacional ou internacional (Cf. CORRÊA, 2000, p. 21). Esquema alicerçado numa leitura economicista e no entendimento de que o espaço é um ente relativo, dado “a partir das relações entre os objetos, relações estas que implicam em custos – dinheiro, tempo, energia – para vencer a fricção imposta pela distância.” (CORRÊA, 2000, p. 21).⁶³ O britânico David Harvey era, até a década de 1960, um dos expoentes da Geografia Teórico-Quantitativa.⁶⁴

Apesar do salto conceitual, o modelo espacial – ou de entendimento e de leitura do espaço geográfico – proposto pela Nova Geografia comportava agudas debilidades. Tratava-se,

⁶³ A Geografia Aplicada comentada no capítulo anterior é uma variante da Nova Geografia.

⁶⁴ No final dos anos 1960 e início da década de 1970, Harvey passa a criticar o enfoque teórico-quantitativo à medida que se aproxima da leitura marxista sobre o espaço.

sobretudo, de uma compreensão que concebia o espaço como resultante de uma arquitetura constituída de cima para baixo nos gabinetes governamentais, nos escritórios de planejamento, e nos departamentos e laboratórios das universidades. Em certa medida, revela um espaço atemporal, a-histórico até. Ou mesmo, desumanizado. Para Corrêa (2000, p. 22-23), sob esse envoltório de inovação conceitual estabelecia-se um posicionamento “lógico-positivista”, perpassado por “uma visão limitada de espaço”, em que “privilegia-se em excesso a distância, vista como variável independente”, inócua às “contradições”, aos “agentes sociais”, ao “tempo” e às transformações, “inexistentes ou relegadas a um plano secundário.” Em última análise: “Privilegia-se um presente eterno e, subjacente, encontra-se a noção paradigmática de equilíbrio (espacial), cara ao pensamento burguês.” (CORRÊA, 2000, p. 23). Esta crítica é endossada por Milton Santos, que argumentava que, ao se colocar como nova, a Geografia Teorético-Quantitativa provavelmente não se apercebia dos próprios retrocessos⁶⁵: a manutenção de uma percepção última de espaço como fragmento e o aprofundamento de uma concepção de espacialidade em que prevalece o monopólio do quase inerte. Pois, o espaço que a quantificação dessa Geografia:

[...] pretende produzir não é o espaço das sociedades em movimento e sim o da fotografia de alguns de seus momentos. Ora, as fotografias permitem apenas uma descrição e a simples descrição não pode jamais ser confundida com a explicação: somente esta pode pretender ser elevada ao nível do trabalho científico (SANTOS, 2012 [1978], p. 75).

Outrossim, para Santos (2012 [1978], p. 113), a Nova Geografia e suas variantes representariam “a grande miséria do empiricismo” no domínio da Geografia, que “encobre as relações entre os homens, substituindo-se por relações entre objetos”. Essa “abstração empírica” resulta no feito de que “o espaço real é substituído por um espaço ideológico sob o qual puderam assentar-se falsas teorias substantivas e de planificação.” (SANTOS, 2012 [1978], p. 113-115). O espaço como ideologia à serviço de interesses alhures: dos Estados, quem esses representam e a quem servem aos interesses. Fortemente, daqueles Estados setentrionais, de onde vigorosamente emanou a Nova Geografia que Santos (2012 [1978], p. 112) denunciou nomeando-os de novos “centros de dispersão das ideias geográficas”.⁶⁶ O conceito de espaço introjetado pela Nova Geografia, porquanto, se revela como concepção de:

⁶⁵ Recordando que, conforme o primeiro capítulo, durante princípios da década de 1960, o próprio Milton era entusiasta da Geografia Aplicada, assim como David Harvey. Isso demonstra que o que se estabelece não é a crítica retroativa deliberada e ideologicamente enviesada desses autores à matematização e capitalização do espaço, mas uma fundamentação de profundidade epistemológica, o que denota a desfiliação anteposta à ruptura.

⁶⁶ Tal crítica é também enfatizada no final do capítulo anterior.

[...] desespacialização do espaço reduzido a uma teia de coordenadas sem relação com o real, um verdadeiro “*computer taxonomic exercise*” [...], ao mesmo tempo que uma desistorialização: um conjunto de fórmulas matemáticas no qual a história – ou seja, o homem – era sistematicamente afastado. É a sofisticação do velho lastro positivista da disciplina geográfica, cuja noção de região [administrativa] representou um passo preliminar, mas fundamental (SANTOS, 2012 [1978], p. 115).

Os anos 1970 abriram horizontes à reformulação do conceito de espaço geográfico e ao lugar ocupado por esse conceito no interior da Geografia. Em especial, aos geógrafos dedicados à compreensão da dimensão social do espaço e da centralidade geográfica da técnica, como Milton Santos. No âmbito das Ciências Sociais, as sucessivas crises do capitalismo retiraram o enfoque do crescimento econômico e estabeleceram o aprofundamento da crítica à sociedade de consumo (CLAVAL, 2006, p. 114). Na esteira, alguns geógrafos passaram a observar e empreender esforços à análise dos impactos sociais “da crescente mobilidade e das novas facilidades de comunicação” (CLAVAL, 2006, p. 120), estabelecidas a partir do incremento de novas técnicas de comunicação e de transportes. O mundo tornou-se mais dinâmico. As injustiças sociais e as desigualdades, mais gritantes e visualmente latentes. A espacialidade, mormente complexa. O mundo, que antes “era pequeno, porque Terra era grande”, tornava-se perceptivelmente “muito grande, porque a Terra pequena / do tamanho da antena parabólicamará”; “antes longe era distante / perto, só quando dava / quando muito, ali defronte / e o horizonte acabava / hoje lá trás dos montes, *den de casa*, camará”, como entoia a canção composta e interpretada por Gilberto Gil.⁶⁷ Nas Ciências Sociais e no pensamento marxista, o enfoque na *luta de classes* passou cada vez mais a ser apercebido pela óptica da análise das “[...] disputas pelos bens de prestígio ou pelo acesso à cultural” (CLAVAL, 2006, p. 120).⁶⁸ E o espaço ganhou ainda mais relevância de campo porque ocupa papel crescente na sociedade contemporânea (Cf. CLAVAL, 2006, p. 120). E, por conseguinte, às demandas objetivas das demais Ciências Sociais. A Geografia e, consequentemente, a discussão sobre espaço geográfico na Geografia tornaram-se mais pertinentes do que nunca (Cf. CLAVAL, 2006, p. 120).⁶⁹

⁶⁷ *Parabólicamará* foi gravada pelo compositor e intérprete brasileiro em 1991. Na letra da canção, a expressão *den de* significa *dentro de*. Trata-se de contração oral de natureza popular comum em algumas regiões do Brasil.

⁶⁸ Movimento, no caso da disciplina História, representado sobretudo pelos historiadores marxistas anglo-saxões, reunidos em torno da *New Left Review*, revista acadêmica fundada no Reino Unido em 1960, de escopo marxista. A revista, ainda em atividade, reuniu, entre outros nomes, o de Stuart Hall e o dos irmãos Perry e Benedict Anderson.

⁶⁹ O ano de 1968 apresentou-se como um divisor de águas nesse sentido. As mudanças interiores à Geografia e às outras Ciências Sociais na década de 1970 não deixaram de refletir a revolução cultural. A Terra se põe pequena, como na canção de Gil, porque ademais dos incrementos técnicos, 1968 foi expressão da primeira revolução de proporção mundial na História. Um movimento que alcança circunferência planetária. Logo, graças a esse evento

Nesse contexto, há consenso entre os autores consultados (Cf. SOJA, 1993, p. 14; CORRÊA, 2000, p. 25; SPOSITO, 2004, p. 89; CLAVAL, 2006, p. 114-117) sobre o papel desempenhado pela Geografia Crítica na realocação do *status* e elevação do conceito de espaço geográfico dentro da disciplina. Sobretudo, no tocante à importância de Henri Lefebvre nesse processo de reorganização interna. Em palavras de Corrêa (2000, p. 23), de fato “a década de 1970 viu o surgimento da Geografia Crítica fundada no materialismo histórico e na dialética” e “no âmbito dos debates o espaço reaparece como conceito-chave” a partir das discussões levadas a cabo por essa corrente geográfica em torno dos seguintes tópicos: a) da suposta presença ou ausência do espaço na obra de Karl Marx e b) da verdadeira natureza e significado do conceito (CORRÊA, 2000, p. 23-25).⁷⁰ O espaço geográfico é redescoberto e ampliado como ideia, e fundamentado e alargado pós-68:

A crise do marxismo francês [...] foi uma crise de desilusão que “explodiu” o marxismo francês numa multiplicidade de fragmentos, obliterando as ortodoxias do passado imediato e mais distante. Confrontado com essa heterogeneidade sem precedentes, com estilhaços voando por toda parte (inclusive afastamentos completamente antagônicos do marxismo), [Perry] Anderson chorou a perda sintomática da fé. Sartre se voltaria, em seus últimos anos de vida, para um “neoanarquismo” radical, e Althusser e Poulantzas, para lamentações exasperadas sobre a ausência de uma teoria da política e do Estado no materialismo histórico. O diabólico (e também “neo anarquista”) Foucault – ao lado de Derrida e muitos outros – diluiria e reduziria o marxismo ainda mais, na opinião de Anderson, promovendo uma contagiosa “aleatorização da história” e celebrando a superioridade triunfante de uma episteme pós-estruturalista (e, por implicação, pós-marxista). Com a esplêndida ironia, entretanto, Anderson descobre uma expressiva exceção nesse “declínio vertiginoso” do marxismo francês [...] (SOJA, 1993, p. 36).⁷¹

único, mundializado, simultâneo e rememorado quanto debatido até os dias de hoje em universidades de todo o planeta, o mundo “encolheu”, tornou-se pequeno e se concebeu de outro modo, impactando as ideias de espaço e simultaneidade das ações.

⁷⁰ Em relação à presença e ou importância dada ao espaço em *O Capital* e na obra de Marx e Engels, ainda hoje tema de controvérsias entre os geógrafos. No caso da Geografia Radical, tem-se discutido, por décadas, especialmente as coordenadas em que o termo aparece no conjunto do pensamento marxista, se se dá apenas como ideia ou já como conceito. E, principalmente, qual a relevância do ente no método do materialismo histórico-dialético. Se em grau de equidade e em equilíbrio ao de tempo ou não.

⁷¹ A utilização do termo “crise” por Soja a fim de definir o processo de depuração do marxismo francês nas décadas de 1960 e 1970 é um tanto incongruente. Consabido é que o marxismo antes de 1968 estava em moda nos ambientes e nas rodas de conversa intelectuais e acadêmicas na França. Dizer-se marxista era *cool* e útil aos projetos pessoais de ascensão de carreira. O pós-68 simplesmente demarcou a demandada desses então companheiros de viagem, por assim dizer. Muitos deles se tornaram críticos do marxismo como teoria, ademais, do marxismo como prática, ação. Semelhante teor de ressalva é necessário quando o autor menciona Sartre. O filósofo francês não se volta assim ao final da vida a um suposto “neoanarquismo radical”. Pelo menos, não na esfera da prática da teoria. Sartre se mantém um marxista crítico, heterodoxo, como no início da década quando da publicação de sua *Crítica da Razão Dialética* (1960). O que ocorreu foi uma ruptura parcial de Sartre com o marxismo como teoria da prática. Ou melhor, uma ruptura com um determinado modelo de marxismo. Em 1968, com a invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética, o filósofo e outros tantos intelectuais europeus se manifestam contra a ingerência de Moscou. Um manifesto é lançado. E Sartre, que com o triunfo da Revolução

A exceção destacada por Soja (1993, p. 36), com base na leitura de *The Tracks of Historical Materialism* (1983) de Anderson, é justamente Lefebvre. Mas “Que houve de tão sumamente honroso, de constância excepcional e de originalidade imperturbável nos trabalhos de Lefebvre?” – questiona Soja (1993, p. 36). Destaca o fato de que, em sua opinião, se trata de Lefebvre ser “talvez o menos conhecido e mal interpretado dentre as grandes figuras do marxismo do século XX”, sendo “acima de tudo e de todos, a origem da geografia humana crítica pós-moderna, a fonte primordial do ataque ao historicismo e da reafirmação do espaço na teoria social crítica.” (SOJA, 1993, p. 36). Pontapés que abriram caminhos, segundo o geógrafo e urbanista estadunidense, “para uma multiplicidade de outras tentativas de espacialização, desde Sartre, Althusser e Foucault até Poulantzas [...], Giddens [...], Harvey [...] e Jameson [...]”, continuando a ser “ainda hoje, o original e mais avançado materialista histórico e geográfico.” (SOJA, 1993, p. 36).

A excepcionalidade da concepção de espaço em Lefebvre reside no fato de esse geógrafo, à revelia de seus antecessores, superar, do ponto de vista teórico, a histórica dicotomia *fator físico versus fator humano* na Geografia. Ou seja, a compreensão do que é espaço se alarga ao passo que se aprofunda com Lefebvre: espaço geográfico explicitamente entendido nesse autor para muito além do meramente coroado pela ordem do físico, do dado, do reificado e do determinado pelo mundo natural. Ou mesmo, somente por e a partir dele socialmente possibilitado. Ou ainda, como simples planície isotrópica ou topológica, espaço tomado como um sistema cuja arquitetura é passível de modelação, de maneira imperativa, de cima para baixo, como preconizavam seus antecessores da Nova Geografia. O espaço surge em Lefebvre acima de tudo como realização do movimento dialético do devir da História. Em última instância, como lugar de produção e de reprodução das relações sociais (Cf. CORRÊA, 2000, p. 26; SPOSITO, 2004, p. 89). Logo:

Si hay producción y proceso productivo del espacio, hay en consecuencia historia [...]. La historia del espacio, de su producción en tanto que «realidad», de sus formas y representaciones, no se confunde ni con el encadenamiento causal de los llamados acontecimientos históricos (datados) ni con la sucesión, con o sin finalidad, de costumbres y leyes, ideales e ideologías, estructuras socioeconómicas o instituciones (superestructuras). Las fuerzas productivas (naturaleza, trabajo y organización del trabajo) y por supuesto las relaciones de producción desempeñan un rol – que debe ser definido – en la producción del espacio. Sin duda, la transición de un modo

Cubana (1959) e, pouco antes, com a ruptura sino-soviética dos anos 1950, passou a criticar o marxismo manualesco dos partidos comunistas, tornou-se, a partir de 1968, um crítico ainda mais ácido do social-imperialismo soviético. Soja, ao não fazer essa necessária distinção entre marxismo como prática da teoria e como teoria da prática, induz o leitor a uma interpretação equivocada do ocorrido.

de producción a otro presenta el mayor interés teórico, en tanto que efecto de las contradicciones en las relaciones sociales de producción, que no pueden dejar de inscribirse en el espacio trastornándolo por completo. Cada modo de producción posee ex hypothesi su propio espacio, su espacio apropiado, pues inevitablemente un nuevo espacio se produce durante la transición de un modo de producción a otro (LEFEBVRE, 2013, p. 105).

Nesse sentido, na obra de Lefebvre prevalece um conceito – unidade que traduz uma universalidade – de espaço. E, a partir dela, é impensável uma modalidade única de espaço. Sim, várias e possivelmente infinitas – ou mesmo combinadas – espacialidades são possíveis. Essa sensível percepção é fruto mesmo de uma época social e intelectualmente possível, graças a uma modernidade permeada pelos avanços e instrumentalizações tecnológicas e pelas convivências combinadas, ou não, de técnicas de períodos diversos. Soja (1993, p. 43) sugere, inclusive, que o interesse de Lefebvre pelos estudos das espacialidades se deu após as observações do filósofo, sociólogo e geógrafo francês dos impactos das transformações espaciais em sua terra natal, a Occitânia.⁷² Como antes mencionado, essa percepção de modalidades de espacialidades transcendeu a formalidade habitual da ideia de espaço na Geografia. Para Lefebvre, o ímpeto de sobrevivência do capitalismo reside na necessidade de produção de “uma espacialidade cada vez mais abrangente, instrumental, e também socialmente mistificada, escondida da visão crítica sob véus espessos de ilusão e ideologia.” (SOJA, 1993, p. 44) Para tanto, a fim de lograr esse projeto, o modo de produção capitalista mascarou a produção e a reprodução em escala mundial de um espaço mais amigável aos seus interesses, de uma espacialização cada vez mais desigual, sob o véu de “tendências simultâneas para a homogeneização, a fragmentação e a hierarquização” (SOJA, 1993, p. 44), como também e a partir da formulação, reformulação e perpetuação de homogeneizadas, fragmentadas e hierarquizadas ideias e conceitos de espaço. Véu que a concepção e o conceito de espaço de Lefebvre propuseram com algum sucesso desmascarar.

O conceito de espaço de Lefebvre – compartilhado em grande medida na comunidade da Geografia Radical – passa assim a contemplar essas outras espacialidades, escondidas, refugiadas sob os véus de ilusão e ideologia. Ao tomar o espaço como produto e como produtor, a ideia de espacialidade em Lefebvre abrange desde a escala do meramente visível, porquanto facilmente tangível, ao supostamente invisível e insensível. Esse alargamento permite adentrar desvendando as espacialidades tangentes nos fluxos das comunicações, na organização logística

⁷² A Occitânia é uma região cultural (e não administrativa) do sul da França, em que prevalece o dialeto do Languedoc. Na primeira metade do século XX, principalmente após a II Guerra Mundial, as províncias que conformam o Languedoc passaram, segundo Soja (1993, p. 43), por transformações paisagísticas e sociais abruptas coordenadas “sob o selo do planejamento espacial dirigido pelo Estado.”

dos transportes, nas relações de produção e consumo, nas sociabilidades inerentes à esfera do espaço social, do micro e no macro. Decorre igualmente daí, ademais da constatação de que no contexto europeu da década de 1970 as cidades conformam a espacialidade dominante no horizonte geográfico, a ênfase temática, na produção dos lefebvrianos, no urbano.

A Geografia, com Lefebvre, aciona um importante porque decisivo passo no caminho de romper o que Milton Santos (2012 [1978], p. 119) conclamou de viuvez da Geografia em relação ao espaço. Todavia, alguns pontos devem ser pormenorizados. A contribuição em relação à discussão do espaço como conceito da Geografia na obra de Lefebvre é inegável. Mas, a partir dela, é plausível visualizar a apresentação de uma proposta metodológica universal de tratamento desse objeto? Agrava-se ademais o contexto. Lefebvre – produto e produtor de seu tempo, ator histórico – pensava apenas tangenciando as transformações que, então engatilhadas, se apresentavam no horizonte conjuntural. O olho do furacão, porém, estava por vir:

El periodo de la globalización, productor de nuevos objetos, nexos y metáforas, revertió, de algún modo, esa subordinación del tiempo, que parece haber sido intrínseca a la tradición disciplinaria de la geografía, para postularlo a un lugar predominante, el de variable determinante capaz por sí de anular al espacio en el entendimiento del presente. Sin embargo, muchas veces ese tiempo tampoco ha sido visto en su empiricidad y ha dado lugar a una profusión de metáforas sobre el espacio [...] (SILVEIRA, 2013, p. 20).

Questões frementes aos colegas geógrafos e somente eles capazes de respondê-las, mas de levantamento pertinente. A obra lefebvriana sem dúvida alargou, no campo da Geografia, a ideia de espaço geográfico, conceitualizando-a. E, não ao acaso, serviu de baliza de inspiração e ao crivo crítico de Milton Santos (Cf. CORRÊA, 2000, p. 26), pois “destemporalizando o espaço e desumanizando-o, a geografia [moderna] acabou dando as costas ao seu objeto e terminou ‘uma viúva do espaço’” (SANTOS, 2012 [1978], p. 119). Por destemporalização compreende-se a matematização do espaço operada pela Geografia Teorético-Quantitativa. Já por desumanização, o maior ou menor grau de determinismo do mundo natural preconizado pelas escolas geográficas nacionais. Quebra de paradigma interposta pela obra de Lefebvre, que definiu caminho à compreensão do espaço geográfico, sobretudo, como social, humano. Portanto, em sua raiz e edifício teórico-conceitual: histórico.

2.2 Os *Annales* e a instrumentalização do espaço geográfico na História

Na modernidade inaugurada pelo século XX, a concepção imperativa, ainda que não única e exclusiva, de espaço na História é tributária, em grande medida, à convergência com a Geografia e não à Física, à Economia ou à Sociologia. E, quando concepções de espaço advindas dessas áreas outras, ladeadas por baldeações ou balizadas pelas discussões concomitantemente levantadas pelos geógrafos.⁷³ Uma vez assimiladas pela História essas conceituações de espaço geográfico não deixam de operar e sofrer adequações ao *métier*, aos objetos, aos recortes e às limitações ou aberturas de campo do historiador.

Nessa perspectiva, ao longo do século de Thomas Stearns Eliot, nenhuma corrente historiográfica foi tão feliz e esteve na vanguarda desse movimento de apropriação, reapropriação, ressignificação e sistematização à História do espaço geográfico quanto a escola francesa dos *Annales*. Ela foi responsável pela introdução, pelo alargamento e pela operacionalidade do espaço geográfico através da Geografia Histórica (ou, História de base geográfica), incentivada pelos chamados pais fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, ou da Geohistória preconizada por Braudel.⁷⁴ E, por que não, por levar a cabo o esforço de concepção de um espaço histórico - ou propriamente histórico -, protagonizando no Ocidente a inserção do espaço geográfico conceitual como pauta de abordagem do labor de historiar, contribuindo mesmo para os avanços nos estudos sobre espacialidades alcançados por outras variantes e correntes historiográficas.⁷⁵

⁷³ Imprescindível sublinhar que ideias e concepções de espaço de outros campos disciplinares, antes de implementados ou largamente consensuais em História, não deixam também de passar pelo crivo analítico dos geógrafos. Em geral, as atualizações do debate sobre o espacial no campo historiográfico acompanham e perscrutam o movimento e o teor de discussões análogas no interior da Geografia. A assimilação, por exemplo, de uma espacialidade de roupagem econômica entre os historiadores das décadas de 1950 e 1960 fora acompanhada por equivalente movimentação e intensa discussão, mas com outras finalidades, na Geografia.

⁷⁴ A diferenciação entre Geografia Histórica e Geohistória, que ainda é objeto de confusão entre uma parcela considerável dos historiadores, será detalhada adiante neste capítulo, quando observada a relevância da Geohistória braudeliana. Recordar-se ainda que Geohistória não compreendia uma disciplina autônoma, mas era parte da própria concepção de História de Braudel.

⁷⁵ Outras correntes e variantes historiográficas também cumpriram papéis contributivos no movimento de apropriação e ressignificação de ideias e conceitos de espaço emanados de diversas áreas do conhecimento. A introdução deste capítulo ocupou-se em mencionar a *Environmental History*. Mas se deve recordar o exemplo da obra do sociólogo e historiador brasileiro, Gilberto Freyre. Em *Casa Grande & Senzala* (1933), Freyre desnuda a formação familiar e social do Brasil colonial por meio da estruturação de topônimos. A casa-grande, morada de senhores, surge no livro como *locus* representativo do poder senhorial e do patriarcado. E a senzala, habitações coletivas dos engenhos açucareiros destinadas aos escravos, como espacialidade daqueles socialmente marginalizados. Entidades dialéticas que, uma vez herdadas e sobreviventes do passado colonial, continuam reproduzidas no modelo de organização e na dinâmica social do Brasil moderno. Tempo e espaço emergem, assim, como balizas de análise dessas dinâmicas no micro e no macrossocial, e “mais do que um simples pano de fundo passivo [...] as categorias assumem muitas vezes posição protagonista e ativa em seus esforços interpretativos, capazes de condicionar, quando não de moldar a ordem social.” (TAVALORO, 2017, p. 417). Peter Burke (1997b, p. 6) destaca ainda a calorosa recepção de Braudel à leitura do livro, considerando

A corrente – ou, mais reconhecidamente, escola – historiográfica dos *Annales* foi fundada em 1929, na aurora do século XX, com a publicação da revista homônima *Annales d'histoire économique et sociale*, na França, por iniciativa de Bloch e Febvre, destacando-se, sobretudo, pela promoção da convergência entre a História e as demais Ciências Sociais.⁷⁶ Excepcionalmente, com a Geografia. Aos pais fundadores da revista e da corrente historiográfica e, mormente, ao gênio de Fernand Braudel, deve-se a convergência da História com a Geografia para além de uma mera linearidade formal, expressando-se, quiçá, pelo engenho genuíno de questionamento – em maior ou menor grau, conforme o período e etapa geracional – de função e de conteúdo, quando não, dos aspectos e impactos estruturais dessa aproximação entre disciplinas irmãs.

No ensejo de entendimento de como concorreu essa operação de convergência no interior da corrente historiográfica, vale o exame – ainda que breve – do contexto histórico que demarcou o surgimento e a consolidação dos *Annales* na Europa. Noutras palavras, da conjuntura que concedeu a tônica aos primeiros decênios do século XX e que foi decisiva ao giro de aproximação epistemológico da História – e, portanto, dos historiadores – dos *Annales* à Geografia. Afinal, como sentencia o famoso provérbio árabe evocado pelo próprio Bloch (2001, p. 60), esses “homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”. À disciplina História, essa pedra bruta em que os mortais discípulos de Clio não deixam de esculpirem a si mesmos à certa imagem e semelhança, não poderia ser diferente e tanto mais verdadeiro.

que *Casa Grande & Senzala* foi “braudeliano antes mesmo de Braudel.” Contudo, alerta-nos sobre uma ausência significativa no trabalho do sociólogo pernambucano: “Quão diferente teria sido *Casa-grande & Senzala* se seu autor tivesse descoberto Vidal [de la Blache].” (BURKE, 1997b, p. 6). Ausência suplantada por Freyre no posterior *Nordeste* (1937) com a aproximação à “ecologia social” da escola sociológica de Chicago (Cf. BURKE, 1997b, p. 6). O conceito de ecologia social, ou ecologia humana, compreende o espaço do social à semelhança de ecossistemas, porque determinadas e equilibradas por processos bióticos e sociais. A partir dessa variante analítica foram introduzidas no horizonte das Ciências Humanas terminologias biológicas como simbiose, competição e sustentabilidade. Trata-se de uma concepção do espacial mormente biológica. Por fim, pese esses outros esforços, enfatiza-se nessas páginas o pioneirismo da iniciativa de adequação e sistematização conceitual do espaço geográfico pelos *Annales*.

⁷⁶ No decorrer do século XX, travou-se uma acirrada disputa no campo historiográfico entre os historiadores que creditam aos *Annales* o status de uma verdadeira escola historiográfica, porque formuladora de um então novo paradigma historiográfico, e os contestadores dessa ideia. Entre os últimos figuram destacadas personalidades do grupo, tais como Lucien Febvre, Marc Ferro, Jacques Le Goff e o próprio Fernand Braudel (Cf. AGUIRRE ROJAS, 2004). Há ainda posicionamentos como o de José Carlos Reis (2000, p. 10), que considera que a conformação de uma verdadeira escola a partir da institucionalização dos *Annales* nos meios acadêmico e intelectual dentro e fora da França estaria assim vinculada à capacidade da corrente em apresentar ao horizonte teórico da disciplina uma nova e “original representação do tempo histórico”. Querela longe de consenso na comunidade de historiadores. A revista ainda contou com outros quatro títulos, que não deixam de expressar as mudanças geracionais internas: *Annales d'histoire sociale* (1939-1942; 1945), *Mélanges d'histoire sociale* (1942-1944) e *Annales: économies, sociétés, civilisations* (1946-1994/1995) (Cf. BURKE, 1997a, p. 11 – nota de rodapé); mais recentemente, nos anos 1990, foi denominada de *Annales. Histoire, Sciences sociales*.

A deflagração da Primeira Guerra Mundial, o triunfo da Revolução Bolchevique na Rússia, e a Grande Depressão dos anos trinta consubstanciaram favoravelmente esse movimento da *épistème* na Europa, inaugurando o enterro da *Belle Époque* no continente, com a ascensão da primeira potência alóctone, os Estados Unidos. Mas também, uma mudança drástica de direcionamento no campo das Ciências Humanas, respaldadas na superação do eurocentrismo e “no sentido de levar em consideração os destinos no plural e as civilizações múltiplas” (DOSSE, 1992, p. 23). Ou seja, esse cenário colocou “em xeque todas as certezas e evidências arraigadas anteriormente, entre as quais, a que postulava o mito da ideia de progresso como processo idêntico e vinculado ao desenvolvimento dessa civilização europeia” (AGUIRRE ROJAS, 2003, p. 9). Um redirecionamento de olhares reverberado na efervescência intelectual da primeira metade do século XX europeu, conformando-se como “o tempo dourado da psicanálise freudiana, da Viena de Wittgenstein, do marxismo gramsciano ou dos *Annales* [...], dos grandes debates da antropologia inglesa, dos círculos linguísticos de Moscou, Viena, Praga e da escola de Frankfurt.” (AGUIRRE ROJAS, 2003, p. 10).

Opera-se concomitante, aqui e acolá, significativos câmbios advindos de bruscas mudanças nas mentalidades. O Velho Mundo se debatia numa profunda quebra de paradigmas que interpunha abismos à percepção do homem sobre a temporalidade. Diante do desfecho da catástrofe que foi a Grande Guerra, em *La crise de l'esprit*, de 1919, o filósofo Paul Valéry mensura esse então estado de (des)continuidade que assombrava o homem europeu. De um passado que pouco ou nada poderia contribuir como porto seguro. E de um futuro assombrosamente ainda menos fiável, porque incerto:

Mais il est un Hamlet intellectuel. Il médite sur la vie et la mort des vérités. Il a pour fantômes tous les objets de nos controverses; il a pour remords tous les titres de notre gloire; il est accablé sous le poids des découvertes, de connaissances, incapable de se reprendre à cette activité illimitée. Il songe à l'ennui de recommencer le passé, à la folie de vouloir innover toujours. Il chancelle entre deux abîmes, car deux dangers ne cessent de menacer le monde: l'ordre et le désordre (VALÉRY, 2000).⁷⁷

Percepção posteriormente agravada pelos maus ventos que do outro lado do Atlântico passaram a soprar desde *Wall Street*. As respostas a esse estado de ruptura, de continuidade descontínua, desdobraram-se na esfera do campo do político no surgimento de projetos

⁷⁷ “Mas ele é um Hamlet intelectual. Ele medita nas verdades de vida e morte. Ele tem por fantasmas todos os objetos de nossas controvérsias; seu remorso são todos os títulos de nossa glória; ele é oprimido pelo peso das descobertas e do conhecimento, incapaz de retomar-se nesta atividade ilimitada. Pensa no tédio de recomençar do passado, na loucura de querer sempre inovar. Ele cambaleia entre dois abismos, pois dois perigos nunca cessam de ameaçar o mundo: a ordem e a desordem.” (Tradução livre do autor – TLA)

antagônicos. Exemplos que nos remetem “a outra função da história”, como bem observou Eric Hobsbawn (2013, p. 46). O triunfo bolchevique, por um lado, aguçou na esquerda o depósito de esperanças num utópico futuro de possibilidades em contraponto ao presente e ao passado sedimentados por regimes de dominação e exploração da classe trabalhadora. O caminho inverso foi enveredado pelos setores mais retrógrados que encontraram na radicalização do culto oitocentista a um certo passado nacional supostamente glorioso – inexistente, porquanto distorcido e narrativamente melhorado – a brecha para a conquista de corações e mentes. Esse culto exasperado ao passado distorcido se tornou a espinha dorsal das estratégias discursivas de setores e líderes de extrema direita, coadunados pelo nazifascismo (Cf. LE GOFF, 2013, p. 192-193). E “os bons tempos do passado” (HOBBSAWN, 2013, p. 46), reavivados por grotescas alegorias de futuro como modelos para a edificação de uma distopia no então presente.⁷⁸

No campo científico também concorreram mudanças significativas. “O sublunar e o científico, o vivido e o formal” passaram a se opor no conhecer, como bem salientou Paul Veyne (1998, p. 190). A paradoxal concórdia nas paragens das ciências viu-se representada pelo pensamento e pelas letras de T.S. Eliot e Valéry. O homem do período viu nascer e não deixou de externar sua perplexidade diante dos aeroplanos, da produção em massa, das transmissões radiofônicas, dos consideráveis avanços da medicina, do domínio do atômico. Nas mais diversas áreas ecoou, a partir da Física Quântica, o estrondo da Teoria da Relatividade, de Albert Einstein, que, mais especificamente entre os historiadores, possibilitou uma outra inteligibilidade sobre o Tempo (Cf. BARROS, 2017, p. 22).⁷⁹

Impregnados até a medula por essas percepções, por esses questionamentos e pelos avanços científico-tecnológicos de sua época, os historiadores se viram diante outros desafios, total ou parcialmente matizados pela avassaladora rapidez das mudanças impulsionadas desde outras áreas (Cf. DOSSE, 1992; BARROS, 2012; 2017). Entoaram precocemente o canto dessa percepção, dessa então novíssima condição sublunar que desafiava a História, os percussores dos *Annales*. Marc Bloch (2000, p. 70) levantou a causa: “*El historiador de una época en que reina la máquina, ¿deberá ignorar como están constituidas y cómo se han modificado las*

⁷⁸ A herança greco-romana, uma vez mistificada, serviu de inspiração e modelo estético aos regimes totalitários de direita na Europa. Na Itália, o fascismo de Benito Mussolini, e, na Alemanha, berço do *Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães* (NSDAP), de Adolf Hitler. A arquitetura, as artes e os ideários de culto ao corpo e de corporativismo, este reproduzido pelo ícone do *fascio* inquebrável, constituíram ferramentas sombrias de reapropriação, ressignificação e transgiversação do passado.

⁷⁹ Não mais exclusivamente por uma compreensão puramente newtoniana. Deve-se destacar que Aguirre Rojas (2004, p. 93) chama a atenção para o fato de como o empréstimo do conceito newtoniano de tempo foi nocivo ao desenvolvimento da cientificidade e do pensamento crítico, em especial, no tocante às Ciências Humanas. Contudo, uma vez retrabalhado pelos pensamentos hegeliano e darwiniano no XIX, o tempo newtoniano se conformou em boa parcela das Ciências Humanas na introdução de uma noção de temporalidade, respectivamente, dialética, linear e progressista, até mesmo, de caráter evolucionista.

máquinas?”. Passo seguido por Lucien Febvre (1997, p. 222): “*¿Hay que reaccionar contra esas tendencias? Sin duda, la medida en que presenten el riesgo de resquebrajar los fundamentos mismos de una civilización de historiadores.*”.

Fez-se mister também a esses historiadores de princípios de século o questionamento e desconstrução daqueles projetos políticos-ideológicos de mistificação do passado (Cf. HOBBSAWN, 2013, p. 47) e o estabelecimento de trincheiras contra teorias que passaram a aventar discursos anti-históricos, de esvaziamento da memória, ou em defesa da ideia de um suposto caráter repressivo do passado sobre os indivíduos (Cf. LE GOFF, 2013, p. 194-195).⁸⁰ Bandeiras que, na França, os *Annales* passaram a empunhar, rechaçando todo e qualquer escopo que considerassem a-histórico ou anti-histórico, ao passo que denunciavam os usos da História como discursos de fundamentação de grandes projetos nacionais (BARROS, 2012, p. 98). Papéis ideológicos que, cada qual a seu modo, a História e a Geografia cumpriam conscienciosamente até a deflagração do primeiro grande conflito bélico em 1914. Neste caso, justificando a ocupação e os usos do território pelos estados nacionais europeus. Naquele, concedendo o amálgama aos nacionalismos. A então praticada História Política cai aos poucos em desgraça (Cf. BARROS, 2012; DOSSE, 1992, p. 24-25). Operando-se, a partir da revista, gradual e crescente giro à análise do econômico e do social, os annalistas não mediram esforços no combate ao historicismo, legatário da tradição historiográfica inaugurada pela plêiade de notórios historiadores oitocentistas, como Leopold von Ranke, e à escola Metódica, de Gabriel Monod, Charles Langlois e Charles Signobos.

Outros embates no *champs de Mars* da História foram concomitante e proporcionalmente travados. Na esteira do movimento operado pelo campo científico e pelas demais Ciências Sociais, a História buscou consentir um estatuto de cientificidade ao seu *métier*. Para tanto, incentivou e elevou a outro patamar a intensidade de aproximação com outras disciplinas das Ciências Humanas. Essa abertura epistemológica abriu horizontes à História. Afinal, permitiu-lhe, a partir das “novas metodologias que as [outras] ciências sociais haviam desenvolvido, como seus sistemas conceituais e aportes teóricos”, certo estatuto de cientificidade, escapando “ao estigma de ser confundida como uma simples literatura” (BARROS, 2012, p. 106). Ideia reforçada em Veyne (1998, p. 196), que atentou para o fato de

⁸⁰ Refere-se o autor, sobretudo, à Psicanálise. Em Sigmund Freud, os comportamentos, as frustrações, os modos de ver o mundo e as ações humanas são inevitavelmente condicionadas pelo passado dos indivíduos, pelos traumas ou pelos designios da pulsão. Nessa perspectiva, e a partir da compreensão dada por Le Goff, o passado sugerido pela teoria freudiana se apresenta não como esvaziamento da memória, porque propedêutica do processo terapêutico, mas imbuído com um forte viés de compreensão do passado a partir de uma perspectiva supostamente fatalista e repressiva.

que o estatuto de cientificidade das Ciências Humanas conforma-se no exercício de praxiologias e que, no caso dos discípulos de Clio, tal aproximação repercutiu tanto na quebra de antigos paradigmas e procedimentos antes encarnados na Europa.

Na França, foi ironicamente um filósofo o precursor dessa mudança no centro gravitacional da História. Já em 1900, Henri Berr, fundador da *Revue de Synthèse Historique*, passou a atacar o isolacionismo acadêmico e a defender a aliança da História com as demais Ciências Sociais (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 120). Esse ímpeto de convergência foi aprofundado e alargado pelos *Annales*, cujos notórios fundadores haviam contribuído na revista de Berr. A corrente historiográfica francesa jamais obliterou o devido débito da História às Ciências Sociais. Braudel (1991, p. 40) reconheceu o valor dessa dívida ao justificar que nesse “mercado comum” de trocas “*las ciencias sociales se imponen unas a otras [...] cada una usurpa lo que es de sus vecinas creyendo permanecer en su casa.*” E antes dele, débito manifesto por Febvre, recorrendo a Bloch:

Atención, amigo mio, si está usted saliendo de la historia... Relea mi definición, ¿es tan clara...! Si son ustedes historiadores, no pongan el pie aquí: esto es campo del sociólogo. Ni allá: se meterían ustedes en el terreno del psicólogo. ¿A la derecha? Ni pensarlo, es el del geógrafo... Y a la izquierda, el del etnólogo...” Pesadilla. Tontería. Mutilación. ¡Abajo los tabiques y las etiquetas! Donde el historiador debe trabajar libremente es en la frontera, sobre la frontera, con un pie en el lado de acá y otro en el de allá. Y con utilidad... (FEBVRE, 1997, p. 228).

O sucesso das variedades e modalidades de História produzidas pelos *Annales*, entre outros fatores, expressou-se em grande medida por essa capacidade “de captação dos procedimentos, das linguagens das ciências sociais vizinhas, de uma capacidade notável de apoderar-se das roupagens dos outros” (DOSSE, 1992, p. 15). Essa característica marcante da corrente historiográfica esboçou sua tônica muito em decorrência do impulso contextual que permitiu a Bloch e a Febvre a sensível percepção sobre a própria crise do sujeito histórico e da História, levando-os à caça e domesticação à História de conhecimentos e conceitos emanados das demais Ciências Sociais (Cf. REIS, 2000, p. 37). E, depois, a Braudel, que argutamente acompanhou as substanciais mudanças ocorridas nas ciências vizinhas, repensando e redefinindo essa arquitetura de *convergências*. Logo, desde uma lente mais ampla, a trajetória dos *Annales* no século XX foi, de modo robusto, diretamente impactada pelos “cortes históricos que marcam a história global da Europa e do Ocidente” (AGUIRRE ROJAS, 2004, p. 45), enfatizando que as mudanças conjunturais que inflectiram na corrente também condicionaram

as curvas de transições e as alternâncias do projeto intelectual da corrente francesa (Cf. AGUIRRE ROJAS, 2004, p. 45).

Os fatores até aqui elencados contribuíram para - e enredaram em maior ou menor grau - a aproximação dos *Annales* com a Geografia e, mais estritamente, a incorporação e reelaboração dos conceitos de espaço geográfico na História. No entanto, essa correlação não supõe como predicados interiores a isenta linearidade e a assimilação passiva. Ante todo, comporta interditos. A capacidade dos *Annales* de manejo e comunhão entre leitura de conjuntura, de convergências disciplinares, de renovação ou incremento de postulados teórico-metodológicos, sem perder de vista a fidelidade a certa herança, ou tradição intelectual, sem, contudo, apegar-se de maneira ingênua a ela, refletiu no estabelecimento de uma característica até hoje distintiva da corrente no meio historiográfico: a do estabelecimento de um movimento dual de “tradição-ruptura”. Essa noção, antevista por uma gama de especialistas como o itinerário percorrido pela corrente historiográfica, foi reelaborada e conceitualmente condensada pelo filósofo da História, Cardoso Junior.

Para o autor, a falta de um paradigma próprio que caracterizasse e diferenciasse a corrente historiográfica francesa em suas mais diversas etapas criava uma lacuna, a qual foi suplantada pelos *Annales* por meio de um movimento dubio e, à primeira vista, paradoxal. Tal movimento preservava como “tradição” a abertura às contribuições advindas de outras áreas e disciplinas, mas promovia a “ruptura” com algumas práticas de convergência outrora praticada pelos antecessores (CARDOSO JUNIOR, 2001, p. 177-192). Aguirre Rojas (2004, p. 32) também observou essa mobilização e a descreveu como manifestação do “contínuo e descontínuo” no interior da corrente historiográfica. Impulso que coagulou de maneira diversificada – e, portanto, não uniforme a cada período – o esforço dos *Annales* em promover o resgate das origens da corrente, imprimindo assinaturas e identidades geracionais próprias (Cf. AGUIRRE ROJAS, 2004, p. 32).

As contribuições da Geografia à História no interior da corrente historiográfica francesa não deixaram de percorrer as baldeações inevitáveis ao itinerário, aos impulsos até aqui apresentados. A diferenciação entre a Geografia Histórica (ou melhor, de uma História de aguda base geográfica) levada a cabo porque preconizada pelos pais fundadores da revista e a Geohistória de Fernand Braudel denunciavam esse estado de coisas. Mormente, a genética do movimento de tradição-ruptura. Ambos os projetos continham iniciativas de convergências, de revitalização da História, concedendo-lhe um caráter mais científico, de readequação da disciplina e de atualização de seus artífices aos desafios impostos pelas conjunturas, e de promoção e superação da organização epistêmica do campo disciplinar. Tais iniciativas

apresentaram constructos ímpares, distintivos entre si, que jamais devem ser – como invariável e inadvertidamente ocorre – confundidos. Porque não são, de fato, a mesma coisa. Mantém-se como sustentação o ensejo – ou a tradição – de aproximação entre os dois campos disciplinares. Todavia, a forma e aparente similaridade da estrutura jamais predizem a similitude do conteúdo, que é outro, demarcando assim a ruptura. Gritante emblema distintivo que se interpõe desde a prenúncia nominal.

A Geografia Histórica – ou a História de base geográfica – empreendida pela primeira geração da corrente dos *Annales* (1929-1941) conformou-se como enunciação de certa continuidade do trabalho iniciado por La Blache, de quem Bloch e Febvre inegavelmente devedores. Realiza-se como ramo do conhecimento histórico-geográfico dedicado, entre outros e em linhas gerais, aos estudos da geografia do passado, à compreensão das mudanças imprimidas nos territórios ao largo do tempo. Para esses primeiros *Annales*, a História de base geográfica que defendiam e promoviam realizou-se através da tentativa de anexação da Geografia à História. Ou seja, a recuperação dos aportes, das ferramentas, dos conceitos, dos estudos e dos resultados da Geografia desde e para a História. Por sua vez, a Geohistória braudeliana deve ser metaforicamente compreendida como um colossal *iceberg* à deriva no intempestivo e caudaloso mar do século XX. Acima da superfície desponta imponente o cume que à distância anuncia aos navegantes o legado da Geografia Histórica, mas sob o véu d'água dorme silencioso o monstruoso maciço gélido da engenhosidade de Braudel. Ruptura cujas bases foram edificadas sobre a tradição.

Em sentido *lato*, a Geohistória deve ser compreendida como materialização maior – ou, aprofundamento – dessa convergência entre Geografia e História. Ainda que, na atualidade, à revelia do que ocorre naquela área, seja concebida e engessada na História como uma subárea de estudo.⁸¹ Na Geohistória, espaço e tempo são resgatados como imperativos ao constructo do conhecimento social (Cf. ORELLA UNZUÉ, 2010, p. 241). Todavia, até que ponto essa definição ampla de Geohistória não a empurra – e a faz confundir – com a própria Geografia Histórica? Ou, até mesmo, com a História de base geográfica – título comumente preferido pelos historiadores a fim de afastá-la da insígnia geográfica – levada a cabo pelos fundadores dos *Annales*?

⁸¹ Recordar-se novamente o imperativo segundo o qual a Geohistória braudeliana não deve ser tomada como uma subárea da História, mas como parcela considerável da própria concepção de História de Braudel. O trecho faz referência à Geohistória na contemporaneidade, entendida, sim, como uma subárea dos estudos em História. Indefectível a referência a uma, sem menção a outra e vice-versa.

Ocorre que, apesar de a Geohistória apresentar-se “implicitamente” como uma “Geografia histórica”, conforme considerou Bernardo García Martínez (1998, p. 128), trata-se de um equívoco grosseiro tomá-la como uma Geografia de base histórica, quiçá melhorada. Primeiro, porque nasceu entremeada por outra atmosfera de convergência, fundamentada, sobretudo, a partir do candente embate braudeliano com a Antropologia Estrutural encampada por Claude Lévi-Strauss (Ver DOSSE, 1992) e não mais contra a Sociologia Estrutural de Émile Durkheim, como o fizeram Bloch e Febvre (Cf. REIS, 2000, p. 71; CARDOSO JUNIOR, 2001, p. 181). Segundo, e mais importante, porque também em contraposição aos primeiros *Annales* e à Geografia Histórica por eles praticada, bem como no contrafluxo de suas principais matrizes ontológicas, a Geografia e a História, a Geohistória braudeliana introduz inovador enfoque que congrega a busca pelo equilíbrio na compreensão da totalidade polifenomênica na inter-relação tempo e espaço. Ou seja, furta-se ao recorte geoespacial do local e do regional deslocados e inócuos à macroespacialidade e desapega-se do enfoque nas temporalidades factuais e conjunturais isoladamente; busca uma empresa mais ambiciosa. É, portanto, até hoje tida como impraticável porque ininteligível para alguns geógrafos e historiadores.

Logo, em sentido *stricto*, a Geohistória almejada pelos geohistoriadores contemporâneos – e, quiçá, cobiçada por Braudel – atua tanto em direção ao mapeamento e análise de intrincadas redes de fenômenos histórico-espaciais como de seus desdobramentos sociais e espaço-temporais. Isso quer dizer que, ao elencar como objetos de estudo os polifenômenos de base geohistórica, a Geohistória distingue-se por não vasculhar no passado a simples chave geográfica do determinismo do presente (Cf. ORELLA UNZUÉ, 2010, p. 240). Mas de colocar à ribalta da estrutura de análise que o conjunto de escolhas sociais realizadas no passado, somadas à correlação de forças com os fatores de base geográfica naturais (clima, relevo, bioma etc.), que podem ou não e em maior ou menor grau delimitar ou determinar tais escolhas, atuaram na conformação do presente dado tal e como ele é (Cf. ORELLA UNZUÉ, 2010, p. 240), permitindo a visualização e a tomada de decisões sociopolíticas com vista à construção do futuro.⁸² Característica que permite à Geohistória contemporânea transitar com

⁸² O declarado caráter de engajamento reivindicado pela Geohistória pós-braudeliana pode *a priori* se fazer confundir com o mister de outra disciplina de base geográfico-histórica, a Geopolítica. No entanto, Orella Unzué (2010, p. 249-251) esboça as sensíveis distinções entre esses campos do conhecimento, ressaltando que, ademais de raízes teóricas e objetos distintos, a Geopolítica é um ramo da Ciência Política, que interpreta as condições objetivas geográficas e históricas a fim de “justificar” ações no presente ou antever o futuro, balizando e guiando a tomada de decisões dos grupos no poder. Portanto, à diferença da Geohistória, o autor interpreta a Geopolítica como uma área essencialmente a serviço da política institucionalizada dos Estados-nação, enquanto a Geohistória é uma disciplina a serviço das sociedades, da coletividade, em sua estreita relação com o campo do Político. Deve-se recordar ainda que o entendimento da Geohistória como um campo disciplinar engajado, capaz de direcionar as ações e moldar as relações do homem ordinário com o espaço, foi engendrado nos anos oitenta

desenvoltura entre os *loci* temporais: o passado dado, o presente em constructo e o futuro como possibilidade.

Incorrigível, no entanto, é que tanto a Geografia Histórica praticada pelos primeiros *Annales* quanto a Geohistória braudeliana são herdeiras de uma base geográfica comum e, consequentemente, de concepções e repertório conceituais sobre que é espaço de raiz comum. Pois foi a partir de Estrasburgo, no coração da Alsácia-Lorena e berço de fundação dos *Annales*, que, em vista da fundação da revista naquele ano de 1929, acentuaram-se as trocas entre História e Geografia. Originalmente chamada de *Annales d'histoire Économique et Sociale*, a revista não somente teve por modelos os *Annales de Géographie*, de Vidal de la Blache, bem como contou com a participação no comitê editorial, entre outros, do geógrafo Albert Demangeon, passando a veicular em seus números e nas publicações de seus autores a defesa da teoria vidaliana contra a escola geográfica alemã de Ratzel (Cf. BURKE, 1997a, p. 33; DOSSE, 2004, p. 352), recrudescendo o movimento, antes operado pelos próprios Marc Bloch e Lucien Febvre, de interesse pela Geografia Histórica. E, logo, pelo possibilismo de La Blache.

No caso de Febvre, interesse esse que despontou ainda no período em que cursou a Escola Normal Superior, realizando seminário ministrado pelo geógrafo (BURKE, 1997a, p. 23-24), e manifestado, entre outros, pelas publicações *La terre et l'évolution humaine* (1922) e *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle: la religion de Rabelais* (1942). Nessas obras, a Geografia vidaliana e a História se entrelaçam graças à percepção do autor no tocante às dinâmicas dos fenômenos que costuram as relações e as percepções dos homens no tempo com o espaço. Na primeira, pensando a tecitura meio e sociedade (BARROS, 2017, p. 133) e, na última, refletindo sobre as concepções seiscentistas de tempo e espaço, que, ademais de imprecisas, deveras distintas daquelas conferidas pelas sociedades industriais (BURKE, 1997a, p. 41).⁸³ Demonstra-se nesses trabalhos a validade por intermédio da crítica histórica de um dos pilares fundamentais do possibilismo: o de que as sociedades apresentam diferentes respostas em distintas épocas aos seus respectivos modos de ver e de se relacionarem com o meio.

Por seu turno, e à revelia do caminho percorrido pelo parceiro cujo contato com a Geografia lablachiana transcorreu pela via francesa, a aproximação de Marc Bloch com a obra do geógrafo patricio se conformou durante estância que realizou na Alemanha entre 1908 e 1909 (Cf. REIS, 2000, p. 87). O aguçamento do historiador pela Geografia de La Blache se

a partir de uma perspectiva curricular-pedagógica pelo geógrafo venezuelano, Ramón Adolfo Tovar López (1986).

⁸³ Exercício em certa medida análogo ao posteriormente realizado por E. P. Thompson em *Customs in Common: studies in traditional popular culture* (1980).

consumou ao largo de sua brilhante, porém curta carreira, brutalmente interrompida pela *Gestapo* em 1944. Em especial, através de dois estudos: *L'Ille de France* (1913) e *Les caracteres originaux de l'histoire rurale française* (1931). Aquele, uma investigação em história regional em que coloca em pauta a plasticidade de um conceito caro à obra de La Blache, o de região (BURKE, 1997a, p. 26). O outro, direcionado ao estudo sociocultural “das marcas humanas no campo” (BARROS, 2017, p. 134), de como os grupos humanos interferem no meio natural, imprimindo características e sentidos culturais próprios. E não raras vezes, únicos.

Compreensível porque factível nas sendas da historiografia contemporânea referir-se à *Nouvelle Histoire* produzida pelos *Annales* como tributária, entre outros mananciais, do legado teórico e conceitual de Vidal de La Blache (Cf. BARROS, 2017, p. 129; REIS, 2000, p. 62). Mas, o que de fato, no programa do possibilismo, tanto atraiu os primeiros historiadores da corrente francesa? Para além do reconhecimento – e da inquestionável plasticidade – do espaço como uma espécie de moldura do social, uma entidade físico-natural dos possíveis, a Geografia Humana fermentada por La Blache arejou a História não só com a simples ampliação de repertório conceitual com a introdução dos conceitos de meio e região. Mas, ele especialmente, mobilizou a percepção dos historiadores annalistas para a iminência de outra concepção irmanada de tempo: a do tempo-geográfico, observável e tangível no meio através da somatória das ações da história e da própria natureza (Cf. BARROS, 2017, p. 130). O tempo-geográfico dos possibilistas transmutou-se no âmago da produção dos *Annales*, numa nova e mais completa, portanto, factível percepção da temporalidade: “o tempo histórico dos historiadores encontra o espaço [...], perde seu ritmo vertiginoso e efervescente, para ganhar espessura, densidade, profundidade, lentidão.” (REIS, 2000, p. 61).

O caminho até alcançar essa significativa robustez de perspectiva temporoespacial certamente percorreu dentro da corrente variados e intrincados itinerários. Em seu póstumo *Apologie pour l'histoire* (1949), por exemplo, Bloch colocou em xeque a ideia de que a História é a ciência do passado – do tempo passado, referia-se –, atribuindo-lhe o estatuto de ciência “dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55). O historiador postulava, assim, significativa mudança paradigmática que possibilitou a reorganização da disciplina em torno de um estatuto diacrônico, abrindo caminhos para o enraizamento no interior da disciplina da noção de que “a História é o estudo do Homem no Tempo e no Espaço” (BARROS, 2017, p. 15), rompendo o maciço que, imperceptível, cindia a História da Geografia. A ideia de diacronia favoreceu a percepção de que as ações humanas não ocorrem somente em tempos distintos, mas em espaços

mutáveis. E de que, ambos, tempo e espaço, são constructos sociais (Cf. BARROS, 2017, p. 15-16).

O alargamento da importância do espaço nas produções historiográficas e a instauração desse estatuto diacrônico sinalizou um movimento bem mais amplo e profundo operado por Bloch. Segundo Dosse (1992, p. 82), ao se apropriar do território do geográfico em obra anterior, *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* (1931), o pai mais combativo dos *Annales*, ademais de equalizar o encontro magistral entre História e a Geografia, inaugurou na economia do discurso da corrente historiográfica francesa a perceptibilidade sobre a “lentidão da duração”. Ela se estabelecendo como pilar de fundamentação – ou, proto ideia – da dialética das durações de Braudel, pois a “longa duração” é sobremaneira perceptível no ritmo lento do universo do natural, no meio físico.⁸⁴

Outro avanço galgado a partir dessa convergência no interior dos *Annales* diz respeito à fundamentação da História-problema.⁸⁵ A fim de combater o que conclamava de determinismo geográfico ratzeliano e justificar a inclinação pela escola lablachiana, Febvre costumava declarar que “um rio pode ser tratado por uma sociedade como uma barreira, mas por outra, como um meio de transporte” (apud BURKE, 1997a, p. 26). O que, em última instância, sugere categoricamente que, para Febvre, “não é o ambiente físico que determina a opção coletiva, mas o homem, sua maneira de viver, seu comportamento.” (BURKE, 1997a, p. 26). Logo, para além de interpor as relações entre historicidade e geograficidade a partir do jogo de mútuas sensibilidades solidárias, eleva-se em Febvre a defesa de que o que é inegável tanto no método da Geografia quanto da História é menos o objeto em si, sacralizado no dinamismo temporoespacial, e mais a relevância da questão-problema colocada pelo historiador ou geógrafo. “Da mesma forma que preconiza a história-problema, defende uma geografia-problema” (DOSSE, 1992, p. 80). No caso da História, uma história sem problema não passava para Febvre (1997, p. 236) de uma compilação de feitos, de narração. Problematização dorsal igualmente evocada pelo historiador em *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle: la religion de Rabelais*, ao denunciar os anacronismos e os anageografismos. Pois, à época-lugar de

⁸⁴ A ideia de “lentidão da duração” refletiu na esquematização por Braudel da concepção de temporalidades múltiplas expressa pela tríade: larga duração, média duração, curta duração, condizentes, respectivamente: ao tempo dos “processos e estruturas” de abrangência e durabilidade, que “percorrem curvas superiores a um século”, ao tempo das conjunturas, tipificadoras dos fenômenos de ordem e durabilidade geracionais ou até seculares e, por fim, ao tempo do *évènementielle*, do factual, dos acontecimentos imediatos, da medida dos indivíduos e de suas experiências ordinárias (AGUIRRE ROJAS, 2003, p. 21-25).

⁸⁵ Em linhas gerais, a História Problema corresponde à questão-problema dorsal levantada pelo historiador diante as fontes. Na concepção dos *Annales*, a História somente pode arrogar-se científica estabelecendo uma postura crítica ante aos documentos que toma como fonte. Sem isso, despojada de criticidade e de diálogo com o tempo contemporâneo em que é produzida, a História não passa de um amontoado de fatos, de simples narrativa (Cf. FEBVRE, 1997).

Rabelais não reinava a ditadura do tempo mensurado, nem um ateísmo possível. Tampouco havia um *Hotel Belavista*, ou um *Campo Belo*, referências nominais da urbanidade somente surgidas com o romantismo. O universo – e, quiçá, a universalidade – de Rabelais era enfim – e tão somente – o mundo e o lugar de seus contemporâneos; e não outro: a França do XVI.

Ambos os sustentáculos, a História-problema e a percepção sobre as durações (ou, concepção dos tempos múltiplos), uma vez incorporadas pelo gênio Braudel, constituíram as principais bases teóricas da Geohistória, a ponto de Dosse (1992, p. 79) conclamar que, de fato, “Essa geo-história nasceu do reencontro entre a proposta de Vidal de La Blache e a dos *Annales*.”. E que, não obstante, o “acúmulo de todos esses impulsos” permitiu, para além da ruptura com o modelo historiográfico então vigente, o positivista, sua substituição por outro, o dos *Annales*, verdadeiramente revolucionário para o período, cujo “núcleo metodológico e epistemológico é constituído por um conjunto de paradigmas essenciais que dão estatuto e suporte [...]” à proposta da corrente historiográfica francesa (AGUIRRE ROJAS, 2004, p. 68-71). Entre elas, o método comparativo, a história global e a história em construção (Cf. AGUIRRE ROJAS, 2004, p. 72-74; p. 77-78).⁸⁶

Dois interditos de natureza concepcional de espaço concorrem decorrentes dessa herança geográfica das escolas nacionais e em torno dos quais a Geografia Histórica e, em menor grau, a Geohistória braudeliana digladiam-se porque a eles afeçoadamente apegados: o de naturalização e o de fragmentação do espacial. Sendo aquele muitas vezes silenciado, quando não subestimado no campo da História, e este, mais notório, porque discutido. Tal como anteriormente aventado, essas concepções de espaço – ou, de espacialidades – disseminadas a partir das escolas geográficas nacionais, são herdeiras de uma origem biológica, emanada ao largo do século XIX dos estudos das Ciências Naturais, que transluz na produção desses historiadores: “Fernand Braudel faz grande uso das metáforas organicistas [...] herança vidaliana de uma geografia cujas noções são constituídas a partir de conceitos da biologia.”, organicismo esse que “está presente na obra e não somente no plano metafórico [...]” – atentou Dosse (1992, p. 138).

⁸⁶ Uma explicação mais vigorosa desses tópicos programáticos pode ser encontrada em Aguirre Rojas (2004). Vale aqui apenas a síntese, que, como tal, à mercê das simplificações. E dos riscos daí decorrentes. O método comparativo, proposta anteriormente também apresentada por Bloch e Febvre, diz respeito ao inventário das similitudes e diferenças entre determinados fenômenos históricos colocados em perspectiva diacrônica ou anacrônica e que se encontram espacialmente próximos ou equidistantes. Trata-se da base fundamental da chamada História Comparada. Por sua vez, a história em construção remete à ideia blochiana de que toda história é, a fim e a cabo, história contemporânea, à medida que os problemas ou questões levantadas pelos historiadores são passíveis de constantes atualizações e (re)leituras, conforme época e lugar. Por fim, e de certo mais relevante, a proposta aqui apresentada, encontra-se a História Global, da qual se tratará adiante quando do aprofundamento na Geohistória braudeliana.

Como naturalização se apreende certa tendência de determinação do mundo natural sobre o social. Emboscada labiríntica da qual o possibilismo de La Blache tentou, com algum sucesso, mas não sem traumatismos, safar-se. O homem de *début de siècle* vidaliano é, em última instância, mais que agente transformador, um prisioneiro do mundo natural. E daí, ainda inconcebível como o principal agente algoz. Seu leque de escolhas, de possibilidades, também esbarra nas intransigências, nos limítrofes e nas intempéries impostas por ordem e força da natureza. Regozija-se na obra vidaliana um homem demasiado agrário, afeiçoado e arraigado às tessituras das tradições seculares propaladas desde os campos, das planícies, das montanhas, rigidamente aprisionado às variabilidades climáticas, às regularidades sazonais, às relações com o solo e com os recursos hídricos e naturais do entorno. A concepção espacial lablachiana é o que é em origem – e por que não, em última instância – rebento desse entendimento que sublima a primazia das esferas do biológico e do físico. Nada além disso.

Por vezes, esse estado de naturalização passa despercebido nas obras dos primeiros *Annales* porque diluído em objetos e recortes temporais que conclamam essa ênfase, ou seja, anteriores ao marco das transformações temporoespaciais impostas a partir da Revolução Industrial. Decorrente disso e do fato de que, à diferença dos antecessores, Braudel reconhecia certa dose de dívida a Ratzel: o equívoco em considerar que os pais fundadores – Bloch e Febvre – escaparam ilesos a certa dose de determinismo. O que ocorre é que, como bem recordou Cardoso Junior (2011, p. 14), “Braudel não nega, como o fez Febvre, que as condições espaciais podem, de fato, determinar o estilo de vida das populações [...]”. Daí a confusão.

A fragmentação, por seu turno, realiza-se a partir – mas não somente – da adoção nas obras desses autores de conceitos que estilham o espaço. Ou seja, de concepções que, a fim e a cabo, privilegiam as escalas maiores e a subdivisão do *corpus* espacial.⁸⁷ Sejam ordenadas por critérios administrativos, econômicos, culturais, naturais ou temáticos. Reconhece-se, entre os colegas de área, as fortalezas e as utilidades decorrentes dos usos desses conceitos, que permitem o estabelecimento de recortes temporoespaciais mais precisos e, portanto, maior controle na manipulação e tratamento do objeto espacial em estudo. Afinal, uma coisa é conceber a história do *Languedoc*. Outra, bem distinta, é escrever a do grande Mediterrâneo. Um desses conceitos é o de região. Conceito amplamente utilizado e difundido pelos *Annales* e ainda de uso bastante corrente entre os historiadores contemporâneos.

⁸⁷ Em Geografia, a ideia de escala diz respeito à lente de observação do geógrafo. No caso da cartografia, quanto maior a escala melhor observável o micro; do contrário, quanto menor a escala, melhor observável o macro. Barros (2017) dedica um subcapítulo especialmente ao assunto, observando que, ademais de um simples “jogo de lentes”, a concepção carrega entendimentos outros. E que, ao longo do tempo, tornou-se conceito fundamental tanto para geógrafos quanto para historiadores. Nesse último caso, vide o exemplo da micro-história.

Em pé de igualdade se reconhece os limites operacionais desse do conceito de região. Ao colocá-los em pauta, Barros (2017, p. 35) enumera-os na ordem que segue: a) de totalidade, b) de âmbito de estudos, c) de operacionalização e, por fim, d) de perspectiva teórico-metodológica (de definição). O conceito de região interpõe assim uma série notável de brechas. Pode-se supor a partir dele como totalidade o que é apenas “pedaço do mundo, do país, ou de algum outro tipo de espaço.” (BARROS, 2017, p. 35). Define-se como tal a partir de uma lente orientada pelo crivo disciplinar: região econômica, região política, região administrativa, região cultural etc. (Cf. BARROS, 2017, p. 35). Coloca-se à mercê das inclinações operacionais de certas finalidades: se dos interesses dos Estados, da especulação imobiliária, da leitura antropológica, do planejamento econômico, entre outros. Corroborando, a fim e a cabo, que “a região [...] nem sempre é aquilo do que se parte, mas também aquilo ao qual se chega” (BARROS, 2017, p. 43). Ou, ao qual se pretende chegar. O que enuncia um problema de pano de fundo teórico.

Sem embargo, ainda que imbricados, dos itens enumerados pelo autor, o mais problemático aos historiadores é o de totalidade. Ao fragmentar o espaço geográfico, incorre-se o iminente risco de perder de vista o todo, a tessitura de sua complexidade e as mônadas de sua rede constitutiva. Pretendendo-se geógrafo, o historiador se posta imbuído literalmente do cumprimento de um trabalho de campo. Mas qual campo? O campo analítico que o debruçar-se sobre documentos suscita? Como bem infletiu Cardoso Junior (2011, p. 9): ao contemplar o regional, “o historiador se torna *andarilho* ou *pedestre*; ele não vê mais a história de cima; ele procura caminhar no solo como se percorresse por dentro o próprio objeto de trabalho.”. Se a procura neurótica pela totalidade antes o fazia um *historiador em sobrevoo* (Cf. CARDOSO JUNIOR, 2011, p. 9), o que ele se tornou então? Neste caso, um historiador supostamente com os pés no chão, porque escarafunchado numa utópica sensação de controle? *Aqui nossos passos de meros mortais alcançam!* – justifica-se. Doce miragem! Porque as solas impassivelmente assentadas em solo tão ou mais etéreo.

Essas tendências de naturalização e fragmentação do espacial cobraram seu preço à medida que, na segunda metade do século XX, a Geografia avançou corajosamente em direção à busca por uma definição mais robusta de espaço geográfico. François Dosse (1992, p. 139) rememora episódio, o mais notório de certo, o qual chamou de “descompasso de duas gerações epistemológicas”. Em outubro de 1985, cerca de um mês antes do falecimento de Braudel, realizou-se em *Châteauvallon* o colóquio *Uma lição de História* em homenagem ao prestigiado

historiador (Cf. DOSSE, 1992; VERDIER, 2010).⁸⁸ Na ocasião, ademais de Braudel, encontrava-se, entre outros ilustres presentes, o geógrafo Claude Étienne Juillard. Este, representante de uma Geografia Humana que, então, avançara consideravelmente nas últimas décadas e que tomava o homem como agente capaz de transformar e conceber espaços à medida que introduziu e dominou novas tecnologias (Cf. DOSSE, 1992, p. 139). E com quem Braudel travou acalorado debate.

De fato, desse encontro entre Braudel e Juillard, evidenciou-se, ademais do embate de duas gerações epistemológicas, uma “*incomprensión recíproca*” (VERDIER, 2010). Em palavras do próprio Dosse (1992, p. 139), Braudel era o mais eminente herdeiro de uma geração historiográfica que “ignorou a evolução da própria disciplina geográfica que mais o desencaminhou do que o enfeitiçou”, enquanto Juillard representava uma cepa de geógrafos ávida por reescrever a história da própria disciplina. Encontro que enalteceu o corte que, décadas antes, embalou o silencioso – porém, não menos estrondoso – “divórcio” (VERDIER, 2010) entre as duas disciplinas na França. E, mormente, entre concepções historicamente equidistantes, portanto bem distintas, de espaço e de Geografia. Como bem avaliou o geógrafo Charles-Pierre Péguy:

Peut-être Braudel sentait-il confusément que son univers historique était noyé dans une plus vaste nébuleuse dont il ne pouvait percevoir les contours. L'un de ses derniers mots, au Colloque de Châteauvallon, fut d'affirmer qu'à la limite «il serait décidé à sacrifier l'histoire pour essayer de sauver les sciences humaines (PÉGUY, 1986, p. 82).⁸⁹

Notável é que, tanto para Dosse (1992) quanto em Verdier (2010), a Geografia preconizada por Braudel não era a de Juillard. Fernand Braudel acusava “os geógrafos de tirar o espaço da história, quando relativizavam os condicionamentos físicos e os situam historicamente”, mas admitia “a ligação com uma geografia antiga e habitualmente determinista”, em que “os condicionamentos naturais desempenham o papel do condicionamento primeiro das diversas civilizações” (DOSSE, 1992, p. 139), enquanto Juillard denunciava a defasagem epistemológica desta tendência de naturalização do espacial entre os historiadores. Invólucro que cristalizou, até os anos oitenta, o modo como os discípulos de Clio concebiam o espaço geográfico:

⁸⁸ As discussões levantadas durante a realização do colóquio foram publicadas em obra homônima e póstuma. Ver BRAUDEL, F. *Une leçon d'histoire de Fernand Braudel*. Paris: Arthaud-Flammarion, 1986.

⁸⁹ “Talvez Braudel sentisse vagamente que seu universo histórico estava submerso em uma nebulosa maior, cujos contornos ele não conseguia perceber. Uma das suas últimas palavras, no Colóquio de Châteauvallon, foi afirmar que, no limite, ‘estaria decidido a sacrificar a história para tentar salvar as ciências humanas’.” [T.L.A.].

Sin embargo, entre los historiadores, las referencias a los geógrafos remiten cada vez más a autores del pasado, como Paul Vidal de la Blache o sus discípulos. En Braudel, es suficiente leer las primeras páginas de La identidad de Francia para ver su buen conocimiento de Vidal de la Blache [...], y su ceguera en lo que atañe a los geógrafos contemporáneos. [...] Entre los geógrafos, la explicación histórica desaparece progresivamente en beneficio del análisis espacial, que sólo se impone realmente en los años 1980. (VERDIER, 2010, p. 210).

Exagero – ou ingenuidade – à parte do geógrafo e dos intérpretes até aqui citados, a coisa não se configurou bem assim. Havia, de fato, entre os historiadores do período, entre os quais o próprio Braudel, certa tendência de ordem conceitual de naturalização do espaço geográfico e a evocação do legado dos cânones das escolas geográficas nacionais. No entanto, a acusação de que Braudel e os historiadores padeciam cegos – ou, no mínimo, alheios, porque míopes – no paraíso é pouco convincente quanto inconsistente. E, a fim de justificá-lo, desnecessário ir longe. Basta recordar que Juillard e Braudel pertencem a um mesmo horizonte intelectual, de sensibilidade francófona, mediterrânea, ainda que circunscritos a círculos geracionais e variantes teóricas distintas. É o mesmo Verdier (2010, p. 209) que sublinha essa conexão de longa data entre os dois intelectuais, remetendo-se à contribuição de Juillard na revista dos *Annales*, principiada nos idos dos anos 1950.

No entanto, salta aos olhos o reconhecimento dessa dependência quase dogmática dos historiadores às matrizes de compreensão do espacial inclinadas à naturalização. Seja no princípio ou no fim, ou no todo. No caso de Braudel, acredita-se que isso ocorreu menos por falta de opção, ou de desconhecimento do trânsito intelectual circundante, do que como excepcional recurso estratégico. Retoma-se mais uma vez a célebre defesa de Braudel (1991, p. 40), agora com a devida justificativa: nesse “mercado comum” de trocas entre as Ciências Sociais “*el deseo de afirmarse contra los otros, se encuentra por fuerza en el origen de curiosidades nuevas: negar al prójimo, es ya conocerlo [...] cada una usurpa lo que es de sus vecinas creyendo permanecer en su casa*”. Naturalizar o espaço no interior da obra historiográfica é sinalizar aos navegantes: aqui adentramos em águas territoriais da Geografia (ou do que se considera domínio da Geografia) enquanto trazemos no porão da embarcação o sortido provimento de delícias da História. Em outras palavras: onde faltam homens, povoamos! Eis a borda, o limite das fronteiras. Concentrava-se então Braudel em *Châteauvallon* em sacrificar a História para salvar as Ciências Humanas, como avaliou Péguy (1986)? É demasiada subestimação. Mais sensato, procurou defender quaisquer fossem os custos a posição conquistada pela disciplina que considerava *mater* das Ciências Humanas. O que corrobora sua avaliação do *métier* geográfico:

Los geógrafos lo saben bien: la geografía es una ciencia inacabada. [...] ¿Cómo todas las ciencias del hombre? Sí, por supuesto, pero todavía más que esas otras ciencias porque es más complicada y mucho más antigua que todas ellas, si se exceptúa la historia. [...] Otros peligros para la geografía humana: su tendencia a explicarlo a través del medio geográfico o biológico, cuando ello forzosamente sólo se explica una parte de las realidades. Esta temible costumbre, además, de hablar siempre del hombre: el hombre y el bosque; el hombre y las islas; el hombre y la montaña, etc. Es de los hombres de lo que hay que hablar (BRAUDEL, 2002, p. 53-60).

Advinda dessa explanação urge o detalhamento. Irrevogável que, pelo menos em *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949), a obra mestra braudeliana parte de uma concepção ratzeliana. Porém, condená-la como total e excepcionalmente naturalista é outro – e, talvez, mais grave – equívoco. Pois, nem sempre o ponto de partida é o de chegada. E quase sempre o ritmo da corrida alterna. Na historiografia reina a defesa dessa compreensão nevrálgica. Autores como Dosse (1992, p. 139-140), Aguirre Rojas (2003, p. 43-44), Cardoso Junior (2011, p. 14-15) e Barros (2017, p. 138) reforçam o caráter de determinismo presente na obra, o marcante papel dos condicionamentos naturais das civilizações mediterrânicas, de uma adaptabilidade tributária ao meio e ao ecossistema. Todavia, também reconhecem os limites desse determinismo, dessa naturalização do espacial. “Muitas vezes o determinismo espacial é utilizado em um sentido e em seu contrário sem justificativa particular.”, apercebe-se Dosse (1992, p. 140). Aguirre Rojas (2003, p. 43-44), ao reconhecer a herança fulgurante de Henri Pirenne no mar-personagem braudeliano, também enxerga no interior do compósito um Mediterrâneo de intercâmbios “que, apoiado nas grandes propriedades territoriais e submetido aos deslocamentos demográficos de sucessivas migrações dos povos revela sua face econômica e social.” Barros (2017, p. 138). Por seu turno, nota uma oscilação entre determinismo e possibilismo, em que a perspectiva mais possibilista preconiza que “os homens instalam-se no meio natural de modo a transformá-lo.” E, não obstante, Cardoso Junior (2011, p. 14), mesmo considerando que os “homens para Braudel são apenas uma interseção do espaço-tempo, um lugar de determinação, enquanto o verdadeiro ator, capaz de realizar mudanças de costumes e atitudes, é o espaço.”, mormente reconhece:

Identificar uma veia determinista nos escritos de Braudel não pressupõe uma visão pejorativa. Ainda neste sentido, as descrições de vidas particulares nas montanhas, planícies, desertos, e outros ambientes geográficos da região do Mediterrâneo mostram uma pluralidade de estilos de vida heterogêneos, evitando chegar a generalizações fáceis. Há um equilíbrio entre uma geografia que determina o estilo de vida e outra que permite diferentes formas de sociedades num mesmo ambiente geográfico (CARDOSO JUNIOR, 2011, p. 14).

Em *O Mediterrâneo*, a aparente atmosfera de unidade geográfica representada pela ideia do espaço-personagem comum líquido, o mar, é paulatinamente destruída quando à Geografia se sobressai a História. Na ânsia por dar conta de um monstruoso objeto geográfico quase inerte, mas historicamente vívido, o Mediterrâneo, e, principalmente, de amparar a sua teoria da longa duração, Braudel busca refúgio e alento teórico para além do possibilismo vidaliano, mergulhando na antropogeografia de Ratzel, os únicos referenciais teóricos, porquanto instrumentos geográficos, que tinha em mãos. Braudel reconhecia as limitações dessa Geografia de matriz biológica, apercebia-se como genial historiador que era da inclinação do pêndulo da História, mas da naturalização se refugiava quando notava que as regularidades do geográfico, do meio físico, no caso, não são as mesmas que as regularidades da História. E àquelas, a fim e a cabo, sobrepoem-se:

He buscado, por eso, dentro del marco de un estudio geográfico, localizaciones, permanencias, inmovilidades, repeticiones, es decir, las regularidades de la historia mediterránea; no todas las estructuras o regularidades monótonas de la vida pasada de los hombres, sino las más importantes entre ellas, las que atañen a la existencia cotidiana. Estas regularidades son el plano de referencia, el elemento privilegiado de nuestro libro, y constituyen sus imágenes más vivas y localizables. (BRAUDEL, 1976, p. 788-789).

Se a Geohistória braudeliana refém, de alguma forma e em dado grau de intensidade, de uma concepção de espacialidade inclinada à naturalização, o equivalente não se corrobora em intensidade análoga em relação à fragmentação. Aliás, nesse ponto, expressa-se em sentido de superação da Geografia Histórica perpetrada pelos pais fundadores dos *Annales*. De ruptura. Utiliza-se, por um critério prático e por uma inevitabilidade paradigmática, de conceitos fragmentários de espaço. O uso de termos como região e paisagem (o *landschaft*) são recorrentes em *O Mediterrâneo*. Porém, a simples aplicação de tais conceitos não reza o *script* de escala, conservando um recorte seguro, porque conservador e mais manejável. O critério é outro e serve a um intuito nobre: o de operacionalizar a instrumentalização de um grandioso objeto sem perder de vista a totalidade. Conceito-chave da obra e na Geohistória.

Quase sempre a crítica à abordagem totalizante oblitera duas considerações: a) a de que totalidade não é sinônimo de totalização, ou, de afeição totalizadora e b) a de que, para alcançar uma análise totalizante, são imprescindíveis antes baldeações e delongas pelas pequenas estações do trajeto. A realização de uma História verdadeiramente crítica pressupõe o exercício de um olhar totalizante, global. Mesmo nos casos de ampliação de escala, como o da micro-história, o isolamento do objeto em relação a outros fenômenos a ele contemporâneos esvazia

e empobrece a análise. Torna-se objeto solto, vagando sem rumo em lugar comum. Nessa dialética micro/macro, “*el microhistoriador deberá volver hacia la dimensión macrohistórica, replanteando y hasta reformulando radicalmente de un modo distinto, a las hipótesis y tesis originalmente sometidas [...]*” a fim de verificar sua validade, adverte Aguirre Rojas (2014, p. 93).

Posto isso, na Geohistória braudeliana, a fragmentação conceitual transluz apenas como dado objetivo, operacional, não caindo nas armadilhas da fetichização teórica do fragmentário. A utilização de conceitos como o de região e de paisagem se encaixa na composição historiográfica como elementos para alcançar um sentido de totalidade. O espaço abraçado pelo mar não se reduz no interior da obra à mera descrição dos múltiplos regionais, cada qual de forma isolada. As regiões do Magreb, da Ibéria, dos Balcãs, do Danúbio, do Adriático etc. são apresentadas e representadas dentro do conjunto e não alheio a ele; logo, a leitura total das regularidades de natureza histórica, evidência de uma das colunas do método braudeliano, ao lado daqueles outros quatro pilares paradigmáticos (a história-problema, as temporalidades múltiplas, o método comparativo e a história em construção): a busca pela edificação de uma História Global (ou, Total).

O intento de realização de uma História Global jamais pode ser confundido com o objetivo-fim de constituição de uma História Universal, ou então, de uma História Geral, conforme também adverte Aguirre Rojas (2004, p. 74). Expressando-se por intencionalidades e métodos dissemelhantes, que carregam pesos desuniformes, a História Global (ou, Total) não se prende ao estatuto da universalidade, tampouco da generalidade. Ela é, acima de tudo, e do todo, uma história que opera na análise e entendimento da totalidade dos fenômenos, do que é imprescindível para identificá-los e compreendê-los no conjunto e como conjunto, na apreensão dos mecanismos próprios e da cadeia dialética de engrenagens fenomenológicas – as regularidades – responsáveis pela composição de uma dada realidade ou paisagem humano-social, num dado lugar, em determinado período histórico ou técnico. Daí sua indissociabilidade do sistema paradigmático, o que, voltando-se ao *O Mediterrâneo*, justifica novamente a prioridade dada por Braudel no segundo tomo ao estudo das civilizações, compreendendo como resultado que o espaço histórico do Mediterrâneo “*mas allá de sus actuales divisiones políticas, está constituído por três comunidades culturales; tres enormes y vivaces civilizaciones, tres maneras fundamentales de pensar, de creer, de comer, de beber, de vivir [...]*” (BRAUDEL, 1989, p. 120-121), que são, ao seu turno, as três totalidades histórico-culturais menores que constituem a grande totalidade geográfica quase imóvel mediterrânica: a

ocidentalidade romano-cristã, a contra-ocidentalidade islâmica e a orientalidade greco-ortodoxa (Cf. BRAUDEL, 1989, p. 121-122).

Uma História Global *à la* Braudel, portanto, esquiva-se da edificação de uma história permeada de generalizações e generalidades. Mais ainda, de uma história que se pretende universalizante. Jamais incorre na tendência última de fragmentação do espacial. Configura-se como uma Geohistória em que o historiador se vê ao mesmo tempo como o observador e como caminhante. Como o andarilho que ora percorre as ruas, as alamedas, as tendas e os territórios e territorialidades do objeto em estudo, adentrando seus recônditos e entranhas, interpelando seus atores históricos e lançando questionamentos às dinâmicas sociais. E, em outros momentos, sobe às torres das igrejas ou aos minaretes das mesquitas, ou, ainda, ao topo do *Gib al Tarik*, a fim de observar os frenéticos passos da tresloucada turba humana. Furtando-se, em oposição a seus mestres vidalianos e annalistas, do monopólio imperativo no bucólico, prevendo uma segunda natureza do espacial que inegavelmente histórica. E, sobretudo, operando com exímia perícia o abrir e o fechar do diafragma da objetiva geohistoriográfica. A Braudel os historiadores devem a fundamentação do espaço geográfico em espaço histórico: um outro espaço. Mas não, a sua conceituação. Um espaço de pertença dos historiadores.

O gênio incompreendido se torna alvo, então, das variabilidades da História. E, portanto, da crítica. Homem na intersecção de dois mundos, no hiato de duas Geografias, de duas concepções (também geográficas) de espaço. Herdeiro de uma tradição de naturalização e fragmentação, de escolas geográficas nacionais a serviço cada qual à sua maneira de seus respectivos Estados-nação.⁹⁰ E, de modo invariável, o historiador francês conceitualmente nelas engessado ainda que, com habilidade sem correlato, operasse os interditos e limites impostos por esse repertório conceitual. Em sentido oposto, diacronicamente, o mais notável precursor operacional no horizonte das – e desde as – Ciências Humanas da ideia de que a temporalidade também contingente no espaço. E, não obstante, de que, como baliza analítica, o espaço - assim como o tempo, seu ontoente – deve ser tomado pela totalidade que o expressa e que por ele é expressada. Conhecimentos esses que internamente a Geografia tardou professar ou, pelo menos, reconhecer. E que, por outros caminhos, mais interiores decerto, atingiram maturação naquele campo com a Geografia Crítica. Deve-se sempre recordar que os geógrafos também devem reconhecer em Braudel algumas de suas inovações extemporâneas. Como bem nos recorda Souza:

⁹⁰ Condição de que Braudel, diga-se de passagem, buscou incessantemente se afastar e que procurou questionar e denunciar em suas obras.

Aqui é conveniente lembrar a contribuição de Braudel sobre o capitalismo – sua concepção de espaço repousa sobre um duplo sistema: aquele das células elementares ao nível nacional, passando pelo cantonal, local e regional e os zoneamentos múltiplos: montanhas, planícies, Norte e Sul, interior e periferia. [...] Há espaços cujo significado só pode ser aprendido numa dada escala de tempo (SOUZA, 1998, p. 22).

No entanto, a naturalização do espaço geográfico é um dado considerável na Geohistória braudeliana. E, mais ainda, na Geografia Histórica de seus antecessores. Quiçá permanente nas modalidades pós-braudelianas de história, que utilizam a espacialidade como uma entidade objetiva. Coexistindo na disciplina História – ao que tudo indica porque muitas vezes imperceptíveis – duas concepções do espacial: a geográfica (física) e a histórica (social). Patogênese no campo. Cabe aos historiadores então a pergunta: naturalização do espaço essa cabível em nossos dias, pese as conquistas nesse domínio da Geografia? Resta aos discípulos de Clío uma avaliação mais demorada. E, inclusive, o questionamento do porquê da insistência entre os historiadores do contemporâneo em beber da fonte de correntes geográficas que, outrora, dialogando com o espaço de seu tempo, em alguma medida instauraram essa tendência de naturalismo do espacial.

Isso vale quanto aos usos indébitos e deslocados da fragmentação. O fetiche da fração do espaço geográfico sem a devida leitura da totalidade em que está inserido é outra – e decorrente – realidade. Por mais que haja um esforço de contextualização, pois contextualizar não equivale a conjecturar. O entendimento do espaço como uma categoria além, como fator social que é por suas *rugosidades*, sinaliza uma saída concreta a alguns dos impasses historiográficos apresentados neste capítulo. Esse entendimento amplia o leque de trabalho do historiador à medida que o espaço tomado como uma totalidade – e não mais como um fragmento isolado – expresso pela dialética *sistemas de objetos* e *sistemas de ações* de Milton Santos, inaugura um prisma infindável de possibilidades, o de análise dos espaços não estritamente naturais ou parcialmente humanos, mas de uma segunda natureza do espaço: dos espaços humanizados: totais, concretos e dialéticos.

De todo modo, faça-se eco à consideração nada quixotesca de Barros. Para o historiador e teórico brasileiro, a constatação emanada desde os *Annales* – especialmente, de Marc Bloch – da “[...] História como o estudo do *homem no tempo* foi, em vista de tudo isso, um passo realmente decisivo para expansão dos domínios do historiográfico” no século XX, mas que nesse primeiro quarto de milênio “é hora de reconhecermos que a definição de História” urge ser alargada, sendo decisivamente a História “o estudo do Homem no *Tempo* e no *Espaço* (assim como tem sido reivindicado por muitos geógrafos o direito de dizer que a Geografia é o

estudo do homem no espaço e no tempo)” (BARROS, 2017, p. 15 – grifos do autor). Reconsideração que não necessariamente abala as consolidadas bases epistemológicas de ambas as disciplinas porque vetores (tempo e espaço) do principal objeto (o estudo dos homens), porque passíveis de grandeza interna e dimensionamentos distintos, destoantes.

3 O ESPAÇO, AS RUGOSIDADES E A GEOHISTÓRIA NA ONTOLOGIA DO ESPAÇO DE MILTON SANTOS

[...] é imenso o que temos a reformular e a reconstruir, sobretudo porque em nosso campo de trabalho se continua a integrar novas teorias aos velhos conceitos de espaço, como se os elementos formadores deste último não houvessem, eles próprios, mudado de significação.

Milton Santos, *Por uma Geografia Nova*

O título deste capítulo parece audacioso. Até o momento apresentou-se a Geografia desenvolvida por Milton Santos baixo o título de Geografia Renovada. Quando não, de Geografia Nova. Ou mesmo, Geografia Crítica ou Radical, para alguns. No entanto, a consideração de que a Geografia Renovada de Milton Santos assentada na Geohistória não é nova – tampouco, nossa. O historiador, geógrafo e filósofo basco, Orella Unzué (2010, p. 248), antes, levantou com aguerrida perspicácia, mas sem detalhamento teórico, essa proposição ao conceber a existência de três grandes “escolas” geohistóricas ocidentais: a europeia, a norte americana e a sul-americana, respectivamente representadas por Braudel, por Immanuel Wallerstein e, finalmente, por Milton Santos.⁹¹ Para o autor, essas três “escolas” geohistóricas compartilhem um mesmo fundamento, “*de que el espacio es una construcción social.*” (ORELLA UNZUÉ, 2010, p. 248).⁹² Ainda que, no caso de Braudel, como outrora repetidamente reiterado, essa Geohistória constituída por uma arraigada concepção de um espaço natural, de base biológico-geográfica, do quase inerte, cabendo à esfera de análise do historiador revelar, sob as escumas, o monstruoso maciço gélido que é o espaço social. O porão de delícias da História. O espaço histórico.

Outros autores destacam essa fundamentação de base geohistórica na epistemologia do espaço de Milton Santos. A geógrafa Catia Antonia da Silva (2009) chama atenção para o fato de que, na obra do autor, a temporalidade é elemento fundamental para a compreensão da concepção de espaço e, mesmo, para a circunscrição da produção miltoniana sobre o espaço a uma certa “História Social do Território” (SILVA, 2009, p. 13). Parte de entendimento análogo

⁹¹ É preciso delinear que, empiricamente, Milton Santos e Immanuel Wallerstein nunca pretenderam ou compreenderam ou nomearam suas respectivas obras como Geohistória. Todavia, do ponto de vista teórico, ao operarem a conjugação epistemológica entre tempo e espaço, bem como ao postularem instrumentais de análise das realidades temporoespaciais, as obras desses pensadores circunscrevem-se sim dentro de uma perspectiva geohistórica. Ou melhor, de uma compreensão pós-braudeliana de Geohistória.

⁹² A fundamentação do espaço como construção social não pode ser considerada em si uma característica de definição da Geohistória. Tampouco se acredita que Orella Unzué associa as duas coisas. Essa questão merece receber melhor detalhamento em futura oportunidade, que não neste trabalho.

o geógrafo Luiz Cruz Lima. Segundo ele, antes da Geografia Renovada de Santos, o espaço geográfico “era dissociado do tempo, afeiçoando o distanciamento da ciência geográfica da História.” (LIMA In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p. 217). E a também geógrafa Alexandrina Luz Conceição (In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p. 227) destaca que, na Geografia de Santos, por meio “do espaço, a história se torna estrutura, estruturada em formas, conteúdos que interferem no curso da história – dialética global da sociedade.”.

Na Geografia Renovada e, por conseguinte, na ontologia do espaço de Milton Santos, esse espaço como “construção social”, enunciado pelo geohistoriador basco e como entidade histórica na apreensão dos geógrafos anteriormente mencionados, revela um compósito ainda mais sofisticado porque complexo. E que deve ser pautado. Pois, mais do que mera instância do constructo social, a concepção de espaço miltoniana coloca o objeto em outros termos: o do espaço não como receptáculo liso ou palco do possibilismo social, mas como o próprio meio de realização e (auto)reconhecimento do social. Um *fator social*. O que enaltece um distanciamento daquela concepção de base geográfica-biológica ao tecer a diferença entre um espaço exclusivamente regido pelo mundo natural – ou seja, uma primeira natureza do espaço –, de um espaço humano, racionalizado, de intencionalidades, uma segunda natureza do espaço, que, a fim e a cabo, imprime seu imperativo condicionante àquela primeva ordem. Um espaço de igualada e cristalizada fundamentação geohistórica, em que, na composição analítica, o geográfico e o histórico, o geografizado e o historicizado, as temporalidades e as espacialidades encontram equilíbrio, fundamentação e inferência instrumental no conceito de *rugosidade*.⁹³

O espaço geográfico imaginado e teorizado por Milton Santos é assim – e, invariavelmente – um espaço geohistórico, concebido no plano teórico-prático ao propósito de aplicação para qual foi pensado porque projetado ao mesmo tempo como objeto, categoria e conceito da Geografia. Desenhado, sobretudo, a fim de preencher uma lacuna de conceituação, e, não obstante, as demandas de um campo de domínio específico, o da Geografia Humana. Outrossim, como uma proposta teórico-metodológica ensejada com a finalidade de repensar as espacialidades a partir dos novos problemas e desafios colocados ao campo disciplinar da Geografia: o da conformidade e dos rearranjos espaciais no horizonte histórico e geográfico do pós-Segunda Guerra e o candente advento tecnológico, científico e informacional. Isso num período marcado pela conformação de espacialidades e lógicas de organização de espacialidades cada vez mais complexas e interdependentes.

⁹³ Neste capítulo, os conceitos e as categorias utilizadas por Milton Santos encontram-se destacadas em itálico com a finalidade de que o leitor possa facilmente identificá-las.

Nessa empreitada, a Geografia Nova de Milton Santos buscou de maneira concomitante fornecer ao campo disciplinar ao qual esteve circunscrita um arsenal teórico-metodológico de investigação dos ecos e impactos dessas reorientações espaciais nos países subdesenvolvidos. Territórios em que as conformações geohistóricas imprimiram configurações espaciais deveras mais complexas e menos homogêneas do que a dos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte. E em que a entrada ou implementação das técnicas importadas encontram territórios abertos e vazios, assim como focos de resistência, consolidando realocações parciais porque incompletas que, por esse motivo, acabaram agravando antigos problemas e condições históricas. Esse outro olhar sobre o espaço e a dinâmica das espacialidades na modernidade e pós-modernidade dos países subdesenvolvidos possibilitou a compreensão das espacialidades desde balizas dialéticas, porque complementares: a da universalidade e unicidade do espaço. Isto é, todo espaço é numa mesma medida um universal e um singular. Nos recortes do tempo ou do próprio espaço, dado que nenhuma espacialidade é clone ou ciborgue de outra, ainda que revelem um sem-número de semelhantes características. A racionalidade formativa imperativa (ou imperialista) que o orienta e organiza na pós-modernidade muitas vezes advém de fontes externas, de além da horizontalidade do lugar. As *rugosidades*, a fim e a cabo, se sobrepõem.

Essa irrefutável fundamentação geohistórica da ontologia do espaço miltoniana descortina sua potência epistemológica à História. Em especial, mas não se restringindo aos historiadores que têm por objetos ou recortes de pesquisa as sociedades do pós-Segunda Guerra, mormente, os pares debruçados sobre os temas e as sociedades contemporâneas da América Latina, da África e da Ásia. Do mundo subdesenvolvido. Isso não cancela ou atenua o reconhecimento de sua potencialidade em outras subáreas, temáticas, temporalidades e recortes de estudos. O medievalista poderá assim encontrar, em seu entendimento e compósito, um aporte teórico significativo para descarolar a organização espacial da urbanidade e do encadeamento de feiras e de redes comerciais da Europa Ocidental. Espera-se, com análogo entusiasmo, que os americanistas empenhados na investigação da expansão das fronteiras das Américas setentrional no século XIX paralelamente possam visualizar potencial serventia. Em síntese: caberá a cada qual e a cada quem dentro de seu particular campo de especialidade a sensibilidade – ou não – de apreender, auscultar, enxergar, crivar, aplicar e operacionalizar os ensinamentos emanados da ontologia do espaço ora apresentada. Ela, tal como toda composição teórico-metodológica, carrega suas respectivas implicações e delimitações. Ademais, quando formuladas desde e dentro de um domínio do conhecimento científico, enunciando importadas interações possíveis, mas também agudos interditos.

As próximas páginas são organizadas, então, a esse objetivo de apresentação da ontologia do espaço de Milton Santos, enfocando essa fundamentação geohistórica que transversalmente estabelece um corte paradigmático que converge à ideia e no conceito de *rugosidades*. Observa-se e se mensura, quando oportuno, as viabilidades de algumas ideias que sustentam os conceitos de espaço e de *rugosidades* do pensamento miltoniano desde um enfoque de aplicabilidade à *démarche* da História. A primeira parte é dedicada então à apresentação e problematização do conceito miltoniano de espaço. A segunda, à ideia e conceito de *rugosidade*, demonstrando como este respalda aquele. E, invariavelmente, concede robusta sustentação geohistórica à Geografia Renovada de Milton Santos. Entremeios, dedica-se especial atenção à diferenciação, dentro da obra e do pensamento geográfico miltonianos, entre espaço e paisagem e como a discussão desse afastamento conceitual é de particular interesse dos historiadores. Complementa-se, ainda, a demonstração dos lugares ocupados pelos conceitos fragmentários de espaço – como o de região e de território; este último cada vez mais de interesse dos historiadores brasileiros – à medida que a concepção de espaço miltoniana realiza-se dentro da totalidade e da dialética.

3.1 O espaço geográfico de Milton Santos: leitura desde a perspectiva da História

A literatura geográfica consultada é categórica – e, de certo, unânime – ao realçar o caráter social imanente da concepção de espaço de Milton Santos (ver CORRÊA, 2000, p. 26-27; CLAVAL In BRANDÃO, 2004, p. 20-23; SPOSITO, 2004, p. 89; SOUZA In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p. 36; ORELLA UNZUÉ, 2010, p. 246-248). Essa busca pela conjunção teórica entre espaço e sociedade, como no capítulo anterior demonstrado, não foi uma iniciativa vanguardista do geógrafo brasileiro. Expressou-se como um todo como uma preocupação do pensamento geográfico radical no apercebimento de que o espaço aparecia apenas como um dado empírico e “um elemento fora da realidade social” (CLAVAL In BRANDÃO, 2004, p. 20-21). E, antes, no possibilismo da Geografia Histórica ou da História de base geográfica dos *Annales*, através da compreensão do espaço como palco de infinitas possibilidades sociais. Contudo, novamente Claval (In BRANDÃO, 2004, p. 22) reconhece que, entre os contemporâneos, Milton Santos se destacou na realização do trabalho “mais largo e abrangente” de assentar a “geografia sobre bases críticas e construtivistas”, o que implica a redefinição desse caráter social do espaço. Portanto, do próprio conceito de espaço e do lugar de importância do espaço no interior da Geografia.

A originalidade da ideia e do conceito de espaço na obra miltoniana foi bem sintetizada pelo próprio Milton Santos (2014 [1985], p. 11-12 – grifo do autor), para quem o espaço é entendido “como um *fator* da evolução social, não apenas como uma condição.”. O que sugere na raiz do esforço de definição um equilíbrio entre instâncias: o *fator social* não está dissociado do *fator espacial*; tampouco, o *fator espacial* isolado do *fator social*. A ideia de espaço como *fator social*, portanto, conduz a um sensível distanciamento da conceituação de espaço miltoniana daquela auferida por Henri Lefebvre. Neste, apresenta-se o espaço como produto e produtor social. Para Santos, o espaço é o próprio *meio* em que se realiza o social. É ao mesmo tempo a realidade concreta, a capacidade organizativa e a realização histórica da sociedade. O espaço como possibilitador da sociedade, possibilitado pela sociedade e como possibilidade de sociedade. Um “subordinado-subordinante” que, como outras instâncias, “embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua evolução.” (SANTOS, 2012 [1978], p. 181).

Ressignificado como *fator social*, o espaço ganha relevo e adquire meritoria relevância na análise em Geografia – e, nas demais Ciências Humanas – tanto quanto outras instâncias da realidade. Isso porque passa a ser considerado ele mesmo e em pé de equidade uma instância como o são as instâncias econômica, política, cultural e ideológica (Cf. SANTOS, 2014 [1985], p. 12). Passa a ser visto pelo pesquisador não apenas como um dado empírico ou parâmetro analítico simplesmente objetivo, um referencial de análise, mas como um referente. Um objeto vívido, pulsante, que “contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida” (SANTOS, 2014 [1985], p. 12). Além disso, destitui-se como uma instância e entidade unilateralmente geográficas – como espaço circunscrito ao geográfico –, consolidando-se também como instância e entidade históricas: possibilitador e possibilitado pela História, “determinante e determinado” pela História (CONCEIÇÃO In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p. 225). Característica híbrida que reclama sua jurisdição na Geohistória e a relevância da dimensão da História na formação do espaço. O espaço geográfico compreensível combinatoriamente a partir de um olhar historicizado:

[...] se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (SANTOS, 2005, p. 22).

O edifício teórico em que assenta o entendimento do espaço geográfico como *fator social* realiza-se no entrelaçamento do meta-conceito *formação socioespacial* e da centralidade

ocupada pela *técnica* na trajetória epistemológica de Milton Santos.⁹⁴ Observa-se, então, o necessário detalhamento desses itens programáticos, ou dessas noções fundadoras. Balizas analíticas que se inter-relacionam e que, por essa razão, são interdependentes e imanentes na composição da teoria espacial e da Geohistória miltonianas. A *formação socioespacial* é notória manifestação do peso da influência do materialismo histórico-dialético na obra e pensamento do geógrafo baiano. E a *técnica*, do débito de sua Geografia à herança legada pela Geografia Histórica de La Blache e Lucien Febvre, em que o fenômeno ocupa lugar de centralidade (Ver SANTOS, 2017 [1996], p. 32). À produção deste autor, Santos reconhece inclusive a descoberta do espaço social, desse espaço histórico,⁹⁵ afirmando que, até então, a Geografia estava inclinada “mais pela forma das coisas do que pela sua formação”, debruçando-se mais sobre as “coisas já cristalizadas” do que sobre o domínio “das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas.” (SANTOS, 2014 [2005], p. 21-22). Dessa maneira, é nítida a inquietação do geógrafo com o tema da formação (História) – ou, processo de formação – do espaço, apresentando-se o estudo da *técnica* como potencial ferramenta teórico-metodológica disponível à Geografia de descortçar a *formação socioespacial*.

O meta-conceito de *formação socioespacial* (a partir de agora, FSE) é derivado da expressão *formação econômica e social*, ou, *formação econômico-social* (idem, FES), ou, simplesmente *formação social*, uma concepção, e não conceito, introduzida pelas obras de Karl Marx e Friedrich Engels.⁹⁶ Bottomore (2012, p. 235) esclarece que a expressão *formação (econômica) social* aparece, tal como escrita, com raridade nos textos do filósofo alemão e do revolucionário prussiano. Trata-se de um presente ausente, interposto que a ideia – e não precisamente o termo em si – se mostra recorrente nos escritos precípuos desses teóricos: *Die deutsche Ideologie* (1845-1846), *Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte* (1851-1852), *Zur Kritik der politischen Ökonomie* (1859) e *Das Kapital* (1867).⁹⁷ Nessas duas últimas obras

⁹⁴ A centralidade da técnica na trajetória epistemológica de Milton Santos é destacada na tese da geógrafa Flávia Christina Andrade Grimm (2011), defendida pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. A autora foi orientanda, no mestrado, de Milton Santos e Maria Adélia de Souza e, no doutorado, de Maria Laura Silveira. Além da técnica, a tese destaca a centralidade dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis.

⁹⁵ Santos (2002b, p. 21) atribui essa descoberta do espaço social referenciando *La Terre et l'Évolution humaine: introduction géographique à l'Histoire*, de Lucien Febvre.

⁹⁶ Representam variações do mesmo termo apresentadas dentro do espectro teórico do marxismo, alterando-se pouco o seu sentido. Há autores, como Maurice Godelier, que privilegiam o uso da expressão formação econômica e social por entender que é mais apropriado à análise das realidades históricas das sociedades (Cf. BOTTOMORE, 2012, p. 235).

⁹⁷ Respectivamente, em português: *A Ideologia Alemã*, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, *Contribuição à Crítica da Economia Política* e *O Capital*. As datas supramencionadas em um ou outro caso indicam a publicação dos manuscritos e não, das primeiras edições, sendo a primeira considerada pela crítica a obra que inaugura a fase madura dos escritos de Karl Marx.

a nomenclatura tal qual emerge de maneira evidente nos prefácios. Em *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859), Marx conclama “as relações de produção burguesas” como “última forma antagônica do processo de produção social” e que “Com essa *formação social* termina, pois, a pré-história da sociedade humana.” (MARX, 2008, p. 48 – grifo nosso). Não obstante, no prefácio da primeira edição alemã de *O Capital* (1867), Marx compreende a “*formação econômica da sociedade*” correlacionando-a a “um processo da história natural.” (MARX, 2021, p. 25). O volume ressalta ainda que o trabalho excedente não é um invento do modo de produção capitalista, porque “em qualquer dada *formação econômica da sociedade*, onde não o valor de troca, mas o valor de uso do produto predomina” o trabalho excedente faz-se presente mesmo que “determinado por um conjunto de necessidades [...]” (MARX, 2021, p. 236-237 – grifo nosso).⁹⁸

A expressão FES alcançou popularidade, incorporando-se mais frequentemente aos escritos marxistas somente no século XX (Cf. BOTTOMORE, 2012, p. 235). No campo do estritamente filosófico-político, revolucionário, a partir da divulgação e das considerações alçadas pelos textos de Vladimir Lênin.⁹⁹ E, na órbita das Ciências Sociais e Sociais Aplicadas, com a teorização proposta por Louis Althusser. O filósofo franco-argelino, partindo das discussões legadas pelo revolucionário russo, foi responsável por visualizar na concepção de *formação social* um instrumento base de uma teoria da prática da dialética materialista (Cf. ALTHUSSER, 1967, p. 138), enxergando-a como um conceito que, mesmo ao lado de outros termos da obra marxiana, compôs a “*formación de una teoría de la historia y de la política fundada*” por Marx (ALTHUSSER, 1967, p. 187). Essa elevação da FES ao estatuto de conceito projetada pela produção teórica althusseriana impactou consideravelmente marxistas de diversas áreas das Humanidades, da História à Ciências Econômicas, nas décadas de 1960 e 1970, a ponto do uso da categoria FES se tornar moda entre os marxistas estruturalistas, que passaram a abraçá-la como “conceito científico”, dissociando-a do termo “sociedade”, que consideravam de caráter ideológico (Cf. BOTTOMORE, 2012, p. 235).

O pensamento de Althusser, mormente, imprimiu considerável contribuição à Geohistória miltoniana. Justamente por consubstanciar no âmago da ontologia do espaço do geógrafo brasileiro o conceito de FES, apropriado e ressignificado por Milton como FSE,

⁹⁸ O cenário pandêmico impossibilitou a consulta a uma melhor edição de *O Capital*, devido ao fechamento das bibliotecas das universidades. Assim se contemplou a aquisição da referida edição completa em três volumes e preço módico no formato *e-book*. Aliás, manifesta-se aqui indignação com os valores exorbitantes cobrados por obras de domínio público na América Latina.

⁹⁹ Entre os quais, *Les qui sont les amis du peuple* (1894), *Le développement du capitalisme en Russie* (1899) e *L'impôt en espèces* (1921).

apresentando-se como dispositivo-chave teórico de sua Geografia Renovada, e, por conseguinte, de sua Geohistória. Influência teórica althusseriana reconhecida por Santos (Ver 2002a, p. 26).¹⁰⁰ E, mais além, por engendrar a reflexão acerca da internalização e síntese das instâncias (política e econômica) pelo conceito de *formação social*, que, na FSE, suprime a referência ao termo econômico em detrimento da nomenclatura *espacial*:

*En Marx, la identidad tácita (fenómeno-esencia-verdad de...) de lo económico y de lo político desaparece en provecho de una concepción nueva de la relación de las instancias determinantes en el complejo estructura-superestructura que constituye la esencia de toda **formación social**. [...] Marx nos da los “dos extremos de la cadena” y nos dice que entre ellos hay que buscar...: de una parte, la determinación en última instancia por el modo de producción (económico); de la otra, la autonomía relativa de las superestructuras y su eficacia específica. Con ello rompe claramente con el principio hegeliano de la explicación a través de la conciencia de sí (ideología), pero también con el tema hegeliano fenómeno-esencia-verdad de... Realmente, nos enfrentamos a una nueva relación entre nuevos términos (ALTHUSSER, 1967, p. 91 – grifos nossos).*

Em outro momento e lugar, Althusser melhor estabelece o quadro:

O conceito de formação social é um conceito científico enquanto faz parte de um sistema teórico de conceitos, completamente estranho ao sistema de noções ideológicas ao qual se refere a noção idealista de “sociedade”. [...] Toda formação social concreta depende de um modo de produção *dominante*. Isso implica imediatamente que, em toda formação social, exista mais de um modo de produção: pelo menos, dois e, por vezes, muito mais. No conjunto desses modos de produção, um deles é dito *dominante* e os outros dominados. Os modos dominados são, seja aqueles que subsistem do passado da antiga formação social, ou *aquela* que, eventualmente, está em vias de nascer no momento presente da formação social. Essa pluralidade de modos de produção em toda formação social, a dominância atual de um modo de produção sobre modos em vias de reabsorção ou de constituição, permitem explicar a complexidade contraditória dos fatos empíricos observáveis em toda a formação social concreta e também as tendências contraditórias que se enfrentam nela, e se traduzem através de sua história (suas transformações reais observáveis, na economia, política e ideologia) (ALTHUSSER, 1999, p. 42-43 – grifos do autor).

No vocabulário marxista – com sutis variações –, a FES sinaliza tanto os tipos de sociedades históricas (por exemplo, sociedade feudal, sociedade capitalista ou burguesa etc.) quanto sociedades específicas política e culturalmente organizadas, como as sociedades francesa, inglesa, chinesa ou brasileira (Cf. BOTTOMORE, 2012, p. 235). O conceito surge na epistemologia miltoniana com a publicação do artigo “Sociedade e espaço: a formação social

¹⁰⁰ Outros teóricos são citados por Santos. Destacam-se: Emilio Sereni, Florestan Fernandes e Héctor Malavé Mata.

como teoria e como método”, de 1977 (Cf. GRIMM, p. 159).¹⁰¹ Tratando-se “de um momento central em seus diálogos com a economia política” (GRIMM, p. 159). Reforça-se ainda que, a partir de então, a categoria embasaria todo o trabalho produzido pelo geógrafo devido ao entendimento de que as relações lugar-mundo intermediadas pelas formações socioespaciais (GRIMM, 2011, p. 162).

A força teórica da FES elevada à “categoria” analítica (SANTOS, 1979, p. 10; 2014 [2005], p. 23) na ontologia do espaço de Santos advém de duas considerações: a) a de que a FES possibilita “o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre como um conhecimento específico, percebido num dado momento de sua evolução.” (SANTOS, 1979, p. 12; 2014 [2005], p. 25)¹⁰² e b) a de que o espaço é expressão da concretude da FES por excelência, já que nenhum outro objeto social – ou instância – “tem tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos [...] casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro [...]” do que o espaço (SANTOS, 1979, p. 18; 2014 [2005], p. 34). Desta última consideração sobressai-se a prerrogativa do espaço como *fator social*. E da anterior, do inerente caráter histórico formativo da espacialidade, um fator histórico social. Em ambas as considerações, no entanto, aquém da categoria FES, o que prevalece é uma compreensão de FSE, em que a categoria internalizada tem o fim de evidenciar a centralidade do espaço, encontrando no conceito, a partir de “uma leitura dialética em movimento [...] as determinações da abrangência da sustentação da especificidade do espaço como objeto da geografia.” (CONCEIÇÃO In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p. 228). Disposição teórica e rearranjo conceitual explicitados pelo geógrafo:

Daí a categoria de Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta. Deveríamos até perguntar se é possível falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço. Trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial mais do que uma simples Formação Econômica e Social (F.E.S.), tal qual foi interpretada até hoje (SANTOS, 1979, p. 10; 2005, p. 22).

¹⁰¹ Publicado originalmente sob o título *Society and Space: social formation as theory and method*, na revista *Antipode*, nº 1, vol. 9, jan./fev. de 1977. O artigo foi posteriormente incorporado em Santos (1979, p. 9-27) e SANTOS (2014 [2005], p. 21-41). Neste capítulo, optou-se pela referência a ambas as obras.

¹⁰² Milton Santos (1985, p. 76-77) reitera que “A formação socioeconômica é o conceito mais adequado ao estudo da sociedade e do espaço [...], por expressar a totalidade espacial em seu movimento, como uma potencialidade e uma realidade.”.

Deve-se atentar para certa tendência já assinalada por Santos (2014 [2005], p. 27) em incorrer no erro de confundir FSE e *modo de produção*. Isso porque, ainda que interdependentes no *corpus* teórico marxista, *modo de produção* e *formação social* não são sinônimos, tampouco dizem do mesmo fenômeno, ainda que diretamente conectados. Novamente, Bottomore (2012, p. 394) esclarece que, como a expressão aparece na obra de Marx destituída de “sentido único e coerente”, conformou-se com uma ou outra variação interpretativa a explicação de *modo de produção* como o modelo dominante de produção que define determinada época da História. Pode-se, assim, falar de um *modo de produção* primitivo, de um *modo de produção feudal* (feudalismo) ou, mesmo, de um *modo produção* capitalista. Para Santos (2014 [2005], p. 32), contudo, aquém de uma interpretação puramente economicista, quando “se fala de modo produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material [econômica], mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico.”. O tecido social nem sempre é unilateralmente condicionado pelo *modo de produção* dominante. Apresenta-se aí a influência do equilíbrio preconizado por Althusser (1999, p. 41-45). Pois, ainda que o *modo de produção* dominante forçosamente determinante do tipo de sociedade, da FSE, estabelecida em cada época, ou período da História, em determinado(s) lugar(es), quase sempre dada FSE foge à totalidade das prerrogativas – ou, das características – canceladas por aquele então atual e dominante *modo de produção*.

Exemplo didático do fenômeno advém do historiador Caio Prado Júnior, cuja obra historiográfica foi identicamente marcada pela internalização teórico-metodológica da FES. No capítulo “Império”, em *Evolução Política do Brasil*, o autor deixa explícito esse impasse entre o *modo de produção* dominante e a FSE ao trazer ao bojo o vulto modernizador brasileiro da segunda metade do XIX. Durante as primeiras décadas do Segundo Reinado (1840-1889), o Brasil aspirou ares de inserção no *modo de produção* capitalista através de breve impulso modernizador, dado pela intensificação das atividades comerciais, das transações bancárias, da incorporação territorial dos primevos empreendimentos materiais modernos, tais como: a construção das primeiras estradas de ferro, a Mauá (1854) e a Pedro II (1858), ambas utilizando tecnologia inglesa, a implementação do telégrafo, em 1852, e a introdução da navegação à vapor no Amazonas (1852) (Cf. PRADO JUNIOR, 2012, p. 88). Contudo, como bem apontou Prado Junior (2012, p. 88-89), esse vulto de modernização contrastava com uma sociedade organizada até a medula em torno da escravidão. Ou seja, ao *modo de produção* escravista e a uma FES escravocrata. Entrave à plena internalização territorial do capitalismo no Brasil e barreira da inserção não periférica do Brasil no mapa do capitalismo industrial. A “velha estrutura colonial” subsistia e necessitava ser “varrida” (PRADO JUNIOR, 2012, p. 89) para dar espaço à nova.

Tratava-se, portanto, apenas e ainda, de uma realização parcial, ou internalização incompleta, do *modo de produção* capitalista. Condição marginal essa, anteriormente consolidada porque dada desde os tempos últimos – agonizantes – da colônia, uma vez que a prevalência da força de trabalho do escravo e de uma sociedade escravocrata eram propulsoras desde então, ainda que indiretamente através das metrópoles, do abastecimento de insumos a preços módicos da nascente indústria europeia. A FSE e o *modo de produção* do Brasil oitocentista, apesar da Independência (1822) e do mencionado lapso de modernização dos anos 1850, consolidaram e até mesmo aprofundaram essa antiga condição de subordinação socioeconômica. O estudo de Dale W. Tomich (2011, p. 83) corrobora que a hegemonia econômica britânica e a reorganização do mapa da divisão internacional do trabalho no século XIX definiram “não apenas a redistribuição espacial e o aumento quantitativo na produção de produtos tropicais, mas também a reestruturação qualitativa das relações sociais e dos processos organizadores do mercado mundial.”. Decorre daí a tese de que o regime escravocrata nas Américas e no Brasil do XIX favorecia uma “segunda escravidão” (TOMICH, 2011, p. 81-97).¹⁰³, impingindo aos cativos uma dupla condição de exploração: como escravos diretos de seus senhores locais e como escravos indiretos dos capitalistas de além-mar, dos países industrializados do hemisfério norte. Uma passagem do livro *Da totalidade ao lugar* explica teoricamente o fenômeno, que se repete em outros tantos exemplos da História:

O modo de produção expressa-se pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho. O novo procura impor-se por toda a parte, porém sem poder realizar isso completamente. O velho é o modo de produção anterior, mais ou menos penetrado pelas formas sociais e pelas *técnicas* que correspondem ao modo de produção novo, mas sempre comandado pelo modo de produção novo. Daí chamar-se a esse modo de produção “atual”, em plena existência, um modo de produção puro: ele não se realiza completamente em parte alguma. Daí, igualmente, a história espacial ser seletiva (SANTOS, 2014 [2005], p. 28-29 – grifo nosso).

Do fragmento apreende-se a centralidade da *técnica* na Geohistória e na ontologia do espaço de Milton Santos, mormente determinada e determinante do *modo de produção*. Segundo Grimm (2011, p. 163), apercebendo-se da importância da FSE como categoria analítica, de sua capacidade instrumental em descortinar e compreender a *totalidade* dos fenômenos socioespaciais, Santos passou a visualizar a *técnica* – antigo tema de estudo – não mais como elemento descritivo dos processos socioespaciais, mas como elemento constitutivo.

¹⁰³ Outra interessante obra que enuncia a tese da “segunda escravidão” é a coletânea de ensaios brasilianistas organizada pelos historiadores Rafael Marquese e Ricardo Salles, intitulada *Escravidão e Capitalismo Histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos* (Civilização Brasileira, 2016).

Isso porque, para o geógrafo, a *técnica* é uma intermediária entre o homem e a natureza (SANTOS, 2012 [1982], p. 16).¹⁰⁴ A *técnica* é ela mesma o *meio* (SANTOS, 2017 [1996], p. 38), o veículo de realização socioespacial, de transformação da natureza dada, do universo do natural. E de renovação da natureza organizada, modificada, ressignificada e intencionalmente orientada pelo homem ao homem; do universo do espaço humano. Daquilo que Claval (In BRANDÃO, 2004, p. 23) definiu como “meio ecológico das sociedades humanas.”. *Técnica* e *meio* são, assim, concepções indissociáveis no interior da epistemologia miltoniana (Cf. SANTOS, [2017] 1996, p. 40), sendo ela mesma, a *técnica*, ou *meio* técnico, de certo modo, o espaço geográfico, porque é ele mesmo um *meio* técnico (SANTOS, 2017 [1996], p. 41). Um espaço geográfico criado e recriado pela *técnica* ao mesmo tempo que criador e possibilitador do *meio* técnico. O espaço é *técnica*! Porque *fator social*.

A *técnica* na epistemologia da Geografia Renovada de Milton Santos deve ser compreendida para além do assimilável conjunto de inovações técnicas. De uma visão tecnocrática, em que hegemônica a delimitação aos instrumentos de trabalho, modernos ou antiquados. “A técnica instrumental sozinha não explica o espaço e nem o justifica” – recordamos Santos (2017 [1996], p. 46). Igualmente, tampouco a concepção de *técnica* por ele delineada, engessada na definição como gênero de vida, predominante na obra e na herança geográfica de La Blache (Cf. SANTOS, 2017 [1996], p. 37-38). A concepção de *técnica* é equacionada na teoria do geógrafo brasileiro pela seguinte equalização: “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 29). O que explica a *técnica* como *fator social*! Daí concebida como espaço pelo geógrafo.

Dessa maneira, quando Milton Santos evoca a *técnica*, ele faz referência a um espectro bem amplo de instrumentais – e não somente de instrumentos – que intermedeiam a relação do homem com a natureza, englobando desde ferramentas das mais rudimentares às inovações tecnológicas de ponta, do conhecimento medicinal xamânico ao conhecimento científico, da capacidade de organização dos camponeses em torno das estações de plantio e de colheita à capacidade organizativa e predatória da agroindústria, das manifestações das religiosidades às manifestações artísticas, da comunicação interpessoal à comunicação via satélite, da política tribal às complexas democracias contemporâneas. Enfim, possíveis exemplos se somam,

¹⁰⁴ O termo *natureza* deve ser entendido tanto em sentido *stricto* quanto *lato*. No primeiro caso prevalece a consabida definição de natureza como correspondente ao universo do natural, do biológico, do geológico, do climático etc. Em sentido *lato*, ele ganha uma pronúncia menos objetiva, porque filosófica. Trata-se de qualquer tipo de natureza derivada da ação humana. Uma segunda natureza do espaço forjada pelo homem.

porque infundáveis. Organizam-se esses instrumentais em dois grandes conjuntos paradigmáticos e interdependentes, que se articulam em sistemas: o dos “objetos técnicos concretos” (Cf. CLAVAL In BRANDÃO, 2004, p. 23) e o das ações técnicas concretas. Disposições que aprofundaremos.

Pertinente antes frisar que, em conformidade com Silveira (2013, p. 23), a “*técnica puede ser vista, entonces, como medio y como fenómeno.*” (SILVEIRA, 2013, p. 23). Assim como – para além de categoria de análise – também é fenômeno a FSE. Como fenômenos que são essas entidades no arranjo arquitetônico teórico da ontologia do espaço de Milton Santos, a *técnica* e a FSE apresentam-se de maneira esquemática como complementares e interdependentes, contíguas, em que: a) a *técnica* (o *meio*) determina e é determinada pela FSE e b) a FSE determina e é determinada pela *técnica*. O espaço é, então, uma estrutura subordinada-subordinante (SANTOS, 2012 [1978], p. 181), possibilitado pela *técnica* e possibilitador da *técnica*, possibilitado pela FSE e possibilitador da FSE. Em resumo: *fator social* porque *meio*. *Técnica* e FSE são espaço. Eis a noção fundamental.

A *técnica* como fenômeno, *meio*, espaço que é, reproduz-se e imprime sua digital na realidade social através de conjuntos sistêmicos de *objetos* e de *ações*, sendo que *ações* e *objetos* interdependentes e sempre em franco condicionamento mútuo. À medida que as espacialidades adquirem *formas* e *conteúdos*, elas se tornam mais complexas e cada vez mais interdependentes (SANTOS, 2017 [1996], p. 64).¹⁰⁵ Por *objeto* compreende-se a manifestação fenomênica material da *técnica*, ou de um conjunto de *técnicas*. Daquilo que é palpável e cuja produtibilidade ou reprodutibilidade sempre intencional ocorre materialmente. Um artefato cerâmico, uma peça de vestuário, um automóvel, uma casa, um castelo, um laboratório e uma fábrica são exemplos de *objetos*, do micro ao macro. Observa-se, no entanto, a distinção que Santos (2017 [1996], p. 64-65) faz entre *objetos* e *coisas*. Enquanto estas são dadas pelo próprio meio ecológico natural, aqueles são dados pelo meio ecológico da natureza social humana, pela ressignificação técnica das *coisas*. Estipulado que:

No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que

¹⁰⁵ As definições de *forma* e *conteúdo* serão mais bem exploradas no capítulo último desta tese. Por enquanto, contenta-se com definições parciais. Por *forma* compreende-se as características visíveis do objeto dadas a partir de um primeiro olhar. O *conteúdo* diz respeito a tudo que o objeto comporta e seu objetivo-fim, que quase sempre não se apresentam visíveis a um primeiro olhar. Note que, nesta nota, objeto não se encontra em itálico porque referente não aos *objetos* da técnica, mas a quaisquer objetos passíveis de estudo, de análise, pelas disciplinas científicas.

completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor (SANTOS, 2017 [1996], p. 65).

Por sua vez, as *ações* correspondem ao movimento do próprio homem. Às *ações* humanas, nem sempre materializadas no e pelo espaço mas nele e por ele registradas. “Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade” – posiciona Santos (2017 [1996], p. 82), enquanto a natureza propriamente dita “não tem ação porque ela é cega, não tem futuro”, não tem projeto (SANTOS, 2017 [1996], p. 82). Não é racional, tampouco intencional, ainda que jamais destituída de um movimento e de uma sabedoria de equilíbrio próprios, inatos. Uma ecologia cuja origem, a centelha e outros tantos fundamentos ainda são incompreensíveis em sua totalidade à ciência. Em todo caso, essas *ações* humanas descritas pelo geógrafo brasileiro não se restringem apenas à esfera dos indivíduos. Seja a circunscrita ao cotidiano do homem ordinário ou às decisões que impactam multidões levadas a cabo pelos chamados grandes personagens da História. Elas se colocam também, e, principalmente, no âmbito coletivo. Porque a fim e a cabo o homem é um *Gattungswesen*¹⁰⁶, um ser genérico cuja atividade vital consciente é sempre voltada ao coletivo da própria espécie, distinguindo-nos dos demais animais (MARX, 1966, p. 66-67).¹⁰⁷ Circunscreve-se seu papel e âmbito de atuação para além da esfera hermética individual, ainda que socialmente sempre ser individuado.

O rol tanto das *ações* individuais quanto das coletivas pode enunciar e mobilizar uma quantidade inesgotável de acontecimentos, de fenômenos acionais e *objetos* temporoespaciais. Assim como encadear tantos outros. O simples desjejum matinal, por exemplo, realizado na esfera do individual ou como celebração coletiva familiar, nunca é um ato isolado e que se encerra em si mesmo. Bilhões de pessoas o praticam diariamente. Os que afortunadamente o realizam, podem fazê-lo em comércios especializados, tal como nas padarias de esquina, comuns no Brasil, ou então, nas tradicionais *taquerias* de rua ou redes de conveniência, como costumeiramente ocorre no México, no Texas e em partes do sudoeste dos Estados Unidos. Aqueles que o fazem em suas residências, antes necessitam adquirir os ingredientes necessários. Mobiliza-se em ambos os casos uma rede gigantesca – e hoje em dia não delimitada ao local ou regional – de outras *ações* e *objetos* culturais e econômicos na aquisição de gêneros

¹⁰⁶ O termo *Gattungswesen* (*species-being*, Ingl.; “ser genérico”, Port./Esp.) aparece em *Ökonomisch-philosophischen Manuskripte* (*Manuscritos Econômico-Filosóficos*, em Língua Portuguesa), de 1844. E que significa que o próprio do ser humano é universal. Sobre o conceito recomenda-se a leitura de SANTILLI, Paul. *Marx on Species-Being and Social Essence*. In: STUDIES in Soviet Thought, vol. 13, no. 1/2, 1973, p. 76–88. Vale ressaltar que, ao que tudo indica, essa concepção meio idealista e até mesmo hegeliana de “ser genérico” foi posteriormente abandonada por Marx.

¹⁰⁷ Utilizou-se a excelente edição mexicana de *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1966. Organizada e traduzida do alemão por Wenceslao Roces. Decorre disso a divergência do título em relação a outras publicações no mesmo idioma ou em Língua Portuguesa. O que em nada diminui a qualidade da edição.

alimentícios. Tal como de produção desses gêneros. Desde a *ação técnica* em preparar a massa e o pão, ou a massa *nixtamalizada* base da *tortilla de maíz*, até a *ação* também *técnica* de cultivo e colheita de seus respectivos gêneros agrícolas, o trigo e o milho.¹⁰⁸ Nesse intermeio, as *ações* e *objetos* de *marketing*, de logística de transporte, de fisco e de locomoção de indivíduos são engatilhados e desencadeados. Exemplo que evidencia toda uma estrutura de *sistemas*. E uma polifonia dialética de *sistemas de ações* e *sistemas de objetos*.

Objetos e *ações* organizam-se sempre em *sistemas* de forma dialética, em que um interatua e condiciona o outro (Cf. SANTOS, 2017 [1996], p. 63). Isso se deve ao fato de que, como esclarece Santos (2017 [1996], p. 63), os “objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações.”. O mesmo se dá em sentido oposto. A quididade do esquema *sistemas de objetos* e *sistemas de ações* na teoria do espaço de Santos é comparativa ao equilíbrio do modelo infraestrutura e superestrutura de Marx, em que essas categorias igualmente estão sempre em movimento dialético. Atribuindo certo e comedido grau de equivalência, pode-se correlacionar o *sistema de objetos* como a (ou parte da) infraestrutura. E o *sistema de ações* como a (ou pertencente ao âmbito da) superestrutura. Indicativo que carece e merece aprofundamento teórico, impossível neste trabalho. Aliás, o geógrafo atribui essa correlação quando afirma que “Copiando de forma simplória o que está escrito por Marx, teríamos um sistema de objetos sinônimo de um conjunto de forças produtivas e um sistema de ações que nos dariam um conjunto das relações sociais de produção.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 63).

A dinâmica dialético-interativa *sistemas de objetos* e *sistemas de ações* é uma constante na História. E. P. Thompson, em seu sensível *Costumes em Comum*, fornece primoroso exemplo dessa polifonia sistêmica e dialética de *ações* e *objetos* no devir da História Contemporânea. E, certamente, o mais enfático deles, cuja ressonância impactou agudamente a conformação socioespacial do mundo e produz seus ecos até a atualidade: o do estabelecimento do monopólio do tempo técnico mecânico a partir da Revolução Industrial no século XVIII, quando o aprimoramento técnico possibilitou a fabricação de relógios cada vez mais precisos. E quando as *ações* direcionadas pelo capitalismo industrial passaram a ditar à humanidade maior atenção ao tempo de trabalho. Atenção e tempos esses, desde tempos imemoriais, determinados pelo próprio ciclo de trabalho e das tarefas domésticas, balizadas pelo amanhecer e pelo crepúsculo,

¹⁰⁸ A nixtamalização é o processo técnico de maceração e cozimento do milho em cal para que a massa resultante dessa técnica ganhe liga. Essa ação é necessária em virtude de que o milho é um alimento desprovido de glúten. A palavra nixtamal tem origem nahuatl e a técnica foi desenvolvida pelos povos pré-colombianos da Mesoamérica. Quanto aos gêneros agrícolas, uma vez que cultivados por técnicas humanas, deixam de ser coisas e passam a ser apreendidos como objetos.

e embaladas pela irregularidade regular da natureza e, ao mesmo tempo, pela regular irregularidade das *ações* humanas. E que, a partir da industrialização, tornaram-se condicionadas pela imperiosa necessidade de sincronizar as *ações* à produção de *objetos*. O ritmo do corpo, do biológico, submeteu-se ao da institucionalização da regularidade precisa da ditadura do tempo mecânico em todos os âmbitos. Domesticação que se inicia ainda nas escolas:

Em 1772, Powell também via a educação como um treinamento para adquirir o “hábito do trabalho”; quando a criança atingia os seis ou sete anos, devia estar “habituada, para não dizer familiarizada, com o trabalho e a fadiga. [...] Uma vez dentro dos portões da escola, a criança entrava no novo universo do tempo disciplinado (THOMPSON, 1998, p. 292-293).

A Revolução Industrial inaugurou uma nova era da produção *técnica*. Tratando-se de verdadeiro divisor de águas na História e, conseqüentemente, da relação empírica entre tempo e espaço. Outra dinâmica de tempo que deveras newtoniana – como demonstrado por Thompson – foi imposta e conduziu a outras formas de organização e práticas socioespaciais. A outras composições de espaço até então inconcebíveis. A humanidade saltou do imperativo da ferramenta ao superlativo da máquina. Trata-se de um marco, de momento ímpar “de grande aceleração, ponto de partida para transformações consideráveis” na história da produção de técnicas e “na produção da história mundial” (SANTOS, 2017 [1996], p. 172). Horizonte igualmente enunciado por Koselleck (2013, p. 200), que, em *O conceito de História*, evoca Lorenz Stein para reafirmar que, pelo menos em torno da virada do século XVIII para o XIX, o homem alemão já sentia que “a vida estaria acelerando”. E que, portanto, a historiografia não lograria mais acompanhar a História (KOSELLECK, 2013, p. 200). Instauro-se, em consequência, outro patamar de condicionamento mútuo entre *sistemas de objetos* e *sistemas de ações*, em que o espaço é constituído por “objetos cada vez mais artificiais” e “povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 63). Tempo condicionado pelo espaço; espaço condicionado pelo tempo.

O espaço geográfico, para Milton Santos, é esse espaço, *fator social*, matizado pelas técnicas. É “a matéria trabalhada por excelência” porque nenhum “dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos.” (SANTOS, 2012 [1978], p. 172). Como conjunção de técnicas de tempos passados e do presente, é “o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2017 [1996], p. 63). Um “sistema de sistemas, formado por processos do passado e por processos do presente.” (SANTOS, 2012 [1978], p. 153), o que o define como fenômeno e objeto geohistóricos. Um

espaço que é a um só golpe, na Geografia Renovada: instância, categoria, objeto e conceito. Instância, porque tão ou mais relevante quanto outras (a sociedade, a economia, a cultura etc.). Porque por elas contida. E porque a todas contém. Categoria, porque parâmetro analítico. Objeto, dada sua indiscutível importância como fenômeno. E conceito, porque definição que diz de um universal sem abstrair suas particularidades. O espaço é, a fim e a cabo, um conjunto dialético, solidário e indissociável de *sistemas de objetos* e *sistemas de ações* (Cf. SANTOS, 2017 [1996], p. 63; SANTOS, 2014 [2005], p. 159). Eis a definição.

A ontologia do espaço miltoniana comporta outras definições do espacial. Em verdade, subdivisões categórico-conceituais do que concebido como universal e total. Ou *espaço total*. Referem-se a espacialidades fragmentadas que cobrem uma necessidade objetiva de ordem analítica. Quando não, de divisão ou diferenciação práticas. A totalidade fenomênica no plano teórico e metodológico visível, analisável é compreendida somente quando de imprescindíveis compartimentações. A prioritária delas para o momento é a de *paisagem*. As outras serão apresentadas no próximo capítulo. Esse adiantamento faz-se necessário, porque a discrepância de definição entre *espaço* e *paisagem* na episteme da Geografia Renovada de Milton Santos estabelece uma sedimentação da temporalidade do espacial. Ou seja, Milton faz uma distinção entre o espaço dinâmico (o espaço tal qual) e um espaço cristalizado (a *paisagem*), fragmento e instância de abstração à análise do espacial em Geografia.

Em termos genéricos, portanto, *paisagem* é espaço. Mas, é espaço que não mais *espaço total*. Ou, que já deixou de ser. É porção, fragmento da configuração territorial que é visível, do que a vista abarca (SANTOS, 2014 [1988], p. 67-68; 2017 [1996], p. 103). Um “conjunto de objetos que nosso corpo alcança e identifica” e “o nosso horizonte, estejamos onde estivermos.” (SANTOS, 2014 [1988], p. 84). À primeira vista, essas definições não ajudam e até parecem contradizer o antes dito, uma vez que a singularidade própria dos *objetos* – tal qual concebemos – é a materialidade. Todavia, por visível, identificável e alcançável, nesse caso, pressupõem-se os *objetos* e as *ações* já cristalizadas e passíveis de apreensão como fenômenos, dadas as limitações inerentes à abertura de ângulo do campo de visão e dos instrumentos teóricos. Estar onde estiver, portanto, supõe também um distanciamento temporoespacial. Logo, referência metafórica. Abstração. O identificável e alcançável não o é, respectivamente, aos olhos e mãos do humano, como *objetos* concretos. Mas à percepção do investigador social, sempre mais ou menos distante no tempo-lugar de seu objeto.

Desse modo, *paisagem* e *espaço* não são sinônimos: “Não a colocamos aqui como sinônimo de espaço, mas como um conceito derivado [...]”, como bem nos recorda Souza (2021, p. 31). “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças

que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 103). É também, e por conseguinte, uma variável de escala de observação. E diz respeito à visibilidade que os objetos tomam em relação ao lugar em que se encontra o observador. Quanto mais alto, à distância, o campo de observação se amplia, fazendo desaparecer ou atenuando os obstáculos (Cf. SANTOS, 2014 [1988], p. 68).¹⁰⁹ Resgata-se dessa maneira a metáfora observador-caminhante, antes comentada. O espaço, por sua vez, “é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade.” (SANTOS, 2014 [1988], p. 80). Enquanto o espaço é uma *inércia dinâmica*, a *paisagem* é um conjunto cristalizado de fragmentos de espaço.¹¹⁰ Como uma fotografia. E sempre alude a um determinado tempo de um determinado lugar:

A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem. Um esforço analítico impõe que os separemos como categorias diferentes, se não queremos correr o risco de não reconhecer o movimento da sociedade.” (SANTOS, 2014 [1988], p. 79).

A *paisagem* é o espaço – ou melhor, a reminiscência de fragmentos cristalizados de espaço – tangível e recuperável aos geógrafos e historiadores. Porque na dinâmica de inter-relação entre as instâncias espaço e tempo injuntivo que este último imperativo: “Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino de Memória” – advertiu Bloch (2001a, p. 60). Domínio do “continuum [...] perpétua mudança.” (BLOCH, 2001a, p. 55). Decorre disso o necessário ajuste de percepção temporoespacial. Diacrônico: do tempo e lugar do observador para o tempo e lugar do instante das *ações* e dos *objetos*, dados no passado. Enquanto o estatuto de regência do espaço é sempre sincrônico. A *paisagem* é, em última análise, o espaço que

¹⁰⁹ Como “obstáculos”, no caso, pressupõe-se menos os detalhes e singularidades do que os objetos dispensáveis que entravam a análise. A totalidade jamais é o olvido dos pormenores, mas um exercício crítico de estabelecer prioridades. Do que é e do que não é relevante. Daquilo que explica e do que é dispensável à compreensão do fenômeno. Elimina-se o puramente cosmético, o excesso e as exceções.

¹¹⁰ A *inércia dinâmica* apresenta-se como conceito miltoniano definido a partir da concepção de *prático-inerte* de Jean-Paul Sartre (Cf. SANTOS, 2012 [1978], p. 172; GRIMM, 2011, p. 157-158). O conceito sartriano surge em *Crítica da Razão Dialética* para designar a cristalização – materialização – do passado como forma social. Para Santos (2012 [1978], p. 172), quando se trata do espaço, “não se fala mais de prático-inerte, mas de inércia dinâmica.” Isso porque “Se o espaço organizado é também uma forma, um resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis através da história, sua inércia é, pode-se dizer, dinâmica. Por *inércia dinâmica* queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva mas ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece às demais estruturas sociais.” (SANTOS, 2012 [1978], p. 185 – grifo do autor).

deixou de existir, mesmo que no lapso de leitura desta frase curta. Questão de força propedêutica:

Numa perspectiva lógica, a paisagem é já o espaço humano em perspectiva. [...] O seu caráter de palimpsesto, memória viva de um passado já morto, transforma a paisagem em precioso instrumento de trabalho, pois “essa imagem imobilizada de uma vez por todas” permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto. O autor dessas palavras, o historiador Marc Bloch [...], é, por assim dizer, um dos criadores dessa retrospectiva da qual F. Braudel (1949) nos dá um modelo definitivo no livro *La Méditerranée* (SANTOS, 2017 [1996], p. 106).

Nesse ponto, Santos parece propor uma reacomodação no modo como a *paisagem* aparece e deve ser tomada pelos geógrafos. E, conseqüentemente, pelos historiadores. No bojo, porque à revelia da antiga concepção ratzeliana de paisagem, que preconizava o imperativo da homogeneidade, a paisagem na concepção miltoniana é definida pelo superlativo da heterogeneidade. Ou seja, essa “imagem imobilizada de uma vez por todas” é resultante de conjuntos díspares de *objetos* e de *ações* quase sempre não distribuídos – ou, apresentáveis – de maneira homogênea. Ideia que se tornará mais clara adiante, quando neste capítulo for esmiuçada a *rugosidade* e, por conseguinte, a hibridação. De igual maneira, deve-se considerar sempre que, à revelia de uma *paisagem* histórica, pretérita, a “paisagem atual nos [aos geógrafos] será dada por sua confrontação com a sociedade atual.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 107). Logo, abstrai-se dessa realocação disjuntiva o estabelecimento de duas modalidades de *paisagem*. De uma *paisagem* histórica pretérita, da História. E, uma *paisagem* atual – ou, mais atualizada – da Geografia, que, mesmo igualmente pretérita, é dada em confrontação com a sociedade atual, com o espaço vivo, total. No tocante aos geógrafos, adverte-os complementando que, mesmo assim: “Se queremos interpretar cada evolução social, cumpre-nos retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam justamente com a história tal como a sociedade a escreveu de momento em momento.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 107).

O espaço – e, conseqüentemente, a *paisagem* – e todos os *objetos* e *ações* que os constituem são mobilizados e comportam intencionalidades. A intencionalidade é o impulso que orienta o movimento intrínseco do fenômeno *técnica*, porque é ininteligível *objeto* ou *ação* desprovidos de intencionalidade. Isso ocorre porque, como antes explicado, *objeto* não é o mesmo que coisa. A coisa é dada pela dinâmica inerente à ecologia do mundo do natural. E o *objeto*, pelo ímpeto de realização do homem. Colocada no mesmo patamar, deduz-se que com a *ação* ocorra algo parecido. Os eventos do universo do natural escapam aos mesmos princípios

que regem as *ações*, sempre humanas, embora o ser humano também pertença àquela ecologia primeva. Deve-se considerar ainda que, em demasia próximas, intencionalidade e racionalidade não são sinônimos. A intenção nem sempre é provida de razão. Mas a razão sempre prediz de uma intenção. *Objetos* e *ações* são sempre preenchidos de intencionalidades e jamais fortuitos, mesmo que à toda intencionalidade também se entreveja a falta dela. O que significa que a intencionalidade pode não se concretizar, deixando de atingir o fim determinado, ou que a dinâmica da realidade pode boicotar a intencionalidade (Cf. SANTOS, 2017 [1996], p. 94). Em todo caso e apoiando-se nas filosofias de Jean Beaufret, Edmund Husserl e Franz Brentano, o geógrafo brasileiro definiu a intencionalidade como o vivido e pensado (Cf. SANTOS, 2017 [1996], p. 89), porque “Tudo que é humano possui propósito, medida e finalidade.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 89).

O sociólogo Florestan Fernandes fornece frutífero cenário ao entendimento do *modus operandi*, do mecanismo concreto de funcionamento, na História, da intencionalidade na determinação da *técnica*, do espaço, em seu pioneiro estudo desde terras brasileiras sobre a Revolução Cubana.¹¹¹ O conceito de “revolução na revolução” por ele introduzido estabelece que o impulso (ou, no caso, conjunto de *ações*) que mobilizou a luta armada contra o regime ditatorial de Fulgêncio Batista foi estritamente nacionalista (Cf. FERNANDES, 2007, p. 97). Orientação que permaneceu até pouco tempo depois do triunfo da revolução, em 1º de janeiro de 1959. E que, portanto, a guinada de Cuba ao socialismo transcorreu em fase posterior, quando, nos primeiros anos de consolidação do governo revolucionário no poder, concorreram disputas entre grupos internos com projetos antagônicos e mudanças consubstanciais nas relações bilaterais entre Estados Unidos e Cuba (Cf. FERNANDES, 2007, p. 97-98), estabelecendo uma autodepuração política e o acercamento das relações político-econômicas de Havana com Moscou.¹¹² No plano teórico, o conjunto de *ações* inicial mobilizou, portanto,

¹¹¹ *Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana* (1979), de Florestan Fernandes, foi organizado a partir da compilação das aulas sobre Cuba e a Revolução Cubana ministradas pelo autor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), durante o primeiro semestre daquele ano. O artigo da historiadora Claudia Wasserman (2007, p. 65) reforça que o curso ofertado pelo sociólogo foi pioneiro ao introduzir as temáticas como objeto de estudos universitários no Brasil. No entanto, apesar de inaugurar uma era de investigações acerca da temática desde terras nacionais, o estudo publicado por Fernandes não foi a primeira obra acadêmica sobre a Revolução Cubana publicada por um brasileiro (FAVATTO JR., 980). O livro *A Revolução Cubana – uma reinterpretação*, de Vânia Bambirra, anteriormente, foi publicado em Portugal no ano de 1975.

¹¹² Em outro lugar (FAVATTO JR., 2014) foram demonstrados os bastidores dessa autodepuração política pelo espectro das disputas no campo intelectual entre os intelectuais nacionalistas organizados em torno do *Jornal Revolución* (1956-1965), órgão oficial de imprensa do *Movimiento Revolucionario 26 de Julio* (M-26/7), e os intelectuais comunistas colaboradores do periódico *Hoy* (1938-1965), do *Partido Socialista Popular* (PSP). A aproximação entre Cuba e União Soviética foi determinante para a substituição dos nacionalistas em detrimento dos comunistas em importantes órgãos de cultura e educação na ilha, entre os quais na *Unión de Escritores y Artistas de Cuba* (UNEAC) e no *Consejo Nacional de Cultura* (CNC) (Cf. FAVATTO JR., 2014, p. 189-191).

todo um aparato de *objetos* que possibilitaram a luta armada por meio das *técnicas* de guerra de guerrilhas e urbana. E, mais além, um projeto de Cuba. Mas esse *sistema de ações* determinante do e determinado pelo caráter nacionalista da luta revolucionária é parcialmente abandonado e ressignificado em outro, o socialista, estabelecendo-se aquele como *paisagem* deste.

Conceber que o espaço é intencionalidade é assumir que a natureza desse espacial, desse espaço humano, é de outra ordem que não a mesma da ecologia do mundo natural. Santos não omite ou coloca em xeque com isso a existência de um espaço geobiológico, ou da natureza propriamente dita. Pelo contrário, a presença desse espaço natural é reforçada no interior da ontologia porque antevista, à medida que compreende aquela outra natureza do espaço, a do espaço como *fator social*, como realização da ecologia humana. Esse outro espaço é dado pelo intencionalmente artificializado. Uma 2ª natureza do espaço que tende à negação contínua daquela 1ª natureza.¹¹³ Isso porque, tal como interpela o geógrafo: “pode a economia funcionar sem uma base geográfica? A resposta naturalmente é não, mesmo se a palavra *geográfico* é tomada na sua acepção mais equívoca, como um sinônimo de condição natural.” (Cf. SANTOS, 2012 [1978], p. 182 – grifo do autor). Esse espaço primevo é concreto porque é a base e o ponto de partida da realização da aventura humana na face da Terra. Portanto, o assento primeiro do ser humano. O espaço geográfico de 2ª natureza só existe porque o humano assim o concebe e cria e nele se realiza como sociedade. Decorre dessa assertiva uma questão até mesmo de fundo lógico: “Apenas, a natureza se tornando natureza e a natureza feita natureza já não são mais a natureza natural, mas a natureza historicizada.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 119):

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc., verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 2017 [1996], p. 62).

Essa desnaturalização histórica, empírica e abstrativa do espaço de 1ª natureza é um dado inevitável.¹¹⁴ Negá-la é olvidar a realização *técnica*, a presença humana, qualquer que seja o *modo de produção* dominante. É esquecer que o homem invariavelmente impõe “à natureza

Em decorrência dessa disputa, em 1965, o governo cubano decretou a fusão do *Revolución* e do *Hoy*, tornando-os um único veículo impresso, o *Granma*.

¹¹³ Soja (1993, p. 68) nos lembra que também Lefebvre estabelece uma di-visão entre a natureza dada como contexto do mundo natural e uma “segunda natureza”, que é a da “espacialidade transformada e socialmente concretizada que emerge da aplicação do trabalho humano deliberado.”

¹¹⁴ Desnaturalização não é o mesmo que desespacialização. Ainda que a desnaturalização ocorra, o espaço natural continua vivo, pulsante, concreto.

suas próprias formas, a que podemos chamar formas ou objetos culturais, artificiais, históricos.” (SANTOS, 2014 [1988], p. 97). Ou seja, é negar a própria História - e o ser genérico, uma vez que “A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado [...]” (SANTOS, 2017 [1996], p. 233). O tempo é um dado irreversível.

À medida que avança, à medida que a humanidade concebe e implementa arsenais técnicos mais complexos, essa desnaturalização se apresenta de forma cada vez mais imperativa. Isso não somente por causa de formas mais complexas, mas porque as heranças das formas anteriores encontram-se acumuladas e impregnadas naquela 1ª natureza do espaço (Cf. SANTOS, 2014 [1988], p. 97). Para o geógrafo, na modernidade, a produção técnica acelera, convertendo-se “no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou de subverter as relações do homem com as coisas, bem como as relações das classes sociais entre si e as relações entre as nações” (SANTOS, 2012 [1982], p. 16). Depois da Revolução Industrial e, mais recentemente, após a Segunda Guerra Mundial:

A natureza conhece um processo de humanização cada vez maior, ganhando cada passo elementos que são resultado da cultura. Torna-se cada dia mais culturalizada, mais humanizada. O processo de culturalização da natureza torna-se, cada vez mais, o processo de sua tecnificação (SANTOS, 2014 [1988], p. 97).

A artificialização do espaço natural atingiu inigualável patamar de aceleração nos últimos trezentos anos. E, mais especificamente, nos últimos setenta. Nessa altura, e de maneira complementar, deve o leitor se perguntar: a partir disso é possível dizer que atualmente há espaço natural? “Nos dias de hoje raramente se encontram sobre a face da terra áreas que ainda possam ser consideradas como remanescentes da natureza bruta, natural.”, responderia Santos (2012 [1978], p. 214). O aquecimento global, a inóspita presença de plástico nos rios, oceanos e no ar, a contaminação do solo e dos lençóis freáticos, entre outros tantos agravos, consolidam-se como realidade até nas partes mais remotas do planeta e servem de exemplos – os maus exemplos, é claro – do estágio de desnaturalização – ou artificialização – que o mundo vive na atualidade.¹¹⁵

¹¹⁵ Janice Brahney, doutora em bioquímica e paleolimnóloga do *College of Natural Resources* da *Utah State University*, afirmou em matéria pelo *New York Times* o que segue: “Não há nenhum rincão na superfície da Terra que não tenha microplásticos [...] é realmente inquietante pensar nisso.” (SCHWARTZ, 2020 – T.L.A). Inclusive, no ar. A pesquisadora coordenou o estudo intitulado “*Plastic rain in protected areas of the United States*” publicado na *Science*, vol. 368, issue 6496, p. 1257-1260. Outro estudo, “*Anthropogenic contaminants of high concern: Existence in water resources and their adverse effects*” corroborou a contaminação

Nesse sentido, deve-se recordar as duas mais pungentes cidades do planeta neste início de milênio, erigidas em meio a desertos onde, até bem pouco tempo, era inimaginável o denso e permanente povoamento humano. Dubai e Las Vegas são exemplos de urbanizações que não são constituídas e orientadas por lógicas milenares de concentração humana, antes balizadas pela apropriação e usos de recursos naturais ou perpassadas pelas necessidades de trocas de produtos e intercâmbios simbólicos, mas por intencionalidades ideológicas hoje ditadas pelos interesses do capital financeiro e dos Estados, quando não por ambos. E idealizadas pelas mentes de arquitetos e urbanistas que empregaram, cada qual a seu modo e época, técnicas de construção sofisticadas. Verdadeiras fortalezas de artificialização, que cumprem, ademais de qualquer outro propósito, o fetiche capitalista de incremento de novos produtos de consumo – ou sonhos.

Toma-se o interessante exemplo de Las Vegas. Fundada em 1905 como tímida vila ferroviária em meio ao Mojave, o deserto mais árido da América do Norte, por si mesmo já uma conquista da técnica no período, Las Vegas atualmente é uma urbanidade pulsante e conhecida como a “cidade dos prazeres” graças à farta rede de hotéis, cassinos e negócios outros especializados no ramo das chamadas diversões para público adulto. Verdadeira *Disney World* do trabalhador de classe média dos Estados Unidos. No entanto, até 1935 essa não era a realidade. A construção da represa *Hoover* – outra conquista da técnica, da engenharia – naquele ano impulsionou o rápido crescimento populacional e econômico de Las Vegas nas décadas que se seguiram. O *ex* deserto passou a atrair o interesse de empresários e especuladores imobiliários. A geógrafa brasileira Ana Fani Alessandri Carlos (2019, p. 2) assegura que Las Vegas foi transformada por Howard Hughes na “*ciudad del falso absoluto*”. Uma cidade que se especializou em se apropriar dos símbolos de outras, esvaziando seus conteúdos; onde “*os símbolos urbanos van perdiendo su sentido y se convierten en simples signos; [...] en abstracción*” (CARLOS, 2019, p. 2). Intencionalidades de vilipêndio e abstração essas ulteriores, porque dadas a partir daqueles movimentos anteriores de desnaturalização e artificialização do território. Artificialização da artificialização; desculturalização da cultura – dois processos em um.

O fenômeno de crescente artificialização também foi apercebido por Braudel, que concede, à diferença dos exemplos anteriores, um amplo mapa dos impactos dessa conjuntura pela lente da História:

antropogênica da água de rios e oceanos em diversas partes do mundo por resíduos de produtos farmacêuticos, industriais e de higiene. O estudo foi realizado por cientistas do México, Colômbia, Espanha e Arábia Saudita e publicado em *Science of The Total Environment*, vol. 690, p. 1068-1088, 10 de novembro de 2019.

Una de las victorias del hombre sobre la distancia y sobre la naturaleza es a buen seguro el encogimiento del mundo y, como consecuencia natural, su unidad. [...] La humanidad habrá vivido durante milenios acantonada, encerrada en sus continentes como otros tantos espacios cerrados, dispersa en sus respectivos planetas, según se ha dicho. Pero de planeta en planeta, de un área de civilización vecina a otra área de civilización se han lanzado amarras entre los siglos, se han establecido puentes, multiplicado los enlaces útiles, intercambiado bienes [...] Poco a poco, las humanidades se han ido descubriendo unas a otras. Es una vieja historia. El mundo ha vivido tan rápido desde entonces que hoy se solapan, intercambian sus costumbres y civilizaciones. [...] <<El mundo es una aldea>> nos dice Gaston Roupnel. Ya no vivimos en Europa sino en el mundo. [...] Que la cultura es internacional es ya una realidad, pues no hay nada más móvil que los aspectos culturales. La ciencia es internacional, basta con que se fijen en sus manuales [...] Internacional es también la economía: el capitalismo de las grandes empresas ha emprendido la conquista del globo a gran escala, ha realizado a su modo la unidad del mundo (BRAUDEL, 2002, p. 83-87).

O entendimento do espaço humano como 2ª natureza carrega potência política para a Geohistória de Milton Santos. E encontra correlato, do ponto de vista de um impulso de mudança de paradigma sobre a compreensão do impacto da crescente artificialização do espaço, em outro termo que vem ganhando destaque nas últimas duas décadas nas ciências naturais e nos estudos histórico-ambientais. Trata-se do emprego do termo *antropoceno*, cunhado pelo biólogo Eugene F. Stoermer e popularizado pelo Nobel de Química (1995), Paul Josef Crutzen. A designação faz alusão a uma nova era geológica, em que a espécie humana é determinante na alteração do funcionamento do planeta Terra (ARTAXO, 2014, p. 15). Em palavras de Stoermer e Crutzen:

Considering these and many other major and still growing impacts of human activities on earth and atmosphere, and at all, including global, scales, it seems to us more than appropriate to emphasize the central role of mankind in geology and ecology by proposing to use the term “anthropocene” for the current geological epoch. The impacts of current human activities will continue over long periods (CRUTZEN; STOERMER, 2000, p. 17).¹¹⁶

Desde a perspectiva dos antropocenistas, apesar da variabilidade climática do período geológico até então conhecido como Holoceno (11.700 a.a. – até o presente) apresentar-se de algum modo estável, mudanças outras demarcadas pelo crescimento populacional e a industrialização têm afetado esse sensível equilíbrio, promovendo a aceleração do uso dos recursos naturais do planeta (ARTAXO, 2014, p. 15). O engenheiro, urbanista e ecologista

¹¹⁶ “Considerando estes e muitos outros grandes e ainda crescentes impactos das atividades humanas na Terra e na atmosfera, e, sobretudo, em escala global, parece-nos mais que apropriado enfatizar o papel central da humanidade em geologia e ecologia propor o uso do termo “antropoceno” para a época geológica atual. Os impactos das atividades humanas atuais vão continuar muito tempo.” (T.L.A.).

espanhol Ramón Fernández Durán (2011, p. 16) denunciou esse estado desmedido de artificialização do espaço natural, em que o “*sistema urbano-agro-industrial pone en movimiento cada año un tonelaje de materias primas muy superior a cualquier fuerza ecológica*”, e, “*el comercio mundial mueve, por sí solo, un tonelaje mayor que los aluviones que arrastran todos los ríos del planeta en su conjunto*”. Horizonte de uma era em que o capitalismo global se tornou o principal agente geomorfológico (FERNÁNDEZ DURÁN, 2011, p. 16).

O termo antropoceno tal como respaldado por um embasamento científico emerge, através de seu uso, também carregado de um sentido político que sublinha a urgência de mudança de mentalidade, de que graves problemas ambientais são iminentes ou já concretos, já consubstanciados na dinâmica do espaço vivo quanto dados como *paisagem*, culpabilizando os agentes de desmedido processo: o modo de produção capitalista, tal qual, e a FSE ditada pela globalização. Não se trata, por tanto, de mudanças geomorfológicas naturais, próprias do Holoceno, mas de mudanças induzidas e imbuídas de intencionalidade, de *técnicas*. O reconhecimento da 2ª natureza do espaço por Milton Santos comporta semelhante força, mas cujo campo de indução é proveniente desde o epicentro epistemológico das Humanidades. O que não invalida o mérito do uso do termo antropoceno, sendo ambos, aliás, complementares. Mas, como fenômeno social que é, a 2ª natureza do espaço expressa declaradamente processo de caráter e dinâmicas geohistóricas e não de ordem geomorfológica ou ecológica. A reconhecimento desse potencial da ontologia do espaço miltoniana foi dada por Francisco J. Toro:

On this last point it is worth highlighting the epistemic contributions of Brazilian geographer Milton Santos to geography, in particular, and to social sciences, in general. His thought offers a theoretical background that may assist in the epistemic and cultural challenges posed by our current environmental crisis. Unfortunately, this aspect of Santos's theory is not very well known or referred to in published literature and research; yet, its scope takes environmental issues into account, directly or indirectly (TORO, 2017, p. 138-139).¹¹⁷

Toro (2017, p. 148) considera ainda que a compreensão miltoniana do espaço possibilita uma leitura “real”, “contextual”, “não apocalítica” e “não especulativa” da crise ambiental. Certamente, porque a instrumentalização das duas dimensões do espacial, teoricamente

¹¹⁷ “Sobre este último ponto, vale destacar as contribuições epistêmicas do geógrafo brasileiro Milton Santos para a geografia, em particular, e para as ciências sociais, em geral. Seu pensamento oferece um embasamento teórico que pode auxiliar no processo epistêmico e desafios culturais impostos pela nossa atual crise ambiental. Infelizmente, este aspecto da teoria de Santos não é muito conhecido ou referido na literatura e pesquisa publicadas; ainda, seu escopo leva em conta as questões ambientais, direta ou indiretamente.” (T.L.A).

dialéticas porque complementares, a da 1ª e 2ª naturezas do espaço, favoreça o apercebimento de que a atual crise ambiental decorre da imposição de cima para baixo do superlativo do tecnocrático, de uma FSE cuja intencionalidade erroneamente orientada por uma mentalidade de subjugação total da natureza natural através da artificialização massiva do espaço combinada à aceleração mecânica – agora, informacional – do tempo.¹¹⁸ As Ciências Sociais têm uma monumental, porque sublime, missão nesse sentido. Tempo e espaço não devem ser tomados mais como entidades fenomênicas dissociadas e objetos autocráticos. Soma-se a isso a urgência de desacelerar, de libertação do julgo do ritmo de produção – ou melhor, da lógica produtivista – interposto pela ditadura tecnocrática. Devem postular ação e não reação. Transgressão como resistência. O que não significa percorrer a direção contrária do caminho. A História tem por papel fundamental delongar-se sobre os fenômenos temporoespaciais, compreendê-los desde as entranhas, a fim de devolvê-los à sociedade cognitiva e pedagogicamente bem burilados, demonstrando ao espírito humano aprisionado na espiral desse túnel de aceleração que até bem pouco tempo:

O progresso técnico não constituía obstáculo ao progresso moral, quando havia, paralelamente, progressos políticos. Assim, o problema fundamental é o de retomar o curso dessa história, recolocando o homem em seu lugar central no planeta. Uma das condições para alcançá-lo parece ser o reconhecimento da realidade dos territórios tal como sempre foram utilizados pela população como um todo. [...] A velocidade não apenas se define a partir do tempo utilizado para superar as distâncias. A questão é a de encontrar, para a palavra “velocidade”, equivalentes na prática social e política (SANTOS, 2002a, p. 164-165).

O reconhecimento dessa 2ª natureza do espaço, bem como das intencionalidades que perpassam a constituição e a inter-relação dos *sistemas de objetos* e dos sistemas de *ações*, ou seja, do próprio espaço como *fator social*, como fenômeno, prediz que a *técnica* é um superlativo geohistórico. Portanto, que o espaço é um fenômeno e ente também histórico. E uma instância e categoria histórica que diz de um único-universal, ainda que produza e se traduza pela conformação de um desígnio de realidade universal, tais como expressados pelos grotescos movimentos de aceleração e artificialização que se apresentam no atual estágio da História. Dessa maneira, assim como não há lugar no presente em que a implementação, a conformação, a interação, a interdependência e a combinação de *objetos* e *ações* sejam plenamente idênticas a de outros, o mesmo se pode afirmar quando o parâmetro em relevo é o tempo. Independentemente do *modo de produção* dominante, da transversalidade símile das

¹¹⁸ Tecnocracia não é sinônimo de técnica. Mas a técnica pode também abarcar o tecnocrático.

intencionalidades, da sinonímia entre *formações socioespaciais*, em dada época e lugar, cada espaço – ou *paisagem* – é historicamente um único e um universal. O espaço como determinado-determinante da História é também História. Ademais, objeto, categoria e conceito da História, pois espaço é sobretudo acumulação dinâmica desigual de tempos. Espaço é *rugosidade*.

3.2 As *rugosidades* do espaço e a Geohistória de Milton Santos

No primeiro capítulo se demonstrou a contribuição do pensamento geográfico franco-marxista à epistemologia da Geografia Renovada de Milton Santos e a influência desse pensamento ao incremento no interior da sua ontologia do espaço do conceito de *rugosidade*, nomeando-se o débito de empréstimo do termo às geografias de Tricart e George. Quanto ao último, a dívida paira tácita, porque ausente nos livros de autoria do geógrafo brasileiro qualquer menção direta à concepção de rugosidade do território de George. Mas é consabido que Santos era leitor da produção e conhecedor do francês. No tocante a Tricart, o reconhecimento é público. Santos corrobora que o uso e aplicação da noção de rugosidade na geomorfologia de Tricart serviu para:

[...] mostrar como, tendo o passado geográfico e histórico modelado paisagens diferentes, tudo que nelas se superpõe não pode ser indiferente a essa aquisição. É a isto que os geógrafos chamam ‘espaço concreto’, como para opô-lo ao dos economistas, considerado ‘espaço abstrato’ (SANTOS, 2013 [1978], p. 72).

Em outra ocasião, o brasileiro reforça esse débito à geomorfologia tricartiana, porém creditando o mérito da ideia – e não da palavra – também à herança da sociologia do castelhano Manuel Castells, quando este “fala da ‘persistência das formas espaciais ecológicas, suscitadas pelas estruturas sociais anteriores’” (SANTOS, 2012 [1978], p. 173).¹¹⁹ Logo, o que Castells preferiu nomear de formas ecológicas ao fenômeno socioespacial-histórico, o brasileiro inclinou para a adoção de uma terminologia mais amigável porque familiar à Geografia.

As *rugosidades* na ontologia do espaço de Milton Santos dizem respeito às marcas ou aos vestígios no lugar – no espaço, e desde a *paisagem* – de um ou mais períodos históricos (SANTOS, 2012 [1978], p. 173). De tempos anteriores e do estágio atual de desenvolvimento social, econômico e intelectual (Cf. SANTOS, 2012 [1978], p. 173). De *técnicas* – *objetos* e *ações* – de temporalidades e momentos diversos. As *rugosidades* são, a fim e a cabo,

¹¹⁹ Santos cita passagem do livro *Imperialismo y Urbanización en América Latina*, de Castells (Gustavo Gili, 1973).

manifestações da historicidade do e no espaço – e desde a *paisagem* –, porque este é histórico (Cf. SANTOS, 2012 [1978], p. 173). Trata-se, de certo modo, de acumulação de tempos – ou melhor, de *técnicas* de épocas e momentos diversos – no espaço. Realizam-se “impregnadas de ação, coexistências, integrando a formação socioespacial [...] constituindo lugares” (SOUZA, 2019, p. 13) e “Embora passado, as rugosidades, como forma do passado assim, são sempre presentes, como paisagem” (SOUZA, 2019, p. 13). Um palimpsesto (Cf. SANTOS, 2013 [1978], p. 62 apud BARROS, 2017, p. 55-56). Fenômeno que concede concretude ao espaço geográfico (SANTOS, 2013 [1978], p. 72) que, mais além, leva-nos – como historiadores – a supor também a existência de regimes de rugosidades tanto quanto – ou, imanes – de regimes de historicidade.¹²⁰

Regimes de rugosidades esses, porque tempo e espaço são complementares dialéticos, um determinado-determinante do outro. Entes – ou melhor, ontoentes – que estão em constante dinâmica de recíproco influxo. Como no acima mencionado exemplo do objeto de estudo de Thompson (1998), em que é evidente a influência da conformação espacial na aceleração do tempo – e, portanto, no modo como o homem concebe, determina e organiza o tempo – dada pelo contexto da Revolução Industrial. E porque, consabido hoje, a História é mais do que a disciplina de estudo do homem no tempo. Ela é, sobretudo, como bem auferiu Barros (2017, p. 15 – grifos do autor): “o estudo do Homem no *Tempo* e no *Espaço*”. “Andar pelo espaço é [portanto] viajar pelo tempo” – constata Barros (2017, p. 60). O contrário igualmente verdadeiro: porque viajar pelo tempo – historiar – é andar também pelo espaço cristalizado. Ou melhor, pelas paisagens. Coaduna-se a partir disso que:

De fato, o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutro. [...] cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação. A função da forma espacial depende da redistribuição – a cada momento histórico sobre o espaço total – da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar. Esta redistribuição – relocalização deve tanto às heranças, notadamente o espaço organizado, como ao atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou de um dos seus momentos. O movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global (SANTOS, 2005, p. 31).

¹²⁰ Para François Hartog (2014, p. 28), os regimes de historicidade podem ser compreendidos em duas instâncias. Uma mais restrita e relativa aos modos como determinada “sociedade trata seu passado e trata do seu passado” (HARTOG, 2014, p. 28). E, outra, “mais ampla”, que se expressa como “a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana” (HARTOG, 2014, p. 28). No campo das Ciências, diz do modo como uma comunidade científica – por exemplo, de historiadores, físicos ou geógrafos – concebe e maneja epistemologicamente as temporalidades, prenunciando os “modos de relação com o tempo: as formas da experiência do tempo [...]”, e as “maneiras de ser no tempo” (HARTOG, 2014, p. 29).

Ao trazer ao bojo de discussão a altivez epistêmica do conceito miltoniano de *rugosidade* para a História, Barros (2017, p. 63) encontra correlato exemplo em Reinhart Koselleck. No prefácio da edição brasileira de *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, o historiador alemão, a fim de balizar a relação entre temporalidades e “espaço de experiência”, atribui que “Quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido” (KOSELLECK, 2006, p. 13). Ou então,

[...] deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes, vislumbrando assim a notável transformação de estilo que empresta uma profunda dimensão temporal a uma simples fileira de casas; que observe também o diferente ritmo dos processos de modernização sofrido por diferentes meios de transporte, que, do trenó ao avião, mesclam-se, superpõem-se e assimilam-se uns aos outros, permitindo que se vislumbrem, nessa dinâmica, épocas inteiras (KOSELLECK, 2006, p. 13-14 – grifo nosso).

Sem dúvida, o correlato exemplar é válido, porque robusto. Justo porque a ideia de materialização do passado expressada pelo conceito de *rugosidade* do geógrafo brasileiro encontra ressonância na perspectiva de “espaço de experiência” do historiador alemão – e vice-versa. Principalmente, como o faz saber o próprio Barros (2017, p. 63) no trecho que alude que “uma cidade cujas construções – erguidas em momentos diferentes, mas hoje convivendo no mesmo Presente – através de sua variedade de estilos revela uma fascinante e perturbadora polifonia de tempos históricos [...]”. Metáfora que de fato expressa a *rugosidade* pulsante do e no espaço vivo. De igual maneira, Koselleck (2006, p. 13-14) privilegia em sua explicação sobre o “espaço de experiência” termos como *mescla*, *assimilação* e *superposição*, terminologias geralmente empregadas por Santos a fim descrever a *rugosidade*. O emprego do termo *superposição* por ambos os teóricos é o mais caro deles.

Na Física, a propriedade de *superposição* (ou princípio de *superposição*) propõe que a força resultante de dois ou mais estímulos acaba sendo a soma vetorial das forças empregadas à produção de cada estímulo individualmente. Imaginando pulsos emitidos em uma corda segurada em cada extremidade por uma pessoa (A e B), se o pulso desencadeado por $A > B$, a onda produzida em determinado ponto da corda (P) será a soma dos pulsos de $A + B$. Portanto, a grandeza – ou tamanho da onda – resultante no P é maior do que as inicialmente produzidas pelos movimentos de A e B. Eis a *superposição* de inferência construtiva. Porém, o contrário também pode se realizar quando ocorre uma inferência destrutiva. Nesse exemplo, imagina-se ondas quebrando na praia. A onda A, em seu itinerário de aproximação à praia, passa por B, que nada mais é do que uma vala submersa; a força (F) resultante em P – ponto de encontro

entre A e B – é menor do que a inicialmente produzida por A. Como resultado, a amplitude da crista em P é menor que amplitude da crista em A. De maneira simétrica, esse princípio de superposição da Física também ilustra a conformação do movimento de superposição da *rugosidade*.

Superpor, portanto, não é o mesmo que sobrepor ou justapor, ainda que em dado momento P é conformado, tanto na inferência construtiva quanto destrutiva, por um instante de sobreposição ou justaposição de forças. Por uma soma de $F1 + F2$ que, no último caso, resulta em subtração energética da F inicial de A. Outrossim, sobreposição e justaposição coadunam-se como acúmulo de contraposição – ainda que somatória – de forças em determinado P. Enquanto a superposição é o todo, expressão maior do movimento vetorial. Das forças em movimento para alcançar contraposição. A *rugosidade* então entendida como acumulação desigual de tempos possui esse caráter de movimento de superposição de forças temporais e espaciais sempre em contraposição, em dialética. No caso, por cumulativo compreende-se menos os resíduos resultantes desses movimentos do que a própria F do movimento, de superposição. Santos estabelece bem essa equação em termos geohistóricos:

Se o impacto de um sistema de tempo sobre uma fração de espaço não fosse recorrente, cada sistema temporal poderia imprimir completamente sua marca sobre o pedaço de tempo atingido. No entanto, pelo fato de que a ação de um sistema histórico anterior deixa resíduos, há uma superposição de traços de sistemas diferentes, exceto no caso de espaços virgens, tocados pela primeira vez por um impacto modernizador cuja origem se encontra em forças externas. Fora desse caso, extremo, um mesmo subespaço foi e é, a qualquer momento, o teatro da ação de sistemas contemporâneos, mas atuando em escalas diferentes. A hierarquia das inovações corresponde a diferentes níveis de escala e o edito de modernização gera um efeito de especialização, isto é, uma possibilidade de dominação por causa da raridade da variável e de sua consequente seletividade espacial (SANTOS. 2012 [1978], p. 256-257).

E continua:

Como em cada sistema há uma combinação de variáveis em escalas diferentes, mas também de “idades” diferentes, cada sistema transmite elementos cuja datação é diferente. [...] Desse modo, o problema das superposições se apresenta em toda sua inteireza. Não se trata apenas de uma superposição no tempo, pois a cada momento os elementos que entram na combinação têm idades diferentes. Há, também, superposição, a um mesmo tempo, de influências originárias de múltiplos pontos ou múltiplos espaços. Todas essas superposições atribuem a cada lugar uma combinação específica, uma significação particular que é, ao mesmo tempo, temporal e espacial. (SANTOS, 2012 [1978], p. 256-257).

A ênfase na explicação dessa sensível diferença entre superposição e sobreposição (ou, justaposição) é merecedora de atenção por parte dos historiadores. Isso porque poderá levá-los à assimilação parcial, quando não equívoca, da concepção de *rugosidade*, induzindo-os à projeção da imagem de sítio arqueológico. Quando não, de rochas sedimentares. Em ambos os casos, o passado (ou melhor, seus vestígios) é acomodado por camadas de tempos vários sobrepostas. Nesse sentido, ainda que se considere o espaço como depositório final do *evento* (SANTOS, 2017 [1996], p. 144), é sempre bom recordar que nem todo depósito se organiza em camadas, ou patamares. Confundir superposição com sobreposição (ou mesmo, justaposição) de temporalidades e formas espaciais pode levar à imprecisão de determinação do espaço geográfico e da *paisagem*. Armadilha que desarma até o historiador mais experimentado: “no espaço [ou melhor, *paisagem*] que se dá a ler para o geógrafo ou para o historiador, as formas se intermesclam em um fascinante jogo de superposição entre o Passado e o Presente (em *diversas camadas*)” (BARROS, 2017, p. 62 – grifo nosso).

Um exemplo de superposição temporoespacial – ou melhor, de *rugosidade* – para o esclarecimento em questão advém de Monterrey, no México. Localizada no noroeste do país, acerca de 220 quilômetros da fronteira com o Texas, a capital do estado de Nuevo León é nacionalmente reconhecida – entre outros apelidos – como *Ciudad de las Montañas*. Isso em decorrência da predominância de formações rochosas no entorno de sua área metropolitana. No coração da cidade, um complexo de modernos edifícios residenciais construído há poucos anos domina a *paisagem* entre casarões históricos de silhares.¹²¹ Algumas dessas construções foram erguidas na segunda metade do século XIX ou princípios do século XX, tal como as localizadas no *Barrio Antiguo*, bem perto dali, que, em geral, quando hoje não utilizadas pelo comércio, abrigam população menos abastada. O complexo de edifícios destoa na *paisagem*. Primeiro, pela altura. O mais antigo foi durante alguns anos um dos maiores edifícios residenciais de uma cidade que, mesmo em nossos dias, é predominantemente horizontal, ademais de contar na parte térrea com comércios dos mais variados, resultado de um planejamento urbanístico meticuloso. Segundo, e decorrente, porque o complexo está localizado entre os dois lugares mais requisitados pelos turistas em Monterrey: a *Macroplaza* e o *Parque Fundidora*.¹²²

¹²¹ Blocos de pedras que, na região, devido à intensa variabilidade climática, que pode transitar, num dia de primavera, de 16° C no início da manhã aos 42° à tarde, contribuíram no passado para a manutenção térmica no interior das casas. No inverno, quando a temperatura atinge abaixo de zero, ajudam a manter a calefação interna.

¹²² Construída na década de 1980, a Macroplaza é um complexo formado por praça e edifícios históricos e atuais que constitui uma espécie de *plaza de armas* de Monterrey. Com mais de quatrocentos mil metros quadrados de área, é considerada uma das maiores praças do mundo. O seu entorno abriga o *Museo de Arte Contemporáneo* (MARCO), a *Catedral Metropolitana de Monterrey*, a *Explanada de los Héroes*, o *Palácio de Gobierno*, o *Museo Metropolitano de Monterrey*, o *Museo de Historia Mexicana* e o *Museo del Noreste* (MUNE).

Do terraço do edifício principal, o observador tem uma visão panorâmica e privilegiada da cidade. Logo se apercebe que dominam o horizonte magníficos maciços rochosos: o *Cerro de La Silla*, ao sul, cartão-postal da metrópole *norteña*, cuja forma lembra uma cela de cavalo; o *Cerro de las Mitras*, a oeste; o *Cañón de la Huasteca*, também a oeste – mais ao fundo – com suas formações pontiagudas de coloração prateada; o *Topochico*, ao norte, como o nome mesmo alude, a menor dessas formações; e, por fim, a sudoeste, a imponente cordilheira da *Sierra Madre*, com seus três cumes em forma de “M”. Na zona metropolitana, que dorme em vale entrecortado de oeste a leste pelo Rio Santa Catarina, predomina o bioma semiárido, interseccionado pelo “matorral desértico” ao norte e o “matorral submontano” a sul (CAVAZOS GARZA; ORTEGA RIDAURA, 2011, p. 15).¹²³ Esse cenário por si traria bom exemplo de rugosidade da ecologia do mundo natural. Mas não é o caso. O que interessa aqui é menos as rugosidades geomorfológica e biológica e mais, a geohistórica.

Descendo, o outrora observador, agora caminhante, depara-se, na saída sul da torre principal, com um minúsculo e quase imperceptível largo, à margem norte do canal *Santa Lucía*. Corredor fluvial esse em que antes, como atesta antiga fotografia datada do início do século passado, banhavam-se crianças e adultos em córrego homônimo. Voltando-se novamente ao largo, entre uma série de desbotadas gravuras disponibilizadas em ordem cronológica e gravadas em chapas de vidro, um mapa estampado em cerâmica e um quadro de granito contendo uma lista de nomes de militares, o observador nota que repousa, semiescondida na direção oposta do largo, uma placa em que se lê: “*Aquí se ha enterrado reliquias que simbolizan los esfuerzos que se han realizado para el reconocimiento de esta memorable batalla donde neoleoneses defendieron su país y será abierto en el año de 2046 en el 200 aniversario de la Batalla de Monterrey de 1846.*” O lugar em que, no presente, desponta um dos mais modernos complexos de arranha-céus residenciais da cidade abrigou o *Fortín de las Tenerías* no século XIX, palco da sangrenta resistência e queda de Monterrey em mãos do exército texano-americano durante a Guerra México-Estados Unidos (1846-1848). Conflito armado cujo fatídico desfecho se deu com a assinatura do Tratado de Guadalupe Hidalgo (1848), custando ao México um terço de seu território, que foi anexado aos Estados Unidos (Cf. WEBER, 1992, p. 456). A invasão de Monterrey, em 1846, e, consequentemente, a queda de *Tenerías* e da cidade em 21 de setembro daquele ano demarcaram o início da derrocada das

¹²³ Por “matorral” (esp.) se compreende vegetação. Segundo os autores, no “matorral desértico”, a escassez de flora e fauna (águias, falcões, corujas e animais rastejantes) em contraposição à abundância e diversidade de espécies de plantas e animais do “matorral submontano”, habitat de pumas, veados, gaviões e do urso negro, entre outros (Cf. CAVAZOS GARZA; ORTEGA RIDAURA, 2011, p. 15).

tropas mexicanas no conflito. O pequeno forte um “*de los reductos [de defesa] más importantes de la línea noreste [...] defendido por el general Francisco Mejía*” (CAVAZOS GARZA; ORTEGA RIDAURA, 2011, p. 145). Assim foi testemunhada a queda por um cronista:

El choque rudo, sostenido, desesperado, se empeño en el reducto de la Tenería, cuya guarnición corta y con sólo cuatro piezas [de canhão] se multiplicaba por su heroico ardimiento. Los ataques se redoblaban; el empuje del invasor era vehemente; el general en jefe mandó para que nos reforzara al 3°. Ligerero [...] La voz de “armen bayoneta” es contestada por mil vivas entusiastas; fórmase la columna, y entonces... dicen los partes y varios testigos no desmentidos satisfactoriamente por aquel jefe, con cuyo nombre no hemos querido manchar [...]. Por la huida del jefe del Ligerero los enemigos tomaron la Tenería: nuestros soldados se retiraron al punto del Rincón del Diablo, a tiro de fusil de la Tenería [...]. (ALCARAZ; BARREIRO et. al., 2016, p. 100).

Durante a realização de escavações para a construção de uma das torres, em 2011, foram encontrados dez esqueletos de combatentes. Número que se somou a outras dez ossadas desterradas pelo *Instituto Nacional de Antropología e Historia* (INAH) em escavações anteriores, encampadas entre 1995 e 2008 (INAH, 2011).¹²⁴ À época, ademais da colocação de uma placa, o INAH cogitou a possibilidade de também construir um pequeno museu, conforme noticiado pelo periódico *El Economista* (HALLAN, 2011a), o que, como se sabe, não ocorreu com a devida celeridade. Em 2016, ano do 170º aniversário da Batalha de Monterrey, um grupo de cidadãos *regiomontanos* organizados em torno da *Agrupación Amigos de la Batalla de Monterrey* (AABM) protestou contra a morosidade das autoridades em concretizar o projeto. Desde então, a memória pública restringe-se ao discreto memorial.

Os cidadãos e turistas que passam diariamente pelo Paseo Santa Lucía, via fluvial e terrestre que conecta a Macroplaza ao Parque Fundidora, sequer notam sua existência. Não imaginam que ali, sob o assento do moderno e imponente edifício, com sua vívida atividade comercial térrea, sob seus olhos atentos que observam a paisagem desde as trajineras, cujo intenso trânsito povoa o canal de Santa Lucía, e aos risos de confraternização das famílias regiomontanas reunidas para o passeio dominical, jaz, soterrado pelo maciço de concreto, importante – ainda que trágico – capítulo da História do México.¹²⁵ Uma intencional – e racional

¹²⁴ O boletim do INAH informa ainda que, pelos tamanhos dos crâneos e estatura (c. 1,75m), tratava-se de soldados estadunidenses. Porém, em ocasiões anteriores também foram encontradas ossadas de combatentes mexicanos. Em 2016, os restos humanos de soldados estadunidenses foram repatriados.

¹²⁵ *Trajinera* é uma pequena embarcação de calado achado excepcionalmente comum em Xochimilco, sul da Cidade do México, zona alagada na qual ainda se encontram *chinampas*. Essas são ilhas artificiais criadas pelos indígenas ainda no período pré-hispânico a fim de possibilitar a agricultura na região. Atualmente, as *trajineras* são utilizadas em todo o México para fins turísticos.

– tentativa de sobreposição do passado pelo presente. De ações de silenciamento e olvido do passado.

No entanto, essa tentativa de sobreposição também revela a ironia da dinâmica da superposição. A forma que tenta mascarar o conteúdo, na verdade, o desmascara, como enunciou o escritor Octavio Paz (2006, p. 33): “a história do México [quicá da América Latina], como a de cada mexicano [e de cada latino-americano], consiste numa luta entre as formas e as fórmulas em que pretendem encerrar nosso ser [...]”. Toda forma desvela um conteúdo e todo conteúdo desmascara a forma. A sobreposição como dado analítico é apenas um instante da superposição. E o movimento dinâmico segue.

Retornando o observador ao terraço, verá o conjunto espacial por outra óptica. Virando a atenção para o leste, contemplará o Parque Fundidora, espécie de *Central Park* inaugurado em 2001 em terreno de 144 hectares, sendo 80 deles de área verde, que antes abrigaram a *Fundidora de Fierro y Acero de Monterrey*, siderúrgica considerada durante muitos anos a maior da América Latina. Ela iniciou suas atividades no ano de 1900 e foi, por mais de oito décadas, o símbolo da precoce e pujante industrialização da cidade: “[...] *los regiomontanos ajustaban sus relojes con su silbato y sus chimeneas humeantes quedaron immortalizadas en el escudo de Nuevo León*” (CAVAZOS GARZA; ORTEGA RIDAURA, 2011, p. 242). Realização técnica do *boom* industrial que a cidade vivenciou no final do século XIX e que, entre outros fatores, foi engatilhada pelo desenvolvimento econômico dos Estados Unidos e pela então crescente necessidade da indústria daquele país de minérios e de ferro fundido (Cf. CERUTTI, 2006, p. 93-95).

Dessa perspectiva, o observador notará que o *Central Park regiomontano* é mais do que local de práticas desportivas e de lazer, é um verdadeiro museu a céu aberto. A caldeira, que antes derretia metal, agora prostrada em perspectiva ótica com um painel turístico – em que se lê: “*Nuevo León extraordinario!*” – jorra graciosamente água na laguna artificial do *Santa Lucía*. Os edifícios em que antes localizadas as caldeiras são agora utilizados como centro de atividades culturais e endereço de sofisticado restaurante. Os prédios administrativos da companhia agora abrigam museus, oficinas de arte, biblioteca, livrarias etc. E até uma pista de gelo e um pavilhão de convenções foram construídos. Questiona-se à distância o observador a ambivalência no tocante à preservação da memória. Sempre seletiva!

Ao girar o corpo em direção ao poente, à *Macroplaza* e ao *Barrio Antiguo*, ao fundo, o observador se depara com uma monumental bandeira do México graciosamente tremulando sobre uma colina. Trata-se do *Obispado*, ponto estratégico também conquistado pelos *rangers* texanos e o exército americano durante o conflito de 1846, que, posteriormente, tornou-se base

de forças militares durante a ocupação francesa (1862-1867) e a Revolução Mexicana (1910-1920). Isso porque, ademais de vista historicamente privilegiada, da colina é possível observar o que antes foi todo o perímetro urbano e, na atualidade, o centro. O lugar abriga ainda o antigo palácio de *Nuestra Señora de Guadalupe*, fortaleza cuja construção foi iniciada em 1787. Porém, o mais notório da localidade – o que chama a atenção do observador – é a monumental bandeira sempre hasteada. Visível de quase todos os cantos da zona central. Máximo símbolo do nacionalismo mexicano, da reconquista do lugar outrora tomado por forças inimigas.

Descendo perpendicularmente o olhar, o observador avista a porção oeste do *Paseo Santa Lucía*. Então, ocorre-lhe à lembrança um estalo. Sua biblioteca de imagens é acionada, vasculhada. E o faz finalmente perceber o quanto aquele trecho do passeio assemelha-se a outra via, exceto pela ausência de grande quantidade de prédios ladeando o canal, no caso *regiomontano*. Trata-se do *San Antonio River Walk*, corredor de 24 quilômetros de extensão, com seu canal igualmente movimentado por embarcações lotadas de turistas, margeado por edifícios residenciais, escritórios, restaurantes e bares, localizado no coração de San Antonio, Texas.

Quanto ao prometido museu da Batalha de Monterrey, ele está finalmente em fase de inauguração, graças mais aos esforços reivindicatórios da AABM do que à boa vontade do poder público. Não sem antes declarar perdas. O terreno concedido ao pequeno museu localiza-se à margem oposta do *Paseo Santa Lucía*, ou seja, em contraposição ao largo-memorial e, portanto, à suposta localização histórica do *Fortín de las Tenerías*. A superposição na *rugosidade* está dada: a) o espaço que produziu os pulsos que soterraram o conteúdo do passado é o mesmo que, por outra dinâmica, concebeu as forças que o resgatou do completo olvido; b) o espaço artificializado que tenta negar o conteúdo do passado é o mesmo que, por outro meio, o da artificialização, impõe aprofundamento no presente de conteúdo símil. Pois, enquanto a dominação militar do passado é sobreposta, a dominação econômico-cultural que rege o presente, exposta. Celebra-se as artificializações de um *San Antonio River Walk* e de um *Central Park*. À memória da industrialização e ao crescimento econômico. E a acomodação dessas técnicas às técnicas – e, portanto, símbolos – nacionais e regionais. Interessantes às ideologias dos homens públicos e de negócios do presente. Mas vitupera-se a memória dos mexicanos e *regiomontanos* que, mais de século e meio atrás, tombaram durante valente, ainda que fracassada resistência aos invasores.

Para além de ilustração da teoria do movimento de superposição expresso pela dinâmica das *rugosidades*, o supracitado caso de Monterrey denuncia também que espaço – bem como a *paisagem* – é um conjunto de técnicas de temporalidades – e, portanto, épocas – diversas que

se conforma “por acréscimos, substituições [...] um conjunto de objetos que têm idades diferentes, [...] uma herança de muitos diferentes momentos.” (SANTOS, 2014 [1988], p. 72-73). Sempre em dialética. Essa *rugosidade* advém dos pulsos emitidos enquanto espaço, que podem ser classificados pelas contraposições entre: a) as forças geográficas internas e externas; b) as forças históricas de antiguidade e de novidade. Examina-se cada caso.

No tocante às forças geográficas, Santos (2014 [1988], p. 105) considera que a organização de cada lugar e da vida no território depende da inter-relação entre fatores endógenos e exógenos. “As variáveis externas se internalizam, incorporando-se à escala local [...], mas o processo de espacialização é, também, um processo de internalização [...]”, sublinha o geógrafo (SANTOS, 2014 [1988], p. 105). Isso significa dizer que pulsos internos e externos *semper ad eventum festinat*. Estes exercem pressão para a aceitação e fixação no lugar. E aqueles articulam-se como facilitadores ou como barreiras dessa incorporação. Nesse último movimento, a incorporação de técnicas exógenas no lugar depende se este dispõe das condições para que aquelas sejam aceitas, incorporadas (SANTOS, 2014 [1988], p. 105). Um parque como o Fundidora, por exemplo, abstração técnica de um *Central Park*, somente é possível porque dadas as condições técnicas para a sua realização. No que concerne aos *objetos*, começa pela disponibilidade de colossal e ocioso terreno no coração da urbe, raro privilégio nas metrópoles da América Latina. No tocante às *ações*, há o ímpeto de transformação daquele terreno ocioso também em museu a céu aberto de celebração do engenho industrial *regiomontano*. Algo parecido ocorre com o *Paseo Santa Lucía*, versão *norteña* do *San Antonio River Walk*.

Todavia, essa dinâmica não está reduzida somente à escala de pulsos geográficos. Consonante operam com análoga intensidade as forças históricas de antiguidade e novidade. Como afirmou Santos (2014 [1988], p. 106): “Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes [...] Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho.”. Os casarões centenários do *Barrio Antiguo* convivem no espaço e na *paisagem* de Monterrey, assim, e dialeticamente, com o moderno complexo de edifícios. Os automóveis do ano, com as pavimentações de ladrilhos de cidades históricas como Mariana, Goiás e Puebla. Em Gand, Bélgica, o *Château des Comtes de Flandre* (séc. IX), com renovações arquitetônicas e casarões dos séculos XIX e XX. Na Cidade do México, as ruínas pré-hispânicas do *Templo Mayor*, com a Catedral Metropolitana, cuja construção foi iniciada em 1573 e encerrou-se em 1813, e, no subterrâneo, com a estação metroviária do *Zócalo*, inaugurada em 1970. Os modelos não param por aí. Constituem-se infinitos.

Às vezes, esse “novo [também] não chega em todos os lugares e, quando chega, não é no mesmo momento; por isso o novo nem sempre chega quando é absolutamente novo.”,

complementa Santos (2014 [1988], p. 107). Exemplo disso é o sistema metroviário na América Latina. O de Buenos Aires é o mais antigo porque inaugurado em 1913. A Cidade do México estreou sua primeira linha em 1969. No Brasil, o de São Paulo é inaugurado em 1974 e o do Rio de Janeiro, em 1979. Já o de Caracas, na Venezuela, em 1983. Ou seja, uma *técnica* conhecida pelo menos desde 1863, com o introito da primeira linha de Londres, e que sofreu sensíveis modernizações ao longo do tempo, foi implementada como novidade na América Latina em momentos desiguais. O intervalo entre a inauguração do metroviário de Buenos Aires em relação aos dos outros países latino-americanos é enorme. Nessa toada, a percepção na *paisagem ex* novidade geralmente consolida uma naturalização de *objetos* e de *ações* no espaço. Evocando Milton Santos (2014 [1988], p. 83), Barros (2017, p. 112) avalia que “aquilo que constitui um dado artificial para uma geração, o produto de um artifício – e que pode ser visto como tal dentro de uma história – pode passar a ser visto como um dado mais ou menos natural” para as futuras gerações quando a outrora novidade passa a ser antiguidade.¹²⁶

Os pulsos de antiguidade e novidade não ficam restritos somente à materialidade dos *objetos*, também se estendem à influência do e ao campo das *ações*. “O arranjo de um lugar, pela aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar, quais sejam, o espaço, a política, a economia, o social, o cultural [...]”, reitera Milton Santos (2014 [1988], p. 106). Afinal, como também nos recorda o geógrafo, *paisagem* e espaço devem ser analisados paralelamente a essas outras instâncias (SANTOS, 2014 [1988], p. 75). A construção de um museu da Batalha de Monterrey somente foi possível graças à mobilização política dos atores sociais, da sociedade civil organizada. A construção do moderno complexo de edifícios residenciais no centro da capital *nuevoleonesa* foi igualmente impulsionada por interesses políticos, mas de outra ordem, acrescentando-se a isso a intencionalidade da especulação imobiliária. A modernização parcial ocorrida no Brasil da segunda metade do século XIX, tal como mencionada por Caio Prado Junior (2012, p. 88), é decorrente de uma FSE escravocrata, de herança colonial. Até mesmo, a chamada medicina tradicional comercializada em garrações com ervas e álcool por ambulantes na Praça da Sé e nos viadutos Santa Ifigênia e do Chá, no centro nevrálgico de São Paulo. Quanto ao tema, o historiador Sérgio Buarque de Holanda fornece instigante exemplo dessa inter-relação entre

¹²⁶ O fragmento de Santos retomado por Barros (2017, p. 112) é o seguinte: “Muitas vezes o que imaginamos natural não o é, enquanto o artificial se torna ‘natural’ quando se incorpora à natureza. Nesta, as coisas criadas diante dos nossos olhos – e que para cada um de nós são o novo – já aparecem para as novas gerações como um fato banal. O que vimos ser construído é, para as gerações seguintes, o que existe diante deles como natureza. Descobrir se um objeto é natural ou artificial exige a compreensão de sua gênese, isto é, de sua história.” (SANTOS, 2014 [1988], p. 83). No caso, o termo natural deve ser entendido aqui como expressão da naturalização do artificial. Ou seja, do horizonte dado pela *paisagem*.

novidade e antiguidade permeada pela dinâmica das *ações* entre indígenas e europeus no Brasil Colonial:

E foi certamente no contato assíduo do sertão e de seus habitantes que o paulista terá apurado as primeiras e vagas noções de uma arte de curar mais em consonância com nosso ambiente e natureza. No largo aproveitamento da fauna e flora indígenas [...] pelos jesuítas. Estes, antes de ninguém, souberam escolher, entre os remédios dos índios, o que parecesse melhor, mais conforme à ciência e à superstição do tempo. [...] “Remédios de paulistas” é como se chamavam em todo o Brasil colonial as receitas tiradas da flora e também da fauna de nossos sertões. [...] Compreende-se que aos naturais de São Paulo coubesse parcela considerável do esforço que iria desvendar em todas as direções a terra ignorada. Martius não deixa de registrar esse fato. “O mérito no descobrimento e na utilização das plantas curativas”, diz, “coube em maior grau aos paulistas, tanto quanto o descobrimento das minas de ouro.” Poderia acrescentar, sem hesitação, que isso só se tornou possível, em grande parte, dada a circunstância de, em São Paulo, mais do que em outras regiões brasileiras, terem permanecido longamente vivas e fecundas as tradições, os costumes e até a linguagem da raça subjugada. [...] Podem citar-se, também, casos de elementos importados, cujo emprego se generalizou acentuadamente, inclusive entre os índios, como ocorreu por exemplo com a aguardente de cana, que servia e ainda serve, misturada a certas ervas e outras mezinhas, para aumentar-lhes o poder curativo (HOLANDA, 2017, p. 93-95).¹²⁷

A inter-relação dinâmica entre esses pulsos geográficos, internos e externos, e essas forças históricas de antiguidade e novidade tornam cada espaço e cada *paisagem* um único universal. O que isso quer dizer? Que espaço e *paisagem* são categorias epistêmicas universais. Enunciam uma universalidade fenomênica que está em todos os tempos e lugares. E, mais além, são entidades entre si mesmas solidárias:

O espaço, como realidade, é uno e total. É por isso que a sociedade como um todo atribui, a cada um de seus movimentos, um valor diferente a cada fração do território seja qual for a escala de observação, e que cada ponto de espaço é solidário dos demais, em todos os momentos. A isso se chama a totalidade do espaço (SANTOS, 2014 [1985], p. 86).

Um espaço sempre o é para outro e vice-versa. Conquanto, e na mesma intensidade, dizem de fenômenos e objetos singulares: nenhum espaço – ou *paisagem* – é igual a outro. Podem ser correlatos, mas não totalmente idênticos. Como antes dito, em âmbito epistêmico, o espaço da Física não é o mesmo da Geografia. Na esfera fenomênica, o espaço está em todos os lugares e épocas, mas o compósito de cada espaço é *sui generis*. A composição espacial de Paris não é a mesma de Nova Iorque. E a de Nova Iorque, diferente de Buenos Aires. Que, por sua vez, distinta de São Paulo. Nesta capital, o bairro da Lapa destoa de Heliópolis e da Penha.

¹²⁷ Cita trecho de Martius e Veloso de Oliveira, *Sistema de matéria médica vegetal brasileira* (1854, p. 21 e SS).

E neste, a rua X é incomparável à rua Y. Já na rua Y, a casa A é distinguível da B. E assim sucessivamente. A *rugosidade* produz uma exclusividade espacial, fruto de interações e combinações únicas de pulsos geográficos e históricos. Por essa razão, Barros compara essa polifonia a uma sinfonia que:

Em um único lugar ou em um mesmo ponto do espaço, acontecimentos físicos diversificados [...] e processos decorrentes da ação humana em tempos históricos diversos parecem formar como que um grande acorde geográfico à espera de ser escutado pelos ouvidos competentes – conformando um grande desenho polifônico para o qual simultânea e sucessivamente confluem temporalidades várias [...]. Uma nota surge, depois da outra. Unidas em um destino comum, passam a soar juntas com as que lá já estavam. Uma terceira, então, abandona o acorde. Quem afinal rege esta sinfonia? (BARROS, 2017, p. 61).

Portanto, cada espaço é detentor de características e históricos peculiares, ainda que pertencentes a um mesmo tempo histórico e a um mesmo sistema de combinações geográficas (Cf. SANTOS, 2012 [1978], p. 258). E quem rege essa sinfonia não é um maestro, mas um conjunto de regentes de câmara: os *eventos*.¹²⁸ Aquilo se denominou até aqui a título explicativo de superposições: encontros no instante e lugar de pulsos. Para Santos (2017 [1996], p. 144), *evento* é possibilidade. E como possibilidade, propõe sempre uma nova História (SANTOS, 2017 [1996], p. 145). Eles traduzem o movimento de superposição inerente às *rugosidades* no instante e no lugar: “são, todos, Presente” e “acontecem em um dado instante, uma fração de tempo que eles qualificam.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 145). Os *eventos* organizam e regem o rearranjo dos *objetos e ações*, mudando as coisas, por vezes, transformando suas formas e seus conteúdos, “dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 146). O espaço, portanto, é realização da História, dos *eventos*: “É desse modo que o espaço testemunha a realização da história, sendo, a um só tempo, passado, presente e futuro.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 156). Por essa razão, cada espaço – e cada *paisagem* – é um único universal. Com correlatos; mas sem idênticos.¹²⁹

¹²⁸ A conceituação de evento aparece de maneira mais enfática na obra de Milton Santos no livro *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, publicado originalmente em 1996, o que sugere desenvolvimento tardio da ideia.

¹²⁹ A título ilustrativo poder-se-á tomar correlato na Biologia. Irmãos gêmeos são filhos dos mesmos pais, gerados em uma mesma gestação, carregam carga genética das mesmas fontes, mas, se dizigóticos, apresentam pouca semelhança genética. No caso dos gêmeos univitelinos, considerados quase – ou mais – idênticos. Isso porque podem desenvolver características fenotípicas distintas. A interação do genótipo com o meio modifica as formas e o conteúdo, concedendo-lhes características particulares. O que significa? Que dois gêmeos monozigóticos possuem traços parecidos, correlatos, mas não totalmente idênticos. Também as experiências sociais, ainda que apresentando como matriz um mesmo núcleo familiar, acabam conformando individualidades. Um gêmeo não pensa, não age, não gesticula, não se relaciona com o mundo da mesma maneira que o outro. Mesmo nos casos dos ditos gêmeos siameses.

A definição, porquanto a ideia mesma de *evento* na Geohistória de Milton Santos, encontra ressonância à de outro autor caro à História. Ao abordar o sentido da História, o historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen (2015, p. 44) define o evento como “[...] algo que tenha ocorrido, em determinado tempo, em determinado lugar, de determinada maneira.”. Outrossim, para Rüsen (2015, p. 44), o evento em seu instante de facticidade ainda não se apresenta como histórico ou como circunscrito a uma *paisagem* histórica – ao critério de Santos. “Isso só ocorre quando o evento é colocado em conexão temporal com outros eventos para ser interpretado enquanto faz sentido [...]”, afirma o alemão. Desse ponto, e em afinidade com a ontologia do espaço miltoniana, o evento deve ser compreendido dentro do quadro da totalidade que o produz. Ou seja, em conformidade com os demais pulsos – ou *eventos*. E, no tocante à *démarche* da História, trata-se do momento em que está apto de ser acolhido “interpretativamente, em uma representação do processo temporal.” (RÜSEN, 2015, p. 44). Ou, como referiu-se Santos:

Na realidade, o espaço integra todos esses tempos, fornecendo-lhes uma base concreta, ela própria constituindo o objeto de uma história. Sua originalidade [ou, exclusividade; singularidade] nasce exatamente de que as combinações de tempos particulares são fortemente marcadas pelo dado geográfico, em que todos esses “tempos teóricos” se integram para dar lugar a uma espécie de tempo “real”, à dimensão tanto histórica como geográfica, econômica, sociológica e política (SANTOS, 2013 [1978], p. 74).

O reconhecimento da “originalidade” do espaço – e da *paisagem* – leva a outra questão. O espaço dado como acúmulo de ocorrências de *eventos* mobilizados por *forças geográficas* e *forças históricas*, por *sistemas de objetos* e *sistemas de ações* de épocas e intencionalidades diversas é mais do que um único universal abstrativo (conceitual), realiza-se, quanto fenômeno que é, como um *híbrido*: “O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição social e do físico, um misto, um híbrido.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 86). E a cadência do sentido hibridação em Santos vai mais além, aclarada no capítulo “O Espaço Geográfico, um Híbrido”, na proposição:

A cada evento, a forma se recria. Assim, a forma-conteúdo não pode ser considerada apenas como forma, nem apenas como conteúdo. Ela significa que o evento, para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada a que se realizem as funções de que é portador. Por outro lado, desde o momento em que o evento se dá, a forma, o objeto que o acolhe ganha uma outra significação, provinda desse encontro. Em termos de significação e de realidade, um não pode ser entendido sem o outro, e, de fato, um não existe sem o outro. Não há como vê-los separadamente. A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social (SANTOS, 2017 [1996], p. 102-103).

Portanto, espaço e *paisagem* não são fenômenos puros. Realizam-se e se conformam como híbridos por excelência. Forjados na *rugosidade*, dado que “[...] dentro de cada espaço, encontramos uma distribuição irregular dos modelos mais avançados [...] a coabitação de modelos antigos e modernos e em *muitos raros lugares há homogeneidade* [...]” (SANTOS, 2012 [1978], p. 217 – grifo nosso). E, quiçá, desde o cerne das intencionalidades: “*la existencia de un espacio de la copresencia, de la resistencia y de la contigüidad, tejido de modernidades y obsolescencias materiales y organizacionales [...] fruto de la hibridación de racionalidades.*” (SILVEIRA, 1997, p. 9).¹³⁰ Espaço e *paisagem* resultantes dessas superposições de técnicas de épocas e matrizes distintas e de intencionalidades e conformidades díspares, imprimindo no lugar e no tempo os registros – as marcas – desse ímpeto de hibridação.

A ideia de hibridação na Geografia Renovada de Milton Santos – tal como nas outras concepções até aqui elencadas – não é estranha aos historiadores latino-americanos e, portanto, à nossa História. Encontra correlato no uso, aplicação e definição do termo desde a Antropologia. Em *Culturas Híbridas*, o argentino Néstor García Canclini o utiliza e define e o aplica a inúmeros estudos de caso sobre as formas e os conteúdos dos objetos culturais na América Latina, decalcados no horizonte histórico-cultural de *nuestra América*, seja em tempos coloniais, pela originalidade de seu barroquismo, ou na modernidade, por uma modernização parcial calcinada no “divórcio” entre o modernismo simbólico e a modernização socioeconômica (GARCÍA CANCLINI, 2008, p. 96-97).

Por hibridação, García Canclini (2008, p. XIX) compreende os “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”.¹³¹ E que resultam em estruturas, objetos e práticas ímpares, com formas e conteúdo, que mesmo carregando traços de suas matrizes, a elas são díspares. Evidentemente, trata-se de conceito emprestado das Ciências Biológicas e realocado tanto quanto readequado às Ciências Sociais. Mas, ao contrário do que ocorre naquele campo de ciência dura, em que o termo pode também aludir à esterilidade passível ao híbrido, na realocação antropológica jamais o híbrido é um estéril (Cf. GARCÍA CANCLINI, 2008, p. XX-XXI). Assim como na Geohistória de Milton Santos. Isso porque os híbridos, uma vez instalados – naquele caso na esfera do cultural; neste, como espaço ou

¹³⁰ No trecho citado, a geógrafa María Laura Silveira se refere ao caso específico das regiões. Contudo, sugere-se aplicável aqui também ao espaço como um todo. O trecho foi igualmente citado pelo Prof. Dr. Fábio Betioli Contel (In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p. 137).

¹³¹ Por estruturas ou práticas discretas, o antropólogo argentino antevê aquelas que ainda estão em estágio formativo. Ou seja, que no presente estão ganhando forma e adquirindo conteúdo. Como exemplo de estrutura discreta, cita o *spanglish*, dialeto que mistura palavras e expressões em inglês e espanhol, geralmente adotado em comunidades latino-americanas nos Estados Unidos (Cf. GARCÍA CANCLINI, 2008, p. XIX).

paisagem – mobilizam novos pulsos de superposição. Outras *rugosidades*. E assim sucessivamente. Não há, portanto, horizonte cultural e espaço horizontal puros. À medida em que o horizonte geohistórico se apresenta mais complexo, naturalmente artificializado, a velocidade dessa sucessão se torna cada vez mais significativa:

A palavra hibridação aparece mais dútil para nomear não só as combinações de elementos étnicos ou religiosos, mas também a de produtos de tecnologias avançadas e processos sociais modernos ou pós-modernos. [...] Poucas culturas podem ser agora descritas como unidades estáveis, com limites precisos baseados na ocupação de um território delimitado. Mas essa multiplicação de oportunidades para hibridar-se não implica indeterminação, nem liberdade irrestrita. A hibridação ocorre em condições históricas e sociais específicas, em meio a sistemas de produção e consumo que às vezes operam como coações, segundo se estima na vida de muitos migrantes. [...] As megalópoles multilíngues e multiculturais, por exemplo, Londres, Berlim, Nova York, Los Angeles, Buenos Aires, São Paulo, México e Hong Kong, são estudadas como centros em que a hibridação fomenta maiores conflitos e maior criatividade cultural [...] (GARCÍA CANCLINI, 2008, p. XXIX-XXX).

No entanto, não somente as megalópoles guardam evidências desse hiperaquecimento das hibridações a partir do século XX. Instigante estudo encampado pelo historiador brasileiro Marco Antonio Neves Soares demonstrou a realização do fenômeno em outra escala, a da interiorana Rolândia, no noroeste do estado brasileiro do Paraná, cuja população atual não ultrapassa 70 mil habitantes. A cidade foi fundada pouco antes da eclosão da Segunda Guerra como colônia predominantemente de refugiados da política antissemita do partido nazista, recebendo, a partir de 1933, considerável número de judeus alemães (Cf. SOARES, 2012, p. 29). Todavia, não somente judeus e sociais-democratas desembarcaram em Rolândia. Partidários do nazismo também fincaram raízes na cidade. E, segundo Soares (2012, p. 177), essa presença só não foi maior em decorrência das restrições impostas pela *Companhia de Terras Norte do Paraná* (CTNP), empresa de capital britânico responsável por organizar a colonização branca e asiática da região. O contexto em si diz muita coisa. Esperava-se a reprodução naquele rincão de terras brasileiras – então, isolado de tudo – da hostilidade antissemita vivenciada em Europa - que, de certo modo, não deixou de existir ou expressar sua face na localidade.¹³² Mas, ao invés de mera sobreposição, prevaleceu superposição. O país era outro, as leis outras, a realidade local, outra. Isolados no meio da mata, a dependência comunitária tornou-se superlativo. E o isolamento da comunidade como um todo, fator crucial

¹³² Soares (2012, p. 181) menciona que uma célula do Partido Nacional-Socialista chegou a atuar na região, fazendo tremular suásticas durante a inauguração da Escola Alemã, em 1935.

de sobrevivência dos refugiados judeus que, camuflando símbolos, evitaram “expor suas sabidas origens não arianas e mais propriamente judaicas” (SOARES, 2012, p. 181).

A riqueza do estudo levado a cabo por Soares, porém, não reside no mapeamento da *paisagem* dos vivos. Mas na urbanidade dedicada aos mortos. Nas necrópoles. Ou melhor, no que as cidades dos mortos revelam sobre o mundo dos vivos. Entre outros panteões, tomando como *locus* de investigação o diminuto e emblemático cemitério São Rafael, localizado na zona rural de Rolândia, à margem de uma estrada de terra batida ladeada de plantações de soja e milho e assentado sob a sombra de uma igreja Católica Apostólica Romana (Cf. SOARES, 2012, p. 207). Nele, durante trabalho de campo, o historiador apercebeu nos símbolos presentes nas sepulturas, ou na falta deles, indícios de celebração ou ocultamento da judeidade: que “ora é escancarada, ora é ocultada” (SOARES, 2012, p. 241). Mais além, é notório o vívido convívio no diminuto espaço entre símbolos cristãos e judeus, algo provavelmente inimaginável em outro lugar. Características que acentuam o hibridismo daquela necrópole. E, mais além, revelam a hibridação da *paisagem* de Rolândia, realizada antes no mundo dos vivos:

A visibilidade da presença judaica em Rolândia é nítida e evidente, basta observar os marcadores étnicos criados e desenvolvidos nas sepulturas tidas como israelitas neste trabalho. Embora não se tenha constituído uma comunidade judaica institucionalizada, e justamente por causa disso, as expressões da religiosidade judaica desenvolvidas na localidade são múltiplas e muitas vezes eivadas de hibridismo, fruto de sua adoção e integração aos valores sociais brasileiros. Em última análise, revela a construção de uma etnicidade, assentada em valores simbólicos que são representações das experiências de fuga e refúgio, somado àquelas estabelecidas pela convivência com a brasilidade, da qual os seus descendentes vêm construindo e vivenciando (SOARES, 2012, p. 238).

A hibridação da *paisagem* de Rolândia é sem dúvida excepcional. E diz como um todo que espaço – e *paisagem* – é heterogêneo, reconfiguração de *técnicas* de tempos distintos e advindas de lugares diversos. Mas o exemplo abre brechas para pensar um quadro mais amplo. Que outro lugar que não nas Américas as hibridações são mais proeminentes? Afinal, a História do continente, balizada por interculturalidades dadas a partir de encontros nem sempre pacíficos de populações e de *técnicas* de origens e matizes tão diversos, revela-se excepcional incubadora de hibridações. O estudo de García Canclini o demonstra ao tematizar uma série desses fenômenos culturais. Entre eles, a estreita relação, no continente, entre políticas de modernização e os museus, explorando os casos do *Museo Nacional de Antropologia* e do *Museo de Culturas Populares*, no México. Espaços culturais em que, em maior ou menor grau, a museografia evidencia uma tentativa de supressão, quando não de equalização, do híbrido a

partir de certa “teatralização do patrimônio”, de um “esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora” (GARCÍA CANCLINI, 2008, p. 162). Cumpre-se assim o ensejo de uma política estatal que outrora buscou forjar uma identidade nacional amparada numa ideia de unidade, que impossível.

A fronteira México-Estados Unidos é igualmente um expressivo exemplo de hibridação nas Américas. O sociólogo mexicano Valenzuela Arce (2012, p. 79) considera que a atual fronteira norte do México “*se conforma de campos intersticiais y rizomáticos, sujetos a intensos procesos de transculturación, recreación, resistencia y disputa cultural.*”; portanto, o adjetivo que melhor define este espaço é “*heterogeneidade*” (VALENZUELA ARCE, 2012, p. 79). Vide a convivência histórica – e, igualmente, nem sempre pacífica, porque antitética – de identidades culturais multifacetadas (indígenas, chicanos, centro-americanos, asiáticos, estadunidenses, mexicanos etc.).¹³³ Do lado norte da margem do Rio Grande (ou Bravo), a massiva presença de comunidades de chicanos e mexicanos – alguns dos quais, pertencentes a famílias instaladas na região desde o século XIX – tem levado jornalistas e teóricos das Ciências Sociais à consideração de que essa interculturalidade geohistórica engendrou um novo e híbrido país dentro do território dos Estados Unidos: a *Mexamérica* (Cf. VALENZUELA ARCE, 2012, p. 63).¹³⁴ Uma região que se estende de leste a oeste desde o Texas à Califórnia e de sul a norte, do Rio Grande até a fronteira com o Canadá. Um país com uma cultura toda própria, com um idioma próprio (o *spanglish* – ou, *espanglés*) e com uma economia pungente que interconecta e movimenta a robusta rede de negócios da América do Norte.

O caráter de excepcionalidade das Américas como berço e vertedouro de hibridações, portanto, de *rugosidades*, advém, como antes mencionado, de sua configuração geohistórica. Mas, e em consequência, também, no caso da América Latina, mormente de seu subdesenvolvimento. Isso indiretamente acaba refletindo – graças ao peso das migrações históricas *pal’norte* – na porção desenvolvida do continente.¹³⁵ O espaço – e, por conseguinte, a *paisagem* – dos países subdesenvolvidos é geográfica e historicamente menos homogêneo que os dois países do norte econômico. Nesse sul, mais do que em qualquer outra parte, as modernizações impostas são seletivas, não atingindo todo o território, ademais de que não acolhidas de todo e ao mesmo tempo, havendo maior seletividade (SANTOS, 1979b, p. 20). São esses espaços, portanto, *derivados, periféricos, abertos, seletivos, incompletos*,

¹³³ *Chicanos*: estadunidenses de origem mexicana.

¹³⁴ A jornalista mexicana radicada nos Estados Unidos, Fey Berman, tem sido uma aguerrida defensora da utilização do termo *Mexamérica* para designar esse território densamente povoado por gerações de mexicanos e chicanos. No tocante ao Rio Grande, conhecido entre os estadunidenses como Rio Bravo.

¹³⁵ *Pal’norte*, contração em espanhol – atualmente, um hispanismo – da expressão *para el norte*.

descontínuos, fracionados, não integrados, instáveis e, a fim e a cabo, *espaços de resistência*. Explicita-se.

Derivados, porque epicentros magnéticos de constante influência externa – longínqua – advinda dos países centrais (Cf. SANTOS, 2013 [1978], p. 123). *Periféricos*, porque econômica e “geograficamente ou geometricamente” na periferia do capitalismo e das políticas globais (Cf. SANTOS, 2013 [1978], p. 123-124). *Abertos*, em decorrência de sua disposição histórica de atendimento às demandas econômicas dos países centrais, antes metrópoles (Cf. SANTOS, 2013 [1978], p. 124). *Seletivos*, dado a uma modernização que “[...] imposta do interior ou do exterior é sempre seletiva nas suas formas e efeitos”, consolidando que nem todas as variáveis modernas são “recebidas ao mesmo tempo nem no mesmo lugar” (SANTOS, 2013 [1978], p. 125). *Incompletos*, quando comparados aos espaços dos países desenvolvidos, em virtude das carências de infraestrutura e de ocupação (Cf. SANTOS, 2013 [1978], p. 126), o que resulta na conformação de um espaço *descontínuo* - ou seja, “zonas ‘vazias’ sucedem às ocupadas” - no qual “as combinações de variáveis podem passar muito rapidamente de uma situação de densidade para uma situação de rarefação.” (SANTOS, 2013 [1978], p. 126). *Fracionados*, já que “pode ser objeto de uma multiplicidade de decisões cuja descontinuidade é responsável por uma soma de influências e de polarizações de toda espécie.” (SANTOS, 2013 [1978], p. 127). Internamente *não integrados*, em consequência de que os espaços internos são menos autodeterminados entre si do que esses pelos espaços centrais do exterior, produtores de *técnicas* mais modernas (Cf. SANTOS, 2013 [1978], p. 128). *Instáveis*, dadas as defasagens tanto de acolhimento temporal de *técnicas* modernas “quanto às diversas variáveis cuja combinação caracteriza o lugar.” (SANTOS, 2013 [1978], p. 128). No caso, combinação de variáveis *técnicas* de temporalidades tão distintas. E, por fim, pela conjunção de todas as anteriores, *espaços de resistência*, porque “Uma vez que as forças externas alcançam um espaço qualquer e forçam sua transformação, elas são obrigadas a se compor com a herança do passado que marca esse espaço num momento dado.” (SANTOS, 2013 [1978], p. 129). Condição última, notória nos espaços da América Latina, onde as modernizações são sempre parciais, como demonstrado pelo estudo de García Canelini:

A perspectiva pluralista, que aceita a fragmentação e as combinações múltiplas entre tradição, modernidade e pós-modernidade, é indispensável para considerar a conjuntura latino-americana de fim de século [XX]. Assim se comprova [...] de como se desenvolveram em nosso continente os quatro traços ou movimentos definidores da modernidade: emancipação, expansão, renovação e democratização. Todos se manifestaram na América Latina. O problema não reside em que não nos tenhamos modernizado, mas na maneira

contraditória e desigual com que esses componentes vêm-se articulando. (GARCÍA CANCLINI, 2008, p. 352).

As *rugosidades* conferem, assim, senso de temporalidade e, portanto, de historicidade ao espaço geográfico – e à *paisagem* – na Geohistória de Milton Santos. Determinam-no como *locus* de acumulação desigual de tempos, de *técnicas* de uma gama diversa de temporalidades e intencionalidades. Nesse sentido, “impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência como tempo histórico” (SANTOS, 2014 [2005], p. 63). Na mesmíssima proporção seria ininteligível “que a sociedade [ou melhor, a História] possa realizar-se sem o espaço ou fora dele”, interposto que toda “[...] sociedade evolui no tempo e no espaço” (SANTOS, 2014 [2005], p. 63). Como anteriormente enunciado, o espaço – e, também a *paisagem* – é determinado-determinante tanto de conjuntos sistêmicos de *técnicas* objetificadas (*objetos*) quanto conjuntos sistêmicos de *técnicas* motilizadas (*ações*). Logo, as expressões desses conjuntos sistêmicos possíveis cristalizam-se como formas e marcas sociais no lugar, como *inércia dinâmica*, através dos *eventos*, que entendidos por Santos (2017 [1996], p. 144) “como possibilidade”. Em outras palavras: “[...] o espaço é matéria trabalhada por excelência: a mais representativa das objetificações da sociedade, pois acumula no decurso do tempo, as marcas das práxis acumuladas” (SANTOS, 2012 [1982], p. 33).

Em contrapartida, à medida que reflete essa superposição de tempos, de momentos de artificialização, às *rugosidades* do espaço – e da *paisagem* – proporcionalmente se interpõem outros ou novos parâmetros de temporalidades. “Cada nova técnica não apenas conduz a uma nova percepção do tempo”, mas com igual força “obriga a um novo uso do tempo [...]”, corroborou Santos (2017 [1996], p. 186). Esses regimes de temporalidades são claramente demarcados ao longo da História: a Revolução Neolítica impingiu os tempos de plantio e colheita; a Idade Média, os dias santos e as horas canônicas demarcadas pelo soar dos sinos de igrejas e conventos na Europa cristã, bem como os almuadens desde os minaretes das mesquitas no mundo muçulmano; a Revolução Industrial – como outrora demonstrado –, a imposição do tempo mecânico, ditando o ritmo de produção; e, por fim, o *nosso* tempo, o da era científico-informacional, abrindo-se caminho ao ditame temporal do relógio quântico. Cada um desses regimes de temporalidades incondicionalmente dita novos regimes de historicidade. Afinal, espaço – e *paisagem* – na Geografia Renovada de Milton Santos tanto contém o tempo como condiciona o tempo, que, por sua vez, tanto contém do espaço como condiciona espaço:

O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade. [...] A noção de espaço é assim

inseparável da ideia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal (SANTOS, 2014 [1985], p. 36).

E, mais além, à medida que:

[...] cada vez que o uso social do tempo muda, a organização do espaço muda igualmente. [...] De um estágio da produção a um outro, de um comando do tempo a um outro, de uma organização do espaço a uma outra, o homem está cada dia e permanentemente escrevendo sua história, que é ao mesmo tempo a história do trabalho produtivo e a história do espaço (SANTOS, 2012 [1978], p. 204).

As *rugosidades* confirmam que “A história é uma totalidade em movimento, um processo dinâmico cujas partes colidem continuamente para produzir cada novo momento” (SANTOS, 2014 [1985], p. 72). E que as mudanças ocorrem “a diferentes níveis e em diferentes tempos [...] sempre, porém, inexoravelmente vinculadas umas às outras.” (SANTOS, 2014 [1985], p. 72). Mais além, a vitalidade da ideia de *rugosidades* na Geohistória de Milton Santos se situa conceitualmente num quadro mais amplo, dado pela renovação, a partir da década de 1970, da Geografia Humana, que é o da perspectiva da espacialidade diferencial (Ver BARROS, 2017, p. 150-158).¹³⁶ Ele diz respeito ao movimento de compreensão do espaço geográfico e das espacialidades na contemporaneidade a partir de suas complexidades intrínsecas, questionando o modelo “mecânico, técnico e não problematizado” das modernas escolas geográficas nacionais (BARROS, 2017, p. 150). Barros (2017, p. 158) é taxativo ao afirmar que “A percepção da vida social e individual sob a perspectiva de uma espacialidade diferencial pode enriquecer consideravelmente a historiografia.” Dessa maneira, o conceito de *rugosidades* emanante da e dorsal na Geohistória de Milton Santos emerge como um salto qualitativo. Trata-se, pelo menos desde a disciplina História, à consideração de possíveis interditos metodológicos, de um indicativo de ganho teórico que pressupõe o reconhecimento definitivo, desde um conhecimento engajado das Ciências Humanas, de um espaço quadridimensional¹³⁷ em que “o tempo se impõe como uma dimensão essencial.” (SANTOS, 2012 [1978], p. 252).

¹³⁶ Em Santos o termo espacialidade diferencial é substituído pelo de espacialidade fragmentada. Barros (2017, p. 150) acrescenta que “a perspectiva da espacialidade diferencial – de certo modo abordada por muitos autores contemporâneos desde as últimas décadas do século XX, embora não com este mesmo nome – encontra um de seus desenvolvimentos mais sistemáticos com o geógrafo francês Yves Lacoste [...], em seu livro mais conhecido: *Geografia: isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra* (1976).”

¹³⁷ À diferença do espaço tridimensional, constituído por altura, largura e profundidade, ou seja, por denominadores concêntricamente físicos, a concepção de espaço quadridimensional acrescenta a esses referenciais o denominador tempo. A ideia de espaço quadridimensional foi introduzida pela Física no século

4 A GEOHISTÓRIA DE MILTON SANTOS: CATEGORIAS, CONCEITOS, TEMPORALIDADES

O fato de que os eventos sejam ao mesmo tempo espaciais e temporais não significa que se pode interpretá-los fora de suas próprias determinações ou sem levar em conta a totalidade da qual eles emanam e que eles reproduzem. O espaço social não pode ser explicado sem o tempo social.

Milton Santos, *Por uma Geografia Nova*

O conceito de *rugosidades* interpela-nos a pensar o *espaço* – e, portanto, a *paisagem* – pelos caracteres de complexidade que lhe são próprios. Como *fator social* que é. E como objeto, categoria, instância e “matéria trabalhada por excelência” da Geografia, “representativa das objetificações da sociedade”, da expressão das superposições de tempo, das intencionalidades e de *práxis* inúmeras acumuladas (SANTOS, 2012 [1982], p. 33). Afinal, “o espaço é um sistema complexo, um sistema de estruturas, submetido em sua evolução à evolução de suas próprias estruturas.” (SANTOS, 2014 [1985], p. 28).¹³⁸

Todavia, um olhar disciplinar das Ciências Sociais para esse espaço complexo por natureza – e ainda mais complexo em nossos dias – deveria levar à apreensão do movimento geral que o determina, bem como das mobilizações que, em sua concretude, partindo dele são determinadas. Trata-se do esforço de compreender a “lei do movimento geral da sociedade, pois é pelo movimento geral da sociedade que apreendemos o movimento geral do espaço.” (SANTOS, 2012 [1982], p. 38). Um olhar que desfeticiza o espaço, arrancando “à natureza [do espacial] os símbolos que ocultam a sua verdade.” (SANTOS, 2012 [1982], p. 39).

XX na esteira do campo de possibilidades aberto pela Teoria da Relatividade, de Albert Einstein. A teoria preconiza “*que el tempo puede reducir o aumentar de velocidad [...]*” e que, portanto, “*el tempo cambia según las circunstancias*” e conforme a percepção do observador (WATSON, 2017b, p. 111). Santos (2012 [1978], p. 252) antevê interditos metodológicos à conformação dessa aceção tal e qual advinda da Física, uma vez no caso da Geografia se “supõe que o tempo seja definido em um contexto propriamente geográfico e não em um contexto geométrico e que seja considerado objetivamente e não subjetivamente.”

¹³⁸ Barros (2017, p. 150) considera que “a perspectiva da espacialidade diferencial – de certo modo abordada por muitos autores contemporâneos desde as últimas décadas do século XX, embora não com este mesmo nome – encontra um de seus desenvolvimentos mais sistemáticos com o geógrafo francês Yves Lacoste (n. 1929 -), em seu livro mais conhecido: ‘Geografia: isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra’ (1976).” O objetivo do conceito de espacialidade diferencial – ou, em outra designação, espaço complexo –, sobretudo, é dar a perceber em maior nível de consciência a complexidade e o dinamismo das espacialidades contemporâneas, onde “uma realidade espacial e informacional cada vez mais complexa recobre a vida deste homem moderno que, um tanto paradoxalmente, mergulha cada vez mais na inconsciência espacial, no viver fragmentado, na incapacidade de existir plenamente, de sentir e compreender todas as forças e instâncias que regem a sua própria vida.” (BARROS, 2017, p. 152).

Tomando-lhe, assim, não como produto último da natureza bruta, como o fazem os colegas físicos, biólogos, geólogos etc., mas como lugar da realização social do humano e como a própria realização social humana. É, em última instância, “revalorizar o trabalho e revalorizar o próprio homem, para que ele não seja mais tratado como valor de troca.” (SANTOS, 2012 [1982], p. 39).

Essa desfeticização do espaço prediz o reconhecimento de proposições analíticas complementares. A de que, como superposições dadas no tempo e no lugar, o espaço é a realização “da história dos modos de produção e das formações sociais” (SANTOS, 2012 [1982], p. 33), porquanto é História. E, em consequência, de que “o valor real de cada coisa no interior” dessa realização dos modos de produção e das formações sociais somente pode ser disciplinarmente abstraído através de um olhar para a totalidade dos fenômenos que engendra ou comporta (Cf. SANTOS, 2012 [1982], p. 39). Nesse sentido, como reforçado no capítulo anterior: “O espaço, como realidade, é uno e total” (SANTOS, 2014 [1985], p. 85). E, portanto, para dar conta de sua complexidade, é imprescindível essa detenção aos seus particularismos, expresso por sua totalidade:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo. (SANTOS, 2014 [1985], p. 15).

Por totalidade deve-se compreender a capacidade analítica de “descobrir sistematicamente, em todo problema histórico abordado, os diversos vínculos e conexões que existem entre um problema e as sucessivas ‘totalidades’ que o contextualizam [...]” (AGUIRRE ROJAS, 2007, p. 44). Nesse sentido, conforme ainda asseverou Aguirre Rojas (2007, p. 45): “[...] tempo e o espaço correspondentes a um certo fato histórico são coordenadas ou ‘totalidades’ sempre fundamentais para a sua adequada compreensão [...]”. A regra em alcançar a totalidade sem perder de vista a fragmentação – ou totalidades sucessivas – que demarca os movimentos dialéticos que conformam a realidade é tanto válida aos geógrafos quanto aos historiadores; mais ainda, a todo geohistoriador. Uma vez que, de um ponto de vista disciplinar, na análise do espaço – e, por conseguinte, da *paisagem* – “cogitamos apenas dos seus elementos, da natureza desses elementos ou das possíveis classes desses elementos, não ultrapassamos o domínio da abstração.” (SANTOS, 2014 [1985], p. 25). As coisas – e o espaço em semelhança – não se dão na realidade como fatos isolados, mas sempre em relação, que nos permite “conhecê-las e defini-las” (SANTOS, 2014 [1985], p. 25). Desvendá-las. Santos (2014 [1985],

p. 77) reconhece assim “que não se pode estudar o todo pelo todo”. Mas que é igualmente contraproducente a redução – portanto, limitação – do todo pelas e somente nas partes. Afinal, “O espaço total e o espaço local são aspectos de uma única e mesma realidade [do espacial] – a realidade total – à imagem do universal e dos particulares.”, como bem atentou o geógrafo (SANTOS, 2012 [1978], p. 208). Em suma:

A totalidade é a realidade em sua integridade. [...] A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento. [...] É a realidade do todo o que o buscamos apreender. Mas a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. O todo é algo que está sempre buscando renovar-se, para se tornar, de novo, um outro todo (SANTOS, 2017 [1996], p. 116-117).

Deve-se atentar, contudo, que, seja na Geografia Crítica (ou, Geografia Renovada) praticada por Santos, seja do ponto de vista da História Crítica, pensar a totalidade sem pensar as frações – ou divisões abstrativas da realidade – é um erro. Segue-se a isso a suposta ingenuidade imprecisa de alguns teóricos pós-modernistas em fazer confundir totalidade – e, portanto, o olhar analítico sobre a totalização – com totalização analítica. Ou, mesmo, com um olhar totalizador (simplificador) ou com um suposto totalitarismo analítico. Numa História que se pretende verdadeiramente crítica – como deveria ser toda a História – é sempre oportuno que o historiador estabeleça “o feixe de conexões que um fato ou fenômeno histórico investigado terá com os diferentes contextos em que acontece” (AGUIRRE ROJAS, 2007, p. 45). Logo, imprescindível também a uma Geohistória crítica guiar-se pelo fato de que “Pensar a totalidade, sem pensar a sua cisão [as suas divisões] é como se a esvaziássemos de movimento” (SANTOS, 2017 [1996], p. 118), estabelecendo, como nos ensina Santos, uma clara e objetiva distinção entre totalidade, que é abstração, e totalização, que diz da expressão do movimento do fenômeno:

O processo histórico é um processo de separação em coisas particulares, específicas. Cada nova totalização cria novos indivíduos e dá às velhas coisas um novo conteúdo. O processo de totalização conduz da velha à nova totalidade e constitui a base de conhecimento de ambas. [...] O processo pelo qual o todo se torna um todo é um processo de desmanche, de fragmentação e de recomposição, um processo de análise e síntese ao mesmo tempo. Trata-se de um movimento pelo qual o único se torna múltiplo e vice-versa. [...] A metamorfose do real-abstrato em real-concreto, da essência em existência, da potência em ato é, conseqüentemente, a metamorfose da unidade em multiplicidade. Essa totalização, diz o Sartre dos Problemas de Método (1960), “está permanentemente em processo como História e como Verdade histórica.” [...] Também Lukács chama a atenção para esse momento de passagem, essa atualidade cuja percepção exige que o todo seja surpreendido

em seu movimento. E a melhor maneira de surpreender esse movimento é observar a cisão da totalidade (SANTOS, 2017 [1996], p. 120-121).

A Geohistória de Milton Santos encarregou-se de desvelar essa totalidade do espaço – do espaço como instância complexa que é; espaço complexo – sem perder de vista os particularismos do espacial através do incremento de periodizações conceituais, de categorias analíticas e de um amplo repertório de instrumentos conceituais. De igual maneira, concebeu à vista da indissociabilidade entre tempo e espaço expressa pelas *rugosidades*, redefinições e balizas temporais próprias à sua epistemologia, a fim de operacionalizar o entendimento da dinâmica espacial. Ou seja, das particularidades do espaço em cada estágio do desenvolvimento da *técnica*, uma vez que, de “fato, a noção de totalidade subentende a noção de tempo porque a realidade é um estado, mas é também uma totalização em marcha [...] uma situação, e uma situação em mudança” (SANTOS, 2012 [1978], p. 219). Onde todos os elementos em escala e dinâmica encontram-se dentro de uma cadeia de relações e realizações, de hierarquia de variáveis, que condizem à própria natureza e razão de ser do espaço como *fator social* (Cf. SANTOS, 2012 [1978], p. 256).

Partindo desse método, debruçado sobre a apreensão da totalidade e, portanto, das respectivas singularidades a ela devidas, o geógrafo baiano concebe que “espaço total” e “espaço local” realizam-se em simultaneidade, em referência mútua, tornando-se parte de “uma única e mesma realidade – a realidade total – à imagem do universal e dos particulares.” (SANTOS, 2012 [1978], p. 208). De igual maneira, postula que, nesse encadeamento entre universais e particulares, “as ações entre as diversas variáveis estão subordinadas ao todo e aos seus movimentos” e que essas variáveis atuam uma sobre as outras, sobre um conjunto de variáveis outras, ou mesmo sobre si mesmas (SANTOS, 2014 [1985], p. 27). Logo, quando a totalidade é vislumbrada pelo método, deixa-se de produzir uma ciência de causa-efeito para realizar uma verdadeira ciência da compreensão, do entendimento. Ponto de entendimento em que a Geohistória braudeliana converge com a Geohistória miltoniana: a de realização de uma Geohistória Total.

Nesse sentido, este quarto e último capítulo ocupa-se da apresentação dessas periodizações conceituais, das categorias e instâncias analíticas e dos conceitos miltonianos, vislumbrando seus potenciais usos por historiadores e demais cientistas sociais, sempre que possível, demonstrando, por intermédio de exemplos ou correlatos historiográficos, suas respectivas aplicabilidades ao campo da História. O reconhecimento da potencialidade historiográfica desses instrumentos metodológicos desenvolvidos por Milton Santos não é novo. Em seu *História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares*, José D’Assunção

Barros (2017, p. 23; 26) o faz reconhecendo: 1º) “que o espaço também é tempo, de modo que o geógrafo também se aproxima do historiador na sua tarefa de estudar os homens no tempo, embora com uma perspectiva própria”; 2º) a potencialidade para a História das categorias analíticas e dos conceitos miltonianos, tais como, entre outros, o de *território*, de *fixos*, de *fluxos*, de *forma*, de *função*, *estrutura*, *processo* etc.¹³⁹ As páginas seguintes dedicar-se-ão à reapresentação de alguns desses conceitos e categorias já inventariados por Barros, buscando detalhá-los à contraposição ou endosso do trabalho do teórico brasileiro.

Deve-se considerar ainda que a introdução e composição do referido repertório conceitual e, principalmente, da realocação de categorias analíticas de matriz marxista, como as de *estrutura*, *processo*, *forma* e *função*, por Milton Santos, realizou-se como tentativa bem-sucedida de abraçar a análise da totalidade do espaço (Cf. CONTEL, 2014, p. 403). E, *qui pro quo*, de apercebimento nas dinâmicas do espacial dos movimentos dialéticos, próprios da natureza constitutiva e realizadora do espaço como *fator social*. Outrossim, recorda-nos Grimm (2011, p. 135-136) que se tratou de um “esforço de elaboração de uma epistemologia própria à disciplina partindo da determinação do espaço geográfico como seu objeto”, em que, tendo como marco o retorno do geógrafo ao Brasil, traduziu o ensejo por parte de Milton de “releitura de categorias e conceitos internos à disciplina” quanto de “proposição de novos conceitos e categorias dinamizadas pela internalização de outras categorias externas.”. Por sua vez, Contel (In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p. 127) recorda-nos de que Milton Santos foi dotado de sensibilidade em identificar algumas categorias fundamentais à disciplina Geografia, ao entender que, dadas as necessidades e desafios históricos impostos àquela área, era preciso desafiar a compreensão puramente nominal e condensar ideias em termos explicativos e funcionais. Enfim, um repertório que:

[...] ofereça um sistema de conceitos capaz de reproduzir, na inteligência, as situações reais enxergadas do ponto de vista dessa província do saber. A primeira tarefa, sem a qual o requisito da pertinência não será atingido, é bem circunscrever o nosso objeto de trabalho (SANTOS, 2017 [1996], p. 114).

É a partir desse momento que, em vista de facilitar o estudo da totalidade do espaço – bem como o da complexidade dialética inerente aos movimentos que conformam a realidade – que Milton Santos introduz uma instrumentalização conceitual no mínimo inovadora na Geografia, a dos “pares conceituais dialéticos” (GRIMM, 2011, p. 136), ou compostos conceituais. Para o geógrafo brasileiro, respaldando-se no antropólogo e filósofo Bruno Latour,

¹³⁹ Quanto aos conceitos e categorias miltonianas supracitados e, mormente, reconhecidos por Barros, vide Quadro 1 presente na página 26 da obra do autor.

se “o espaço é, como pretendemos, um resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações [...]”, deve-se evitar “o equívoco epistemológico, herdado da modernidade, de pretender trabalhar a partir de conceitos puros.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 101).¹⁴⁰ Essa base conceitual elaborada pelo brasileiro buscou, em última instância, oferecer também, por meio desses dialéticos compostos, “um sistema de conceitos capaz de reproduzir, na inteligência, as situações reais enxergadas do ponto de vista dessa província do saber [...]” (SANTOS, 2017 [1996], p. 114), aqui denominada Geohistória.

Outrossim, o referido repertório conceitual foi pensado por Santos a fim de dar conta de uma especificidade do contemporâneo espacial, que diz respeito ao compósito – e, porquanto, singularidade – dos espaços dos países subdesenvolvidos. “De fato, a definição do espaço nos países subdesenvolvidos, mesmo tomando-se como base sua natureza íntima, não é comparável às definições adotadas nos países desenvolvidos, as quais frequentemente aparecem como alguma coisa geral”, asseverou Santos (2013 [1978], p. 122). Dito isso, vale especificar que, à revelia dos espaços do norte econômico, nos países subdesenvolvidos, as espacialidades realizam-se – e caracterizam-se – pela derivação, periferização, abertura, seletividade, incompletude, descontinuidade, fracionamento, não integralização, instabilidade e fremente resistência, realizando-se como fenômenos por uma totalização distinta àquela observada nos países desenvolvidos.¹⁴¹ E, por conseguinte, consolidando-se menos homogêneos.

Mas, mais do que isso, os instrumentos conceituais na Geohistória de Milton Santos possibilitam o reconhecimento e detalhamento abstrativo, no plano epistemológico, das *rugosidades*. O que é de grande serventia à disciplina História. A expectativa é que, na leitura do presente capítulo, os historiadores possam visualizar e encontrar, com algum grau de

¹⁴⁰ Referência à obra *Nous n'avons jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique* (La Découverte, 1991), de Bruno Latour.

¹⁴¹ Os referidos tópicos e seus respectivos detalhamentos encontram-se no livro *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*, de 1978. Na nota, restringimo-nos apenas ao labor de síntese explicativa. Por derivação, Santos entende a influência exercida por forças externas na composição dos espaços do mundo subdesenvolvido (SANTOS, 2013 [1978], p. 123). Dela resulta a periferização, que diz respeito ao grau de dependência dos países dessas regiões dos centros econômicos (SANTOS, 2013 [1978], p. 123). A abertura corresponde ao fato de que há espaços ainda abertos à exploração do capital internacional, compostos por vazios economicamente subutilizados (SANTOS, 2013 [1978], p. 124). Quanto à seletividade, essa condiz com o fato de que, por suas rugosidades, os espaços no Terceiro Mundo são por natureza seletivos quanto à incorporação das modernizações (SANTOS, 2013 [1978], p. 125). O que concorre à incompletude dessas modernizações nesses territórios (Cf. SANTOS, 2013 [1978], p. 126). Não obstante, passíveis de incompletude, no conjunto, esses espaços não se apresentam de maneira uniforme, homogênea, prevalecendo extensões de preenchimento e extensões de vazios, o que diz respeito de seu caráter de descontinuidade (Cf. SANTOS, 2013 [1978], p. 126). Trata-se, portanto, de espaços fracionados, realizados a partir do descontínuo por influências e polarizações de toda espécie (SANTOS, 2013 [1978], p. 127). Devido a essa especificidade, dialética, o conjunto espacial comumente consolida-se não integrado entre si (Cf. SANTOS, 2013 [1978], p. 128), apresentando maior instabilidade (Cf. SANTOS, 2013 [1978], p. 128), o que deriva, a fim e a cabo, um caráter de maior resistência à incorporação das modernizações impostas pelas forças externas (Cf. SANTOS, 2013 [1978], p. 129), corroborando assim sua dualidade quanto à inflexão dos agentes exteriores: fragilidade, por um lado, e fortaleza, por outro.

aprofundamento, instrumentais poderosos. E que, principalmente, coloquem em marcha tal instrumentalização em suas respectivas pesquisas. Decerto e em geral, alguns desses potentes instrumentos foram pensados por Santos a fim de dar conta de espacialidades contextualizadas por balizas do contemporâneo. Como todo empréstimo de natureza epistemológica, porém, realiza-se através de realocações e readequações, caberá a cada pesquisador, preservando-se as fundamentações teóricas aqui expressas, a observância nesses instrumentos do devido valor e aplicabilidade, a fim e a cabo de instrumentalização prática ao ensejo de realização de uma História Crítica.

4.1 Tempo e temporalidades do espaço geográfico na Geohistória miltoniana

O reconhecimento na ontologia do espaço de Milton Santos, através do conceito de *rugosidades*, da indissociabilidade entre tempo e espaço – ou seja, de que aquele é determinado-determinante deste e vice-versa –, levou o geógrafo à consideração de que cada FSE e, conseqüentemente, cada lugar, atua como referência e referente, enunciado e enunciador, de tempos diversos e de temporalidades próprias. Assim, se cada lugar diz de um arranjo espacial único, ainda que com correlatos, cada espacialidade também é enunciativa de um arranjo temporal que demarca tanto a circunscrição no tempo dado pelo modo de produção dominante quanto a sua singularidade:

Na verdade, [...] cada país é portador de uma temporalidade própria, sem dúvida subordinada à temporalidade internacional fornecida pelo modo de produção. Essa temporalidade própria e interna ao país é igualmente objetiva, atuante e relativamente autônoma. Trata-se de um *tempo interno* próprio de cada país, que decorre paralelamente ao *tempo externo*, dado pelo modo de produção dominante (SANTOS, 2014 [2005], p. 64 – grifos do autor).

Evidente que esses tempos *interno* e *externo* realizam-se no arranjo expresso pelas *rugosidades*. Por superposições no micro e no macro. Não obstante, representam uma só vez o tempo cronológico, aquele em que se desenrolam as atividades humanas e que pode ser teórica e mecanicamente auferido de maneira mais ou menos universal, ou mesmo local, por calendários, fusos, relógios etc., bem como pelo tempo cultural, dado pelo compartilhamento de um conjunto de técnicas referentes ou não ao modo de produção dominante da época. Mas, ainda que essa dialética temporal – *tempo interno versus tempo externo* – explicativa dos movimentos de resistência ou de incorporação no lugar do novo seja *objeto* técnico, a sua sistematização no compósito teórico como abstração é um denominador desafiante.

No tocante à sistematização teórica desse *tempo interno*, do e próprio ao lugar, a Geohistória miltoniana fala através mesmo de consabidos, porque ordinários, referenciais de tempo(s) e de temporalidade(s): ano, década, século, momento, evento, instante, presente, passado, futuro, rápido, lento etc. Mas, e quanto àquele *tempo externo*, pretensiosamente mais ou menos universal? E, portanto, inquiridor de normatização de amplitude conjuntural? Nessa seara, Milton Santos utiliza, para a sua Geografia Renovada, divisões de caráter analítico-pragmático, mais ou menos consensuais, empregadas na disciplina História.¹⁴² A clássica repartição a título de estudo em Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea nada ou pouco diz à sua Geohistória. E, portanto, à relevância teórica no interior de sua ontologia do espaço do estudo da *técnica*. O estabelecimento metodológico de uma periodização de base e instrumentalização geográficas demonstrou-se fundamental:

Na verdade, o nosso grande problema não é o de empiricizar o espaço, que também é formado de coisas materiais e tangíveis; mas de empiricizar o tempo e o espaço ao mesmo tempo. [...] Tempo é espaço, e espaço é tempo. Para serem trabalhados em conjunto e de forma concreta, têm que ser empiricizados, e tal empiricização é impossível sem a mesma periodização. É pelo significado particular, específico, de cada segmento do tempo que apreendemos o valor de cada coisa num dado momento (SANTOS, 2014 [1988], p. 92).

O incremento de uma periodização sumamente de caráter geográfico assegurou a Santos (2014 [1988], p. 92) a liberdade de definição e redefinição de conceitos, ao passo que autorizou epistemologicamente “a empiricização do tempo e do espaço, em conjunto” no interior de sua Geografia Renovada. Por esse caminho, rejeitou, como antes afirmado, a engessada divisão tradicional em períodos conjunturais advinda da História, mas manteve-se fiel à conservação do entendimento do materialismo histórico-dialético da mecânica temporal, dado pelo reconhecimento do modo de produção dominante em cada período. Essa compreensão miltoniana da História e, mormente, do tempo estrutural como história da realização da *técnica* – ou seja, como história da realização do espaço e do espaço realizado – estabeleceu um fracionamento tripartite em que o *meio* é um denominador absoluto, propondo, a fim e a cabo,

¹⁴² Le Goff (2015, p. 29) atribui que todo esforço de divisão da História em períodos jamais é um “ato neutro e inocente”, ademais de reconhecer que é necessário artifício provisório, porque os parâmetros e o próprio entendimento sobre a História mudam com o passar do tempo. No entanto, também esclarece que essas divisões de caráter operacional e didático possibilitam aos historiadores – e, por conseguinte, a estudiosos de outras áreas das Ciências Humanas – uma ferramenta de controle das macros temporalidades (Cf. LE GOFF, 2015, p. 29). A clássica divisão quadripartite (Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Contemporaneidade) majoritariamente adotada no Ocidente pelos historiadores, encontrando algumas poucas exceções, revela-se peculiarmente eurocêntrica à medida que adota como critérios pivotais a História das sociedades do Ocidente da Europa.

a seguinte periodização: *meio natural*, *meio técnico-científico* e *meio técnico-científico-informacional*.

Observa-se na tripartição proposta a ênfase a dois vocábulos: *técnico* e *científico*. Portanto, à compreensão de que, à revelia do *meio natural*, os dois outros *meios* articulam como enunciados do advento e superlativo daquela 2ª natureza do espacial, apresentada e comentada no capítulo precedente. Noutras palavras, dizem respeito à conformação de espacialidades determinadas e orientadas pela *técnica*. Não por quaisquer normativas *técnicas*, mas, respectivamente, por uma orientação protocientífica e declaradamente científica, determinada pela realização concreta de um *período tecnológico* no sentido mais amplo do termo.¹⁴³ Para Santos (2017 [1996], p. 236), os períodos técnicos são fundamentados na “emergência do espaço mecanizado”, em que “os objetos que formam o meio não são, apenas, objetos culturais; eles são culturais e técnicos, ao mesmo tempo.” Desse modo:

Os objetos técnicos, maquinicos, juntam à razão sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais, criando nos lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos. Os objetos técnicos e o espaço maquinizado são *locus* de ações “superiores”, graças à sua superposição triunfante sobre as forças naturais (SANTOS, 2017 [1996], p. 237).

O estudo de Grimm (2011, p. 164) destaca, nesse sentido, a contribuição do trabalho do filósofo tcheco Rodovan Richta no tocante à introdução do termo *período tecnológico*.¹⁴⁴ Conceito cujo conteúdo caracteriza os períodos históricos concatenados pelas primazias da *técnica* e da *ciência* como produtora *técnica* (Cf. GRIMM, 2011, p. 164).¹⁴⁵ Pode-se afirmar, assim, que o conceito de meio técnico-científico e o seu derivado *meio técnico-científico-*

¹⁴³ Relembrando que por *técnica* e, consequentemente, por tecnológico, agora, deve-se abarcar tanto as realizações técnicas instrumentais (objetos técnicos) no uso do sentido comum do termo, quanto o conjunto de outros meios – inclusive de *ações* – que possibilitam a interação do homem com a natureza bruta e a realização do espaço como *fator social*.

¹⁴⁴ O mencionado livro de Richta é *La civilización en la encrucijada*, de 1968. A obra organizada pelo filósofo contou com inúmeros autores representantes de diversas disciplinas que versaram sobre as seguintes temáticas: a natureza da revolução científica, as mudanças no mundo do trabalho, a conformação das relações sociais nas sociedades industriais e a produção e a reprodução de conhecimento. O filósofo notabilizou-se também por cunhar a expressão *evolução tecnológica*, preconizando que, à medida que evoluem as sociedades tecnológicas, o trabalho braçal é substituído pelo intelectual.

¹⁴⁵ A autora assegura que o conceito de *meio técnico-científico* – que, posteriormente, rumou para a elocução do termo *meio técnico-científico-informacional* – aparece pela primeira vez nos trabalhos do geógrafo no artigo *Espaço e capital: o meio técnico-científico*, de 1981 (Cf. GRIMM, 2011, p. 164-165). E que o referido texto resulta de conferência antes realizada por Milton no IV Encontro Nacional de Geógrafos, sediado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em julho de 1980 (GRIMM, 2011, p. 165). Todavia, em *A Natureza do Espaço*, Milton Santos (2017 [1996], p. 234 – nota de rodapé) afirma o que segue: “Vimos tratando desse tema desde 1980, quando apresentamos uma comunicação ao Encontro Nacional dos Geógrafos promovido pela AGB, em Porto Alegre. Esse trabalho foi depois reproduzido em nosso livrinho *Espaço e Método* 2014 [1985]. Levamos também uma comunicação a um simpósio da OEA (Washington, 1986), ‘O Período Técnico-científico e os Estudos Geográficos’”.

informacional confabulam como “a ‘geograficização’ efetiva do período tecnológico já que as variáveis-chave, no caso técnica e ciência, tornam-se meio.” (GRIMM, 2011, p. 165).

Deve-se atentar de antemão que as periodizações estabelecidas indicam cumprir duas funções na Geohistória de Milton Santos: a) de divisão de caráter analítico-pragmático, como até aqui exposto; b) como também uma espécie de teoria geográfica das temporalidades. Quanto à primeira função, ela está mais do que demonstrada pela produção teórica do autor até o momento referenciada. E, para quem, sobretudo: “Todo e qualquer período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 96). Porém, a função decorrente transparece nessa Geohistória apenas de maneira tangenciável. Como axioma mesmo. Mas sua fundamentação é concreta. E sua realização – e razão de ser – demonstrada pelo geógrafo na seguinte passagem:

Ora, essas técnicas que nos trazem as periodizações, que nos permitem reconstituir como aquele palimpsesto, que é a paisagem, a acumulação de tempos desiguais, que é a paisagem urbana, como ela chega até nós, permitem-nos também passar dos tempos justapostos aos tempos superpostos. Se considerarmos a história do espaço e do tempo ao longo da História, vamos ver que ela é o passar de momentos que se propuseram justapostos, isto é, em que cada sociedade que criava o seu tempo através de suas técnicas, através do seu espaço, através das relações sociais que elaborava, através da linguagem que conjuntamente criava também, a tempos que não são mais justapostos, tempos que são superpostos, isto é, aquele momento que o capitalismo entroniza, no qual há uma tendência à internacionalização de tudo e que vai se realizar plenamente nos tempos dos quais somos nós contemporâneos, onde há uma verdadeira mundialização. [...] Isso quer dizer que, paralelamente a um tempo que é sucessão, temos um tempo dentro do tempo, um tempo contido no tempo, um tempo que é comandado, aí sim, pelo espaço (SANTOS, 2002b, p. 21).

O anseio do geógrafo por um instrumental temporal geográfico era antigo. Pois, pelo menos desde 1979, Santos parecia se ocupar com a inscrição do ente tempo em sua ontologia do espaço. Em *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, de 1979, o geógrafo se valeu de uma classificação predominantemente historiográfica em que prevalece o uso da tradicional divisão de base historiográfica dada por períodos conjunturais, pela História estrutural. Na obra, Santos (2008 [1979], p. 33) apresenta três grandes períodos do desenvolvimento da *técnica*: 1) XV-XVI até a Revolução Industrial, pautado pelas grandes navegações; 2) XVIII até a II Guerra Mundial, dado pela revolução

industrial; e, por fim, 3) de 1945 até a atualidade, representado pela revolução tecnológica.¹⁴⁶ Divisão que posteriormente foi suplantada por aquela outra, tripartite, predominantemente de fundamentação geográfica: *meio natural*, *meio técnico-científico* e *meio técnico científico-informacional*.

O meio natural corresponde ao predomínio daquele espaço de 1ª natureza. Trata-se, portanto, não do espaço da natureza virgem, mas do meio em que os recursos naturais ainda são subutilizados pelo homem, dada certa carência tecnológica ou fragilidade das técnicas. Período em que “as técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 235). Ou seja, sem uma vigorosa intencionalidade promulgada pela técnica. “Nesse período, os sistemas técnicos não tinham existência autônoma [...] e podemos dizer, talvez, que o possibilismo da criação mergulhava no determinismo do funcionamento.”, consubstancia Santos (2017 [1996], p. 235-236). Em última instância, trata-se do período em que prevalece a supremacia da circunstancialidade sobre a da intencionalidade da técnica, que estava em estágio ainda rudimentar. Os desígnios daquela primeira natureza, da ecologia do mundo natural, condicionam e determinam, a fim e a cabo, a segunda natureza, *técnica*, já existente, mas incipiente e frágil.

De um ponto de vista cronológico, pode-se correlacionar de maneira didática – porquanto sempre arriscada, porque simplificadora – que esse macro período tem início com os primórdios da aventura humana no planeta Terra até os séculos XV e XVI, abarcando a totalidade da Pré-história, da Antiguidade e da Idade Média. No entanto, esvaindo-se essa compreensão de determinação puramente cronológica, pode-se afirmar desde uma observação mais antropológica que o *meio natural* ainda prevalece em nossos dias nos horizontes culturais de algumas poucas sociedades. Nesse conjunto, destacam-se sumamente etnias com um elevado grau de afastamento ou isolamento das chamadas sociedades ocidentais modernas: os *surma* da Etiópia, os sentineleses da Índia, os *pintupi* da Austrália e os *piriutiti* e *akurio* do Brasil, entre outras.¹⁴⁷

¹⁴⁶ Observa-se que, nessa obra, o autor já destaca algumas características basilares do *meio técnico-científico-informacional*: “O terceiro período é marcado pela revolução do consumo, sobre o qual jamais se falará o suficiente, assim como pelo papel da guerra na industrialização de numerosos países subdesenvolvidos. Caracteriza-se também pela importância que assumem as economias de escala, consequência de uma tecnologia renovada.” (SANTOS, 2008 [1979], p. 35).

¹⁴⁷ Dessas, o povo da Ilha Sentinela do Norte talvez seja o grupo humano mais isolado de todos. Ao longo do século XX expedições lideradas por antropólogos indianos tentaram sem grande sucesso estabelecer contato com os habitantes da ilha. Recentemente, em 2018, um missionário norte-americano foi alvejado e morto a flechadas ao intentar estabelecer contato com os nativos. No tocante aos *pintupi*, imprescindível assinalar que se trata muito mais de uma língua compartilhada por aborígenes do Deserto Ocidental da Austrália do que propriamente uma única etnia.

Desde a perspectiva da disciplina História, o *meio natural* é o horizonte cultural absoluto das sociedades pré-mercantis, do imperativo do tempo geobiológico. Nessas sociedades, a ecologia do tempo do natural em maior ou menor grau orienta – ainda que não plenamente condicione – a organização social, o ritmo da economia, a ocorrência das guerras, a vida bucólica nos campos etc. No caso do ocidente – mas alerta-se: não para todas as sociedades ocidentais, nem ao mesmo tempo – esse cenário começa a se esmaecer a partir do século XV. Braudel (2009, p. 535-536) argutamente o reconhece ao afirmar que, a partir do momento em que a Europa cristã se lança “à conquista do mundo”, ao imperialismo transatlântico, ao comércio mercantil, “chegaremos a outro nível da concorrência, a outra escala da dominação”, respaldada na “divisão internacional do trabalho e, claro, lucros que dela resultarão.” Um novo horizonte de possibilidades se abre à *técnica*, em grande medida, concomitantemente orientado pelo impulso protocientificista do Renascimento.¹⁴⁸

Esse novo horizonte aberto pelo mercantilismo e, por conseguinte, pelas Grandes Navegações, inaugurou no Ocidente o período que Santos denomina de *meio técnico-científico*, caracterizado pelo desenvolvimento da Ciência e dos instrumentais técnicos mecânicos. Não obstante, trata-se do período em que se desenvolveram as grandes correntes filosóficas da modernidade: o racionalismo, o empirismo, o idealismo, o marxismo, o existencialismo etc. E também do pensamento econômico: a fisiocracia, o mercantilismo, o liberalismo econômico, o socialismo e o keynesianismo. Coadunam-se, como não poderia deixar de ser, por intermédio da criação das primeiras cátedras universitárias, os mais diversos campos do conhecimento científico: a Biologia, a Física, a Química, a Antropologia, a História e a Geografia modernas, entre outras. Também se realiza como o período das grandes revoluções: a Inglesa (1640-1688), a Americana (1776), a Francesa (1789), as independências das ex-colônias na América Latina, a Revolução Francesa de 1848, a Revolução Mexicana (1910-1920) e a Revolução Russa. Em decorrência, foi igualmente o período em que eclodiram os dois grandes e únicos conflitos mundiais, além dos morticínios do Holocausto e das grandes guerras regionais (a da Criméia, entre 1853-1856, da Guerra Mexicano-Americana, já citada, a do Paraguai, entre 1864-1870, a da Guerra Civil Americana, 1861-1865 e as guerras do Pacífico, 1879-1883, e dos Boxers, 1899-1900), envoltas no invólucro de apelos imperialistas. Trata-se do momento da História

¹⁴⁸ Isso no caso do Ocidente cristão, porque não se pode olvidar as conquistas nos mais diversos campos do conhecimento operadas pelo Islã. Bernard Lewis (2004, p. 24-25) recorda que, entre o declínio da Antiguidade Clássica e a Idade Moderna, “o islã era a civilização que liderava o mundo, marcada por seus grandes e poderosos reinos, pela riqueza e variedade da indústria e do comércio, por suas ciências e artes engenhosas e criativas.”. O legado científico muçulmano é verificado nos mais diversos campos: álgebra, óptica, cartografia, navegações etc.

em que, tal como no capítulo anterior realçado, se realiza o superlativo do tempo mecânico em detrimento do tempo biológico, do imperativo da aceleração do tempo e da complexificação do espaço, com uma maior inferência das atividades humanas sobre a ecologia do mundo natural.

O período do *meio técnico-científico* se estendeu até a Segunda Guerra Mundial. Mas o auge de sua concretização histórica ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, com as duas revoluções industriais. O incremento da máquina a vapor e a racionalização do tempo e do espaço fomentaram maior agressividade da relação do homem com o meio. Desde a cabina de um trem ou da escotilha de um navio, distância e tempo de viagens foram encurtados. O telégrafo possibilitou o envio e recebimento rápidos de mensagens intercontinentais. A indústria encurtou o tempo de produção e o alargamento do raio de consumo. Por outro lado, a especialização e a divisão internacional do trabalho se acentuaram. Em escala local à escala global. E em decorrência disso, a exploração, a discriminação e a pobreza. Especializações e divisão internacional do trabalho não raras vezes amparadas em concepções classistas, racistas e xenófobas. Em suma, embalsamadas por uma orientação puramente de caráter imperialista. O magistral Benedict Anderson (2008, p. 140) demonstra, ao tomar como exemplo, o sugestivo caso do “império onde o sol nunca se põe”:

[...] o que se deve ressaltar é que a anglicização criou milhares de *pals* por todo o mundo. Nada sublinha melhor a contradição fundamental do nacionalismo oficial inglês, ou seja, a incompatibilidade intrínseca entre o império e a nação. E digo “nação” deliberadamente, porque sempre há a tentação de explicar os *pals* em termos racistas. Ninguém na plena posse de suas faculdades negaria o caráter profundamente racista do imperialismo oitocentista inglês. Mas os *pals* também existiram nas colônias *brancas* – Austrália, Nova Zelândia, Canadá e África do Sul. Lá também proliferaram os mestres ingleses e escoceses, e a anglicização também era uma política cultural. Tal como para os *pals* indianos, estava-lhes vedada a tortuosa rota de ascensão ainda aberta, no século XVIII, para os escoceses. Os australianos anglicizados não podiam fazer parte do serviço público de Dublin ou de Manchester, e tampouco de Ottawa ou da Cidade do Cabo. E, até que se passasse muito tempo, nem podiam se tornar governadores-gerais de Canberra. Só os “ingleses ingleses” podiam – ou seja, os membros de uma nação inglesa semioculta (ANDERSON, 2008, p. 140 – grifos do autor).¹⁴⁹

A racionalidade instaurada pelo *meio técnico-científico* é a da lógica burguesa, constituindo a Revolução Industrial a derradeira instituição dessa classe social e do modo de produção capitalista na História. A partir dessa lógica, a busca desenfreada pelo lucro, a

¹⁴⁹ *Pal*, ou, “camarada”, referência aos funcionários indianos da Coroa britânica. À distinção dos funcionários britânicos de origem, os *pals* eram considerados pelos ingleses uma subclasse de funcionalismo. Portanto, não gozavam dos mesmos direitos, de privilégios e dos mesmos postos na hierarquia do império (Cf. ANDERSON, 2008, p. 138-139).

exploração do homem pelo homem e destes em relação aos recursos naturais ganharam contornos nunca imaginados. Como bem assinalou Thompson (1987, p. 28), é essa “economia política que Marx dissecou n’*O Capital*”. No que tange às relações humanas, elas passam cada vez mais a serem verticalizadas. Com a Revolução Industrial, a “relação de exploração é mais do que a soma de injustiças e antagonismos mútuos” dadas no passado. Trata-se de uma relação “despessoalizada, no sentido de que não admite qualquer das antigas obrigações de mutualidade – de paternalismo ou deferência, ou de interesses da ‘Profissão’” (THOMPSON, 1987, p. 28). Conforma-se, desse modo, a verticalidade da dominação remota. Como aquela expressa pela tese da “segunda escravidão” de Tomich (2011, p. 81-97), no capítulo precedente relatado. Ou então, através da paulatina derrocada final das “economias-mundo”, do estabelecimento definitivo de um “mercado mundial”: “O comércio de longa distância não é tudo, mas é a passagem obrigatória para um plano superior do lucro [...] Com estas economias-mundo, chegaremos a outro nível da concorrência, a outra escala da dominação.” – auferiu Braudel (2009, p. 535).¹⁵⁰ De qualquer maneira, a fim e a cabo, o *meio técnico-científico* ainda se realiza no presente na conformação – pelo menos parcial – das espacialidades do mundo subdesenvolvido. Nos países do norte econômico (e político) apresenta-se sobremaneira como resquício.¹⁵¹

O último período dessa divisão é marcado pelo *meio técnico-científico-informacional*. Realiza-se como continuidade do desenvolvimento histórico do meio anterior, determinado pelo recrudescimento da lógica burguesa, pela ampliação do leque de respaldo do conhecimento científico e, por fim, pelo aprofundamento da dominação remota, vertical. Santos (2017 [1996], p. 234-235) o define como “o meio geográfico do período atual”, em que prevalecem os objetos “elaborados a partir dos mandamentos da ciência”, que “se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às

¹⁵⁰ O conceito de economias-mundo foi introduzido por Braudel em referência aos sistemas econômicos regionais. Ou seja, para designar a pluralidade organizativa da economia, até princípios da Idade Moderna diferenciada em cada parte do Mundo. Com as Grandes Navegações, paulatinamente essas economias-mundo são substituídas a partir do domínio europeu por um “mercado mundial”, caracterizado pelas trocas dentro do sistema mercantil em escala global. (Cf. BRAUDEL, 2009, p. 115-198; p. 199-328; p. 519-534). Ainda assim, entendido que, até o final dos anos 70, Braudel defendeu a pertinência do conceito em vista da permanência na contemporaneidade da pluralidade organizativa econômica, aludindo às existências de uma economia-mundo ocidental, uma economia-mundo soviética, uma economia-mundo chinesa etc.

¹⁵¹ Em maior ou menor grau, os três períodos interatuam no compósito do espaço. Contudo, nos países desenvolvidos, os dois períodos anteriores – a saber, o *meio natural* e o *meio técnico-científico* – consolidam suas presenças na atualidade do espacial mais como resquícios do que como dados objetivos da realidade. Deve-se considerar que resquício não é sinônimo de fragmento, tampouco de passividade. Em cidades como Paris, Roma e Barcelona, por exemplo, o *meio técnico-científico* ainda se faz presente na arquitetura, mas mais como resquícios de época outra, que obviamente impactam a configuração dos espaços urbanos atuais, do que propriamente como condicionantes de determinação dessas urbanidades, tal como ocorre nos países subdesenvolvidos. O tema por si mesmo merece maior atenção.

diversas modalidades e às diversas etapas de produção.”. Em outras palavras, trata-se do período do superlativo da *técnica* propulsão, organizada e direcionada pelas intencionalidades da Ciência e da Informação. Na maioria das vezes, a serviço de uma dominação vertical – de cima para baixo e de fora para dentro – artífice, portanto, cúmplice, dos interesses e da lógica do Capital. É o tempo e o espaço das megacorporações multinacionais e transnacionais, do mercado financeiro internacional e dos governos a eles subservientes. Assim como o tempo e o espaço dos “meios de comunicação extremamente difundidos e rápidos” (SANTOS, 2014 [1985], p. 42). Ciência e Tecnologia e Informação encontram-se, a fim e a cabo, “na própria base da produção, da utilização e funcionamento do espaço e tendem a construir seu substrato.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 238) Desse modo:

Podemos então falar de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação. [...] Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a aparência geográfica da globalização (SANTOS, 2017 [1996], p. 239).

Esse terceiro período, e, logo, meio técnico, inicia-se com a Segunda Guerra (Cf. SANTOS, 2014 [1985], p. 42; 2017 [1996], p. 238), mas a “sua afirmação, incluindo os países de Terceiro Mundo, vai realmente dar-se nos anos de 1970” (SANTOS, 2017 [1996], p. 238). Ainda segundo Santos (2014 [1985], p. 54), eis o período e meio em que o fator dominante, a técnica, é predominantemente dado pelo trabalho intelectual universal, realizando-se como uma etapa do desenvolvimento do capitalismo antecipadamente entrevista por Marx, em que, cada vez mais, os meios de produção estão concentrados nas mãos de alguns poucos agentes econômicos (Cf. SANTOS, 2014 [1985], p. 54). E, por conseguinte, ainda mais acintosa a abertura do fosso que separa os ricos dos pobres, os territórios economicamente centrais daqueles mais periféricos, os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos. Notório é, pois, nesse período, o recrudescimento da divisão internacional do trabalho (Cf. SANTOS, 2014 [1985], p. 43). Do estabelecimento de um Sul deveras dependente da ciência e de tecnologias de ponta desenvolvidas por aquele Norte político-econômico, que também não deixa de ser centro irradiador de conhecimentos e tendências. Ao Sul cabe, portanto, os papéis de reprodutor, de celeiro de *commodities* e de coadjuvante político e econômico. Enfim, de braços e pernas em

contraposição ao Norte macrocefálico.¹⁵² Uma condição vista por outro prisma, mas igualmente endossada por Hobsbawn:

A globalização e a redistribuição da produção continuariam a trazer para a economia global o resto dos 6 bilhões de pessoas do mundo. Mesmo pessimistas congênitos tinham de admitir que era uma perspectiva encorajadora para os negócios. A grande exceção era o aparentemente irreversível alargamento do abismo entre os países ricos e pobres do mundo, processo um tanto acelerado pelo desastroso impacto da década de 1980 sobre grande parte do Terceiro Mundo, e a pauperização de muitos países ex-socialistas. A menos que houvesse uma espetacular queda na taxa de crescimento da população do Terceiro Mundo, parecia provável que o fosso continuaria ampliando-se. A crença, segundo a economia neoclássica, em que o comércio internacional irrestrito permitiria aos países mais pobres chegar mais perto dos ricos, vai tanto contra a experiência histórica quanto contra o bom senso. Uma economia mundial que se desenvolvia pela geração de desigualdades tão crescentes estava, quase inevitavelmente, acumulando encrencas futuras. (HOBSBAWN, 1993, p. 436-437).

Os países protagonistas da ciência e que, portanto, detém maior tecnologia, conformam-se, assim, como os mais avançados (Cf. SANTOS, 2014 [1985], p. 43). E, portanto, protagonistas independentes de sua própria História. Já aos países tecnológica e cientificamente mais dependentes resta o resiliente papel de colônias indiretas, sob o manto de aparente independência. Reavivando com semelhantes, ou, talvez, maiores ímpetos de psicopatia e de crueldade, os genocídios étnicos e de diversidades outrora iniciados pelos conquistadores europeus nas Américas, África e Ásia a partir do século XVI. Relegando a esses territórios ocupados a partir do intento de homogeneização, uma história predestinada à especialização (Cf. SANTOS, 2014 [2005], p. 121) produtiva. À subserviência, seja como fornecedores de commodities, seja como consumidores e operacionalizadores de *técnicas* importadas.

¹⁵² O termo macrocefalia é utilizado em Geopolítica – e, também, inúmeras vezes por Milton Santos – para designar a tendência que ocorre em muitos países de concentração das forças políticas, econômicas, culturais e administrativas na capital ou em algumas capitais regionais (ver SANTOS, 2008 [1979], p. 306). Desse modo, tomando como exemplo os países da América Latina, a Cidade do México, Santiago do Chile, Buenos Aires, Bogotá, Caracas, Montevideu, Havana, Panamá City, Rio de Janeiro e São Paulo conformam-se como exemplos de macrocefalias em seus respectivos países. No caso do Brasil, as capitais fluminense e paulista apresentam uma concentração desproporcional de serviços e indústrias, de instituições culturais e universidades, de capital financeiro etc. quando comparadas a outras capitais regionais. Considera-se nesse capítulo também a possibilidade de utilização do conceito para designar a concentração desigual de produção de riquezas, de conhecimentos, de produtos culturais e de maior representatividade política nas decisões globais nas mãos dos países do Norte político-econômico. No tocante à utilização dos qualificativos “braços” e “pernas”, essa se justifica, por efeito, em referência à tradição eclesiástica da Idade Média, que concebia a sociedade cristã como um corpus tripartite, dividido em *oratores*, *bellatores* e *laboratores*, respectivamente, os que oram (a cabeça), os que guerreiam (os braços) e os que trabalham (as pernas). Resguardadas as diferenças e funções dessas definições, pode-se afirmar que a macrocefalia dada pela concentração intelectual da técnica institui em esfera global uma divisão internacional do trabalho de algum modo semelhante, cabendo aos países do Norte político-econômico o trabalho cefálico, aos países do Terceiro Mundo industrializado a representação dos braços produtivos e, por fim, ao restante dos países subdesenvolvidos, o papel de pernas de sustentação do sistema.

A colonização se aprofunda respaldada no refinamento das intencionalidades. De fato, uma nova roupagem para velhas práticas de dominação. No caso de alguns países, o elevado grau de dependência científico-tecnológica leva-os a uma situação ainda mais delicada, a de subespecialização: o de “novas colônias periféricas no mundo subdesenvolvido” (SANTOS, 2014 [1985], p. 44). Ou seja, a um duplo estado de dependência. Porque, ademais de dependentes dos países desenvolvidos, tornam-se também tecnológica e cientificamente subordinados às potências subdesenvolvidas regionais. Esse colonialismo *a la matriosca* institui profundo grau de subdesenvolvimento. Essa nova roupagem do colonialismo é ainda mais cruel do que aquela do período técnico-científico, exatamente porque:

Até o período anterior, as inovações alcançaram somente umas poucas áreas e uns poucos indivíduos. A sociedade e o espaço dos países subdesenvolvidos eram assim atingidos muito pouco pelas inovações emanadas dos polos, cuja transferência seletiva era conseguida pela acumulação, num mesmo ponto, de inovações transferidas e pela relativa dispersão de inovações “induzidas”. Todavia, os espaços atingidos por inovações “induzidas” e por inovações “transferidas” estavam obrigatoriamente em contato. O desenvolvimento de todos estes espaços não era homogêneo entre os países, nem dentro de um mesmo país. As condições do impacto também variavam com o tempo, porque as variáveis do crescimento mudam com as “modernizações.” (SANTOS, 2014 [1985], p. 46-47).

O protagonismo de concentração do saber científico nos centros do sistema numa era em que a tecnologia constitui uma força autônoma de desenvolvimento (SANTOS, 2014 [1985], p. 43) também reflete a maior concentração da informação (Cf. SANTOS, 2014 [1985], p. 44). Não por acaso, são os países do Norte político-econômico os detentores das universidades e instituições de pesquisa com bibliotecas, laboratórios, arquivos, museus, centros culturais e sistemas de conectividade intranet ou internet mais bem aparelhados. Também são suas universidades e revistas científicas as mais requisitadas e mais bem ranqueadas. O que dizer do catálogo da *Library of Congress* ou do acervo do *Smithsonian National Museum of Natural History* dos Estados Unidos?¹⁵³ Ou então, do monopólio de controle dos servidores e dos endereços *world wide web* (www.) pelo governo do país norte-americano?¹⁵⁴ Com igual presença, os principais conglomerados midiáticos do Mundo se

¹⁵³ O acervo da Biblioteca do Congresso americano conta atualmente com mais de 36 milhões de livros e impressos catalogados em cerca de 470 línguas e dialetos. Além de outros acervos, como os de materiais audiovisuais, fonográficos etc. Trata-se de um dos maiores repositórios – senão o maior – de conhecimento do Mundo. A principal função da biblioteca é servir de apoio ao Congresso no cumprimento de suas atribuições republicanas. Ou seja, como suporte de consulta a senadores e deputados, ainda que também aberta ao público *in loco*, ou, parcialmente, de maneira remota via internet. Para mais informações, acessar: <https://www.loc.gov>.

¹⁵⁴ Em 2016, dos treze servidores-base mais importantes do mundo, dez estavam localizados nos Estados Unidos. O país também exerce, como exposto, o controle sobre os endereços www. Consultar: <https://super.abril.com.br/tecnologia/quem-e-o-dono-da-internet/>.

encontram nesses países. Sobretudo, naquele país. Em 2015, o *2,000 Global de Forbes*, lista que reúne as maiores empresas de capital aberto do planeta, destacou que nove dos dez maiores conglomerados de mídia do mundo tinham sede nos Estados Unidos (Cf. 10 MAIORES, 2015).¹⁵⁵ Somente a WPP, do Reino Unido, estava radicada no exterior. Quadro que vem mudando ao longo dos últimos anos, com o crescimento econômico da China, mas que, ainda assim, tomado esse fator, é indicativo da permanência do desequilibrado controle sobre a produção e distribuição de informações no mundo. Concentração e monopólio preocupantes para uma época em que os objetos são, ao mesmo tempo, técnicos e informacionais, uma vez que “graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 238).

No período *técnico-científico-informacional*, a informação se tornou, portanto, o mais apreciado dos *objetos* de produção e consumo. Aliás, tornou-se orientadora do próprio consumo. Um *objeto* técnico, um produto, no caso, é, antes mesmo de ser um *objeto* materializado disponibilizado no mercado, um *objeto* a ser desejado. Empresas anunciam a venda de seus produtos antes mesmo de iniciar a fabricação em alta escala, as chamadas pré-vendas ou pré-lançamentos. O fetichismo da mercadoria e o *Toyotismo* em suas máximas substanciações.¹⁵⁶ O volume de produção e a rapidez da circulação das informações – e mercadorias – é tanto mais notório - quanto mais, imprescindível - do que a concentração, a qualidade e a originalidade dos conteúdos informativos ou dos objetos-mercadorias. Nesse sentido, distintos serviços são disponibilizados a diferentes públicos consumidores de maneira cada vez mais especializada e direcionada. Autômatos, como algoritmos e inteligência artificial, trabalham incessantemente nesses processos de crivo qualificativo e direcionamento publicitário. E, por que não, de invasão e de controle consensualizados pelos próprios consumidores através da disponibilização pelas empresas de supostos serviços gratuitos na internet. Realizações *técnicas* que, ao lado da revolução nos transportes e de novas técnicas monetárias (Cf. SANTOS, 2014 [1985], p. 44), representativas de uma verdadeira revolução do

¹⁵⁵ Na lista, as principais empresas são: 1. Comcast; 2. Walt Disney; 3. 21st Century Fox; 4. Time Warner; 5. Time Warner Cable; 6. Direct Tv; 7. WPP; 8. CBS; 9. Viacom; 10. Sky. (Cf. 10 MAIORES, 2015).

¹⁵⁶ *Toyotismo* é uma metodologia de otimização das linhas de produção desenvolvida na década de 1970 pelo engenheiro Taiichi Ono para a Toyota. Desde então, essa metodologia foi importada e adotada por indústrias multinacionais e transnacionais dos setores mais diversos. Seu principal atrativo, em contraposição ao Fordismo, modelo até então largamente adotado, consiste na diminuição de estoques através da produção *just in time*. Ou seja, produzir somente o necessário ao instante que necessário. A aplicação à linha de produção do Toyotismo representa a possibilidade de incremento do volume de produção sem que isso coincida com um aumento elevado de custos à empresa. Evita-se o acúmulo da mercadoria em estoque quando da diminuição de sua demanda. E, logo, a depreciação do valor de oferta.

consumo, constituindo “as novas condições de organização espacial em todo o mundo.” (SANTOS, 2014 [1985], p. 44). Mas que, a fim e a cabo, declaram o alto grau de ideologização da economia e das mercadorias. Dessarte, “Atingimos uma fase histórica em que as transformações econômicas podem ser obtidas, a princípio, a partir das manipulações ideológicas, antes mesmo que uma presença mais maciça do capital de produção ou do capital comercial seja necessária.” (SANTOS, 2012 [1982], p. 22).

Essas “novas condições de organização do espacial” denunciam outra assustadora realidade: “as grandes corporações são, frequentemente, mais poderosas do que os Estados.” (SANTOS, 2014 [1985], p. 44). Multinacionais e transnacionais, através de suas capacidades tecno-produtivas, do poderio de capilaridade de suas operações e, sobretudo, dos cabedais de desenvolvimento de inovações e de volume produtivo, e, portanto, de liquidez, apresentam receitas anuais maiores do que o PIB de muitos países.¹⁵⁷ Esse quadro poderia configurar de maneira categórica a plena libertação da iniciativa privada dos “grilhões” de dependência do setor público como aspiram alguns ultraliberais.¹⁵⁸ No entanto, o que se conforma nesse princípio de milênio é uma conjuntura paradoxal. Ironicamente, a iniciativa privada, de ordem burguesa, continua para a realização de seus objetivos de negócio, bem como regozijo da manutenção de privilégios e lucros, tão dependente quanto o foi outrora – no período anterior – da conservação, ainda que mínima, dos estados e princípios políticos também burgueses, pelo menos no Ocidente. Novamente, Hobsbawm nos entrega valiosa resposta:

Quem, a não ser a autoridade pública, iria e poderia assegurar um mínimo de renda e bem-estar social para todos? Quem poderia contrabalançar as tendências à desigualdade tão impressionantemente visíveis nas Décadas de Crise? A julgar pela experiência das décadas de 1970 e 1980, não seria o livre mercado. Se essas décadas provaram alguma coisa, foi que o grande problema político do mundo, e certamente do mundo desenvolvido, não era como multiplicar a riqueza das nações, mas como distribuí-la em benefício de seus habitantes. [...] Distribuição social, e não crescimento, dominaria a política do novo milênio. A alocação não mercantil de recursos, ou pelo menos uma

¹⁵⁷ Matéria publicada pela revista brasileira Exame, em 2012, e atualizada em 2016, conferia que o rendimento do estatal Banco do Brasil naquele último ano era maior que o PIB da Argentina. Já os lucros de Itaú e Bradesco, as duas maiores instituições bancárias privadas nacionais, respectivamente mais substanciais do que os PIB de Colômbia e Venezuela. A Vale do Rio Doce, mais rentável que o Equador. E a Gerdau, economicamente mais poderosa que o Paraguai. Relatório publicado naquele mesmo ano (2016) pela *Global Justice Now* destacou que a receita do Grupo Walmart no ano anterior (2015) foi maior do que a da Espanha, da Austrália e da Holanda; já as chinesas National Petroleum e Sinopec Group superaram a da Coreia do Sul. A da Royal Dutch Shell, a de países como México, Suécia, Índia e Bélgica. A matéria da *Exame* pode ser consultada em: <https://exame.com/negocios/10-empresas-brasileiras-que-sao-mais-ricas-que-muitos-paises/>. Acesso em: 25 jun. 21. O relatório encontra-se disponível em: https://www.globaljustice.org.uk/sites/default/files/files/re-sources/corporations_vs_governments_final.pdf. Acesso em: 25 jun. 21.

¹⁵⁸ Sobre a temática do ultraliberalismo e suas intencionalidades políticas, tão em voga nesse princípio de milênio, o leitor encontrará profícua reflexão e algum alento no livro *Les ennemis intimes de la démocratie* (Paris, Robert Laffont, 2012), de Tzvetan Todorov.

implacável limitação da alocação de mercado, era essencial para desviar a crise ecológica iminente. De uma forma ou de outra, o destino da humanidade no novo milênio iria depender da restauração das autoridades públicas (HOBSBAWN, 1993, p. 441-442).

Se alegam os ultraliberais que os Estados são ineficientes na administração da coisa e das empresas públicas, poder-se-á, a partir das considerações de Hobsbawn levantar: o que dizer, então, da eficiência histórica do mercado em assegurar o mínimo de bem-estar – até mesmo de acesso ao consumo – para a humanidade? Desde essa perspectiva, o velho conto da carochinha da maternal e, portanto, justa mão invisível do mercado cai por terra. Pelo menos durante alguns bons anos, a antiga união – entoadada desde princípios da Idade Moderna – entre Estado e burguesia continuará ecologicamente estável a fim de manter alguma ordem, sempre necessária à manutenção do capitalismo.¹⁵⁹ Esse não tem sido, ainda, um problema central nesse período *técnico-científico-informacional*.¹⁶⁰ Pelo menos, não nesse conturbado princípio de século. O fortalecimento descomunal das corporações frente aos Estados advém do recrudescimento de consabidas, porque antigas, práticas patrimonialistas, de infiltração e sequestro da coisa pública em benefício de interesses corporativos, desenvolvidas ainda no âmbito das economias-mundo. Como bem salientou Wallerstein (1974, p. 135), “parece existir um consenso generalizado de que em períodos anteriores [...] os estados [já] eram actores económicos fundamentais da economia-mundo europeia.” O que muda nesse novo período é a complexidade dessa aliança, que, comumente, extrapola os limítrofes das fronteiras nacionais. Tornam-se sobretudo intencionalidades operadas de maneira cada vez mais anônima, vertical e remota, graças, sobretudo, ao elevado incremento das inovações técnicas.

O quadro até aqui rascunhado enuncia – mas também denuncia – que esse *meio técnico-científico-informacional* se realiza como instância última do que Wallerstein (1974) denominou sistema-mundo moderno. Logo, se o período anterior estava organizado em economias-mundo, o recente período estabeleceu o superlativo de um sistema econômico em escala planetária. Nesse cenário, a convivência entre Estados fortes e Estados sempre fragilizados se faz necessária, porque conveniente, pois aqueles sempre “servem os interesses de alguns grupos e prejudicam os de outros” num contexto em que é inviável a construção de um “império-mundo” (WALLERSTEIN, 1974, p. 343). Dessa maneira, a necessária manutenção da pluralidade de

¹⁵⁹ Wallerstein (1974, p. 135) considera que, na Idade Moderna, “as estruturas estatais eram em si próprias um suporte econômico fundamental do novo sistema capitalista (para não dizer que eram a sua garantia política)”, e recorda-nos – retomando Braudel – que, além de os estados já atuarem como “os maiores empresários do século”, também se tornaram a principal clientela da burguesia.

¹⁶⁰ O que também não significa que não poderá ser. A história como experiência sempre irascível, tempestuosa e hesitante para quem a experiencia como sujeito histórico.

entidades políticas (Estados-nação) é contrabalanceada pela determinação de que nem “todas estas entidades sejam igualmente fortes” (WALLERSTEIN, 1974, p. 343).

Esse denominador explica a permanência de democracias frágeis e as constantes instabilidades políticas e econômicas dos países do Terceiro Mundo. Torna-se cada vez mais difícil a esses países atingir algum grau de verdadeiro desenvolvimento – não de crescimento econômico.¹⁶¹ E, em consequência, de *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH). Quando parecem apontar para a ruptura desse ciclo de subserviência programada, a aparente porque momentânea *Pax* política ou econômica é repentinamente abalada. Implodida de dentro para fora pelos agentes remotos, que, na verdade, orquestram de maneira mais ou menos anônima e silenciosa a pirotecnia dos golpes e guerras civis de fora para dentro. Para tanto, valem-se de inteligência informativa bem como de aliados tanto externos quanto internos ao território-alvo.¹⁶² Trata-se do sequestro da história – do desígnio de autonomia – de um Estado por outro Estado a mando do Capital, o que, de maneira quase que peremptória, condena aqueles países ao lugar periférico que lhes cabe na divisão internacional do trabalho traçada verticalmente pelo período *técnico-científico-informacional*:

O dinheiro regulador e homogeneizador agrava heterogeneidades e aprofunda as dependências. É assim que ele contribui para quebrar a solidariedade nacional, criando ou aumentando as fraturas sociais e territoriais e ameaçando a unidade nacional. [...] O conteúdo do território como um todo e de cada um dos seus compartimentos muda de forma brusca e, também, rapidamente perde uma parcela maior ou menor de sua identidade, em favor de formas de regulação estranhas ao sentido local da vida. [...] É por esse prisma que deveria ser vista a questão da federação e da governabilidade da nação: na medida em que o governo da nação se solidariza com os desígnios das forças externas [...] A questão é estrutural e, desse modo [...], esse problema é constituído pelas formas atuais de compartimentação do território e o seu novo conteúdo, que

¹⁶¹ Há certa tendência, deveras reforçada pelos grandes conglomerados de comunicação na América Latina, em associar crescimento econômico a desenvolvimento socioeconômico. Esse mito deve ser combatido, porque engendra uma miopia que dissocia a realidade. O crescimento econômico nem sempre é associado ao desenvolvimento socioeconômico e ao bem-estar social. Exemplos históricos disso são observados quando se toma o quadro geral das ditaduras militares na América do Sul, entre os anos 1960 e 1980. No Brasil, por exemplo, o Milagre Econômico Brasileiro operado durante o Regime Militar entre 1969 e 1973 apresentou taxa de crescimento do PIB entre 9,8% e 14%. Contudo, foi um período marcado pela concentração de renda e pelo recrudescimento da pauperização do campo e das cidades. Por conseguinte, de expressividade da favelização nos centros urbanos. À época, o então ministro da economia, Delfim Netto, chegou a afirmar que era “[...] preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”. O que denota o reconhecimento da distinção entre crescimento e desenvolvimento pelo economista.

¹⁶² Somam-se nas últimas décadas os exemplos: Guiné-Bissau (2012), Paraguai (2012), Egito (2013), Tailândia (2014), Nicarágua (2016), Brasil (2016), Bolívia (2019), Mianmar (2021), entre outros. Nos últimos anos de vida, o brasileiro Luiz Alberto Moniz Bandeira se debruçou atentamente sobre a questão da intensificação da ocorrência de golpes nos países terceiro-mundistas. Especialmente nos livros: *A Segunda Guerra Fria – Geopolítica e Dimensão Estratégica dos Estados Unidos* (Civilização Brasileira, 2013) e *A Desordem Mundial: o espectro total da dominação* (Civilização Brasileira, 2016).

inclui as formas de ação do dinheiro internacional (SANTOS, 2017 [2000], p. 104).

Mas, se o cenário em nada parece promissor, há sempre de se recordar que a dinâmica geohistórica – do espaço e do tempo – é entremeada de nuances. Nesse sentido, ao tratar dos “desafios do Sul”, Santos arrisca, com certa dose de otimismo, um exercício de intuição, aventando que:

Os países subdesenvolvidos, parceiros cada vez mais fragilizados nesse jogo tão desigual, mais cedo ou mais tarde compreenderão que nessa situação a cooperação lhes aumenta a dependência. Daí a inutilidade dos esforços de associação dependente em face dos países centrais, no quadro da globalização atual. Esse mundo globalizado produz uma racionalidade determinante, mas que vai, pouco a pouco, deixando de ser dominante. É uma racionalidade que comanda os grandes negócios cada vez mais abrangentes e mais concentrados em poucas mãos. Esses grandes negócios são de interesse direto de um número cada vez menor de pessoas e empresas. Como a maior parte da humanidade é direta ou indiretamente do interesse deles, pouco a pouco essa realidade é desvendada pelas pessoas e pelos países mais pobres (SANTOS, 2017 [2000], p. 151).

Enquanto o supracitado processo não se confirma, a lógica cruel do Capital no período do *meio técnico-científico-informacional* impõe à maior parcela da humanidade – ao Sul econômico – uma realidade dura. A frequência e intensidade no Terceiro Mundo dos golpes de Estado e de guerras civis, a fragilidade das instituições democráticas, a instabilidade econômica, os problemas sociais, o recrudescimento e banalização da violência em suas inúmeras interfaces e a falta de perspectiva laboral orientada por uma divisão internacional do trabalho rígida, macrocefálica, combinadas à violência cultural dos incrementos técnicos e às inovações técnicas nos transportes e no campo da informação, atuam como ingredientes constitutivos de um fenômeno sem precedentes na História: o avolumamento dos fluxos humanos. Ou seja, das migrações em massa, seja a direcionada aos centros urbanos ou aquela cujo objetivo-fim é o norte econômico do globo. Para Santos (2014 [1985], p. 46), esse surto migratório advém “em primeiro lugar, como uma reação de defesa dos grupos cujo espaço original é ou foi invadido por técnicas que eles só parcialmente assimilaram, ou não assimilaram de todo.”. Não por acaso, nesse início de século, o deslocamento forçado atingiu recorde: 65,3 milhões de pessoas no mundo encontram-se em condição de desterro, metade das quais são crianças. A história como sentido – como experiência histórica, como vivido – para essas pessoas é a da luta pela sobrevivência, da fuga de guerras, da fome e da violência que assola as zonas urbanas e rurais.¹⁶³

¹⁶³ Os dados foram compilados e divulgados pelo ACNUR em relatório de 2015. Naquele ano, 1 em cada 113 habitantes do planeta reivindicava refúgio. O ACNUR considera como refugiado, portanto protegido pelo

E, excetuando o quadro excepcional – e, pelo menos, ao que tudo indica, momentâneo – de alguns poucos países terceiro mundistas, como o México, a situação migratória tende a se agravar.¹⁶⁴

A violência da desterritorialização não é a única patologia desse brutal processo. No período *técnico-científico-informacional*, as espacialidades sofrem transformações cada vez mais frementes, em ritmo vertiginoso. A organização territorial dada pela contiguidade do espacial deixou de ser um imperativo (Cf. SANTOS, 2014 [1985], p. 47), cedendo território ao superlativo da verticalização da intencionalidade. O que isso significa? Que antes, até o crepúsculo do período *técnico-científico*, o influxo mútuo de espacialidades contíguas era a tônica. A inflexão de uma área contígua à outra prevalecia sobre as determinações externas. A maior dependência de recursos naturais locais e a carência *técnica* – ou de técnicas mais sofisticadas – condicionavam de maneira derradeira a organização do território.¹⁶⁵

Na atualidade, pelo contrário, ainda que a influência das espacialidades contíguas continue e sempre continuará, exerce-se – levando-se em consideração o maior ou menor grau de dependência do lugar – o predomínio da inflexão exógena. Esse fenômeno se manifesta

Estatuto dos Refugiados (1951), a pessoa que “[...] temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade, encontra-se fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.” (CONVENÇÃO DE GENEBRA, 2021) O relatório do ACNUR pode ser consultado em: <https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2016/2016-06-20-global-trends/2016-06-14-Global-Trends-2015.pdf>.

¹⁶⁴ O caso pontual da migração de mexicanos aos Estados Unidos vai na contramão das tendências global e regional. Enquanto cresce o fluxo de descolamento de sul-americanos e centro-americanos rumo ao país rico da América do Norte, o de mexicanos diminuiu. O livro organizado por Wayne A. Cornelius e Micah Gell-Redman et. al., (2017, p. 30) sobre a migração da comunidade indígena dos Tunkás, de Yucatán, aponta que, a partir de 2006, houve drástica diminuição da imigração de mexicanos para os Estados Unidos. Considera-se que somente entre “2006 a 2008, se ha reducido en casi 40 por ciento.” (CORNELIUS; GELL-REDMAN et al., 2017, p. 30). Os autores apontam ainda que essa redução drástica se deve a sete fatores, entre os quais, a crise econômica estadunidense, a intensificação do patrulhamento da fronteira e do controle migratório dos Estados Unidos, o aumento dos custos das operações dos *coyotes* e a ampliação do mercado de trabalho no México (Cf. CORNELIUS; GELL-REDMAN et al., 2017, p. 31-38). Mais além, a obra ainda menciona o papel da migração interna e o enraizamento dos laços familiares transfronteiriços (CORNELIUS; GELL-REDMAN et al. 2017, p. 40). Observa-se, no último caso, o fato de muitas famílias mexicanas já possuírem um ou mais familiares no país vizinho. Cabe, então, a esses parentes alocados no exterior o papel de arrimos-de-família, enviando dinheiro para a manutenção dos seus no México, país em que o custo de vida é menor. Contudo, deve-se ressaltar que, ainda assim, a migração de mexicanos ao país vizinho continua volumosa e incessante, havendo atualmente mais de 36 milhões de mexicanos vivendo nos Estados Unidos.

¹⁶⁵ No Brasil colonial, a vila de São Paulo de Piratininga – hoje, capital e metrópole paulista – fundada em 1554, ilustrou bem essa maior interdependência contígua de antanho. Seus fundadores, os padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, entre outros, ao escolherem o terreno em que se ergueria a vila, cercada de importantes rios e riachos, tais como o Anhangabaú, o Tamanduateí, o Pinheiros e o Tietê, de maneira deliberada ou não, “tinham-no estabelecido num ponto donde irradiam em quase todas as direções, ou pelo menos as principais, estas vias naturais de comunicação que são os cursos d’água” (PRADO JR., 2012, p. 109). Seguindo as estradas fluviais, os primeiros paulistas estabeleceram de forma concêntrica outros povoadamentos menores: Nossa Senhora da Expectação do Ó, Parnaíba, Cotia, Itapeccerica e Ibirapuera (Cf. PRADO JR., 2012, p. 110-111). Todos em maior ou menor grau interdependentes da vila de São Paulo.

desde a produção científica à organização informacional, da arquitetura da economia à estrutura de operação política, da distribuição dos bens culturais às mentalidades, estabelecendo a violência da homogeneização sobre a heterogeneidade de povos, de culturas, de línguas, de alimentos, de espécies de fauna e flora e de sujeitos. Os espaços – e, consequentemente, o mundo – são organizados de modo a melhor absorver e aceitar as necessidades do capitalismo, seja como facilitador das operações internacionais dos conglomerados industriais e financeiros, seja em colaboração ao consumo desenfreado. Deve-se esse cenário dantesco tanto às *ações* daquelas forças dominantes, que, como nuvem de gafanhotos escasseia os espaços que escapam à sua voracidade (SANTOS, 2014 [1985], p. 44), quanto à instantaneidade e universalidade das modernizações (SANTOS, 2014 [1985], p. 45). O que impõem com igual força abrupta ruptura à percepção humana sobre o tempo: “A própria geografia parece contribuir para que a história se acelere.”, sentenciou Santos (2017 [2000], p. 165).

Volta-se dessa maneira à questão da aceleração do tempo, tematizada no capítulo anterior, sobre a qual, portanto, a fim de evitar repetição, questionável aqui se aprofundar. Mas, *en passant*, se a Revolução Industrial imprimiu mudanças na relação do homem com o temporal, passando do tempo natural (biológico) ao tempo mecânico do relógio, o período *técnico-científico-informacional* impõe o tempo quântico, dos computadores, dos autômatos informáticos, da aquiescência do imediatismo, da normatização da fugacidade, do bombardeio ininterrupto de informações. Encontramo-nos sempre em estado de guerra contra nós mesmos. Uma guerra ordenada pela homogeneização e superartificialização, que incide não somente sobre o espaço. Instala-se o caos interno nos indivíduos. A desagregação do ser. Já não respiramos! Já não nos aquietamos! Já não desaceleramos! Vive-se o tempo do superlativo do presente, um presentismo antecâmara do “hiperaquecimento das sociedades quentes”, como bem definiu Hartog:¹⁶⁶

¹⁶⁶ O termo presentismo galgou nas últimas décadas especial atenção, mas não consensualidade, na disciplina História, definindo mesmo uma área própria do campo de estudo, a da História do Tempo Presente. Sobre o campo, e, consequentemente, o significado de presentismo, utiliza-se aqui a definição proposta por Henry Rousso (2016, p. 17-18), para quem “A particularidade da história do tempo presente está em que ela se interessa por um presente que é o seu, em um contexto em que o passado não está nem acabado, nem encerrado, em que o sujeito da sua narração é um ‘ainda-aí’”. Krzysztof Pomian (2007, p. 242-244) e François Hartog (2017, p. 31-36) convergem quanto à prevalência cada vez maior do tempo presente, ou presentismo, no saber-fazer cotidiano do historiador contemporâneo pós anos 1990. Por sua vez, Hobsbawm (2013, p. 315-331), ainda que não afeito ao conceito, também não se furta a declarar a presença cada vez mais imperativa do presente no trabalho historiográfico. Contudo, ele levanta uma importante questão: “até o passado registrado muda à luz da história subsequente.” (HOBSBAWN, 2013, p. 324). Nesse sentido, considerando-se que o presente é processo, Hobsbawm (2013, p. 330) aponta para os riscos de uma história que quer se fazer presente para o presente. Para tanto, o historiador britânico se vale do exemplo da história contada pelos vencedores a fim de ilustrar a volatilidade do conhecimento histórico. Ou seja, de como a perspectiva, a história narrada, à mercê do próprio tempo: “No curto prazo, a história pode ser feita pelos vencedores”, porém no “[...] longo prazo, os ganhos de compreensão histórica têm advindo dos derrotados.” (HOBSBAWN, 2013, p. 331). Sugere-se como presentismo

Se eu tivesse que caracterizar o presentismo em termos de quente e frio, eu o veria antes como um hiperaquecimento, que tende a aniquilar o passado e o futuro, em benefício único do presente. Um presente perpétuo, um presente no qual a aceleração é rainha, um presente que não é feito senão de instantes e instantâneos (HARTOG, 2016, p. 23).

Esse hiperaquecimento das sociedades quentes mencionado por Hartog é antevisto por Santos (2014 [2005], p. 121-122). O geógrafo brasileiro descreve desde o ponto de vista da *técnica* que “Nos últimos 30 anos criaram-se sobre a face da Terra mais objetos do que nos 30 mil anos anteriores.” (SANTOS, 2014 [2005], p. 122). Não obstante, reitera que esses novos objetos criados pelo e no período *técnico-científico-informacional*, à revelia daqueles de tempos de antanho, já são concebidos “dotados de intencionalidade específica” (SANTOS, 2014 [2005], p. 122), tornando-se irrealizável, dada a intensidade e volume da emissão dessas *técnicas*, a absorção dos impactos dessas incorporações pelos e nos territórios (Cf. SANTOS, 2014 [2005], p. 122). Isso demonstra o elevado teor de violência presente nesses processos, sendo as sociedades mais tradicionais e as comunidades já fragilizadas pela pobreza sempre as mais afetadas pela violência desse verdadeiro projeto de conquista de novos territórios.

O cenário parece desalentador. Encruzilhada histórica; aparente beco sem saída. Catástrofe, como bem definiu Rousso (2016, p. 26-27).¹⁶⁷ Mas, aquilo que é dado como fortaleza do sistema – e do modo de produção – atual é justamente o seu calcanhar de Aquiles. “É somente a partir dessa constatação, fundada na história real do nosso tempo, que se torna possível retomar, de maneira concreta, a ideia de utopia e de projeto.”, assentiu Santos (2017 [2000], p. 160). Invariavelmente, as *rugosidades* do espaço se impõem como amortecedores, pois, recordando: “Uma vez que as forças externas alcançam um espaço qualquer e forçam sua transformação, elas são obrigadas a se compor com a herança do passado que marca esse espaço num dado momento.” (SANTOS, 2013 [1978], p. 129).

O espaço naturalmente cumpre o seu papel. Em alguns pontos absorvendo; noutros resistindo. Mas é no resgate da utopia e de projeto coletivo que se realizará o bom combate contra a distopia e a ordem do caos instituída por interesses classistas. É no fortalecimento da contiguidade que se erguerão as barricadas contra a ferocidade da verticalização. É no

nessas páginas o estado de aceleração do tempo dado pela produção de informação a partir da globalização. E, por conseguinte, a capacidade de produção de fontes históricas alçadas pelas novas tecnologias, que se avoluma.

¹⁶⁷ Rousso (2016) compreende a aceleração do tempo como enunciado da “última catástrofe” do século XX. Define que por “catástrofe” se compreende uma situação – ou dado momento da História – de profundos câmbios conjunturais que provocam tanto um “revolvimento”, uma sensação de “fim” com desdobramentos “insuperáveis”, quanto um “desenlace” (2016, p. 26). Ou seja, um dado momento da História como experiência em que o sem sentido, a descrença num passado que diz pouco, num presente insuportável, de ruptura, e, num futuro pouco crível e fiável, instauram nos homens a sensação do sem-chão. Mas que, a fim e a cabo, é derradeiro.

reconhecimento das diversidades e da pluralidade que habita o mundo que se implodirá a estrutura da homogeneização. Nesse último aspecto, como bem constatou o geógrafo: “a universalização não suprime os particularismos” (SANTOS, 2012 [1982], p. 23). É no domínio – e alfabetização dos homens ordinários, quanto à potência, para o bem ou para o mal – das novas *técnicas* informacionais que se encontrarão os instrumentos de libertação. É no fortalecimento da autonomia dos Estados, no resgate das macropolíticas de bem-estar social, na implementação e exercício da verdadeira cidadania e na educação pública, gratuita e de qualidade que se abrirão os caminhos possíveis – ainda que não derradeiros – para a derribada do *status quo*. Enfim, é na desaceleração do cotidiano (do consumo, da jornada de trabalho, da produtividade, da interconexão etc.) que se encontrará a chave-mestra.

Às Ciências Sociais e à Filosofia cabe o desempenho de papel fundamental nessa guerra. De reflexão e denúncia e não de endosso, como tem ocorrido através de um produtivismo acadêmico descabido. Incongruente com a *démarche* e, portanto, contraproducente, porque incompreensível. Desacelerar é o lema! Delongar-se no entendimento e contemplação sobre a relação tempo e espaço, a missão. A Geografia e a História devem, portanto, a partir de uma perspectiva geohistórica, aferrar-se à bandeira de resistência. Primeiro, porque em pé de igualdade com as demais Ciências Sociais, ofícios de elevado teor crítico. Segundo, porque sendeiros do saber-fazer mais próximos à reflexão e emprego teórico-prático dos conceitos de espaço e tempo: “O espaço social não pode ser explicado sem o tempo social.” (SANTOS, 2012 [1978], p. 253). E, terceiro, porque das anteriores decorrente: disciplinas das mais dispostas à realização de ultrassonografias das *rugosidades*.

O reconhecimento exógeno de duas dessas fortalezas é dado pelos mantenedores daquele projeto de verticalização, verdadeira arquitetura da destruição, que, através do sequestro do Estado, ideologicamente incitam a precarização do ensino e da pesquisa em Humanidades, tributando-as o estigma – sempre uma falsificação da realidade – de disciplinas menores, prescindíveis. O enigma da esfinge então aclarado:

Se a realização da história, a partir dos vetores “de cima”, é ainda dominante, a realização de uma outra história a partir dos vetores “de baixo” é tornada possível. E para isso contribuirão, em todos os países, a mistura dos povos, raças, culturas, religiões, gostos etc. [...] O mundo de hoje também autoriza uma outra percepção da história por meio da contemplação da universalidade empírica constituída com a emergência das novas técnicas planetarizadas e as possibilidades abertas a seu uso. A dialética entre essa universalidade empírica e as particularidades encorajará a superação das práxis invertidas, até agora comandadas pela ideologia dominante, e a possibilidade de ultrapassar o reino da necessidade, abrindo lugar para a utopia e para a esperança. Nas condições históricas do presente, essa nova maneira de enxergar a globalização permitirá

distinguir, na totalidade, aquilo que já é dado e existe como um fato consumado, e aquilo que é possível, mas ainda não realizado, vistos um e outro de forma unitária (SANTOS, 2017 [2000], p. 166-168).

Do ponto de vista objetivo, pragmático, essa periodização tripartite estabelecida por Milton Santos sugere, de momento, não indicar algum proveito prático como balizas temporais aos historiadores e à disciplina História.¹⁶⁸ Uma vez que promove a envergadura, desse modo, a submissão ou mesmo omissão, de importantes marcos facto-temporais ao estudo da História no Ocidente. Pesa ainda o tradicionalismo de nossos pares, afeitos que estão a divisões facto-temporais consabidamente excludentes e eurocêntricas, e que, portanto, não universais. No entanto, um olhar mais atento à envergadura conceitual dessa divisão revela um instrumento potente. Em especial, o conceito de *meio* (ou período) *técnico-científico-informacional*, sobre o qual, cada vez mais, os jovens e futuros historiadores se debruçarão. A História desse nosso tempo que já começa a ser escrita. De momento, os aportes conceitual e instrumental dessa periodização tripartite revelam-nos que a realização da História como experiência, como sentido e como disciplina é e sempre será a das realizações últimas do modo de produção e da *formação socioespacial*. Em última instância, da *técnica* como *meio*.

4.2 Categorias analíticas e repertório conceitual da Geohistória miltoniana

A Geohistória de Milton Santos respalda-se em repertório conceitual e em categorias analíticas que instrumentalizam, enquanto abstrações que são, instrumentais técnico-disciplinares, a análise da *paisagem*. Disseca, desse modo, as *rugosidades* a ela inerente. Ademais, da natureza, a origem e as intencionalidades que perpassam os *sistemas de objetos* e os *sistemas de ações*. Ou seja, a totalidade do espaço. Especialmente, a dos chamados espaços complexos, atuais, do período *técnico-científico-informacional*. No caso da História, creditam-se, a partir dessa investigação, igualmente passíveis de flexibilidade às exigências que comportam as especificidades das espacialidades de períodos outros, objetos sobre os quais se debruçam os historiadores do não contemporâneo.

As categorias analíticas de *forma*, *função*, *processo* e *estrutura* (FFPE) reluzem na epistemologia miltoniana no sentido da constituição de uma proposta de método, ou de norte de análise das espacialidades, revelando-se como categorias dorsais até mesmo para a própria definição de espaço geográfico para o geógrafo brasileiro (GRIMM, 2011, p. 157), uma vez

¹⁶⁸ Contudo, sugere-se de igual modo a realização de um estudo mais delongado – portanto, aprofundado – sobre a vitalidade do uso dessa divisão temporal aos estudos em História.

que, para Santos, a organização da *paisagem* e, portanto, a própria totalidade da *paisagem*, mormente são analisáveis através dessas categorias. Aplicabilidade que, conforme anteriormente demonstrado por Barros (2017, p. 66-67), também se estende à História e à *dérmachè* do historiador, dado que, a partir da consideração desse autor, na teoria do espaço geográfico elaborada por Milton Santos, a relação espaço e tempo também se realiza em cada uma dessas instâncias como um “sistema de sistemas” (BARROS, 2017, p. 66).

A incorporação dessas categorias analíticas à Geografia Renovada de Milton Santos advém da influência da obra de Henri Lefebvre. Especificamente, do livro *La production de l'espace* (Anthropos, 1974), em que o filósofo e geógrafo francês apresenta que todo espaço social é passível de uma tríade analítica: formal, funcional e estrutural (Cf. SANTOS, 2012 [1982], p. 55). Logo, para Santos (2012 [1982], p. 54-55), “O espaço social, como toda realidade social, é definido metodológica e teoricamente [...]” por esses “três conceitos gerais”, de modo que, ao expressarem no conjunto a totalidade do espaço, essas categorias coexistem, organizam-se e se alimentam sempre de maneira mútua; em simbiose. O que significa dizer que:

Os movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade alteram os processos, incitam as novas funções. Do mesmo modo, as formas geográficas se alteram ou mudam de valor; e o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade. [...] Em realidade nenhuma dessas três categorias existe separadamente e apenas sua utilização combinada pode restituir-nos a totalidade em seu movimento (SANTOS, 2012 [1982], p. 55).¹⁶⁹

Nesse quadro, a categoria *forma* compreende, como o próprio nome sugere, a apresentação primeira dos objetos e da distribuição deles no conjunto espacial. Àquilo tudo aquilo que é visível (Cf. SANTOS, 2014 [1985], p. 69). Ou seja, como a *paisagem* se apresenta (GRIMM, 2011, p. 157); como é “o resultado imediato da própria materialidade” (BARROS, 2017, p. 67). Nesse sentido, refere-se igualmente “ao arranjo ordenado dos objetos, a um padrão” que organizado e governado sempre “pelo [então] presente, e conquanto se costume ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas.” (SANTOS, 2014 [1985], p. 69). Ela se subdivide quanto a duas expressões, perspectivas: a forma interna e a forma externa (Cf. BARROS, 2017, p. 69). Uma edificação oitocentista, por exemplo, no centro histórico de uma cidade qualquer, não é outra coisa que um antigo edifício aos olhos dos

¹⁶⁹ Na obra, datada de 1982, Milton Santos ainda reconhece a *estrutura* como categoria analítica. O que explica a sua ausência explícita no fragmento e no livro. Todavia, ao mencionar que “o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade”, o geógrafo brasileiro a reconhece de maneira implícita.

transeuntes. Dentro ou fora, caso mantenha as características gerais de quando inaugurado. Essa é a primeira impressão. A primeira leitura. Mas sempre qualquer primeira impressão é míope, porque esvaziada de conteúdo. Daí que da visualização de toda *forma* decorre, revela-se, a imprescindibilidade do compósito estrutura-função. Ao isolar a *forma* da estrutura-função, cai-se no puro empirismo, na descrição, no meramente factual e, sobretudo, no endosso do conservadorismo e do pensamento ahistórico. Enfim, no positivismo:¹⁷⁰

Ao separar-se estrutura e função chega-se ou a um estruturalismo aistórico [sic] e formal ou a um funcionalismo prisioneiro do caráter conservador de toda instituição, com o que se abandona o problema da transformação. Se se considera apenas a forma, cai-se no empirismo (SANTOS, 2012 [1982], p. 55).

A toda *forma*, portanto, revela-se e sucede, uma vez adotada uma postura crítica diante do objeto em estudo – ou seja, da *paisagem* –, uma *função*, que diz respeito tanto à matéria que compõem e pela qual se organizam os *objetos* espaciais quanto aos seus conteúdos. E, porquanto, às *ações* que os povoam, ou mesmo, que os fomentam, justificam e corroboram. A *função* é definida por Santos (2014 [1985], p. 69) como toda “tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa.”. Em resumo, tudo aquilo diz respeito à sua funcionalidade, que é determinada pelo lugar. Mas, sobretudo, variavelmente orientada pela época. Ou seja, pela FSE. Logo, aquele antigo edifício no centro histórico de uma cidade qualquer pode ter assumido, no século XIX, quando concebido, a *função* de prefeitura. Mas, nas primeiras décadas do século XX, ganhou a *função* de fórum. Nos anos 1960, transformou-se, após robusta adaptação do interior, em concorrida sala de exibição cinematográfica. E, na última década do século XX, em um pequeno centro comercial. A sua *função*, portanto, alterou-se ao longo das décadas conforme as necessidades ou intencionalidades do lugar e da época. Isso decorre do dinamismo camaleônico do espacial, regido pelas *rugosidades*. Assim, a fim e a cabo: “O que ocorre é que as formas, em curto, médio, longo ou longuíssimo prazos, transformam-se em outras formas, além de passarem a desempenhar novas funções [...]” (BARROS, 2017, p. 68).

¹⁷⁰ Nesta parte, pode-se realizar um paralelo com a crítica de Aguirre Rojas (2007, p. 20-21) ao positivismo na História. No trecho que segue, basta-nos como sugestão o exercício imaginativo de intercambiar as palavras, documento, texto, por espaço ou paisagem: “Essa história, limitando o trabalho do historiador exclusivamente ao trato dos documentos escritos, reduz-se às operações da crítica interna e externa dos textos, e depois sua classificação e ordenamento e ulterior sistematização dentro de uma narração que, geralmente, apenas nos conta em prosa o que já estava dito em verso nesses mesmos documentos.”. Como ainda menciona o autor: a história positivista é “refratária e reticente em relação à filosofia, à teoria, à metodologia, e, inclusive em relação a qualquer forma de interpretação audaz e criativa dos fatos históricos.” (AGUIRRE ROJAS, 2007, p. 21).

Decorre disso, ainda, o fato de que, como reiterou Barros (2017, p. 68), não raras vezes uma mesma *forma* desempenha múltiplas funções a uma só vez: um conjunto arquitetônico (*forma*), por exemplo, pode ser concebido para a realização de várias *funções* (residencial, comercial, educacional etc.) e um rio, utilizado para inúmeras atividades, como a pesca, a navegação, a extração de minérios etc. Característica a que o geohistoriador deve se manter atento, dado que toda *forma* e toda *função*, respectivamente, ligam-se, conectam-se a outras *formas* e *funções*. Ou seja, realizam-se na e pela dialética inerente à totalidade. As duas categorias aparecem desse modo interligadas no espaço e, ainda que mutuamente determinantes, também podem se revelar de maneira independente (Cf. GRIMM, 2011, p. 157). A construção de um *shopping center*, por exemplo, pode alterar toda a dinâmica espacial de um bairro, estabelecendo novas *formas* e *funções* a ele: que pode passar de um bairro residencial para um bairro com contornos comerciais, alterando de igual maneira as *formas* e *funções* dos edifícios no entorno. Mas a inauguração de uma papelaria de bairro pouco alterará as *formas* e *funções* dos *objetos* dos arredores.

É consequência da razão anterior o fato de que, para desempenhar uma *função* – ou múltiplas *funções* –, determinada *forma* ou um conjunto de *formas* não prescindem de uma *estrutura*, que nada mais é do que “a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção.” (SANTOS, 2014 [1985], p. 69). Assim, a *estrutura* de comércio entre dois países depende de inúmeras *formas* e *funções*. E também dita, orienta novas *formas* e *funções*. No caso de países de fronteiras contíguas, de rios navegáveis, de estradas transitáveis, de armazéns de despacho e estocagem, de aduanas ativas, de redes de comunicação operantes, entre outros. Voltando ao exemplo do *shopping center*, toda uma *estrutura* é movimentada a fim de orientar a sua construção e a manutenção de suas atividades. No primeiro caso, desde a escolha e aquisição do terreno, que mobiliza os setores imobiliário e de construção civil, até escritórios de arquitetura, agências de propaganda e marketing, a indústria de materiais hidráulicos e elétricos, os órgãos da burocracia pública etc. Quanto à manutenção de atividades: empresas de logística, de transportes, o setor atacadista, as fábricas de alimentos, roupas, sapatos, as companhias de tráfego etc. Todas essas conexões de *formas* e de *funções* vistas desde uma perspectiva de conjunto dizem da *estrutura*, que se realiza como determinante dessas *formas* e *funções* e é igualmente por elas determinada. Por isso, Santos atribui que “Não é suficiente combinar estrutura e forma ou função e forma. No primeiro caso, equivaleria a supor uma relação sem mediação; no segundo, uma mediação sem causa motora.” (SANTOS, 2012 [1982], p. 55).

A essas categorias analíticas soma-se o *processo*, que “pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança [...]” (SANTOS, 2014 [1985], p. 69) Ou, como salientou Barros (2017, p. 69), aproximando a explicação ao *métier* do historiador, às transformações sofridas pelo espaço a curto, médio ou longo prazos. Nesse ínterim, “A dimensão do tempo histórico, quando variados fatores têm maior ou menor duração ou efeito sobre a área considerada, proporciona uma compreensão evolutiva da organização espacial.”, conforme apontou Santos (2014 [1985], p. 70). Ou seja, toda *forma*, toda *função* e toda *estrutura* também são condicionadas pelo tempo, pelas temporalidades, definindo-se e redefinindo-se a todo instante. O rio Tietê, que na época colonial deteve – entre outras – a *função* de via de navegação dos bandeirantes em direção ao sertão, com o *boom* de industrialização paulistano no século XX, e, conseqüentemente, o vertiginoso crescimento desorganizado da cidade São Paulo, passou a cumprir a nada nobre *função* de receptáculo dos detritos industriais e residenciais. Não obstante, a paulatina substituição, a partir da década de 1970, da cultura cafeeira pelo plantio de soja na região de Londrina, no Paraná, também impactou *formas*, *funções* e *estruturas*. O verde escuro do mar de cafezais que antes dominava a paisagem cedeu lugar ao tapete verde claro das folhas de soja. As exportações que antes tinham como destino a Europa passaram a ter como principal cliente o continente asiático. A mão de obra antes empregada na colheita do café foi substituída pela agressiva mecanização própria do agronegócio. A compreensão das sutilezas inerentes e pertinentes a esses *processos* espaciais é, sem sombra de dúvida, crucial à História. Desponta o *processo* como a categoria dorsal ao trabalho do historiador, razão de ser da própria análise do espaço pela óptica da disciplina História e, portanto, o porto de partida de qualquer análise do espacial. Porque a ela se liga diretamente o objeto investigado e o próprio grande objeto da História:

[...] o tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura, pois é ele que indica o movimento do passado ao presente. Cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções do presente. O tempo vai passando, mas a forma continua a existir. Conseqüentemente, o passado técnico da forma é uma realidade a ser levada em consideração quando se tenta analisar o espaço. As mudanças estruturais não podem recriar todas as formas, e assim somos obrigados a usar as formas do passado. A flexibilidade na construção de novas formas, quando a sociedade está passando por mudanças estruturais, decresce com o tempo, em decorrência da imobilidade inerente que por vezes caracteriza a forma preexistente. Por isso, um certo grau de adaptação à paisagem preexistente deve prevalecer em cada período (SANTOS, 2014 [1985], p. 73).

Novamente, a partir de uma ousada releitura e a título de exemplo, pode-se realizar um paralelo com *La Méditerranée*, de Braudel, em que o mar (a *forma*), ente social, adquiriu ao longo do tempo e dos lugares que banhava distintas funções: econômicas, militares, religiosas etc. Em torno delas se edificaram *estruturas* das mais diversas (comerciais, políticas, culturais, agrícolas, eclesiásticas etc.). Tais *formas*, *funções* e *estruturas*, na curta e média durações, sofreram mudanças, marcando os processos econômicos, demográficos, políticos, culturais etc. Enfim, históricos. Não por acaso, a fim de evitar entrar numa seara pouco plausível de ser realizada nesta tese, mas de interessante concatenação, Braudel explora na obra não somente as *formas*, como declaradamente o faz no capítulo “As Formas da Guerra”, como também as *funções* desses conflitos bélicos no contexto do Mediterrâneo histórico, como no caso dos subcapítulos “A guerra e as civilizações” e “A pirataria, indústria antiga e generalizada”.¹⁷¹ Subsequentemente, não deixa de analisar as estruturas econômicas e políticas que sustentavam a belicosidade e que a belicosidade sustentava: “[...] *las tasas de seguros de Venecia son muy elocuentes: para el viaje a Siria subieron en 1611 a 20%, y al 25% en 1612*” (BRAUDEL, 1989, p. 304). Por fim, no referido capítulo, Braudel traça um panorama das transformações no processo de guerra no Mediterrâneo: “*la batalla de Lepanto puso punto final a la guerra oficial [...] la gran guerra, se trasladaba al norte y al oeste, a las costas atlánticas, y permanecerá durante siglos allí [...]*” (BRAUDEL, 1989, p. 318).

A FFPE apresenta-se, assim, como um recurso metodológico valiosíssimo para uma disciplina como a História, que carece de métodos mais pragmáticos, ainda que intuitivos, como no exemplo braudeliano supracitado, sem com isso levar o historiador à arapuca do pragmatismo. De igual maneira, essas categorias analíticas em conjunto fornecem – como anteriormente mencionado – um poderoso instrumental de abstração do espaço em sua totalidade. Decorre disso o exame de Milton de Santos (2014 [1985], p. 76): “Para se compreender o espaço social em qualquer tempo, é fundamental tomar em conjunto a forma, a função e a estrutura, como se se tratasse de um conceito único”, atentando-se para o fato de que “Não se pode analisar o espaço através de um só desses conceitos, ou mesmo de uma combinação deles”. Isso porque se incorreria no equívoco da simplificação da complexidade do espaço. De sua lisificação.¹⁷² Outrossim, e de igual maneira, a análise da FFPE permite-nos a

¹⁷¹ O termo concatenar utiliza-se aqui equitativo ao seu emprego na área de informática. Trata-se de unir duas ou mais cadeias de textos em uma só. Em nosso caso, duas ideias em uma só a fim de exemplificação, sem com isso fazer entender que o autor original assim empregou este ou aquele termo. Ou ideia.

¹⁷² Por lisificação – terminologia estranha à nossa gramática – pretende-se introduzir desde esta tese a ideia de uma abstração simplória do espaço, que acaba lisificando, omitindo, as *rugosidades* condizentes à totalidade própria do espaço, levando-nos a uma visão míope do objeto espacial em estudo.

decomposição dessa história do ente espacial em pauta. No sentido de descamar, dissecar, revolver, decantar, filtrar, sifonar e tamisar os elementos da evolução de uma *paisagem*, dada pelas *rugosidades*, uma vez “que os lugares – combinação localizada de variáveis sociais – mudam também de valor e de papel à medida que a História se desenvolve.” (SANTOS, 2014 [1985], p. 78).

À complementação dessas categorias dorsais de análise, ou seja, da FFPE, a Geografia Renovada apresenta outros parâmetros analíticos, aqui denominados instâncias analíticas.¹⁷³ Porquanto mormente conceituais, servem como auxiliares ou complementares, no labor de compreensão do espacial, aplicados, em geral, quando da observância da dinâmica de formação do espaço através de uma lente mais inclinada à economia política. E do impacto dessa dinâmica na formação e configuração social do espaço. Trata-se dos conceitos de: a) *verticalidades* e *horizontalidades*; b) *circuito inferior* e *circuito superior*; e c) de *fluxos* e *fixos*, que, a fim e a cabo, transparecem na ontologia do espaço do geógrafo brasileiro como conceituais dialéticos (ou antitéticos), pois opostos que são, em verdade, complementares. Um não pode ser entendido, portanto abstraído, sem o outro.

O primeiro desses pares dialéticos a ser observado é o de *verticalidades* e *horizontalidades*. Expressando o espaço – ou a *paisagem* – uma totalidade, o espaço não deixa de ser um *sistema* de *sistemas*. Nesse sentido, e condizente com o mister de realização de uma Geografia Renovada, “Um sistema pode ser definido como uma sucessão de situações de uma população em um estado de interação permanente, cada situação sendo uma função das situações precedentes.” (Cf. MEYER, 1965, p. 2 apud SANTOS, 2014 [1985], p. 50). Reverbera-se diante disso o mister de que toda a análise de sistemas em Ciências Sociais deve levar em consideração a ribalta tempo e espaço (Cf. SANTOS, 2014 [1985], p. 50). E, de igual maneira, que a dinâmica constitutiva do espaço, assim como a de realização da própria História, não se encontra incólume de intencionalidades, de direções. De movimentos que, ainda que incapazes de se realizarem em sua plenitude, ou concretude, imbuídos desde o gérmen de intencionalidades direcionadas a um dado sentido. Tal qual aqueles estímulos ou forças que, como mencionado no capítulo anterior, engendram o movimento das superposições e, a fim e a cabo, conformam as *rugosidades*.

¹⁷³ Deve-se observar a diferenciação do conteúdo dos termos. Não se deve fazer confundir instâncias analíticas com instâncias de análise. O espaço, ademais de objeto, categoria, fenômeno, é uma instância (de ou em análise, como queira). Jamais, uma instância analítica própria, dado que a abstração é na prática sempre inflexível a si mesma.

O espaço – portanto, a *paisagem* e suas subdivisões abstrativas, a saber: o *território* e a *região*, por exemplo, os quais se verá como maior riqueza de detalhes adiante –, esse *sistema de sistemas*, organiza-se, realiza-se e funciona diametralmente pela dialética entre o sentido vertical (verticalidade) e o sentido horizontal (horizontalidade). Enquanto o primeiro diz de uma organização coordenada desde uma racionalidade que, a um só golpe, se realiza de maneira imperativa, hierarquizada, constituída em rede e, sobretudo, “fala do território” – ou lugar – de alguns (SANTOS, 2014 [2005], p. 142), a *horizontalidade* se apresenta como sua antítese. Trata-se de uma organização não necessária e sumamente coordenada, mas deveras solidária, traduzida pela contiguidade – pela *horizontalidade* formativa mesma – e imbuída de um espírito de compartilhamento, de trocas, de intercâmbios; território de todos; espaço banal (SANTOS, 2014 [2005], p. 139-142). Em outras palavras, enquanto a *verticalidade* evidencia a atuação desde os espaços de poder, ditadas e direcionadas desde a gênese pelas racionalizadas intencionalidades dos poderes constituídos, a *horizontalidade* se revela por intencionalidades difusas, condizentes à própria realização humana sobre os territórios.

Uma explicação mais robusta advém do geógrafo brasileiro Fábio Contel, da USP. No texto *Milton Santos: categorias, conceitos e interpretação da realidade contemporânea*, o autor apresenta considerações importantes. As *horizontalidades* constituem-se “como parcelas do espaço geográfico funcionando muito mais a partir dos dados de sua combinação local, em que a ‘contiguidade’, e a ‘continuidade’ dos fenômenos seriam a característica principal”, predominando, em última instância, “‘solidariedade orgânica’, isto é, formas de cooperação limitadas à realidade produtiva, cultural e histórica local, sendo que os arranjos produtivos são muito mais um resultado das necessidades da ‘sociedade civil’ local, constituindo-se [...] ‘de baixo para cima’” (CONTEL In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p. 135-136). As *verticalidades*, por sua vez, “seriam aquelas combinações geográficas em que prevalecem ‘solidariedades organizacionais’”, em que “no lugar do predomínio de arranjos fundados nas necessidades das populações locais, são as vicissitudes das firmas e corporações privadas que prevalecem.” (CONTEL In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p. 136). Utilizando como exemplo uma cadeia produtiva, Santos concede uma ideia por meio de um esclarecimento prático dos direcionamentos das intencionalidades emanadas dessa correlação dialética de forças na contemporaneidade:

Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica de produção propriamente dita e o locus de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais

ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 248).

Advém das considerações postas que as *verticalidades* e *horizontalidades* emergem na Geohistória miltoniana como instâncias que, ao mesmo tempo, são referências e referentes das dinâmicas social, política e econômica inerentes aos movimentos de organização e conformação do espaço. Ao admitir que as *horizontalidades* representam o local, a contiguidade espacial, e as *verticalidades* “asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia (SANTOS, 2017 [1996], p. 284), o geógrafo corrobora a flexibilidade nas quais circunscritas tais abstrações. *Horizontalidades* e *verticalidades* são, dessa maneira, referências e referentes do social, porque, ademais do espaço ser um fator social, como reiteradas vezes nestas páginas afirmado, podem dizer respectivamente das relações sociais orgânicas (horizontais) e das relações sociais hierárquicas (verticais). Pelo viés do político, enquanto a *verticalidade* é condizente com “uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos”, a *horizontalidade*, como solidariedade “localmente gerada”, expressa-se como “teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta” (SANTOS, 2017 [1996], p. 286). Por fim, pelo prisma do econômico, a “verticalidade cria interdependência”, ditada por uma hierarquia também financeira, representativa da aliança “das forças econômicas hegemônicas” e dos Estados marionetes (SANTOS, 2017 [1996], p. 285). Enquanto as *horizontalidades*, ainda que jamais ilesos os poderes locais - não raras vezes submetidos àquele outro poder coordenado desde as forças econômicas hegemônicas externas -, enunciadoras de uma organização econômica algumas vezes mais solidária.

Infundáveis são os casos estudados pela disciplina História em que se colocam em relevo essa dialética horizontalidades-verticalidades. Ao tratar, em sua *The Making of the English Working Class*, das mudanças substanciais dos padrões salariais dos trabalhadores qualificados no século XIX, E. Thompson (1987, p. 72), mesmo sem sabê-lo, correlaciona o jogo representativo entre essas duas forças antitéticas quando afirma que os salários antes determinados “por certas concepções de prestígio social e pelo ‘costume’” passaram a ser paulatinamente, com a industrialização, determinados pela “regulamentação” e pela “‘oferta e procura’ no mercado de trabalho”. Trata-se, portanto, de tácito exemplar, abarcado entre outros tantos pela obra thompsoniana, desse jogo de forças em que a lógica vertical inerente sobre a horizontal, prevalecendo a fim e a cabo sobre ela. Outro bom exemplo historiográfico desse jogo dialético advém de Braudel (2009, p. 113-114), quando este, ao tratar dos jogos de trocas na Europa entre os séculos XV e XVIII, sensivelmente atenta para duas faces de um mesma

economia-mundo: aquela que “de cima”, apresenta-se regulamentada, porquanto reconhecida pelo Estado e praticada pelos burgueses; e uma outra, que, desde baixo, coexistindo com a anterior, é irregular, marginal, perpetrada pelos homens ordinários, que ontem, tal como hoje, não deixam de movimentar a economia com sua lógica e regras operacionais próprias. Quanto mais essencial do que a anterior porque utilizada pelos operadores daquelas atividades regulamentadas para movimentar a economia vertical pelas brechas criadas e permissíveis pelo próprio sistema econômico.

À esteira do exemplo braudeliano, apresenta-se o segundo par dialético: o *circuito superior* e o *circuito inferior* da economia urbana. Esse duplo conceitual foi desenvolvido por Milton Santos a fim de possibilitar o mapeamento e a análise da conformação do espaço tendo em vista a dinâmica da economia urbana. Trata-se de compostos conceituais derivados da noção de dualismo de Clifford Geertz: do *firm centred economy* (“economia centralizada estável”) e *bazar economy* (economia de bazar) (Cf. SANTOS, 2014 [2005], p. 96), os quais, uma vez apropriados e ressignificados, Santos (2014 [2005], p. 96) passa a denominá-los de *upper system* e de *lower system*. Emergem na obra de Milton Santos como instrumentais teóricos decorrentes da observação do autor em relação aos processos de modernização parcial e desigual recorrentes no chamado Terceiro Mundo (Cf. SANTOS, 2014 [2005], p. 96). Trata-se, portanto, de conceitos engendrados para a compreensão: a) das dinâmicas da economia urbana das sociedades industriais e pós-industriais; e b) decorrente disso, mormente para a análise das *rugosidades* do espaço no Terceiro Mundo. Mas, como se verá, retomando como parâmetro o exemplo braudeliano, passíveis de flexibilização à análise de outros períodos da História. De momento, detenhamo-nos na apresentação desses conceitos.

O *circuito superior* sinaliza a economia decorrente dos processos de modernização, resultado direto dos avanços tecnológicos (SANTOS, 2008 [1979], p. 38). Sua *estrutura* é composta “de negócios bancários, comércio de exportação e indústria de exportação, indústria urbana moderna, comércio moderno, serviços modernos, comércio atacadista e transporte.” (SANTOS, 2014 [2005], p. 97). Por sua vez, o *circuito inferior*, ainda que resultante indiretamente da mesma modernização, refere-se aos extratos da economia cujos progressos técnicos apenas chegam de maneira parcial, incompleta e deficiente (Cf. SANTOS, 2008 [1979], p. 38). Nesse nicho, encontram-se as modalidades de produção “de ‘capital não intensivo’”, os serviços tradicionais, o pequeno comércio e o varejo (Cf. SANTOS, 2008 [1979], p. 40; SANTOS, 2014 [2005], p. 97).

Pode-se admitir, desse modo, que o *circuito superior* é radicalmente racionalizado, representativo da inferência direta da *verticalidade*, englobando os setores competitivos

dominantes. Em oposição, manifestação da *horizontalidade*, o *circuito inferior* abarca intencionalidades menos racionalizadas, abraçando os setores produtivos menos rigidamente organizados ou mais tradicionais. No primeiro, prevalecem a tecnologia de ponta, geralmente importada pelos países subdesenvolvidos, a inovação, o predomínio do trabalho assalariado, estoques dimensionados pela qualidade e quantidade, o crédito acessível, o lucro atingido pelo volume de negócios, as relações impessoais e hierarquizadas de produção, os imperativos da publicidade e da informação e, no caso dos países subdesenvolvidos, as dependências financeira e técnica (Cf. SANTOS, 2008 [1979], 43-44). O segundo singulariza-se pela tecnologia já instalada ou defasada (tradicional), pela inovação criativa, pela organização primitiva, pela predominância do trabalho informal, pelos estoques reduzidos e condicionados pela demanda, pela margem de lucro balizada na unidade, pelas relações de produção pessoais, diretas e personalizadas, e, sobretudo, pela limitada dependência do mercado externo. Caracteriza-se este último circuito como imprescindível às economias do subdesenvolvimento.

No entanto, como já se pode notar, limitar os circuitos *inferior* e *superior* da economia urbana à sua abrangência de análise pelo viés da *estrutura* de organização produtiva é um equívoco. Isso porque as áreas e dinâmicas de inferência dessas instâncias analíticas são porosas, uma vez que cada circuito também pode ser definido tanto pelo conjunto de atividades que engloba e o caracteriza quanto pelos setores da população que a eles se ligam pelas atividades ou pelo consumo (Cf. SANTOS, 2008 [1979], p. 42). Neste último caso, deve-se atentar para a incorrência de um erro bem comum: o de forçar a aplicabilidade desses conceitos a uma determinação exclusivamente de classe social. Ou seja, por um mero critério de renda, quando o que está em foco é a percepção sobre os grupos sociais que, em sua posição como força produtiva ou em suas relações de produção, movimentam esses circuitos da economia urbana. Por essa razão, como bem atentou Santos:

A definição não é rígida [...] é necessário notar vários desvios. Todas as camadas da população podem consumir fora do circuito ao qual pertencem: trata-se de um consumo parcial ou ocasional das categorias sociais ligadas ao outro circuito. O consumo das classes médias se dirige frequentemente tanto à categoria das classes abastadas quanto à das classes menos favorecidas. Por outro lado, os indivíduos mais diretamente ligados ao circuito inferior não são uma força de trabalho exclusiva desse circuito. Eles vendem temporariamente ou ocasionalmente sua força de trabalho no circuito superior. Quanto às atividades, algumas delas, embora apresentem um predomínio de características de um dos circuitos, podem também apresentar algumas do outro (SANTOS, 2008 [1979], p. 42).

Explicação retomada pelo autor em *Da totalidade ao lugar* (ver SANTOS, 2014 [2005], p. 99), que nos permite enxergar a potência e abrangência desses instrumentos conceituais mediante a análise de uma gama bem diversa de fenômenos espaço-temporais: a questão das dinâmicas de produção e consumo, do emprego, da modernização técnica, das migrações, das especializações produtivas, das economias formal e informal e, sobretudo, das resistências engendradas pelas *rugosidades*. Neste caso, principalmente tomando como objeto de análise a *paisagem* nos países subdesenvolvidos, haja vista que se deve observar que, apesar do imperativo do *circuito superior*, o *circuito inferior* emerge não somente como sinônimo abstrativo das modernizações imperfeitas, parciais, mas com semelhante força como bastião das heterogeneidades, como impulso das *horizontalidades*, como resistência – porquanto, em fricção – às intencionalidades verticalizadas, à instalação no território das racionalizações de fora para dentro. Isso traduz um maior dinamismo do *circuito inferior* quando comparado ao *circuito superior* (SANTOS, 2008 [1979], p. 259). Desde esse olhar crítico, dialético, de resistência ao imperativo de hegemonização de cima para baixo, de fora para dentro, o geógrafo baiano aponta que:

Do ponto de vista das condições espaciais de realização das grandes firmas, pode-se falar, nos países desenvolvidos, de uma *especialização vertical* do território. A fricção do espaço é relativamente nula e sua fluidez assegura a complementaridade funcional entre pontos diferentes em que as produções complementares se realizam. Nos países subdesenvolvidos, só se pode falar de *especialização horizontal*, com uma seletividade do espaço para os diferentes níveis de produção industrial, devido à raridade dos pontos que dispõem de vantagens locais significativas. Há uma tendência para concentrações com efeitos cumulativos (SANTOS, 2008 [1979], p. 279 – grifos do autor).

Por outro lado, essas tendências às concentrações com efeitos cumulativos igualmente dadas pela especialização horizontal nos países subdesenvolvidos fomentam concentrações de poderes. E, conseqüentemente, a concentração de renda. Sinônimo e máxima expressão do subdesenvolvimento. “As situações de pobreza no Terceiro Mundo são devidas, em grande parte, à ação conjugada das estruturas monopolísticas e do Estado.”, asseverou Milton Santos (2008 [1979], p. 187), repercutindo os monopólios de qualquer natureza na qualidade e nível de vida da população (SANTOS, 2008 [1979], p. 187). E ao Estado, supostamente incumbido do papel de mediador entre as intencionalidades *verticalizadas* e *horizontalizadas*, um poder que acaba inclinado à defesa dos interesses dos grupos de poder e no poder. Nesse não raro caso, torna-se o Estado nos países subdesenvolvidos um partícipe do agravamento do fenômeno de empobrecimento através de políticas econômicas e fiscais (SANTOS, 2008 [1979], p. 187).

Deriva disso o entendimento de que, ainda que a pobreza esteja mais concentrada no *circuito inferior*, não necessariamente é por ele causada ou condicionada (Cf. SANTOS, 2008 [1979], p. 196). Aliás, o superlativo de uma racionalidade hierarquizada e a concentração de poderes e riquezas postuladas pela verticalização imposta desde o *circuito superior* confabulam para que este, e não aquele circuito, atue como o principal agente de agravamento da pobreza no Terceiro Mundo. Afinal, a população mais pobre acaba não tendo “acesso aos produtos modernos e os mais pobres dentre eles só podem proporcionar-se consumos correntes por intermédio de um sistema de distribuição particular”, que surge em “resposta às condições de pobreza da grande massa da população.” (SANTOS, 2008 [1979], p. 196). *Circuito inferior* porquanto não pode ser entendido como sinônimo de pobreza, mas como modalidades de organização da dinâmica econômica-social:

Portanto, não há oposição entre favela e centro, mas oposição entre circuito inferior e circuito superior. Enquanto certos habitantes das favelas em parte escapam do primeiro circuito, outros que não residem nela, pelo contrário, estão completamente ligados a ele. Por conseguinte, toda abordagem que não leve em conta esta realidade está cheia de armadilhas e perigos (SANTOS, 2008 [1979], p. 76).

Exemplos dessa oposição, que não é entre pobreza e riqueza, periferia e centro, mas entre *circuito inferior* e *circuito superior* proliferam na *paisagem* da América Latina. As feiras livres em São Paulo, os mercados de pulgas de Buenos Aires e os *tianguis* da Cidade do México são representativos desse *circuito inferior* da economia urbana que, não necessariamente, são frequentados pelas camadas mais pobres da população dessas cidades.¹⁷⁴ Alguns estão localizados em bairros abastados, ou mesmo, dispõe da oferta de produtos advindos do *circuito superior*, tais como roupas e sapatos de marcas, utensílios domésticos e pequenos eletrodomésticos, alimentos industrializados ou provenientes da agroindústria etc. A organização desses centros comerciais a céu aberto raras vezes respeita tão somente a lógica da *horizontalidade*. Ou seja, não ocorrem apenas de maneira espontânea, organizada pela população local. Mas, sim, com igual força à sua realização concorre a intencionalidade dada pela *verticalidade*. Isso porque, para além da instalação e do funcionamento, há o fato de os comércios receberem aval e sofrerem fiscalização dos órgãos públicos competentes e de raramente encontrarem-se próximos de importantes centros comerciais ou de redes de supermercados de bandeiras estrangeiras. Portanto, e a partir do exemplo, a correlação entre

¹⁷⁴ *Tianguis*: palavra de uso corrente no México, que diz respeito aos pequenos mercados populares que se instalam de maneira periódica nas ruas. Esses mercados, assim como as feiras livres no Brasil, comercializam desde alimentos até os mais variados tipos de produtos.

circuito inferior-circuito superior, horizontalidades-verticalidades é, a fim e a cabo, muito mais complexa do que as consabidas dicotomias: pobres-ricos, centro-periferia, nacional-internacional, emprego-desemprego etc.

Atentando-se ao último item, emprego-desemprego, deve-se considerar que “emprego no circuito inferior é uma realidade difícil de definir pois compreende tanto o trabalho mal remunerado como o trabalho temporário ou instável.” (SANTOS, 2008 [1979], p. 203). Desse modo, retomando o exemplo acima dos mercados a céu aberto nos grandes centros urbanos da América Latina, é factível de encontrar nesses lugares situações de trabalho das mais diversas. Desde microempresários e profissionais autônomos até trabalhadores temporários ou mal remunerados, em situação de subemprego, ou também desempregados e lumpemproletariados, que vivem de tarefas momentâneas, esmolas, gorjetas ou dos alimentos descartados. Logo, no caso do *circuito inferior*, “Em que critérios se apoiar para separar emprego e subemprego, de um lado, e subemprego e desemprego, de outro?” (SANTOS, 2008 [1979], p. 203), já que todos representativos de condições laborais alijadas das ideais, algumas das quais ditadas pelo *circuito superior*.¹⁷⁵

Entende-se, a partir das definições anteriores, que Milton Santos claramente privilegiou – e não poderia ser o contrário – concepções que partem da instrumentalização e que direcionam esses compostos conceituais – *circuito inferior* e *circuito superior* – à Geografia. Portanto, à análise das paisagens cabíveis à *démarche* dos geógrafos. No mesmo *O Espaço Dividido* (2008 [1979]), o geógrafo brasileiro manifesta a circunscrição disciplinar desses conceitos ao ressaltar que o fenômeno dos dois circuitos urbanos “é contemporâneo do atual período de modernização tecnológica”, que “não existia nos países subdesenvolvidos, quer tenham encertado seu processo de industrialização antes da Primeira Guerra Mundial, quer sua industrialização seja recente”, mas que “quando se escolhem certos aspectos isolados, podem-se encontrar semelhanças entre a situação atual e das sociedades coloniais, do período precedente.” (SANTOS, 2008 [1979], p. 78). Atribui-se, no caso, também o esmero do autor com o fato de evitar blindar a sua Geohistória a qualquer generalização, uma vez que “parece-nos impossível estabelecer um paralelismo sistemático entre a cidade tradicional [...] e a atual.” (SANTOS 2008 [1979], p. 78).

¹⁷⁵ Nesse caso, cita-se a título de exemplo os *bucheiros* do bairro paulistano da Penha. Trata-se de feirantes de carnes (bovina, suína e avícola) – daí o estranho nome em alusão aos buchos, intestinos dos animais – que, durante as décadas de 1980 e 1990, trabalhavam com ou sem registro (no caso dos eventuais) para pequenos frigoríficos locais. Estes, por sua vez, chefiados por pequenos e médios empresários que atendiam, por meio de contratos de representação, os interesses de grandes frigoríficos paulistas.

Tal “paralelismo”, com razão, deve sempre ser evitado porque decai no erro crasso da supressão das particularidades do espaço em cada época e lugar. De suas *rugosidades*. No entanto, ainda que esse tópico deva ser em outro e oportuno momento mais bem investigado, contenta-se nessas páginas em enunciar que a aplicabilidade de tais conceitos encontra, sim, correlativo na historiografia. Daí a introdução desse subitem de discussão evocar a figura de Braudel. Os conceitos de *circuito inferior* e *circuito superior*, bem como os de *horizontalidades* e *verticalidades*, encontram consistente ressonância na análise que o reconhecido historiador francês teceu sobre a economia e o desenvolvimento do capitalismo entre os séculos XV e XVIII. Ou seja, na dinâmica entrevista pela teoria dos “jogos de trocas”. Em *Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme*, tomo II, *Les Jeux de l'Échange*, Fernand Braudel atribuiu o que segue:

Nesse confronto entre modelo e observação, o que encontrei constantemente foi uma insistente oposição entre uma economia de troca normal e muitas vezes rotineira (*natural*, dir-se-ia no século XVIII) e uma economia superior, sofisticada (*artificial*, dir-se-ia no século XVIII). Estou certo de que esta divisão é tangível, que os *agentes* e os homens, os atos, as mentalidades não são os mesmos nos diferentes andares da construção. Que as regras da economia de mercado que se encontram em certos níveis, tais como as descreve a economia clássica, atuam muito mais raramente sob o seu aspecto de livre concorrência na zona superior, que é a dos cálculos e da especulação. Aí começa uma zona de sombra, de contraluz, de atividades de iniciados que creio estar na raiz do que nos é dado compreender sob a palavra capitalismo, sendo este uma acumulação de poder (que baseia a troca numa relação de força, tanto e mais do que na reciprocidade das necessidades), um parasitismo social, inevitável ou não, como tantos outros. Em suma, há uma hierarquia do mundo mercantil mesmo que, aliás como em qualquer outra hierarquia, os andares superiores não possam existir sem os andares inferiores em que se apóiam. Não esqueçamos, enfim, que, mesmo abaixo das trocas, aquilo a que chamei *vida material*, na falta de melhor expressão, constitui, durante os séculos do *Ancien Regime*, a zona mais espessa de todas (BRAUDEL, 2009, p. 8).

Ora, ressalvado que os objetos sobre os quais Braudel se debruça são os jogos de trocas e a vida material, não coexiste paralelo entre aquela *economia superior* e aquela *economia de troca normal*, enunciadas pelo historiador, respectivamente com o *circuito superior* e o *circuito inferior* descritos pelo geógrafo? Semelhança descritiva entre aquela *verticalidade* postulada por Santos e essa zona superior, de “acumulação de poder”, entrevista por Braudel? Assim como no fato de que, em ambas as teorias, os autores manifestarem, cada qual à sua maneira e a partir de uma ênfase determinada, certo grau de dependência entre de uma instância em relação a outra? A zona superior braudeliana não é tão dependente de uma suposta zona inferior quanto o são as *verticalidades* em relação às *horizontalidades*, e, por conseguinte, o *circuito*

superior em relação ao circuito *inferior* e vice-versa, na Geohistória de Milton Santos? O que muda então é a escala de observação e o período analisado. Enquanto Santos, como geógrafo, observa a incorrência desses fenômenos a partir de um recorte geográfico, que privilegia a incorrência fenomênica desde a contemporaneidade, Braudel, historiador que foi, observa desde uma perspectiva diacrônica o registro de fenômenos análogos desde a aurora de desenvolvimento do capitalismo, com a economia mercantil. Reforça-se, outra vez, que o comparativo merece maior detenção futura. Mas a sua pertinência parece, a princípio, sólida. No caso, e em última instância, inclina-se a partir daqui considerar que *circuito superior* e *circuito inferior*, *verticalidades* e *horizontalidades* dizem de uma dinâmica de orientação e organização do espacial que parece extrapolar, como incorrência fenomênica, a perspectiva geográfica temporal miltoniana, dada pela modernidade. Em paralelo ao atribuído por Braudel, encontra-se mesmo no gérmen de organização do capitalismo. E, como este, concebe, organiza e orienta a materialidade. Inclusive, a relativa ao espacial.¹⁷⁶

O terceiro e último par dialético da Geografia Renovada de Milton Santos que merece atenção dos historiadores é o de *fluxos* e *fixos*. Barros (2017, p. 65) já havia realizado tal consideração ao reconhecer que esse “par de conceitos que encontrou um lugar privilegiado na Geografia [...] merecia maior destaque também na História.”. Isso porque, no entendimento do teórico, esse duplo conceitual miltoniano traz “uma nova perspectiva à interação entre as categorias da Forma, Função, Estrutura e Processo” (BARROS, 2017, p. 70). O que isso quer dizer? Que, pela leitura de Barros, toda FFPE é entretecida por objetos *fixos* e *fluxos*. Ou se dão a conhecer – porquanto inteligíveis a partir de – também por sua maior ou menor fixação ou fluidez, conforme o caso. Ainda para Barros (2017, p. 77), o reconhecimento conceitual “dos Fixos e Fluxos também permitiu a Milton Santos trazer um novo aporte à apreensão do Espaço como combinação de objetos e ações.”. Afirmação deveras válida e de suma importância, uma vez que, como ressaltou o próprio Milton, à medida que incorreu nas últimas décadas uma aceleração do tempo com o incremento de novos objetos técnicos:

O Espaço ganhou uma nova dimensão: a espessura, a profundidade do acontecer, graças ao número e diversidade enormes de objetos, isto é, fixos, de que hoje é formado e ao número exponencial de ações, isto é, fluxos, que

¹⁷⁶ As afirmações consolidadas neste parágrafo e no anterior merecem melhor detalhamento em outro e futuro lugar. Isso porque deve-se considerar que para Braudel o capitalismo é antípoda da economia de mercado, seu inverso quase simétrico. O que não parece ocorrer com os pares dialéticos *circuito inferior* e *circuito superior* de Santos. Ambos circunscritos à dinâmica do modo de produção capitalista. Importante destacar que o parágrafo não defende o paralelismo entre essas duas concepções, mas sim enuncia a correlação entre elas.

o atravessam. Essa é uma nova dimensão do espaço, uma verdadeira 5ª dimensão (SANTOS, 1993, p. 9).¹⁷⁷

Desde essa perspectiva, o composto conceitual *fixos* e *fluxos* reluz como outro aporte imprescindível aos historiadores cujos estudos são voltados às sociedades contemporâneas, pós-industriais, dado que possibilitam a apreensão da complexidade da dinâmica espacial através de seus objetos visíveis, materializados, e, igualmente, por seus movimentos apenas tangíveis. Mas, a potência de sua aplicabilidade não se restringe à análise da *paisagem* no período *técnico-científico-informacional*. Ela pode ser alargada para estudos de *paisagem* de épocas outras, uma vez que como pano de fundo diz respeito à essas dimensões de tangibilidade (materialidade) e intangibilidade (imaterialidade) dos elementos espaciais. Ou seja, respectivamente, aos âmbitos dos *objetos* e das *ações*. Elementos que traduzem uma universalidade porque, como anteriormente visualizado, constitutivos do espaço em qualquer época ou lugar dado que todo espaço é um conjunto indissociável de *sistemas de objetos* e de *sistemas de ações*. Desse modo,

O espaço é, também e sempre, formado de fixos e fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso, junto, é o espaço. (SANTOS, 2014 [1988], p. 85).

Segundo Grimm (2011, p. 117), a técnica “em suas manifestações materiais e imateriais, sustenta a noção de fixos e fluxos, jamais vistos isoladamente e sim em constante interação, para o entendimento e análise do espaço geográfico”. Dessa maneira, e, assim como nos casos dos pares dialéticos anteriores, a totalidade do espaço somente pode ser vislumbrada a partir das dimensões de fixação e fluidez dos elementos constitutivos da espacialidade. Mas, o que de fato vem a ser *fixos* e *fluxos*?

Por *fixos* Santos (2014 [1988], p. 86) compreende “os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens.”. Ou seja, os *objetos* técnicos em sua materialidade temporo-espacial: uma casa, a estrada, uma escola, uma fábrica, o produto de uma determinada planta de produção, os consumidores daquele produto, os trabalhadores daquela fábrica, os estudantes e professores daquela escola, os automóveis que se movem por aquela estrada e os residentes que habitam aquela casa. Já por *fluxos*, o geógrafo determina “o movimento, a circulação [...] os fenômenos da distribuição e do consumo.” (SANTOS, 2014 [1988], p. 86). No caso, toda e qualquer motilidade é propulsada pelos *fixos*, pelos *objetos* e pela interação sistêmica desses *fixos*. Os afazeres domésticos dos habitantes da casa; o

¹⁷⁷ Parte do fragmento também é citada por Barros (2017, p. 77).

transporte de pessoas e mercadorias pelos automóveis na estrada; o conhecimento disseminado pelos professores na escola; as atividades produtivas desempenhadas e as relações de produção constituídas na fábrica; o consumo e as relações de consumo de um determinado produto, inclusive, a informação; e, por fim, a concepção imaterial e regulamentação – também jurídica – do produto, da fábrica, da escola e da casa, e dos modos de convívio nesses e com esses espaços. Advém disso a consideração de Santos de que:

Os fixos, como instrumentos de trabalho, criam massas. Mas não basta criar massas, impõem-se fazer com que se movam. E a capacidade de mobilizar uma massa no espaço é dada exatamente pelo poder econômico, político e social – poder que, por isso, é maior ou menor segundo as firmas, as instituições e os homens em ação. (SANTOS, 2014 [1988], p. 87).

O entendimento sobre *fluxos* e *fixos* aqui expresso encontra-se em convergência com o enunciado por Barros em *História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares*. Considerando-se apenas uma ressalva. Antes, contudo, torna-se necessário frisar que o historiador e teórico brasileiro é assertivo ao assegurar que “fixos [...] relacionam-se mais propriamente à intersecção Forma-Função, enquanto os fluxos referem-se à intersecção entre Função e Processo.” (BARROS, 2017, p. 70). E que a integração entre fluxos e fixos no espaço ocorre de tal maneira “que é possível enxergar um por dentro do outro” (BARROS, 2017, p. 78). Não há margem para dúvidas quanto ao teor assertivo de tais colocações. No entanto, partindo sobretudo dessa última consideração, Barros edifica uma releitura muito própria dessas instâncias, concebendo a existência de subcategorias: a) fixos continentes: que são os fixos propriamente ditos ou “fixos fixos” (BARROS, 2017, p. 80), b) fixos condutores: “estruturas auxiliares (e fixas) para os fluxos” (BARROS, 2017, p. 79) e c) fluxos materiais, que dizem respeito à circulação de objetos (BARROS, 2017, p. 82) etc. Isso não ocorre na proposta teórica matricial de Santos, uma vez que esses conceitos concorrem como pares dialéticos. Logo, também complementares, e não como entidades autônomas, independentes. Essa releitura engendra uma espécie de paralaxe, à medida que promove um quarteto fenomênico contingente, determinado por: a) “fixos fixos”, b) fluxos fluxos, c) fixos fluxos, d) fluxos fixos¹⁷⁸, Anulando o movimento dialético.

Para Milton Santos, o espaço – e a totalidade dele – é formado por um conjunto indissociável de *sistemas de objetos* e de *sistemas de ações* – como reiteradas vezes repetido –

¹⁷⁸ Os “fixos fixos” dizem respeito aos fixos contingentes já explicitados. Enquanto que por “fluxos fluxos”, os fluxos em si e por fixos fluxos, toda e qualquer estrutura fixa que permite motilidade. Enquanto que, por fim, por fluxos fixos, possivelmente as ações ou informações que se realizam através de estruturas fixas.

e suas realizações, também indissociáveis, entre *fixos* e *fluxos*, encontrando-se, portanto, obviamente, um dentro do outro e vice-versa. Os *fixos* correspondem aos objetos histórico-geográficos e os *fluxos*, às ações no histórico-geográfico. Dessa maneira, *fixos* e *fluxos* transluzem na obra miltoniana em grau de equivalência, ainda que não com semelhante prevalência e, porquanto, força, ao duo infraestrutura e superestrutura em Marx. Ou seja, não propriamente são materializações em si, mas dizem com propriedade sobre tais materializações. Dizem, portanto, menos dos objetos em si (do seu grau de fixação ou não no lugar) e das ações em si (do seu grau de movimentação ou não no lugar), mas mais de como se dá a dinâmica do espacial através da fenomenalidade desses *objetos* e dessas *ações* e da interação entre eles. Ao subcategorizar o par conceitual, Barros abre espaço para um arriscado exercício de ênfase na materialidade, na coisa em si, esvaziando parcialmente o conteúdo de abstração sobre a coisa em si. E, portanto, sobre a dinâmica da coisa, que é o que está em jogo. Todos os *fixos* – por mais fixados que sejam os *objetos* – promovem, comportam ou são realizados por *fluxos*. E todos os *fluxos* – por mais fluídas que sejam as *ações* – promovem, abarcam ou realizam-se através dos *fixos*.

Ademais desses compostos conceituais, a Geohistória de Milton Santos também antevê concepções próprias de conceitos já consagrados e estabelecidos na Geografia, como os de *território* e *região*. Esses conceitos merecem especial atenção dos historiadores por razões distintas. O último, porque advém de outras matrizes teóricas de largo uso dos historiadores, especialmente, entre aqueles debruçados sobre a História Regional. E o primeiro, porque de uso indiscriminado entre os pares, não raras vezes adotado sem qualquer respaldo teórico. Quase uma palavra de uso comum, mas que, desde o campo da Geografia, em que instituído como um conceito, passível de acepções divergentes e acalorados debates. No caso do conceito miltoniano de *território*, há ainda um agravante: este cada vez mais vem sendo utilizado entre os historiadores brasileiros.

O ponto de partida para a compreensão do conceito de *território* desde a Geohistória de Milton Santos deve levar em consideração duas proposições: a) a de fragmentação da totalidade e b) a de *território usado*. Como fragmentação da totalidade subentende-se a necessidade metodológica a qualquer perspectiva que busca a contemplação da totalidade de fragmentar em partes o todo para chegar à elucidação do funcionamento desse mesmo todo. Nesse sentido, ainda que como fenômeno Santos (2014 [1985], p. 81) considerasse que “o espaço é total”, do ponto de vista metodológico igualmente reforçava que, no plano da abstração, o espaço “deve ser dividido por razão de objetividade analítica.”, de apreensão. No tocante à proposição de

território usado, a ideia é mais bem aclarada por Maria Ângela Faggin Pereira Leite, da USP, citando Milton Santos:

O conceito de território usado envolve a consideração do acúmulo de tempos não em si mesmos, mas correlacionados à indissociabilidade entre forma e conteúdo, tanto resultado do processo histórico, quanto base material e social das novas ações humanas. É preciso pensar o país a partir dessa noção, porque é preciso explicitar as bases territoriais que preparam e recebem diferentes tipos de produção, que não se processa igualmente em todos os lugares. “O território já usado pela sociedade ganha usos atuais que se superpõem e permitem ler as discontinuidades nas feições regionais. Certas regiões são, num dado momento, mais utilizadas e, em outro, o são menos. Por isso, cada região não acolhe igualmente as modernizações nem seus atores dinâmicos cristalizando usos antigos e aguardando novas racionalidades”, afirma Milton Santos em *A Natureza do Espaço* (LEITE In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p. 95).

Logo, o *território usado* distingue-se do território natural. É a porção utilizada do espaço intencionalizado por excelência. E que, por isso, distingue-se na mesma medida do *território forma*, que é o território como ideia, como modelo de organização político-administrativa de um país (Cf. SANTOS, 2014 [2005], p. 138). Nesse sentido, o *território usado*, além de uma mera porção administrativa, realiza-se como “espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2014 [2005], p. 138). De igual maneira, o *território usado* apresenta uma historicidade que transcende qualquer imperativo ou convenção histórico-administrativa. Assim, se as intencionalidades são cambiáveis de época em época, de lugar a lugar, dadas pelas *verticalidades* ou nas *horizontalidades*, a utilização ou utilidade de um *território* também o é. Por esse motivo, o *território usado* pode realizar-se tanto em rede, como manifestação das *verticalidades*, quanto como espaço banal, influenciado pelas *horizontalidades*. Ou mesmo, e em geral, como realização temporoespacial, dialética, de superposição entre essas duas instâncias:

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quicá divergentes ou opostas (SANTOS, 2014 [2005], p. 139).

O *território* é para Milton Santos, portanto, e acima de qualquer convenção que estipula e institucionaliza o *território forma*, o *território usado* por excelência. E essa perspectiva é especialmente enriquecedora aos historiadores porque a concepção de *território usado* “aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 20). Ou seja, a constituição geohistórica de

determinado *território*. O conceito suprime – porque de certo modo abraça – num só lance, portanto, as consabidas noções de territorialidade e de territorialização, sendo aquele referente ao sentimento de pertença de uma comunidade ou nação a um determinado *território*. E, o outro, condizente com o processo de dominação ou de reconhecimento de um *território*. O *território*, que é sempre *usado*, portanto, também é territorialidade e territorialização porque à revelia das consabidas noções antropológica e biológica de territorialidade e de seu processo concomitante de *territorialização*. Santos e Silveira (2001, p. 19) reconhecem que a territorialidade humana – diferente da dos animais – “pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem.”. Ou seja, o homem – à diferença de outras espécies – já idealiza e orienta, intencionaliza, a organização do *território* através das *técnicas* antes mesmo do reconhecimento formal do *território*: “É nesse sentido que um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem de sua própria constituição.” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 22). Decorre daí a assertiva constatação efetuada por Barros, comparando as concepções de território do geógrafo Claude Raffestin e de Milton Santos:

É interessante comparar as definições de “território” e “espaço” em Raffestin (1993) e Milton Santos (1978), pois são francamente contrastantes. Enquanto que em Raffestin o espaço precede o território, sendo que este último acrescenta ao primeiro o efeito de uma ação e do exercício de um poder, já em Milton Santos vemos uma relação inversa em uma passagem de *Por uma Geografia Nova*, na qual o geógrafo brasileiro afirma que “a utilização do território pelo povo cria o espaço”. O território aqui antecede ao espaço. (BARROS, 2017, p. 97 – nota de rodapé; grifo do autor).¹⁷⁹

E o antecede porque o *território* é a primeva realização intencional e mecânica, geohistórica, do espaço como *fator social*. Observâncias que demonstram a flexibilidade, amplitude, profundidade e, por conseguinte, potência do conceito miltoniano de *território* para a História. Especialmente, como novamente observou Barros (2017, p. 99), para o campo da História Política, que não deixa de ser “o estudo deste devir de territorialidades que se constituem a partir dos espaços físicos, mas também dos espaços sociais, culturais e imaginários.”.

O último conceito a ser apresentado é o de *região*. Diferentemente da noção geográfica clássica de região, oitocentista, que a concebe como uma divisão político-administrativa do território de um país, e equidistante da concepção lablachiana, que a sustenta a partir da ideia

¹⁷⁹ Refere-se, respectivamente, aos livros: *Por uma Geografia do Poder*, de Claude Raffestin, e *Por uma Geografia Nova*, de Milton Santos.

de homogeneidade da paisagem, Milton Santos erige um entendimento mais rebuscado de *região*, porque visualiza, sobretudo, as *rugosidades* e a complexidade do espaço na contemporaneidade. Sobre isso, Contel (In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p. 132) realça que Milton Santos buscou resgatar a categoria em *Por uma Geografia Nova*, concedendo a ela uma leitura então atualizada, fundamentada “no contexto histórico e epistemológico em que escrevia”, demonstrando “a ‘falência’ do conceito de ‘região’ herdada dos escritos de Vidal de La Blache, pois este já não correspondia à realidade da nova etapa do processo de totalização histórica.”. Ainda segundo o autor, o conceito lablachiano tomava a região como “um ente ensimesmado, que poderia ser explicado pelas propriedades da ‘relação homem-natureza’” (CONTEL In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p. 132) e que, portanto, não mais dava conta da nova conformação espacial:

Na década de 1950, porém, o mundo iniciava sua entrada no período técnico-científico-informacional, em que a mobilidade dos elementos do espaço geográfico (indivíduos, fluxos de mercadorias, de capitais, de informações) se tornava cada vez maior, e seu alcance muito mais ubíquo. A divisão social e territorial do trabalho passa a ser também cada vez mais complexa, sendo que alguns dos atores dos países centrais (Estados e grandes corporações transnacionais) interferem cada vez mais no funcionamento das regiões e na organização dos atores mais periféricos do globo terrestre. Nesse sentido, ficava mais difícil sustentar a posição de que a “região” poderia ser definida pelos elementos que contém em sua constituição interna. Fazia-se necessário elencar os fatores externos que definiam sua organização interna. Mais do que atentar aos fatores externos, era também necessária a consideração dos elementos impossíveis de serem reconhecidos na paisagem, isto é, no aspecto “fenomênico” da “região”. Daí a necessidade de ser re-funcionalizado o conceito (CONTEL In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p. 132-133).

Dessa maneira, Milton Santos concebe a *região* como uma unidade abstrativa de pluralidade fenomênica cada vez mais condicionada pela aceleração dada pelo surgimento de novas *técnicas*. Partindo desse reconhecimento, instauram-se dois entendimentos complementares: a) à medida que condicionada pela aceleração da introdução de novas *técnicas*, portanto também aceleração do tempo, a efemeridade temporal faz com que *região* para Milton Santos seja mais do que um absoluto, um relativo, portanto uma categoria de análise que, tal como o *território*, advém da necessidade de fragmentação do espaço para estudo; b) a *região* como entidade fenomênica cada vez mais condicionada pela aceleração do surgimento de novas *técnicas* perde, com a mesma rapidez com que introduzidas as *técnicas*, o seu caráter de homogeneidade, apresentando-se porosa e, por conseguinte, tanto mais plural quanto efêmera. Consideração última que coloca em xeque a validade – e a sustentação – para a da

contemporaneidade da antiga concepção de Vidal de la Blache, ainda tão utilizada pelos historiadores:

Na caracterização atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era o próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distintas, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição (SANTOS, 2017 [1996], p. 285).

E reitera:

Acostumamo-nos a uma ideia de região como subespaço longamente elaborado, uma construção estável. Agora, neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças repetidas, na forma e no conteúdo das regiões. [...] o que faz a região [portanto] não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades. [...] As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. [...] A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem (SANTOS, 2017 [1996], p. 247).¹⁸⁰

Já em *Espaço e Método*, Santos (2014 [1985], p. 88-89) aventava essa fragilização do conceito vidaliano de região frente ao imperativo dado pelo período *técnico-científico-informacional*, ao considerar que a internacionalização da produção instituiu dada complexidade organizacional que não mais permite a homogeneidade característica da região clássica. Soma-se a isso o fato de que, na mesma obra, Santos (2014 [1985], p. 88) questiona ainda a validade da aplicabilidade dessa noção clássica de região para a análise da *paisagem* dos países subdesenvolvidos, uma vez que, como reiteradas vezes assinalado, à distinção dos países desenvolvidos, o espaço nos países de Terceiro Mundo é conformado geohistoricamente a partir de uma maior heterogeneidade e não, da prevalência da homogeneidade:

Nos países desenvolvidos, as regiões geográficas eram sobretudo regiões históricas, criadas antes da revolução dos transportes, onde o peso do passado, influenciando tanto na configuração do espaço, como na vida econômica e cultural, assegurava a manutenção de um grande número de relações “internas”. [...] [Sendo assim, nos países subdesenvolvidos] o país inteiro se torna “a região” do seu “centro” (SANTOS, 2014 [1985], p. 88).

¹⁸⁰ Em *Da totalidade ao lugar*, Santos (2014 [2005], p. 157) corrobora algo semelhante: “Acostumaram-nos a uma ideia de região como um subespaço longamente elaborado, uma construção estável. Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial.”

Mas, qual então é a definição de *região* latente da Geografia de Milton Santos? E, principalmente, diante das considerações até aqui apresentadas, é possível presumir a validade, ou melhor, a viabilidade desse conceito ao ofício do historiador, uma vez que, como acima demonstrado, foi pensado para uma conformação espacial específica, determinada pelo período *técnico-científico-informacional* e conjecturada desde a perspectiva da heterogeneidade latino-americana? Debrucemo-nos então sobre o labor de definição.

Milton Santos (2014 [1985], p. 89-90) concebe a *região* como “o locus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado [...] como o resultado das possibilidades ligadas a uma determinada presença.”. Não obstante, defende que “No passado distante, a região fora um sinônimo de territorialidade absoluta de um grupo, com as suas características de identidade, exclusividade e limites, devidas à presença única desse grupo”, mas que “Hoje, cada vez mais, os lugares são condição e suporte de relações globais que, sem eles (lugares), não se realizaria [...]” (SANTOS, 2014 [2005], p. 156). Desse modo, a *região*, apesar da “vida curta” com que se conforma como fenômeno na atualidade, não deixa de ser, para o geógrafo, acima de tudo, um “recorte territorial” (Cf. SANTOS, 2014 [2005], p. 157). Mas um recorte que, como entidade fenomênica, diz do “locus de determinadas funções” como “possibilidades ligadas a uma determinada presença” e que nada mais diz “da territorialidade absoluta de um grupo.”. No entanto, a quais “determinadas funções” e “determinada presença” refere-se Santos? Certamente, às “determinadas funções” exercidas pelas *verticalidades* e *horizontalidades*, e à “determinada presença” de uma intencionalidade híbrida, conforme assegurou María Laura Silveira:

Las regiones pueden ser estudiadas a partir de problemas, es decir, de aquellas funciones que las insertan en la actual división territorial del trabajo. De allí su participación en la construcción de las verticalidades en el territorio y la importancia de su productividad espacial [...], es decir, su aptitud técnica y política para una u otra producción. [...] No obstante, una perspectiva de las horizontalidades complementaría la metodología, porque revela la existencia de un espacio de la copresencia, de la resistencia y de la contigüidad, tejido de modernidades y obsolescencias materiales y organizacionales. Las regiones surgen, así, como áreas incompletas de la modernidad, fruto de la hibridación de racionalidades. (SILVEIRA, 1997, p. 9).¹⁸¹

Logo, “É justamente nesse ‘embate’ entre combinações com distintas lógicas que podemos definir os recortes do espaço geográfico, que nos dariam um conceito atual e operacional da categoria região”, corrobora Contel (In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p.

¹⁸¹ O fragmento também aparece em Contel (In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p. 137).

137). Em síntese, a concepção miltoniana de *região* refere-se a um recorte do espaço geográfico, mas que, como fenômeno, é conformado pela hibridação de intencionalidades (ou racionalidades) dadas pela inter-relação, ou superposição, entre *verticalidades* e *horizontalidades* e que resulta numa especialização funcional de determinada fração do *território*. E que pode dizer tanto de uma funcionalidade econômica, política, social, cultural, etc. Citando Milton Santos, Contel complementa que:

Ao invés de atentarmos, portanto, apenas aos dados mais imóveis e invisíveis das regiões – seus marcos político-administrativos, sua homogeneidade paisagística, sua configuração natural –, mais coetâneo seria verificar quais os atores presentes, as densidades técnicas das atividades desenvolvidas, assim como o grau de autonomia (ou dependência) que as combinações de objetos técnicos e ações permitem àquela sub-totalidade do espaço geográfico analisado. É no embate entre racionalidades “verticais” e “horizontais” que podemos verificar “o conteúdo funcional das regiões” [...], e, assim, nos aproximarmos de uma definição teórica e empírica atualizada das regiões.” (CONTEL In SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2009, p. 138).¹⁸²

A lição serve também aos historiadores debruçados sobre a especificação de uma determinada *região* no período *técnico-científico-informacional*. Mas será que essa definição de *região* é válida (e viável) – como outrora aventado – a toda classe de historiadores, independentemente de temas, objetos e, principalmente, do recorte temporal abordado? Novamente, deve-se atentar, também neste caso, que a Geohistória de Milton Santos se erigiu a partir de elocuições e resoluções de problemas candentes desde uma perspectiva da Geografia. Portanto, que a operacionalização desse conceito – que reluz mais como uma categoria, já que, sobretudo, um recorte da totalidade de força analítica – foi direcionada à compreensão da *paisagem* contemporânea, dada pelo *meio técnico-científico-informacional*. Os historiadores, contudo, devem-se valer da adaptabilidade e da sensibilidade, como sempre ocorre com o empréstimo ou importação de quaisquer conceitos. Parâmetros de adaptabilidade e sensibilidade esses que mesmo fulgurantes de subjetividade, não devem ser cadenciados a esmo.

O critério, o fiel da balança, no caso, é o reconhecimento de que, ainda que no período *técnico-científico-informacional*, as lógicas verticais maximizadas, muitas vezes se sobrepondo às horizontais, as *verticalidades* e as *horizontalidades* concorrem como fenômenos pelo menos desde o século XV, como neste capítulo demonstrado ao se estabelecer paralelo com a definição de uma economia “de cima” e uma economia “de baixo”, de Braudel. A fundamentação de

¹⁸² Os trechos entre aspas citados pelo autor foram extraídos do livro *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* (1994, p. 115), de Milton Santos.

região desde uma perspectiva da funcionalidade abre caminhos para o entendimento de que regiões econômicas, políticas, culturais, sociais etc., isto é, especializadas e funcionais, apresentam-se ao longo de quase toda a História do Ocidente. O vasto *território* do Império Romano no ano 117 d.C., por exemplo, era dividido em províncias que bem poderiam ser entendidas, tomando como base o critério adotado, como *regiões*. Isso porque tais províncias não se conformavam apenas como meras divisões administrativas, racionalizadas e nominadas verticalmente desde o centro nevrálgico de tomada de poder, Roma. Antes, respeitavam *horizontalidades* próprias, dadas não somente por critérios culturais e de territorialidade. E, a fim e a cabo, desde de cima, pelo cumprimento de funcionalidades econômicas e políticas. Cada província (ou *região*) era a um só passo reconfigurada territorialmente pelos interesses políticos e militares de Roma, bem como economicamente especializada no fornecimento de gêneros e artigos ao Império.¹⁸³ Com efeito, o exemplo romano não pode ser tomado como universal para o período. Diz de um sistema organizativo que, desde as entranhas, minava a solidariedade orgânica dos *territórios* conquistados. Em que, portanto, dada racionalidade vertical interatuava e impactava a *horizontalidade*. Daí a sensibilidade do historiador ser um critério.

As categorias, instâncias e conceitos aqui apresentados expressam mais que a totalidade do espaço, de uma *paisagem*. Trata-se de instrumentos analíticos na Geohistória de Milton Santos que possibilitam o reconhecimento e detalhamento abstrativo, no plano epistemológico, das *rugosidades*. Esse repertório conceitual, portanto, traduz-se como o sistema metodológico – um método, mesmo – original e coeso dessa Geohistória. De identificação, contemplação e análise no plano da abstração disciplinar das dinâmicas expressas pelas superposições cristalizadas na *paisagem*. Sua operacionalização na esfera do conceitual. Sua abrangência e instrumentalização extrapolam as fronteiras da disciplina Geografia, fornecendo um método – ou, pelo menos, uma proposta metodológica – bem delineado e robusto de apreensão do espaço – ou melhor, da *paisagem* – e de análise dos fenômenos histórico-espaciais à História.

¹⁸³ O norte da África e províncias como a Hispânia e a Britânia eram especializadas no fornecimento de ouro. Já parte do azeite, proveniente da Gália e da Macedônia. A cerâmica, mormente, da Grécia. O vinho, da Germânia. E os escravos, principalmente, do Egito e do norte africano, via Cartago.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os séculos XIX e XX foram decisivos para a definição e apresentação de conceitos de espaço geográfico pela disciplina Geografia. E, conseqüentemente, as cinco primeiras décadas daquele último século, pela incorporação e adequação de alguns daqueles conceitos pela História. O espaço e, mormente, o espaço geográfico como ideias são realizações ulteriores, antigas, que nos remetem a uma larga tradição filosófica e geográfica: dos pensadores da Grécia Antiga aos filósofos e geógrafos da Europa Iluminista. Mas foi a partir do nascimento da Geografia moderna, com a criação das primeiras cátedras da disciplina na Europa, no século XIX, que o ímpeto e a necessidade de repensar ideias de espaço desde proposições conceituais mais robustas, mais bem delineadas, funcionais e operacionais, portanto científicas, tornou-se imperativo. A *démarche* do campo exigia a demarcação de instrumentos metodológicos mais precisos. O espaço – ou melhor, o espaço geográfico – passou então a ser imaginado, desenhado, formulado, assimilado e incorporado num amplo espectro de conceitos pelos geógrafos. E, desde aí, pelas outras Ciências Sociais.

No entanto, essa Geografia moderna que predominou no horizonte da disciplina Geografia no século XIX e nas cinco primeiras décadas do século XX, produziu e introduziu desde aquele campo do conhecimento conceitos fragmentados de espaço geográfico. Ou seja, instrumentais teóricos incapazes de abstrair a totalidade fenomênica das espacialidades e fundamentá-las, defini-las e explicá-las a partir de um único universal conceitual. O espaço geográfico como conceito universal e unívoco – enfim, conceito-chave da Geografia – continuou inexistindo. Referente e referência de “tudo” e “nada” ao mesmo tempo. Um objeto e uma categoria sem definição objetiva, concisa, clara. Estilhaçado em fragmentos conceituais que somente abstraíam e davam conta de conjuntos específicos de realidades e de fenômenos espaciais. Sobretudo, que pensavam e diziam de espacialidades mais homogêneas, como as da Europa. O espaço geográfico, então, como estilhaços se consolidou e se apresentou em séries de conceitos, tais como: paisagem, região, meio, espaço vital etc. Em torno deles, estabeleceu-se o edifício dos debates sobre o objeto e a identidade da Geografia numa época em que a disciplina buscava se diferenciar das demais Ciências Sociais.

Essa Geografia moderna criadora e até certo ponto criatura desses fragmentados conceitos de espaço consolidou-se e concentrou seus principais debates em torno das contribuições de duas escolas geográficas nacionais: a francesa e a alemã. Esta fundamentada na obra do geógrafo e etnólogo alemão, Friedrich Ratzel e aquela, em torno da figura de Paul Vidal de La Blache, historiador e geógrafo francês. A escola ratzeliana, ou determinista, como

ficou mais conhecida entre os historiadores, notabilizou-se por estabelecer conceitos fragmentados de espaço geográfico a partir de concepções com forte inclinação naturalista e positivista, atribuindo desde uma perspectiva geobiológica que a combinação de fatores como o clima, o relevo, a cobertura vegetal, a hidrografia etc., determinavam, em maior ou menor grau, as características gerais de uma determinada fração do espacial, impactando a formação histórica dos grupos humanos, das culturas e das políticas nacionais. Ou seja, nas concepções de espaço dela derivadas, o fator físico é um elemento determinante, ainda que não totalmente condicionante, do fator humano. Uma espécie de “reducionismo naturalizante”, como assentiu Moraes (In RATZEL, 1990, p. 121).

Do lado ocidental do Reno, a escola lablachiana – ou vidaliana – de inclinação possibilista introduziu e consolidou semelhantes proposições fragmentárias de espaço, desde uma perspectiva sensivelmente distinta àquela que fundamentava a antropogeografia de Ratzel. Tornou-se, a um só golpe, a sua derivação, porque igualmente amparada em uma perspectiva geobiológica e nos fundamentais ensinamentos ratzelianos, e a sua antítese, por colocar em xeque o acentuado grau de determinismo do fator físico sobre o fator humano presente na obra do mestre alemão. Desde a geografia lablachiana, o espaço como ideia se consolidou à revelia da antropogeografia, principalmente mas não somente, como um ente de possibilidades. Ou seja, concebendo que, ainda que o fator físico tenha um peso na determinação histórica e na formação das características gerais dos grupos humanos e das culturas, ele não é exclusivamente condicionante e decisivo. Nessa escola, o espaço geográfico como ideia é fracionado por meio dos conceitos de meio e região, limitando-o apenas como palco de possibilidades à atuação e autodeterminação dos grupos humanos ao longo do processo de constituição de sua História.

Essas duas escolas nacionais da Geografia moderna foram, em grande medida, as responsáveis e as incentivadoras, no campo geográfico, de concepções mais robustas, ainda que fragmentadas, de espaço geográfico, a partir da introdução de seus repertórios conceituais. Não obstante, também a elas deve-se o crédito da exportação das principais noções de espacialidades que predominaram nas demais Ciências Sociais no século XX. Trata-se, sobretudo, de concepções de fácil assimilação e que apresentam séries de conceitos flexíveis aos objetos e operacionalizáveis à *démarche* dessas disciplinas. Porém, a elas também – mas principalmente ao culto em torno delas edificado desde as demais Ciências Sociais – instituiu-se uma distorção sobre que é – ou melhor, que deve ser – espaço geográfico, pautando a discussão e a fundamentação do espaço como ideia na contraproducente dicotomia: fator físico versus fator humano.

As tendências de naturalização e fragmentação do espaço emanadas dessas correntes geográficas constituíram, dessa maneira, os efeitos mais nocivos, porque permanentes, dessas concepções geográficas de espaço para as Ciências Sociais ao longo do século XX. Quanto ao primeiro efeito, o de naturalização, este diz respeito a certa tendência em abstrair o espaço somente como entidade concreta francamente instituída desde e pelo mundo natural. Ou seja, como unidade dada a partir de um conjunto de características impressas no lugar pela ação da natureza: rios, montanhas, mares, vales, planaltos, bosques, florestas etc. O que está fora desse âmbito – como, por exemplo, o espaço virtual, que é hoje uma realidade – não pode ser considerado dessa maneira por essas antigas concepções como espaço. Quiçá, como espaço geográfico. No tocante à fragmentação, à inexistência de um único universal de espaço, como antes atribuído esse efeito, impossibilita a compreensão e análise da totalidade inerente tanto ao espaço como fenômeno quanto ao espaço como ideia, consolidando, assim, instrumentos metodológicos que fatiam o espaço geográfico em múltiplos conceituais, mas que não o explicam como fenômeno universal dotado de coerência, dinâmica, e algum grau de unicidade. Em outras palavras, para essas correntes, o espaço é a paisagem, a região, o meio etc. Jamais o espaço total.

As contribuições das concepções de espaço advindas das escolas determinista e possibilista marcaram profundamente o campo disciplinar da História no século XX. E, ressalta-se de passagem, continuam marcando forte presença na historiografia do início de século XXI. Essa situação se deve, sobretudo, ao sucesso do labor de importação e adequação desses conceitos fragmentados de espaço geográfico à História, realizado durante a primeira metade do século XX pela corrente historiográfica francesa dos *Annales*, expressa em grande medida pela capacidade dos primeiros *Annales* em dialogar, captar e readaptar os procedimentos e as terminologias das demais Ciências Sociais. Nesse sentido, pode-se considerar que, no século XX, nenhuma outra corrente historiográfica foi tão feliz e esteve na vanguarda do movimento de apropriação, reapropriação, ressignificação e sistematização do espaço geográfico ao *métier* do historiador quanto a corrente capitaneada por Marc Bloch, Lucien Febvre e, principalmente, Fernand Braudel. Eles foram responsáveis pela introdução, pelo alargamento e pela operacionalidade do espaço geográfico à historiografia Ocidental através da Geografia Histórica e, principalmente, da Geohistória.

Quanto à Geografia Histórica – ou História de base geográfica – empreendida por Bloch e Febvre, ela expressou-se em grande medida como realização no campo da História dos ensinamentos geográficos de Vidal de La Blache, conformando-se como ramo do conhecimento histórico-geográfico dedicado especialmente aos estudos da geografia do passado e à

compreensão das mudanças impressas nos territórios ao largo da História. Dessa maneira, a História de base geográfica concebida pela corrente dos *Annales* foi responsável pela importação e adequação do repertório conceitual lablachiano, assimilando-o quase de maneira integral à disciplina História. O que não significa que, no decurso do processo de assimilação, a circunscrição de tais conceitos não tenha sido reformulada aos propósitos da disciplina receptora. O sucesso dessa operação foi tamanho que, durante boa parte da primeira metade do século XX, coube aos historiadores, e não os geógrafos, o mérito e o protagonismo na produção de bons e originais trabalhos em Geografia Histórica, mesmo que, a fim e a cabo, mantiveram-se intactas as estruturas de naturalização e de fragmentação conceituais do espaço advindas do empréstimo quase que mecânico do repertório conceitual de La Blache.

A Geohistória de Braudel, ao contrário, buscou produzir um enfoque inovador ao campo da História. Apercebendo-se que a importação quase mecânica do repertório conceitual lablachiano instituíra também uma debilidade de ordem epistemológica à Geografia Histórica, que compreendia o espaço como espaços e não como espaço, Fernand Braudel buscou, com a sua Geohistória, o equilíbrio entre a compreensão da totalidade polifenômica na inter-relação tempo e espaço. Na Geohistória braudeliana, ao contrário do que ocorria na História de base geográfica, o espaço passa a ser tomado então como uma entidade que se expressa ontologicamente como totalidade e fenomenalmente pela totalidade. O repertório conceitual tradicional é conservado, incrementado até mesmo com certo apelo ao determinismo postulado pela antropogeografia de Ratzel. Todavia, modifica-se a postura quanto à escala de observação do objeto, recusando-se à delimitação do recorte geoespacial às esferas do local e do regional deslocados e inócuos à macro espacialidade. O espaço na obra braudeliana deixa de ser o palco para ser o protagonista. O personagem, como se costuma afirmar. Deixa de ser a fragmentação fenomênica para ser abraçado como totalidade fenomênica. Isto é, o espaço passa a ser para História: espaço total, antecipando em décadas movimento análogo operado no interior da Geografia.

Todavia, o movimento realizado pela Geohistória de Braudel não deixou de se manifestar contradito. Por um lado, na Geohistória braudeliana, a fragmentação conceitual se transluz apenas como dado objetivo, operacional, a fim de alcançar a totalidade do espacial. Diferencia-se, portanto, da iniciativa da Geografia Histórica e a supera no tocante a esquivar-se da simples descrição geográfica. Por outro, o aprisionamento de Braudel no repertório conceitual legado por essas escolas nacionais da Geografia moderna leva-o à idealização de uma concepção de espaço do geográfico – ou seja, de alçada da Geografia – inclinada à naturalização, cabendo à História o detalhamento de um certo espaço social. Essa tendência de

naturalização do espaço do geográfico, do espaço que cabe à Geografia, é um dado irrefutável na Geohistoria braudeliana. Mais além, é uma armadilha que imprimiu o determinismo presente em *La Méditerranée*.

Essas concepções fragmentadas e de forte tendência à naturalização do espaço geográfico advindas das escolas geográficas nacionais via, sobretudo, *Annales*, tornaram-se predominantes na historiografia e na História ao longo de todo o século XX. Enquanto isso, no interior da Geografia, um movimento de renovação da concepção de espaço dominou o horizonte da disciplina na segunda metade daquele século. Nos anos 1950, a Geografia Teorético-Quantitativa – ou Nova Geografia –, postulando-se em contraposição à tradição e ao legado das escolas geográficas nacionais, introduz uma outra concepção de espaço no quadro geral da chamada Geografia moderna. Uma concepção mais robusta e universal. O conceito de espaço emergiu pela primeira vez como um conceito-chave da Geografia. Conceitos fragmentados como o de paisagem e região foram deixados de lado, tomados apenas por sua operacionalidade abstrativa. O espaço geográfico passou a ser compreendido tanto por uma perspectiva isotrópica, que enfatizava a homogeneidade do espacial quanto por uma abordagem topológica, respaldada numa leitura economicista e no entendimento da relatividade do espaço.

No entanto, ainda que o espaço geográfico como conceito tenha galgado o estatuto de único universal, de conceito-chave, a proposta conceitual da Nova Geografia apresentava agudas debilidades. A mais gritante delas era a desumanização do espaço. Ou seja, para os geógrafos teórico-quantitativos, o espaço como fenômeno era, sobretudo, resultante de uma arquitetura planejada verticalmente, de cima para baixo, desde os gabinetes governamentais, das oficinas de planejamento urbano e das universidades. Um espaço asséptico, alijado das contribuições cotidianas do homem comum ao seu processo formativo. Um espaço inócuo às contradições e aos agentes sociais. Outro agravante diz respeito ao esvaziamento do conteúdo histórico do espaço. Pois um espaço esvaziado de agentes cotidianos é um espaço sem passado, sem tempo. Um espaço constituído sempre no presente e idealizado para o presente como uma folha em branco que recebe passivamente novos conteúdos. Mas não qualquer conteúdo. Ou seja, o espaço a serviço da ideologia dominante.

Nas décadas de 1960 e 1970, contudo, o mundo tornou-se mais dinâmico. Novas técnicas de transporte e comunicação foram implementadas, encurtando distâncias e otimizando o tempo. As injustiças sociais e as desigualdades entre países ricos e pobres tornaram-se mais acentuadas. Seguidas crises econômicas abalaram a confiança do homem ocidental no capitalismo. O regime soviético caiu ainda mais em descrença entre os intelectuais e suas contradições são cada vez mais denunciadas no Ocidente. A mobilização planetária de 1968 fez

ecoar em diversos países as reivindicações de uma juventude que clamava por substanciais mudanças. Essa conjuntura não somente impactou a reorganização do espaço planetário e os espaços internos de cada país, como colocou na berlinda antigas concepções de espaço geográfico que já não mais explicavam essas novas realidades. À Geografia e aos geógrafos coube, então, o papel de introduzir novas ideias e outros conceitos de espaço geográfico capazes de dar conta da explicação da nova – e ainda mais complexa – realidade e de seus fenômenos espaciais.

Floresce, assim, desde o interior da Geografia, um novo movimento de reformulação do conceito de espaço geográfico. Promovendo a reflexão do lugar ocupado por esse conceito na *démarche* da Geografia. Essas renovações conceituais e epistemológicas foram propulsadas principalmente pela Geografia Crítica – ou Geografia Nova. Herdeiros do materialismo histórico-dialético, os geógrafos críticos passaram, à diferença de seus antecessores das escolas nacionais e da Nova Geografia, a enfatizar o caráter social do espaço como fenômeno. O espaço reaparece e é reforçado na produção desses geógrafos como um conceito-chave. Mas um conceito-chave que deveria dar conta da totalidade do fenômeno, que passa também a ser contemplado como objeto de estudo da Geografia. Entre as iniciativas mais destacadas de reformulação e circunscrição do conceito de espaço geográfico a partir da Geografia Nova encontra-se a realizada pelo filósofo e geógrafo Henri Lefebvre, para quem o espaço passa ser entendido, acima de tudo, como realização do movimento dialético do devir da História. Como lugar de produção e reprodução do social.

O espaço, para Lefebvre, é sobremaneira produto e produtor das sociedades, da realidade. Apresenta-se, assim, uma tentativa de superação da histórica dicotomia fator físico versus fator humano na definição do que é espaço geográfico. Outrossim, através desse movimento de definição Lefebvre, institui um verdadeiro conceito de espaço geográfico. Uma unidade que traduz uma universalidade. Pois, a partir dela, impensável uma modalidade única de espaço, mas variadas, combinadas e infinitas apreensões de espacialidades. Num mesmo sentido, o conceito de espaço geográfico lefebvriano contempla espacialidades e interfaces fenomênicas do espaço até então olvidadas desde as perspectivas e proposições das escolas geográficas nacionais e da Nova Geografia. Determinando o espaço como produto e produtor das sociedades, a ideia de espacialidade na obra do filósofo francês engloba desde os fenômenos visíveis, porquanto tangíveis, aos aparentemente invisíveis e insensíveis, permitindo o entendimento de que espaço é, sobretudo, lugar de embate ou dominância de ideologia(s).

Na esteira do movimento de reformulação do conceito de espaço geográfico encabeçado pela Geografia Nova, o geógrafo brasileiro Milton Santos propôs, a partir da década de setenta,

uma original e inovadora ontologia do espaço geográfico. A publicação do livro *Por uma Geografia Nova* (1978), quando do retorno do geógrafo ao Brasil após longa temporada no exílio, definiu a realização dessa empresa ao apresentar a matéria teórica e as bases conceituais da concepção miltoniana de espaço. De igual maneira, consonante com a publicação de *O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo* (1978), a obra lançou as bases da fundamentação de uma epistemologia da Geografia. A Geografia Renovada surgiu e se fortaleceu assim, colocando em evidência os hiatos epistemológicos da Geografia Nova. Impôs-se como uma tentativa de superação e autonomia epistemológicas desde o Sul global em relação a uma Geografia que, pretendendo-se Crítica, Radical, reforçava o domínio histórico do pensamento geográfico pelo Norte. Para Santos, as proposições de espaço geográfico formuladas pelos geógrafos críticos continuavam a não levar em consideração as particularidades geográficas e históricas da conformação do espaço nos países subdesenvolvidos, pois concebem conceitos de espaço geográfico capazes de dar conta dos espaços mais homogêneos dos países desenvolvidos, mas não da maior heterogeneidade dos espaços do Terceiro Mundo.

A originalidade da concepção de espaço de Milton Santos advém do entendimento de que o espaço é um fator social e não apenas uma condição. Tal proposição conduz a um distanciamento entre o espaço como ideia em Lefebvre e em Milton Santos. Enquanto, para o francês, a ideia de um espaço produtor do social e de um espaço produto do social revela a dissociação entre espaço e sociedade, o espaço como fator social para Milton Santos congrega essas instâncias. O espaço, para Santos, é o próprio meio em que se realiza o social, o espaço como possibilitador da sociedade, possibilitado pela sociedade e como possibilidade de sociedade. Não como um produto (o resultado) ou um produtor (a causa), mas como um subordinado-subordinante. A realização concreta: material, imaterial e histórica do social. Ressignificado como fator social, esse espaço geográfico postulado pelo geógrafo brasileiro se apresenta, sobretudo, como uma proposição de interesse às demais Ciências Sociais. Isso porque o espaço é elevado a uma condição de instância analítica como outras: a econômica, a política e a cultura. Passa a ser compreendido não apenas como um referencial, mas como um referente de análise, um objeto vivo que “contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida” (SANTOS, 2014 [1985], p. 12).

Essa proposição de um espaço ideia como fator social emerge nessa ontologia em decorrência das centralidades ocupadas pelos estudos geográficos da técnica e pelo meta-conceito de FSE no âmago da epistemologia da Geografia Renovada de Milton Santos. Esse último conceito, derivado da categoria analítica de FSE de Marx, possibilitou ao geógrafo, por um lado, o reconhecimento da totalidade do espaço e, por outro, o apercebimento de que

nenhum outro objeto, a não ser, e em pé de igualdade, o tempo, tem tamanha imposição sobre o cotidiano do homem quanto tem o espaço. De igual modo, também levou à compreensão de que o espaço como total contém singulares: que nenhum espaço como fenômeno é igual ao outro. Decorrente disso, apercebendo-se da relevância da FSE como categoria analítica, de sua capacidade de instrumentalização, o geógrafo baiano passou a compreender um antigo objeto de estudo, a técnica, como um elemento de suma importância na constituição das espacialidades, dado que a técnica é a própria concretude de realização humana: o “[...] conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” (SANTOS, 2017 [1996], p. 29). Na Geografia Renovada de Milton Santos, a técnica pode realizar-se tanto como objeto quanto como ações.

O espaço geográfico para Milton Santos é, então, esse espaço, fator social, matizado pela técnica. Trata-se da matéria trabalhada por excelência. Categoria analítica, conceito e objeto da Geografia. Como definição: um conjunto de sistemas de objetos e de sistemas de ações em dinâmica dialética. Um sistema de sistemas, formado por processos do passado e por processos do presente (Cf. SANTOS, 2012 [1978], p. 153). Logo, esta percepção de que espaço também é e contém tempo atribui historicidade ao espaço. O que, tanto desde um ponto de vista ontológico quanto epistemológico, se realiza como uma inovação em relação a anteriores concepções e conceptualizações de espaço geográfico. Inovação essa que, para além da simples definição conceitual, respaldou-se, na Geografia Renovada miltoniana, em detalhada sistematização metodológica. Milton edifica toda uma estrutura de proposições teóricas e um rico repertório de conceitos a fim de não somente conceder sustentação ao conceito de espaço geográfico, mas também de instrumentalizá-lo. Inclusive em suas implicações de dinâmica temporal. O que, a nosso ver, trata, ademais, de uma profícua contribuição conceitual e metodológica aos estudos sobre o espaço no campo da disciplina Geografia, de uma valiosa contribuição da Geografia Renovada miltoniana à História.

Ao lado do conceito de espaço geográfico, a ontologia miltoniana comporta outras definições do espacial, subdivisões categórico-conceituais do que é concebido como universal e total. Elas dizem respeito não a uma ordem de fragmentação do fenômeno espaço, como realizada anteriormente pelas escolas nacionais da Geografia moderna. Antes, a uma necessidade objetiva, no plano teórico e metodológico, de retalhamento do objeto de estudo a fim de tornar visível, analisável e compreensível a dinâmica formativa e a multiplicidade de fenômenos que o conformam ou resultantes do espaço. A mais importante delas, na epistemologia da Geografia Renovada de Milton Santos, é a de paisagem. A paisagem é o espaço que deixou de ser espaço. Ou seja, o espaço que perdeu dinâmica. É o espaço

cristalizado, identificável e alcançável ao pesquisador. O “conjunto de formas que, num determinado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2017 [1996], p. 103). É, em síntese, a visibilidade sobre o que já se foi. A matéria espacial com a qual trabalham os geógrafos. E, por que não, também os historiadores. Enquanto espaço, é inércia dinâmica, presente; a paisagem é um conjunto cristalizado no tempo de fragmentos de espaço, passado.

Outro avanço conquistado pela ontologia do espaço e pela Geografia Renovada de Milton Santos em relação aos seus antecessores, principalmente, mas não somente pertencentes às escolas geográficas nacionais, refere-se à compreensão desde um ponto de vista teórico de que esse espaço como fator social é e sempre será um espaço de segunda natureza, de intencionalidade e realizações humanas. E que, à medida que a História avança, à medida que a humanidade concebe e implementa arsenais técnicos mais complexos, essa segunda natureza do espacial torna-se cada vez mais imperativa sobre o espaço de primeira natureza, que diz respeito àquele espaço geobiológico, da ecologia do mundo natural. Com isso, Santos não nega a existência desse espaço de primeira natureza. Pelo contrário, demonstra que a desnaturalização do espaço de primeira natureza é um dado inevitável, incontestável. Denuncia que a aceleração no incremento de novas técnicas imposta pelo capitalismo desde a Revolução Industrial, especialmente nas últimas sete décadas, tem alavancado numa intensidade jamais antes vista na História o processo de desnaturalização. Em certa medida, a perspectiva da segunda natureza do espaço encontra correlato, inclusive de denúncia política da impraticabilidade do modo de produção capitalista, no termo antropoceno, importado das ciências biológicas pelos historiadores e outros cientistas sociais. Surpreende, sobretudo, que uma concepção formulada desde as Humanidades tenha sido negligenciada pela História.

No entanto, entre os conceitos que estruturam e dão coesão à ideia e ao conceito de espaço geográfico de Milton Santos e que merece maior atenção dos historiadores é o de rugosidades. Decorre daí o merecido destaque dado a esse conceito nesta tese. Na ontologia do espaço do geógrafo brasileiro, as rugosidades dizem respeito às marcas ou aos vestígios no lugar – no espaço e também na paisagem – de objetos e de ações de tempos diversos, de um ou mais períodos e momentos históricos, de tempos anteriores e do atual estágio de desenvolvimento social, econômico, cultural e intelectual. De técnicas de épocas e momentos diversos. As rugosidades conferem, assim, ao espaço miltoniano, historicidade. Trata-se, portanto, da proposição teórica de um espaço que, à diferença de concepções geográficas anteriores, é quadridimensional, apresentando não somente altura, largura, profundidade, mas também tempo. Em contrapartida, à medida que refletem a superposição de tempos, as

rugosidades do espaço proporcionalmente impõem outros e novos parâmetros de temporalidades, uma vez que cada novo conjunto de técnicas não apenas modifica a percepção humana sobre o tempo, mas condiciona novos usos do tempo. Essa, sem sombra de dúvida, é mais contributiva inovação e realização teórica da ontologia do espaço de Milton Santos para a Geografia. E, como demonstrado ao longo desta tese, também para a História, uma vez que entrega aos geógrafos e aos historiadores um espaço que também é tempo e um conceito potente e com contornos bem delineados que possibilita uma instrumentalização teórica do temporal na análise do espaço – ou da paisagem.

As rugosidades são conformadas através das superposições de pulsos emitidos de forças geográficas internas e externas e de forças históricas de antiguidade e novidade, sempre em dinâmica dialética. Por forças geográficas internas e externas entendem-se os fatores exógenos e endógenos de caráter geográfico que atuam na conformação do lugar. Por sua vez, as forças históricas de antiguidade e novidade dizem respeito à combinação de variáveis de tempos distintos no lugar. O espaço, através de suas rugosidades é, portanto, um palimpsesto de objetos e ações endógenas e exógenas, antigas e novas. A inter-relação dinâmica e dialética entre esses pulsos geográficos e históricos tornam cada espaço – e, portanto, cada paisagem – um único universal. Ou seja, como conceitos (e categoria, no caso do espaço) universais, de aplicabilidade universal, enunciando uma universalidade fenomênica que ocorre e está em todos os tempos e lugares. E, como fenômenos em si, individualizados, a ideia de que todo espaço é uno e total, conformado por características que – ainda que muitas delas, compartilhadas – tornam e concebem cada espaço irreproduzível em outros tempos e lugares. Pode haver semelhantes, mas jamais idênticos. Cada espaço é específico e original. O reconhecimento dos caracteres de especificidade e originalidade do espaço leva a outra determinação. Cada espaço, como acúmulo e concorrência de eventos mobilizados por forças geográficas e forças históricas, por sistemas de objetos e sistemas de ações de épocas e intencionalidades distintas, é sobremaneira e sempre um híbrido. Decorre daí a pertinente observância, neste trabalho, da inoperância analítica de conceitos geográficos que concebem espaço e espacialidades a partir do critério de homogeneidade.

Uma epistemologia que abraça uma ontologia do espaço geográfico que contempla as rugosidades geográficas e históricas do fenômeno espacial realiza-se para além do âmbito de circunscrição da disciplina matriz, a Geografia. Desde a base de fundamentação, ela apresenta um vigoroso caráter convergente. A consideração de que a Geografia Renovada de Milton Santos também se apresenta como Geohistória não é nova. O historiador basco Orella Unzué (2010) levantou anteriormente a hipótese sem maiores detalhamentos e sustentação teórica. E,

antes dele, uma gama diversa de geógrafos apontaram para essa aproximação entre Geografia e História no edifício teórico da Geografia Renovada de Milton Santos. A presente tese buscou, em certa medida e, acredita-se, com algum sucesso, estabelecer o detalhamento teórico dessa convergência, ao apresentar a Geografia Renovada de Santos como uma modalidade de Geohistória. Deve-se considerar, a fim e a cabo, que essa Geohistória, ainda que terminologicamente assim jamais assumida pelo geógrafo brasileiro, realizou-se exclusivamente desde o plano teórico e não, nos âmbitos teórico e empírico como no caso da obra de Fernand Braudel. Esse fato não dirime, contudo, a grandeza e o brilho contributivos da Geohistória miltoniana às duas áreas das Humanidades. Pelo contrário, ao edificar a teoria, Milton Santos apresenta o método. Detalhado, por sua vez, no compósito de um repertório de periodizações, categorias analíticas e conceitos que, como outrora demonstrado por Barros (2017) e como, no último capítulo desta tese, reforçado e aprofundado, passível e possível de aplicação também à *démarche* da História.

Os conceitos de espaço geográfico e, concomitantemente, de rugosidades provenientes da ontologia do espaço de Milton Santos interpelam-nos – geógrafos e historiadores – a pensar o espaço pelos caracteres de complexidade geográfica e histórica que lhes são próprios. O espaço como fator social que é. Como totalidade que é. Como uno e universal que é. Mas, acima de tudo, em nosso caso, como historicidade que é. Objeto, categoria, instância e “matéria trabalhada por excelência”, “representativa das objetificações da sociedade” (SANTOS, 2012 [1982], p. 33), expressão das superposições processuais de tempo e de intencionalidades e práxis geohistóricas inúmeras. Espaço como “um sistema complexo, um sistema de estruturas, submetido em sua evolução à evolução de suas próprias estruturas.” (SANTOS, 2014 [1985], p. 28). Determinado-determinante da História e da Geografia. Trata-se, a fim e a cabo, de um salto qualitativo na proposição, desde o campo disciplinar da Geografia e desde o marginalizado sul epistemológico, de uma concepção e uma conceituação de espaço geográfico que não pode ser negligenciada pela História. E, consequentemente, pelos historiadores.

Os resultados de pesquisa, estampados nestas páginas, são inquietadores – senão provocadores – em muitos aspectos. Trata-se, acima de tudo e desde o princípio, de um franco convite aos historiadores ao reconhecimento da potencialidade da ontologia do espaço e do repertório conceitual miltonianos aplicados à História. No mesmo ritmo, convoca-nos, desde a perspectiva das convergências, a repensar os desafios colocados – ou futuramente dispostos – à nossa disciplina História pelo *frenesi* da velocidade das mudanças ocorridas nas últimas sete décadas no Brasil, na América Latina e no mundo, em que, certamente, aquela concepção de espaço geográfico outrora acolhida e adequada pelos historiadores ao *métier* da História já não

mais compraz à explicação das configurações, fenômenos e dinâmicas das espacialidades de uma época e lugar em que o imperativo *técnico-científico-informacional* é realidade dada, concreta. Reforça-se a provocação: poderá, diante disso, a compreensão sobre os novos objetos do presente, colocados diante dos historiadores do contemporâneo e da América Latina, no futuro continuar refém das limitações impostas por concepções que dizem de outros períodos e conformações espaciais? Portanto, de outras realidades e sociedades históricas? Ou a manutenção do *status quo* e de certos – e incompreensíveis – apegos de área também continuarão nos levando voluntária e ingenuamente às armadilhas do anacronismo que já armamos e em que já caímos desde hoje? O convite se estende para que, munidos de semelhante boa vontade, possamos aprofundar os diálogos e debates, as convergências com as demais Ciências Sociais. Esse mundo e, em especial, esse continente dependente, a América Latina, em constante e veloz transformação, em nenhum outro momento da História apelou tanto para a aproximação e consolidação crítica entre os saberes produzidos pelas chamadas Humanidades. Ao olhar humanista e às respostas que somente nossas disciplinas podem ofertar a um horizonte calcinado pelo superlativo da tecnocracia a serviço do Capital.

A despeito disso, esta obra é indistintamente inquietadora e provocativa ao trazer, aos planos de conhecimento, reconhecimento e discussão das Ciências Sociais, e em História, uma epistemologia desenvolvida por um teórico baiano, brasileiro e latino-americano, que tomou como parâmetros as condições geohistóricas de dependência e subdesenvolvimento do Brasil, da América Latina e do mundo periférico. Uma epistemologia que, sem desconsiderar as contribuições teóricas fermentadas e advindas dos países do hemisfério norte, foi pensada, também, a partir da visão dos supostamente vencidos sobre suas próprias condição e realidade histórico-espaciais. Uma epistemologia do Sul. Mas uma epistemologia do Sul igualmente capaz de pensar e explicar o espaço ou as espacialidades do Norte. Porque nela sul e norte não aparecem como entidades isoladas, herméticas, endógenas e endogâmicas. Mas surgem como entidades dialéticas: opostos que são complementares e que se retroalimentam.

Nas palavras do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (SANTOS et al., 2016, p. 15), as epistemologias do Sul sublevam-se na contemporaneidade e desde o horizonte de crise global como “proposta de expansão da imaginação política para lá da exaustão intelectual e política do Norte global [...], que ampliam as possibilidades de repensar o mundo [...] e desenham novos mapas onde cabe o que foi excluído por uma história de epistemicídio.”. Tais palavras não definiriam melhor a obra geográfica de Milton Santos. Especialmente o ensejo que, desde os idos da década 1970, mobilizou o geógrafo brasileiro a pensar o que é

espaço e a propositar uma definição conceitual de espaço geográfico desde e incluindo o Sul global.

De lá para cá, o espaço continua, ainda mais do que em tempos de antanho – dos nacionalismos, imperialismos e colonialismos do final do XIX e da primeira metade do XX –, cardinal objeto e campo de disputa de poderes. Sumamente aqueles espaços e espacialidades que, como os da América Latina, África e partes consideráveis da Ásia, comerciados como “vazios”, tornam-se, mais do que no passado colonialista, objeto dos interesses de empresas e investidores. Territórios a serem desbravados e dominados. As novas fronteiras de expansão do Capital. E o que ainda hoje permite isso? A manutenção de um pensamento hegemônico, importado, que nos leva à miopia da crença num espaço homogêneo, realizável aos mesmos moldes em todos os tempos e lugares, vazio de grandes pluralidades, sensíveis diversidades e possíveis singulares. Milton Santos ensina-nos que, no período *técnico-científico-informacional*, o espaço e a conformação espacial da produção de conhecimento são acima de tudo ideologia.

À guisa de encerramento, é preciso recordar que toda pesquisa comporta uma História. Uma trajetória e itinerários. Para a investigação apresentada nestas páginas, não foi diferente. Algumas das inquietações que conduziram o autor à sua realização foram gestadas ainda em 2013, quando o pesquisador teve a oportunidade de lecionar, ainda que por brevíssimo período, no curso de licenciatura em Geografia de uma faculdade privada da cidade de Guarulhos. Na ocasião, e apercebendo-se de uma demanda que também era dos alunos, idealizou e coordenou um grupo de estudos sobre as obras de Milton Santos, oportunidade que o permitiu reconhecer a grandeza da contribuição teórica do geógrafo brasileiro no campo da Geografia. E, mais além, vislumbrar as possíveis contribuições da epistemologia miltoniana à História.

No ano seguinte, já como professor lotado no Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL), algumas daquelas inquietações foram amplificadas quando, ao ministrar a disciplina de História Econômica Geral para o curso de bacharelado em Ciências Econômicas, resgatou e confrontou, para o compósito bibliográfico da disciplina, algumas leituras obras de Milton Santos e Fernand Braudel. Apercebeu-se dos distanciamentos, mas também de algumas aproximações entre os autores. A consolidação, de fato, de um possível objeto de pesquisa surgiu naquele mesmo ano de 2014, quando, em conferência realizada na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Assis, o Prof. José D’Assunção Barros expôs pertinências sobre a contribuição teórica de Santos à História. A palestra ministrada por Barros ressoou como encorajamento para que antigas inquietações adquirissem, pelo menos em esboço, o corpo de um projeto de pesquisa e de vida acadêmica.

O encontro do pesquisador com o gênio Milton Santos, contudo, é anterior a esses itinerários e marcos que contribuíram para a definição do tema de investigação. E, portanto, antecede o reconhecimento e leitura de sua obra. Como consabido, ao longo dos anos oitenta e noventa, o geógrafo baiano concedeu inúmeras entrevistas a grandes veículos de comunicação brasileiros. A mais emblemática e que alcançou vultuosa projeção em variados estratos sociais foi a realizada no programa televisivo *Roda Viva*, do canal estatal do estado de São Paulo, *TV Cultura*, transmitida em 31 de março de 1997. Deve-se recordar que, nesse mesmo dia e mês, mas no ano de 1964, ocorrera o golpe de estado que instaurou a Ditadura Militar no Brasil e que o geógrafo encontrava-se na primeira leva de vitimados, desatino que repercutiu em traumática fratura não somente na sociedade brasileira, mas na vida de Milton Santos. Naquela noite de 97, na sala semiescura, envolvido em azulada bruma e atraído como mariposa pela luminosidade emanada do tubo de uma velha TV Sharp, o adolescente do bairro operário da Zona Leste de São Paulo acompanhava atento a entrevista do geógrafo. Irrepreensível comunicador, desenvolto, tranquilo, sapiente, Milton falava idioma inteligível a todos os públicos, inclusive ao jovem leitor ávido de livros de Geografia e História que perfizera toda a vida escolar em colégio público. E que voltara às pressas para casa após exaustivo dia de trabalho, entregando blocos oftálmicos, e de aulas no período noturno para prestigiar o “cidadão do Mundo”.

Milton fora o primeiro verdadeiro intelectual que o jovem conhecera, ainda que pela luminescência fria da tela do televisor. O adolescente paulistano sem maiores perspectivas na vida que não o digno, mas exequível “chão de fábrica” – invariável destino da garotada dali – sequer vislumbrava a universidade como uma possibilidade, um meio de resistir à resiliência e transgredir o sistema. Tornou-se, algum tempo depois, aluno e, posteriormente, pesquisador e professor em universidade pública. Historiador – diga-se de passagem. Por alguma razão, o geógrafo e “cidadão do mundo” o resgatou naquela noite para continuar resistindo e transgredindo pela vida com algum rumo que não o determinado pelas intempéries volúveis do Deus Destino. Reside aí a principal diferença entre o *scholar* e o intelectual. Aquele, em certa medida, limita-se à operabilidade e reprodutibilidade do conhecimento. E, em consequência, mantém a pleno vapor o funcionamento das engrenagens do sistema, do *status quo*. O intelectual, por seu turno, tem olhos para ver desde as entranhas da máquina. Munindo-se de coragem e autonomia, passa a denunciá-la. Liberta outros homens.

Desde esse ponto de vista, certamente, tenha o historiador Alain Croix (In RIOUX; SIRINELLI, 1998, p. 51) razão quando admite que, em certa medida, o historiador, mais do que qualquer outro homem de ciências, associa o seu trabalho aos aspectos essenciais de sua

sensibilidade e de sua História. Da História de seu tempo, da Geografia do seu lugar. Seja porque em essência humanos, terrenos. Seja porque, em consequência, também um pouco lunares, divinos. Esta tese, portanto, não deixa de brindar uma homenagem ao homem e geógrafo brasileiro que permitiu ao então garoto ver-se. Não por acaso, a sua apresentação e defesa ocorrem em um ano simbólico: o do vigésimo aniversário do passamento de Milton Santos, geógrafo e intelectual cuja obra teórica, reforça-se, deve ser mais bem acolhida e compreendida pelos historiadores e pela disciplina História. Especialmente no Brasil e na América Latina. Quiçá em todo o Sul global.

É de bom grado mencionar, ainda que se reconheça que o labor intelectual jamais é um dado acabado e se encerra em si mesmo, que o trabalho aqui iniciado não se esgota nos limítrofes da espacialidade conformada por essas páginas. De que, em oportuno momento, alguns pontos devem ser retomados e mais bem fundamentados em outros espaços, como artigos, dada as abrangência e profundidade das temáticas abarcadas. Reconhecendo, portanto, que algumas das reflexões e posicionamentos desde essas páginas levantados e por esse volume apresentadas podem não ser definitivas. E que outras não estarão incólumes a críticas e polêmicas. Doravante, as aguardadas do campo do saber-fazer ao qual esse labor se circunscreve, a História. Espera-se, a fim e a cabo e com certa dose de entusiasmo – ou de ingênua coragem –, que os historiadores possam reconhecer desde estas páginas que o espaço geográfico como *fator social* que é não “desespacializa” a Geografia, tampouco “desestorica” a História. Muito pelo contrário! O seu reconhecimento fornece e aprofunda, nessas disciplinas “irmãs”, suas verdadeiras missões como ramificações das Ciências Humanas dedicadas aos estudos do Homem no Tempo e no Espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:¹⁸⁴

SANTOS, Milton. **Curriculum vitæ**. Atualizado pelo geógrafo em 2001. Disponível em: http://www.miltonsantos.com.br/site/miltonsantos_curriculum.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

SANTOS, Milton. Entrevista com o professor Milton Santos. **GEOSUL**, ano VI, n. 12/13, s/l., 1992.

SANTOS, Milton. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 19, n. 1, 2015, p. 166-172.

SANTOS, Milton. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002a.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. *In: Ciência e Cultura*, Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), São Paulo, v. 54, n. 2, out./dec. 2002b.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2012 [1978].

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. Trad. de Sandra Lencioni. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013 [1978].

SANTOS, Milton. **Testamento intelectual**; entrevistado por Jesus de Paula Assis; colaboração de Maria Encarnação Sposito. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed., 2. reimpr. Col. Milton Santos, nº 12. São Paulo: Edusp, 2014 [1985].

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2014 [2005].

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade** – ensaios. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012 [1982].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., 9. reimpr. São Paulo: Edusp, 2017 [1996].

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed., 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2014 [1988].

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. de Myrna T. Rego Viana. São Paulo: Edusp, 2008 [1979].

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017 [2000].

¹⁸⁴ As datas entre parênteses indicam o ano de publicação da primeira edição das respectivas obras.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. **Boletín Geográfico**, Universidad Nacional del Comahue, n. 19, 1993, p. 1-10.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011 [2001].

Livros, dicionários, artigos e teses:

10 MAIORES empresas de mídia do mundo. **Forbes**, 2015. Disponível online em: <https://forbes.com.br/listas/2015/05/10-maiores-empresas-de-midia-do-mundo/#foto1>. Acesso em: 23 jun. 21.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Trad. de Alfredo Bosi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Antimanual do mau historiador: ou como se fazer uma boa história crítica?** Trad. de Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2007.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Fernand Braudel e as ciências humanas**. Trad. de Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2003.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **La historiografía en el siglo XX: historia e historiadores entre 1848 y ¿2025?**. Bogotá: Ediciones desde Abajo, 2010.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Microhistoria italiana: modo de empleo**. México, DF.: Instituto Politécnico Nacional; Centro de Investigaciones Económicas, Administrativas y Sociales, 2014.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Uma História dos Annales: 1921-2001**. Trad. de Jurandir Malerba. Maringá: Eduem, 2004.

ALCARAZ, Ramón; BARREIRO, Alejo *et al.* **Apuntes para la historia de la guerra entre México y Estados Unidos**. México, DF.: Cien de México; Secretaría de Cultura, 2016.

ALTHUSSER, Louis. **La revolución teórica de Marx**. Trad. e introducción de Martha Harnecker. México, DF.: Siglo XXI, 1967.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? *In: Revista USP*, São Paulo, n. 103, 2014, p. 13-24.

BAILLY, Antoine; BEGUIN, Hubert. **Introducción a la geografía humana**. Colección de Geografía. Barcelona: Masson, Cifot, 1992.

BARROS, José D'Assunção. **História, espaço, geografia: diálogos interdisciplinares**. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2017.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da história: a escola dos Annales e a Nova História**. V. 5. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2012.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da história: princípios e conceitos fundamentais**. V. I. Rio de Janeiro: Vozes, 2013a.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da história: os paradigmas revolucionários**. V. 3. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2013b.

BLOCH, Marc. **Apologia à história, ou O ofício do historiador**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Trad. de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 2001b.

BLOCH, Marc. **Introducción a la historia**. Trad. de Pablo González Casanova & Max Aub. Colección Breviarios, n. 64. 4. ed. México, DF.: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BOTTOMORE, Thomas (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas**. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Milton Santos e o Brasil**. Col. Pensamento Radical. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Milton Santos: vida e obra**. Brasília, DF.: Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII – Os jogos das trocas**; v. 2. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II**. Tomos I e II. Trad. de Mario Monteforte Toledo, Wenceslao Roces y Vicente Simón. 2. ed.. Madrid: FCE, 1976.

BRAUDEL, Fernand. **El Mediterráneo: el espacio y la historia**. Col. Popular. Trad. de Francisco González Aramburo. México, DF.: Fondo de Cultura Económica, 1989.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre la historia**. Trad. de Angelina Martin del Campo. México, DF.: Fondo de Cultura Económica, 1991.

BRAUDEL, Fernand. **Las ambiciones de la historia**. Trad. de María José Furió. Barcelona: Crítica, 2002.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales – 1929-1989**: a revolução francesa da historiografia. Trad. de Nilo Odalia. São Paulo: Editora da UNESP, 1997a.

BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a Nova História. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 1-12, out. 1997b.

CAPEL, Horacio. Institucionalización de la geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos. **Geocrítica**, Cuadernos Críticos de Geografía Humana, Universidad de Barcelona, ano I, n. 8, 1977.

CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. O conceito de região e problemas filosóficos: significado epistemológico da história regional e a constituição histórica do ‘espaço liso’ e do ‘espaço estriado’. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 2, n. 3, p. 7-21, set.-dez. 2011.

CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. **Tramas de Clio**: convivência entre filosofia e história. Curitiba: Editora Aos Quatro Ventos, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. La producción del espacio urbano y la reproducción social, Conferência na Cátedra de Geografía Humana Elisée Reclus do Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 12-15 de novembro de 2018. **Investigaciones Geográficas** – Notas y Noticias, Instituto de Geografía da UNAM, Ciudad de México, n. 98, abr. 2019.

CAVAZOS GARZA, Israel; ORTEGA RIDAURA, Isabel. **Nuevo León**: historia breve. Col. Fideicomiso Historia de las Américas. 2. ed. México, DF.: Fondo de Cultura Económica, 2011.

CERUTTI, Mario. **Burguesia y capitalismo en Monterrey (1850-1910)**. Monterrey: Fondo Editorial de Nuevo León, 2006.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Raízes e constelações do saber geográfico acadêmico**: o conhecer e o pensar na condição de nervuras. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, SP, 2019.

CLAVAL, Paul. **História da geografia**. Trad. de José Braga Costa. Lisboa: Edições 70, 2006.

CONTEL, Fabio Betioli. Milton Santos. In: PERICÁS, L. B.; SECCO, L. (Orgs.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

CONVENÇÃO DE GENEBRA relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951. Cap. 1, Art. 1º, Parágrafo 2º, versão protocolar de 1967. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf Acesso em: 26 ago. 2021.

CORNELIUS, W. A.; GELL-REDMAN, Micah *et al.* (Org.). **El nuevo rostro de la migración mexicana**: una comunidad transnacional en Yucatán y California. México, DF.: Center for Comparative Immigration Studies, Univesity of California; Central America and Mexico Migration Alliance; Instituto Nacional de Antropología e Historia; Miguel Ángel Porrúa, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceito e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

COSTA, Pedro Henrique Ferreira. **O jovem Milton Santos: personagem do protótipo metodológico revelar [matrizes clássicas originárias] para definir [vanguarda, universalidade e viés geográfico]**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2013.

CROIX, Alain. Marx, a alugadora de cadeiras e a pequena bicicleta. *In*: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 51-70.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The “Anthropocene”. **GLOBAL Change Newsletter, The International Geosphere-Biosphere Programme (IGBP): A Study of Global Change of the International Council for Science (ICSU)**, n. 41, p. 17-18, maio 2000. Disponível em: <http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>. Acesso em: 26 set. 2021.

DETENÇÃO suscita surpresa na Bahia. **Correio da Manhã**, 1º caderno, p. 8, edição de 8 de maio, Rio de Janeiro, 1964.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à nova história**. Trad. de Dulce da Silva Ramos. São Paulo; Campinas, SP.: Ensaio/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DOSSE, François. **Historia del estructuralismo: el canto del cisne, 1967 hasta nuestros días**. Tomo II. Trad. de Maria del Mar Llinares. Madrid: Ediciones Akal, 2004.

EAGLETON, Terry. **Marx e a liberdade**. Trad. de Marcos B. de Oliveira. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

FAVATTO JR., Barthón. Da guerrilha ao socialismo: Florestan Fernandes e a Revolução Cubana. *In*: SILVA, Zélia Lopes da; ANHEZINI, Karina. (Orgs.). **A escrita histórica e suas múltiplas faces**. Assis, SP: FCL-Assis-UNESP, 2011, p. 973-988. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/fcl/livro/ebook/files/assets/basic-html/index.html#page6>. Acesso em: 24 abr. 2021.

FAVATTO JR., Barthón. **Entre o doce e o amargo: memórias de exilados cubanos** – Carlos Franqui e Guillermo Cabrera Infante. São Paulo: Alameda, 2014.

FEBVRE, Lucien. **Combates por la historia**. Trad. de Francisco J. Fernández Buey y Enrique Argullol. Barcelona: Editorial Ariel; México, DF.: Editorial Planeta, 1997.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNÁNDEZ DURÁN, Ramón. **El antropoceno: la expansión del capitalismo global choca con la biosfera**. Barcelona: Virus Editorial, 2011.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Col. Ensaios Latino-americanos, 1. Trad. de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

GARCÍA MARTÍNEZ, Bernardo. En busca de la geografía histórica. In: VON WOBESER, Gisela (Org.). **Cincuenta años de investigación histórica en México**. México, DF.: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, 1998.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da geografia**. Trad. de Heloysa de Lima Dantas. Col. Saber Atual. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 291-300.

GRIMM, Flávia C. A. **Trajetória epistemológica de Milton Santos**: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

HALLAN restos de soldados de Batalla de Monterrey de 1846 – Boletines. **Inah**, S/l., 02 de junho de 2011a. Boletim eletrônico. Disponível em: <https://www.inah.gob.mx/boletines/2343-hallan-restos-de-soldados-de-batalla-de-monterrey-de-1846>. Acesso em: 07 mai. 2020.

HALLAN restos de soldados de batalla de Monterrey de 1846. **El Economista**. Matéria publicada em 3 de junho de 2011b. Disponível em: <https://www.eleconomista.com.mx/arteseideas/Hallan-restos-de-soldados-de-batalla-de-Monterrey-de-1846--20110603-0081.html>. Acesso em 8 mai. 2020.

HARTOG, François. **Crer em história**. Trad. de Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HARTOG, François. Prefácio. In: IEGELSKI, Francine. **Astronomia das constelações humanas**: reflexões sobre o pensamento de Claude Lévi-Strauss e a história. São Paulo, Humanitas, 2016. p. 17-24.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências no tempo. 1. ed. Col. História e Historiografia. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HIERNAUX, Daniel. El trabajo del geógrafo en el tercer mundo *revisited*. In: MENDOZA, Cristóbal. **Tras las huellas de Milton Santos**: una mirada latinoamericana la geografía humana contemporánea. Barcelona: Anthropos; México, DF.: UAM-Iztapalapa, División de Ciencias Sociales y Humanidades, 2008. p. 17-27.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre história**. Ensaios. Trad. de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Trad. e prefácio de Afonso Bertagnoli. São Paulo: Brasil Editora, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora da PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **O conceito de história**. Col. História & Historiografia. Trad. de René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KRACAUER, Siegfried. **O ornamento da massa**: ensaios. Trad. de Carlos Eduardo Jordão Machado e Marlene Holzhausen. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

LA BLACHE, Vidal. **Princípios de geografia humana**. Trad. de Fernandes Martins. Lisboa: Edições Cosmos, 1954.

LE GOFF, Jacques. História, ensino, períodos. In: LE GOFF, Jacques. **A história pode ser dividida em pedaços?** Trad. de Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

LE GOFF, Jacques. **Pensar la historia**: modernidad, presente, progreso. Trad. de Marta Vasallo. Barcelona: Paidós, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Introducción y trad. de Emilio Martínez; prólogo de Ion M. Lorea. Col. Entre líneas. Madrid: Capitán Swing Ed., 2013.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LÉON HERNÁNDEZ, Efraín. **Geografía crítica**: espacio, teoría social y geopolítica. México, DF.: Editorial Itaca, 2016.

LEWIS, Bernard. **A crise do Islã**: guerra santa e terror profano. Trad. de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

LIMA, Thiago. **Um intelectual na mira da repressão**: Milton Santos e o golpe de 1964. **Revista de História**, n. 177, p. 1-25, 2018.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Escritos económicos varios**. Recopilación y traducción de Wenceslao Roces. México, DF.: Editorial Grijalbo, 1966.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. V. I, II e III. Edição de Alan Souza; Trad. de Adaísa A. Jesus. S/I: Kindle, 2021 [*e-Book*].

MATHEWSON, Kent; SEEMANN, Jörn. A geografia histórico-cultural da escola de Berkeley: um precursor ao surgimento da história ambiental. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 71-85, jan./jun. de 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2003.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia no Brasil no período de 1978-1988. **GEOgraphia**, Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, ano II, n. 3, p. 27-49, 2000.

MOREIRA, Ruy. Jean Tricart. **GEOgraphia**, Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 133-134, 2003.

MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NERY, Sebastião. **Minhas lembranças de Milton Santos**. Documento eletrônico. Disponível em: <https://www.oocities.org/br/jorgematheus2002/34mst.htm>. Acesso em: 23 mai. 2020.

ORELLA UNZUÉ, José Luis. Geohistoria. **LURRALDE: investigación y espacio**. San Sebastian, n. 33, p. 233-310, 2010.

PAZ, Octavio. **O labirinto da solidão e post scriptum**. Trad. de Eliane Zagury. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PEDROSA, Breno Viotto. O périplo do exílio de Milton Santos e a formação de sua rede de cooperação. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 25, n. 2, p. 429-448, abr.-jun. 2018.

PÉGUY, Charles-Pierre. L'univers géographique de Fernand Braudel. **Espaces Temps**. Braudel dans tous ses états. La vie quotidienne des sciences sociales sous l'empire de l'histoire, n. 34-35, p. 77-82, 1986.

PÉREZ GARZÓN, Juan Sisínio. La geografía y la historia en la encrucijada de las identidades. In: COHEN, A.; PEINADO, R. (Orgs.). **Historia, historiografía y ciencias sociales**. Granada: Ediciones Universidad de Granada, 2007.

POMIAN, Krzystof. **Sobre la historia**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. Prefácio de Paulo Henrique Martinez. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RATZEL, Friedrich. **Antropogeografia; as raças humanas; textos selecionados** – organização e introdução de Antonio Carlos Robert de Moraes. Col. Grandes Cientistas Sociais, n. 59. Trad. de Fátima Murad e Denise Bottman. São Paulo: Ática, 1990.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. 2. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2000.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo**. Trad. de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Trad. de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências da Revolução Cubana na esquerda brasileira. *In*: REIS FILHO, Daniel. **A História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**. V. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologías – Dossiê**. Porto Alegre, ano 18, nº 43, set/dez 2016, p. 14-23.

SCHWARTZ, John. Where's Airborne Plastic? Everywhere, Scientists Find. **New York Times**, 11/06/2020, Science and Technology. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/11/climate/airborne-plastic-pollution.html> Acesso em: 26 set. 2021.

SILVA, Catia Antonia. Espaço e tempo em Milton Santos: alguns elementos para a reflexão da história social do território. **Intellêctus**, v. 8, n. 2, 2009.

SILVA, Maria Auxiliadora da; TOLEDO JUNIOR, Rubens de. (Org.). **Encontro com o pensamento de Milton Santos: o homem e a sua obra**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Maria Auxiliadora da; TOLEDO JUNIOR, Rubens de; DIAS, Clímaco César Siqueira (Org.) **Encontro com o pensamento de Milton Santos: o lugar fundamentando o período popular da História**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2005.

SILVA, Maria Auxiliadora da. Milton Santos: a trajetória de um mestre. Scripta Nova. El ciudadano, la globalización y la geografía: homenaje a Milton Santos. **Revista de Geografía y Ciencias Sociales de la Universidad de Barcelona**, v. VI, n. 124, set. 2002.

SILVEIRA, María Laura. Territorio de las verticalidades y horizontalidades: una propuesta de método. **Anais del 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina**, Buenos Aires, 1997. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Teoriaymetodo/Metodologicos/554.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2021.

SILVEIRA, María Laura. Tiempo y espacio en geografía: dilemas y reflexiones. **Geografía Norte Grande**, n. 54, p. 9-29, 2013.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. Trad. de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Marco Antonio Neves. **Da Alemanha aos trópicos: identidades judaicas na terra vermelha**. Londrina, PR.: Eduel, 2012.

SOJA, Edward William. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SPOSITO, Eliseu Silvério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

SOUZA, Maria Adélia de. A geografia renovada e a compreensão do mundo atual: teoria e método. **Boletim Alfenense de Geografia**, Alfenas, v. 1, n. 1, p. 21-56, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/boletimalfenensedegeografia/article/view/1656/1227>. Acesso em: 20 nov. de 2021.

SOUZA, Maria Adélia de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1998.

SOUZA, Maria Adélia de. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. **PATRYTER**, Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, vol. 2, n. 4, p. 1-17, out. 2019.

TAVALORO, Sergio Barreira de Faria. Gilberto Freyre e o tempo-espaço brasileiro: uma crítica ao cronótopo da modernidade. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 2, p. 411-437, mai.-ago. 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**, v. I. Trad. de Renato Bussato Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. Trad. de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMICH, Dale Wayne. **Pelo prisma da escravidão**: trabalho, capital e economia mundial. Trad. de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2011.

TORO, Francisco. Environmental crisis through the theories of Milton Santos. In: MELGAÇO, Lucas; PROUSE, Carolyn (Orgs.). **Milton Santos: a pioneer in critical geography from the global South**. Col. Pioneers in Arts, Humanities, Science, Engineering, Practice – v. 11. Mosbach: Springer, 2017. [e-Book].

TOVAR LÓPEZ, Ramón Adolfo. **El enfoque geohistórico**. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1986.

VALENZUELA ARCE, José Manuel. **Nosotros**: arte, cultura e identidade en la frontera México-Estados Unidos. México, DF.: Conaculta, 2012.

VALÉRY, Paul. La crise de l'esprit. In: HERSANT, Yves; DURAND-BOGAERT, Fabienne (Orgs.). **Europes de l'antiquité au XXe siècle**: anthologie critique et commentée. Collection Bouquins. Paris: Robert Laffont, 2000.

VERDIER, Nicolas. La memoria de los lugares: entre espacios de la historia y territorios de la geografía. In: ORTEGA CANTERO, Nicolás; GARCÍA ÁLVAREZ, Jacobo; MOLLÁ RUIZ-GÓMEZ, Manuel. (Orgs.). **Lenguajes y visiones del paisaje del territorio**. Madrid: UAM Ediciones, 2010. p. 209-217.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneip. 4. ed. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Edições Afrontamento, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Para abrir as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1996.

WASSERMAN, Claudia. Historiografia sobre a Revolução Cubana no Brasil. **Historia Caribe**, revista de la Universidad del Atlántico, Barranquilla, n. 12, p. 57-76, 2007.

WATSON, Peter. **Convergencias**: el orden subyacente en el corazón de la ciencia. Trad. de Joan Lluís Riera. México, DF.: Crítica, 2017a.

WATSON, Peter. **Historia intelectual del siglo XX**. Trad. de David León Gómez. Barcelona: Crítica, 2017b.

WEBER, David J. **La frontera norte de México, 1821-1846**: el sudoeste norteamericano en su época mexicana. Col. MAPFRE 1492. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ANEXO 1 - Desenvolvimento e trajetória epistemológica de Milton Santos.

DESENVOLVIMENTO E TRAJETÓRIA EPISTEMOLÓGICA DE MILTON SANTOS					
DÉCADAS	1950	1960	1970	1980	1990
FASE	Geografia Empírica <i>A geografia da técnica como instrumento de análise do meio.</i>		Geografia Teórica <i>A técnica e o Espaço como objetos e categoria maior da Geografia.</i>		
VARIANTE GEOGRÁFICA	Geografia Regional (Local)	Geografia Aplicada	Geografia Ativa	Geografia Radical (Crítica)	Geografia Nova (ou, Geografia Renovada)
PRINCIPAL MATRIZ ANALÍTICA	Escola Clássica Francesa (vidaliana)	Corrente Utilitarista	Escola Marxista Francesa	Revisionismo Marxista	
ÊNFASE TEMÁTICA	Estudos regionais e de planejamento (Bahia, urbanização e transportes).		- Cidades no Terceiro Mundo; - Teoria dos circuitos da economia urbana; - Papel da Geografia no Terceiro Mundo.		- Revisão epistemológica da Geografia; - Ontologia do Espaço; - Territórios e territorialidades; - Cidadania como <i>práxis</i>; - Globalização.